

JUAN BALLESTER GONZÁLEZ

**Espanha, Brasil e México: Atores vértices na
dinamização do novo regionalismo euro-latino-
americano (1986 -2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP),
para obtenção do título de Mestre

São Paulo
2007

Espanha, Brasil e México: Atores vértices na dinamização do novo regionalismo euro-latino- americano (1986 -2006)

Discente: Juan Ballester González

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP),
para obtenção do título de Mestre

São Paulo

Dezembro – 2007

Pessoalmente, dedico este trabalho a minha família, que pacientemente me demonstraram seu amor da distância e à pessoa que faz que eu seja *más que uno*, Mónica.

E agora os protocolários agradecimentos (embora neste caso não são obrigatórios e sim são sentidos). Este trabalho não teria sido possível sem a conjunção de vários fatores:

Em primeiro termo, gostaria agradecer à *Agencia Española de Cooperación Internacional* pela confiança depositada em minha candidatura para a bolsa de estudos de dois anos no Brasil.

A seguir, um especial agradecimento à comissão avaliadora do Programa San Tiago Dantas por aceitar meu ingresso neste Mestrado, com especial ênfase do meu orientador Luis Fernando Ayerbe e para outros professores que os quais não preciso mencionar uma vez que já sabem de minha gratidão.

Num plano de *gigante* amizade, agradeço muitíssimo o apoio para a correção ortográfica e revisão formal de meus colegas de estudo do Programa e algumas outras pessoas de outros anos; um grupo de mentes brilhantes e solidárias não só com a situação do estudante estrangeiro. Por conta deles cheguei a uma conclusão prática que não aparece no fim deste trabalho: a cooperação euro-latino-americana existe também nas situações de amizade.

SUMÁRIO

Apresentação

Capítulo 1. A Teoria do Novo Regionalismo no espaço inter-regional atlântico.

1.1	Introdução.....	22
1.2	Aproximação à Teoria do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais.	24
	1.2.1) A Globalização.....	26
	1.2.2) O novo papel do Estado.....	29
	1.2.3) O Construtivismo social.....	34
	1.2.4) O Inter-regionalismo.....	41
1.3	Evolução teórica na análise dos processos políticos de integração na Europa e América Latina.....	47
	1.3.1) Os novos inter-governamentalismos na integração europeia: o inter-governamentalismo supranacional.....	49
	1.3.2) A Teoria do Regionalismo Aberto no processo de integração sub-latino-americano: origens e caracterização.....	55
1.4	Análise comparativa e desenvolvimento histórico do processo regionalista na América Latina - Caribe e Europa nas fases interamericanas e inter-regionais.....	63

Capítulo 2. A estratégia transatlântica dos vértices (Espanha, Brasil e México).

2.1	Introdução.....	75
2.2	Projeções estratégicas do triângulo no espaço transatlântico.....	78
2.3	O componente euro-latino-americano da política externa espanhola desde 1986.....	95
2.4	Três vértices com status de potências médias: Espanha, Brasil e México.....	110
2.5	O Brasil e México na sua condição de <i>Países Intermediários</i>	122
2.6	Uma leitura geopolítica da integração atlântica: o conceito de <i>Círculos Concêntricos</i>	130
2.7	O padrão do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais. Casos no espaço geo-atlântico:	137
	2.7.1) O modelo norte -americano	140
	2.7.2) O modelo europeu	141
	2.7.3) O modelo sul-americano (C. Andina, Mercosul, Comunidade Política Sul-americana de Nações).....	141

Capítulo 3. Definição, processo e estruturação do espaço euro-latino-americano:

3.1	Razões para um novo espaço e agenda de temas prioritários.....	144
3.2	Um instrumento antecedente: as cúpulas ibero-americanas. Passado, presente e futuro:.....	150
	3.2.1 A Comunidade ibero-americana como foro articulador do espaço <i>euro-latino-americano</i>	154

3.3	Diálogo inter-regional de Rio (I Cúpula UE–América Latina e Caribe).....	156
3.4	Compromisso de Madri (II Cúpula UE-América Latina e Caribe).....	159
3.5	Documento estratégico para América Latina e Caribe da Comissão Europeia (2002 - 2006).....	165
3.6	III Cúpula UE-América Latina e Caribe (México 2004).....	171
3.7	Relações União Europeia e América Latina -Caribe durante 2005.....	175
3.8	Relações União Europeia e América Latina -Caribe durante 2006. IV Cúpula UE-América Latina e Caribe (Áustria 2006).....	186
3.9	Instrumentos e instituições para o novo espaço euro-latino-americano.....	196
3.10	Um balanço definidor das relações entre a UE e ALC.....	202

Conclusões

Anexos

Bibliografia

APRESENTAÇÃO

É um fato que, devido à maré irrefreável da globalização do atual contexto mundial, as velhas soberanias nacionais tiveram que sofrer um processo de "metamorfose" vital e necessário. Neste ponto, é interessante destacar a opinião de diferentes economistas internacionais (WILLIAMSON, RODRIK e CRAFTS) que localizam o ponto de partida da globalização na segunda metade do século de XIX. Um fenômeno que estava suspenso durante a Grande Depressão, sendo renovado no período Entre-guerras. Em grandes linhas, esta corrente de opinião afirma que existiu naquela época (como agora) um incremento contínuo e importante dos fluxos internacionais de bens, capitais e pessoas. Defende ainda que alguns fluxos, como o migratório, foram muito mais intensos então do que na atualidade, tendo que passar grande parte do período Pós-guerra para que as correntes de capitais e de comércio excedessem aos registros do século anterior ¹

Voltando ao ator estatal, é fundamental sublinhar a *reconversão* que a natureza do mesmo sofre, não apenas teórica, no sentido substantivo da Teoria do Estado contemporâneo. Falamos de uma *reconversão* no sentido literal do termo, aplicando-a a um ator que teve que transformar e adaptar seus sempre recorrentes "interesses nacionais" como argumento e justificação monopolística de seus papéis principais na cena internacional, deixando espaço à intervenção de uma multiplicidade de atores que não podem ser controlados pela direção governamental de um único Estado: corporações multinacionais; organizações não governamentais; agências e consultorias; atores civis emergentes desde sua manifestação pública no contexto da Cúpula de Seattle.

Estes novos atores interagem criando tipos diferentes de laços de interesse que têm como resultado um tecido de *redes* de interconexão que cobrem tipologias desde o negócio bancário internacional; passando pelas redes comerciais e de mercado; as interdependências econômicas e militares; migrações dos trabalhadores e políticas; regulamentos e padrões internacionais; trocas intelectuais e de informação; fluxos tecnológicos e de energia;

¹ Ver: CRAFTS, Nicholas. 2000. Globalization and Growth in the Twentieth Century. En *World Economic Outlook, Suporting Studies*. Washington, D.C. (FMI); RODRIK, Dani. 1997. *Has Globalization Gone Too Far?* Washington, D.C.: Institute for International Economics; WILLIAMSON, Jeffrey. 1997. Globalization and Inequality: Past and Present. *Research Observer* 12(2). Agosto.

tratados multilaterais; corporações multinacionais; até os movimentos missionários religiosos; os meios novos publicitários; e as tendências de consumo².

A origem destas incorporações poderia muito bem estar no denominado *Big Bang* técnico-financeiro e tecnológico produzido ao longo do século passado: referimo-nos à criação de várias redes de satélites e comunicação, estradas da informação mundial, a Internet, *i.e.*, dos novos meios e oportunidades de interação e pressão política.

As tradicionais políticas nacionais ("razão de Estado" no sentido de Maquiavel) sofreram um processo de reorientação por causa de acordos com outras nações e regiões, que podem facilitar a presença da entidade estatal como parte de um todo supranacional regional, tanto nos foros globais como nos mercados mundiais.

O sistema histórico dos estados-nação - incluindo sua estrutura reguladora-, teve que fazer frente a numerosos e novos desafios, forçando-se a responder com a busca de soluções novas diante das demandas de atuação geradas por eles. De maneira generalizada, observamos como a sociedade internacional está imersa em um processo de fragmentação, integração e regionalização, no qual as velhas estruturas políticas e econômicas internacionais serão reformadas ou ainda serão substituídas em um futuro em curso

Na realidade, já desde a segunda metade da década de 1980, a experiência contemporânea mostrou o fortalecimento e a simultaneidade de projetos (*regionalismos*) e processos (*regionalização*) de integração regional com base a delimitar um multilateralismo na sociedade internacional que se imaginou perigosamente anárquico, tanto pelo perigo oculto de expansão por efeito dominó ou de grande bola de neve de conseqüências imprevistas, como pela ausência de um controle efetivo nos efeitos de sua implementação.

Tratamos, portanto, de um fenômeno geral que vem se manifestando mundialmente, embora com uma variante exacerbada e focalizada na subregião latino-americana, uma tipologia própria de especial dinamicidade e variedade nas últimas duas décadas.

No caso latino-americano, pode-se falar até mesmo de um *Regionalismo*³ diferenciado ao experimentado em outras partes do mundo, um fenômeno que seria identificado pelo seguinte catálogo de aspectos:

2 Esta tipologia de redes foi criada a partir da enumeração de FREDERIC, E. y WAKEMAN, JR. (1990); "Transnational and Comparative Research", en BROWN, B.E., MACRIDIS, R.C. *Comparative Politics – Notes and Readings*, Belmont, Wadsworth Inc., 7º edition; p.32.

1. A ampla diversidade em relação a seus fins;
2. A complementaridade dos agrupamentos regionais que eles compõem;
3. A vontade política e o impulso de governo com que surge;
4. O protagonismo empresarial no seu desenvolvimento;
5. Compatibilidade com o multilateralismo em função das bases e estratégia do *regionalismo aberto* dos anos 1990.

Questionando o grau da importância geo-econômica e estratégica dos países que compartilham o continente americano e a União Européia, podemos inferir a seguinte hipótese: México, Brasil e Espanha compartilham atenção e interesse por quatro grandes sub-regiões geográficas do espaço atlântico (América do Norte, América Ibérica, Cone Sul e Europa) e uma macro-região prospectiva (Euro-Latino-América). Por sua vez, cada uma delas é representada e identificada em mecanismos diferenciados, com vários níveis de integração e cooperação (ver quadro de própria elaboração seguinte). Neste sentido, podemos falar de três projetos de cosmovisão criados em respectivos projetos políticos com diferente grau de desenvolvimento político-institucional. O projeto para Espanha é a UE; para o Brasil, o Mercosul; e para o México, o Nafta:

3 Ver IBAÑEZ, J: “El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa”, em *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, Nº1, 2000.

América do Norte
NAFTA (North American Free Trade Association) - Tratado de Livre Comércio da América do Norte.
ALCA (Iniciativa norte-americana que abraçaria ao resto do continente)
América Ibérica⁴
Banco Interamericano de Desenvolvimento.
Comissão econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)
Cúpula Ibero-americana de chefes de Estado e de governo.
Organização de Estados Ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura.
Organização Ibero-americana da Juventude.
Cone Sul
Mercado Comum do Cone Sul.
ALCSA->CASA ->UNASUL
Europa
União Europeia
Euro – Latino-América
Cúpula de Chefes de Estado e Governo da UE-América Latina e Caribe

É importante avaliar a relevância atual da identidade latino-americana no sentido da capacidade de mobilização social regional que gera ao redor do discurso. Neste sentido, podemos mencionar Larraín IBÁÑEZ⁵ quando sabiamente expõe que "na América Latina existe hoje uma consciência crescente de si, e isto é notado tanto nos discursos públicos de identidade como na consciência popular." Neste sentido, hoje em dia, podemos observar

4 Organismos Iberoamericanos de Integração e Cooperação (somente aqueles com presença dos três estados). Note-se que emprego e discrimino o termo "Ibero-américa" entre outros que são usados indistintamente dentro da mesma <<cesta>> para designar a uma realidade comum: "América Latina", "Hispano-américa", "Latino-américa", "Ibero-américa" é um termo tão imaginário como os lidos anteriormente, embora com uma considerável diferença na sua construção e desenvolvimento. Um termo que é criação de um resolvido dinamismo que pretende conjurar e ultrapassar a América Latina da retórica já obsoleta do Movimento Não Alinhado após o fim da bipolaridade; e assim a inserem no mercado mundial.

5 Trad. Própria (Ao longo do trabalho todas as citações textuais com fontes originais em inglês, francês e espanhol foram traduzidas pelo maestrando ao português do Brasil). Ver LARRAÍN IBÁÑEZ, J. (p122) *Modernidad, razón e identidad en América Latina*, Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello, 1996.

tanto nos discursos públicos, quanto nas conferências de imprensa dos líderes ou nas declarações documentais dos diferentes organismos de integração latino-americanos, como se passa com certa facilidade e de um modo freqüente, do nacional para o latino-americano e vice-versa. Convém complementar aqui, segundo adverte CAIRO⁶, que "a identidade latino-americana não opera em oposição às identidades nacionais dos países latino-americanos, mas articula-se com elas e só aparece em primeiro plano em frente ao "outro" europeu ou norte-americano".

Centrando-nos em uma representação misturada dos grandes arcabouços identitários do latino-americano e europeu, o *espaço ibero-americano* é resultado de uma iniciativa de notável engenharia diplomática entre México e Espanha em um primeiro momento à qual uma série de países, como o Brasil, que rapidamente se juntaram, com o propósito de criar um projeto em torno das Conferências ibero-americanas. Um fato que pode ser esclarecedor para entender as dinâmicas de sua criação é o lugar escolhido para a celebração das três primeiras Cúpulas ibero-americanas; que foram realizadas por ordem cronológica no México (1991), na Espanha (1992) e no Brasil (1993). Sugerimos, neste sentido, uma análise simultânea das sedes escolhidas para as três primeiras Cúpulas inter-regionais de Chefes de Estado e Governo da EU - América Latina e Caribe que coincidentemente tiveram lugar no Brasil, 2ª na Espanha e 3ª no México.

Neste ponto, interpretamos a celebração de uma cúpula como um importante instrumento de integração – em ordem cronológica de antecedência para primeiro explicar o projeto ibero-americano e o posterior euro-latino-americano - não tanto por ser considerado como a reunião política de mais alto nível institucional interestatal, mas por ser o resultado final de trabalhos e encontros prévios de preparação e confecção das agendas de trabalho das mesmas.

As Cúpulas ibero-americanas supõem uma iniciativa importante que é explicada pela coincidência, mais ou menos conjuntural, de interesses geo-estratégicos para ambos os lados de Atlântico destes três países.

Para o México, os árduos trabalhos de aproximação de posturas com seus vizinhos do norte durante o processo de elaboração do Nafta, insinuaram uma mudança na sua

6 CAIRO CAROU, H. "Panregiones: viejas y nuevas ideas geopolíticas" pp. 31-48 em ROCHA V, Alberto (Coord.), *La integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*, Universidad de Guadalajara, 2003.

política externa que interessou compensar com um reforço ibero-americanista (uma proposta seduzida pela política externa espanhola do governo em questão da *Moncloa*). Para a Espanha, já desde 1992 (com a celebração do "Quinto Centenário" da descoberta de América), a criação deste espaço representou um compromisso inexorável com a América Latina. A isto é necessário somar a vontade da Espanha de agir já desde a sua entrada na Comunidade Européia como pilar de cooperação entre a UE e a América Latina.

O Brasil abandonou nos últimos anos sua tradicional história de isolamento latino-americano e protecionismo. Desde aquela virada crucial, aparece então como peça fundamental de qualquer negociação de integração na região latino-americana. Para este fato é necessário acrescentar, uma vez superada a terrível crise argentina, o seu estável entusiasmo para com o Mercosul, tanto como alternativa sólida para a proposta falecida da ALCA, como reação frente à estratégia americana de bilateralidade liberal na região.

Para o país ibérico, a conclusão é evidente: a Ibero-América é e deve ser um objetivo diplomático prioritário para sua política externa, sempre que realmente queira cumprir o importante papel na região que pretendeu desde a sua adesão em 1986 à Comunidade Européia.

Concluindo a problematização do preâmbulo geral, podemos argüir que tanto Espanha, como Brasil e México, compartilham um peso aproximado no cenário internacional, sendo consideradas como “potências médias”⁷, ou potências cuja principal virtude reside em sua multi-geo-politicidade. Estes três países possuem amplas margens de flexibilidade ao projetar uma política externa conscientemente diversificada, fato que nos induz a adiantar que estamos diante de três atores caracterizados por possuir uma política externa complexa e multidimensional.

Uma vez revisado o estado do tema proposto, passamos aos objetivos e hipóteses do trabalho. O objetivo principal do mesmo reside em **explicar o papel crucial da política externa dos principais atores ibero-americanos com vontade de integração (*Triângulo articulador de Espanha, Brasil e México*), com o objetivo de criar um espaço multilateral euro-latino-americano.**

7 “Potência média” representa um conceito que envolve umas características que os diferenciam de outros atores: Situação geográfica, fronteiras, História e Relações Internacionais de singular natureza. Neste sentido, me baseio na cassificação de potência média ou *middle powers* feita por C. HOLBRAAD que inclui aos nossos três países objeto de estudo, ver *Middle Powers in internacional Politics*. New Cork: St. Martins Press, 1984.

Para alcançar o objetivo proposto, parte-se de uma hipótese teórica geral, a saber: **as políticas externas entre três singulares atores estatais de diferentes processos regionais de integração, que são unidos por interesses comuns e cooperando com outros atores públicos e privados inter-regionais, dinamizam a associação entre estes blocos com o objetivo de criar um futuro espaço inter-regional de cooperação na sociedade internacional.**

Em função da hipótese de partida e do objetivo explícito do trabalho, elabora-se uma sucessão de hipóteses auxiliares ou reforços da principal, sempre em virtude da problematização do tema que esboçamos no preâmbulo. As hipóteses auxiliares do trabalho seriam as seguintes:

1. As relações privilegiadas entre o México e a Espanha colocaram a pedra fundamental para a superação das divergências (*cláusula democrática*) e obtenção do primeiro Acordo de Associação da UE com um país latino-americano.

2. As relações bilaterais, fundamento do posterior Acordo com o México, serviram como precedente para a estratégia da Espanha como sócia da UE na Ibero-América (Estratégia política de Acordos de Associação, Chile, Mercosul).

3. O Brasil e a Espanha, devido aos interesses bilaterais mútuos, serão os dois motores da assinatura e implementação do Acordo Inter-regional UE /Mercosul

4. A Espanha procurou, a partir da implantação do euro, durante sua presidência em 2003, dinamizar o acordo com o Mercosul e deste modo priorizar sua área natural de influência (Ibero-América) no seio de uma UE aumentada.

5. O objetivo último da política externa espanhola para a sub-região será fundar as bases de uma Estratégia Comum para A.Latina (levando em conta como marco posterior de ação a celebração da III Cúpula de Chefes de Estado da A.Latina e Europa no México durante maio de 2004), dentro da agenda externa do pilar comunitário da PESC e que primeiramente levará à assinatura do Acordo de Associação Inter-regional entre a UE e o Mercosul

6. A Espanha (a partir da sua entrada na UE em 1986), o México e o Brasil (por ser as economias emergentes mais importantes na América Latina em função do seu PNB e pela modificação da sua política externa durante a década de 90) são os três países que – baseando-nos na vontade política de integração que manifestaram no espaço ibero-

americano embrionário, assim como pela sua condição internacional de potências médias - serão considerados como três potenciais *atores excelentes*; tanto na criação e desempenho da agenda de interesses euro-latino-americana, como na geo-gestão do espaço inter-transatlântico multilateral de associação que surja.

Com respeito à metodologia de pesquisa, emprega-se o que pode ser qualificado como um foco "neo-realista", embora deve-se especificar que este seria caracterizado pela superação da exclusividade analítica com respeito ao papel estatal (uma preeminência de abordagem característica da visão mais tradicional da doutrina "realista" na Sociologia das Relações Internacionais).

Por conseguinte, baseamo-nos na preeminência efetiva (não estadocêntrica) do ator *Estado* instrumentalizado na elaboração e desenho da política externa dos seus governos sucessivos, embora sempre marcando especial atenção na interatividade do processo de diálogo mantido com outros atores públicos e privados para levar a cabo tal formulação.

Um modelo que pode ser qualificado como *dinâmico* e que tenta representar os processos de mudança de uma realidade internacional (Velho Regionalismo) para outro (Novo Regionalismo) em um processo gerador.

Neste sentido, faz-se uso do moderno termo "Governança"⁸ no seu significado epistemológico mais poético para extrapolar ao fenômeno conhecido como *Novo Regionalismo*. Neste ponto, considera-se necessária uma precisão analítica quanto ao termo, pois embora a sua origem seja marcada pela aproximação dos estudos de Governança multinível (*Multi-Level Governance*) para o fenômeno de integração europeu⁹, e então, como quadro de estudo apropriado para a abordagem de interação entre redes ou *networks* tanto horizontais (entre os vários níveis de competência) como verticais (cruzando os diferentes níveis de governança política, econômica e social); e que compreendem igualmente os âmbitos locais, regionais, estatais e supranacionais. Não há razão para que tal

8 Para ter uma precisa idéia do diálogo inter-seitoral que conleva o termo "Governança", acho útil mostrar a definição recolhida no *Diccionario de la Real Academia de la lengua Española* (22ª edición. 2001): "Arte o manera de gobernar que se propone como objetivo el logro de un desarrollo económico, social e institucional duradero, promoviendo un sano equilibrio entre el Estado, la Sociedad Civil y el Mercado de la Economía".

9 Veja-se por exemplo a PERKMANN, M.(1999). "Building Governance Institutions Across ropean Borders", em *Regional Studies: The Journal of the Regional Studies Association*, Vol. 33,nº 7. JORDAN, A.(2001). "The ropean Union: An Evolving System of Multi-Level Governance...or Government? ", em *Policy & Politics*, vol. 29, nº2.

análise não possa ser aplicada para a compreensão de outras estruturas de regionalização extra-européias

As diferentes aproximações teóricas no estudo destas *redes* coincidem em um conceito de "rede" como aquele conjunto de relações relativamente estáveis que não são hierárquicas, e sim interdependentes e que por sua vez se conectariam a uma variedade de atores que compartilham interesses comuns com respeito a certas políticas; trocando no seu desempenho aqueles recursos que lhes facilite alcançar estes interesses comuns. Para viabilizar este *modus operandi*, todos eles precisam perceber que a cooperação multidimensional é o melhor caminho para atingir esses objetivos comuns¹⁰. Os laços transnacionais e as *redes* podem ser consideradas fatores decisivos nas dinâmicas do processo de regionalização, entendida na sua característica de processo complexo e multifacetado que abrange integração formal e regionalização (através da consciente tomada de decisões ao nível político e institucional); da mesma forma que com a outra faceta daquilo que veio denominado como integração informal/ regionalização (além dos canais político-institucionais).

Voltando à realidade do "Novo Regionalismo", convém dizer que é uma abordagem que bebe das fontes proporcionadas pela Teoria dos Regimes Internacionais¹¹ A Teoria do Novo Regionalismo apresenta algumas bases iniciais que convém apresentar nesta introdução¹²:

- O estudo dos modos de regulamentação existentes na sociedade internacional, sobre ambientes diferentes, com independência de seu grau de formalização jurídica¹³ (o que poderíamos denominar de análise de "*Geometria variável*").

10 BÖZEL, T.A. (1997). "What's So Special About Policy Networks?-An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying ropean Governance", *European Integration Online Papers*, Vol 1, nº 16. <http://eiop.or.at/eiop/> (acceso 29/01/2006)

11 Nesta linha ver os trabalhos precursores de ALDECOA LUZÁRRAGA, F. y CORNAGO PRI, N.(1998), pp. 66-67: "El nuevo regionalismo y reestructuración del sistema mundial" (Vol. L - 1/1998), *Revista Española de Derecho Internacional*

12 Como introdução à Teoría dos Régimenes Internacionales, vejase BARBÉ, E. (1989), pp. 55-67.: "Cooperación y conflicto en las relaciones internacionales: La teoría del régimen internacional", em *Affers Internacionales*. Nº 17.

13 Sobre o multilateralismo e as organizaciones e regímenes internacionales, considerados como instituições com indepêndencia de seu grau de formalização jurídica: KRASNER, S.D. (ed.): *International Regimes*, Ithaca, Cornell Universiy Press, 1983; RITTBERGER, V.(Ed.), *Regime Theory and International Relations*, Oxford, Clarendon Press, 1993. Para uma caracterização do multilateralismo a partir das suas características

- Investigação das condições explicativas (*influentes*) do aparecimento e transformação no tempo dos diversos regimes internacionais.
- Os princípios, regras, normas e procedimentos da tomada de decisões que lhe dão forma (processo multinível através das *policy network*).

Uma vez vistos os pressupostos, podemos terminar este ponto afirmando que o Novo Regionalismo sugere um quadro de síntese satisfatório entre o uso dos conceitos multinível com a ontologia construtivista. Deste modo, enquanto a última provê a base explicadora, enfatizando a importância dos fatores ideais, os primeiros oferecem um balanço descritivo de como esses fatores são aplicados a vários níveis de interação global e regional.

O programa de pesquisa que será aplicado concede uma importante argumentação de apoio para uma base doutrinal com um foco não tradicional, isto é, (nem neo-realista nem neoliberal); se apostou no que é conhecido nos últimos anos como o foco de *Construtivismo Social*. Obviamente, não é considerada uma teoria das Relações Internacionais¹⁴, com o que é necessário estar consciente que o Programa a construir não será a partir de uma teoria completa. Tendo isto presente, sua eleição esteve bastante incentivada a partir das faltas percebidas nos focos tradicionais para sua aplicação ao estudo do "Novo Regionalismo". Nesta linha de trabalho procuraremos uma teorização mais indutiva e mais interpretativa do que dedutiva e explicativa. Por conseguinte, mais que premissas ou suposições prévias, o que teremos presente em todo o momento e ao longo do desenvolvimento da pesquisa é a exposição das hipóteses iniciais de trabalho. Tendo em conta isto, qualquer intenção de considerar o Novo Regionalismo como base e quadro teórico de trabalho precisa de uma condição de viabilidade, que possamos estabelecer os possíveis laços entre o desenvolvimento empírico dos níveis globais, regionais e sub-regionais. A esta escala dimensional deveríamos somar uma última macro bi-regional

de indivisibilidade (pertencencia a um sistema no seu conjunto), normas de conducta generalizadas e reciprocidade difusa, vejase: RUGGIE, J.(1992). Multilateralism: The Anatomy of an Institution. *International Organization*. 45(3). Verano.

14 Embora existam autores construtivistas que não rejeitem a possibilidade de construção no futuro, uma vez que se obtenha um número suficiente de dados acumulados. Neste sentido ver RUGGIE, J. (1998) "What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge", *International Organization*, 52, p. 855-885. Tem outros inclusive, que estão começando a apresentar o construtivismo como uma alternativa válida nas explicações neo-realistas e neoliberais das relações internacionais, ver WALT, M. (1998). "International Relations: One World, Many Theories", *Foreign Policy*, 110, pp. 29-46.

(sempre que interpretemos a América Latina como um todo regional e a UE como seu equivalente) ou o que é o mesmo, inter-regional.

Neste sentido, podemos salientar o peso crescente que o paradigma teórico do Inter-regionalismo¹⁵ ocupa no estudo das Relações Internacionais. Um paradigma que revise não só as premissas de funcionamento de cada um dos processos de integração efetivos na América Latina, mas também as relações que são dadas entre eles e inclusive a relação com outros espaços econômicos – para a América Latina, neste caso, a relação com a União Européia.

Para concluir, centrando-nos no desenvolvimento do método proposto para a investigação científica, aqui temos que sublinhar os passos seguintes do processo metodológico como técnicas mais usadas para levá-lo a cabo:

1. Analítico-sintético para estudar a realidade global objeto de interesse: o espaço geo-estratégico potencial que surgiria de uma associação euro-latino-americana. Uma realidade como a que poderíamos considerar como a mais moderna materialização prática do processo de Novo Regionalismo e, por extensão, do mundo contemporâneo das Relações Internacionais.

2. Com um processo seletivo obrigatório, devido à existência de uma multiplicidade de aspectos potenciais a analisar; neste ponto é óbvio e imperativo;

3. Uma concreção precisa de indicadores mais ajustada possível.

Sua aplicação para as Relações Internacionais deve continuar no âmbito teórico-metodológico, com a elaboração e investigação de indicadores novos (quantitativos e qualitativos) que traduzam toda a complexidade de relações e variáveis que entrelaçam o mesmo. Necessidade ainda mais imperiosa pelo constante aparecimento daqueles atores não tradicionais com interesses globais, que impelem suas próprias iniciativas e prioridades no debate. Entre os indicadores que propomos, realçamos em um primeiro momento:

- Quantitativos: Quadros estatísticos e gráficos comparativos; resoluções e ações concretas de programas bilaterais e inter-regionais.

- Qualitativos: A opinião de especialistas e atores diretamente envolvidos, iniciativas, declarações políticas, etc.

15 Como leitura de introdução a este paradigma se sugere “Interregionalism: A new phenomenon in international relations”, in: Heiner HÄNGGI, Ralf Roloff, Jürgen Rüland (Eds.), *Interregionalism and International Relations*, Abingdon/New York: Routledge, 2005, S. 3-14

Justificando as datas introduzidas no título da investigação para o estabelecimento da periodização, estudamos diferentes possibilidades de acordo com a adoção de um referente de governo comum aos três países de estudo. A complexidade de cada um dos processos políticos internos, como também a localização geográfica de cada um deles, supõe uma dificuldade inicial em estipular um ano de origem que suponha uma simultaneidade das três ações externas.

Lembrando o tema geral de estudo, as relações euro-latino-americanas, pensou-se em estabelecer uma data de partida que coincida com a entrada de Espanha (junto com Portugal) na UE. Desde aquela data, a região ibero-americana foi um objetivo diplomático principal para a política externa de Espanha desde que se propôs uma dedicação especial em estreitar as relações da Europa com a América Latina (objetivo explicitado na sua adesão em 1986 dentro Comunidade Européia).

A ampliação em dois novos sócios aumentou o interesse da Comunidade Européia no Sul, até então limitada essencialmente às velhas colônias dos Estados sócios da CE, fundamentalmente inglesas e francesas. A península ibérica induziu um grau de atenção equivalente depois para suas próprias ex-colônias ¹⁶

Anos depois, os outros dois países latino-americanos embarcam em expressões novas do regionalismo atlântico, em consonância com sua área geográfica. Deste modo, o Brasil promove a constituição do Mercosul, pela assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991. O México em uma mudança da sua política externa, procurando uma melhor inserção regional, passa formar parte em 1994 do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, junto com os EUA e Canadá.

Portanto, e tendo presente o objeto principal de estudo, estabelecemos um corte temporário com a pretensão de poder acompanhar o processo inicial de sua constituição e evolução, acompanhando os fatos mais fundamentais dos seus aspectos medulares.

As quatro Cúpulas inter-regionais entre a União Européia e América Latina e Caribe, 1999 no Rio de Janeiro, 2002 em Madri, 2004 em Guadalajara e 2006 em Viena, supõem o grau mais visível da institucionalização do encontro entre ambas as regiões. A Cúpula do Rio marca o ponto de partida do desenvolvimento de um processo que

16 BARBÉ, Esther : “De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática ropea”, Revista CIDOB.Nº 34/35, 1996.

denominamos durante o projeto *acervo documental jurídico-político das relações euro-latino-americanas*. As duas décadas abrangem importantes êxitos políticos nas relações entre ambas as regiões:

- O Acordo Marco de Cooperação inter-regional Mercosul-EU, dezembro de 1995, com três importantes capítulos: Diálogo Político; Cooperação e Assuntos Comerciais.
- A Declaração de Roma (1996), que estabelece o Acordo básico de cooperação CAN-UE; completado posteriormente com o Acordo de Diálogo Político e Cooperação (2003).
- O Acordo de Associação Econômica, Concertação Política e Cooperação UE-México, assinado em dezembro de 1997 e vigente desde julho de 2000; que imediatamente se tornou o mais amplo assinado pela UE fora da sua região, como também o primeiro acordo assinado com um país da América Latina.
- O Acordo de Associação UE-Chile, assinado em abril de 2000. Acordo de Quarta Geração, adicional ao tema comercial, faz referência especial ao Diálogo Político e ao âmbito de Cooperação.

Por conseguinte, foi escolhido um corte temporário de investigação no qual acontecem os processos políticos fundamentais que conformam o que se pode denominar como o *acervo jurídico-político-institucional* das relações euro-latino-americanas

Por último, a periodização do objeto de estudo atinge inclusive o ano de 2006, por duas razões concomitantes. Em primeiro lugar, por uma razão contextual da região; desde que falamos de um ano fundamental para a América Latina com a celebração de dez eleições com as suas óbvias repercussões, tanto de transições de governo como dos largos efeitos de mudanças nas posições políticas da região. Um fato que é necessário salientar é que nos resultados eleitorais estiveram envolvidos boa parte dos países sul-americanos: Chile, Equador, Peru, Brasil, Colômbia e Venezuela (sem esquecer uma Bolívia que os convocou em dezembro de 2005). No outro lado de Atlântico, a celebração da IV Cúpula em Viena supõe a imagem mais recente dos líderes de ambos os continentes, como também importantes iniciativas de associação.

Tendo analisado os elementos centrais do estudo, passamos a uma explicação de sua organização. O trabalho estrutura-se do seguinte modo: a presente apresentação, três

capítulos, as conclusões finais e uma bibliografia geral. Por último, incluímos 5 anexos com o objetivo de facilitar a compreensão visual em certos pontos do conteúdo.

A ordem dos capítulos atende à seguinte lógica de exibição: em termos gerais, o capítulo 1 pode ser considerado como a parte essencialmente teórica e dedutiva, incluindo uma *Introdução* e a parte central ou *Marco teórico e metodológico. O Novo Regionalismo e a Evolução dos modelos teóricos e processos políticos do Novo Regionalismo euro-latino-americano*. Os outros dois capítulos (Capítulo 2. *A estratégia transatlântica dos vértices* e Capítulo 3. *Definição, processo e estrutura do Espaço euro-latino-americano*) pertencem a um conteúdo principalmente prático e casuístico. Isto quer dizer que foram configurados na sua maior parte a partir de algumas fontes bibliográficas documentais e institucionais¹⁷.

É necessário especificar que a segunda metade do capítulo 1 possui um caráter "misto", *i.e.*, desenvolve por meio de uma ótica evolutiva - fazendo uso, portanto, de uma lógica fundada em uma dinâmica evolutiva - as correntes doutrinárias representativas do processo de integração correspondentes a ambas as bordas do Atlântico. Na mesma linha, o processo histórico compartilhado pelas duas grandes regiões objeto de estudo - a América Latina e a Europa - é analisado em duas grandes fases diferenciadas.

Estes modelos teóricos expostos, acrescentados ao processo político-histórico comum compartilhado, poderiam ser considerados, em certa forma, como uma parte significativa de um virtual "acervo histórico" prévio e formador de um Novo Regionalismo/inter-regionalismo euro-latino-americano.

Como respeito ao capítulo 2, essencialmente geopolítico, desenvolve um conteúdo desenhado para averiguar: as diferentes interações entre os atores vértice do triângulo (México, Brasil e Espanha), localizando-os separadamente e classificando-os por sua condição matizada de potências médias; como também os jogos de poder que se desenvolvem no espaço de estudo entre as duas superpotências (UE e E.U.A.), junto com potenciais atores supranacionais como Mercosul e Nafta e/ou futuríveis como a recente UNASUL (tendo a ALCSA e a Comunidade Sul-americana de Nações como antecedentes).

O terceiro e último capítulo aprofunda o objeto primordial de nossa investigação: o espaço euro-latino-americano. A análise vem de uma seleção dos documentos considerados mais decisivos para a estruturação político-gradual de um espaço declarativo já proposto.

¹⁷ Vamos por especial ênfase na análise *entre linhas* para o último capítulo.

A conjuntura destas relações durante os últimos dois anos reflete que seu passado, presente e futuro podem estar em consonância com os de uma Comunidade ibero-americana carregada de potencialidades proativas.

Nesta direção de potencialidades e desejos, durante a argumentação do último capítulo teceremos uma atitude crítica e propositiva com a intenção de refletir uma série de iniciativas e instituições que fomentam um debate aberto e novas linhas de trabalho para estudos futuros.

Capítulo 1. A Teoria do Novo Regionalismo no espaço inter-regional Atlântico

1.1 Introdução

O mundo no qual vivemos é um mundo regionalizado. Com o mercado europeu interno e o seu processo de expansão para o leste europeu, o NAFTA na América do Norte, MERCOSUL e a atual Comunidade Política Sul-americana (UNASUL) na América do Sul... só para mencionar alguns exemplos concretos que nos oferece o espaço Atlântico, a política econômica global é dividida em diferentes áreas regionais.

Tais manifestações do que chamamos *Novo Regionalismo* são o foco de atração e interesse da comunidade acadêmica internacional desde começos dos anos 90. Dessa forma, assistimos a um incremento considerável de estudos especializados nesta temática transversal em campos tão aparentemente diversos como o econômico, geográfico, a Economia Política Internacional, e claro, as Relações Internacionais, sem esquecer dos estudos de identidade e cultura.

Neste ponto arriscamos a hipótese segundo a qual assistimos a um processo elaborado e desenhado de um modo moderno de "baixo para cima". Isto quer dizer que podemos nos aproximar do regionalismo como um fenômeno contraditório e paradoxal que é desenvolvido em si mesmo ao redor das tendências competitivas e dos conceitos usados pelas atividades de uma gama de atores com capacidade de decisão. Entre todos eles, são os atores globais (ou com interesses globais) que podem ser vistos como agentes¹⁸ com potencialidade transformadora e que induzem diretamente na lógica da reestruturação das variáveis do regionalismo tradicional.

A vantagem que supõe o uso da teoria do Novo Regionalismo como quadro de análise reside, em primeiro lugar, na oportunidade que ela oferece como aproximação

18 Neste ponto, acho útil especificar a distinção que pode ser levada a cabo entre o "agente" e "agência", no sentido em que o primeiro termo que pode se interpretar equivalente ao "sujeito" e o segundo como "a institucionalização resultante daquele agente que leva a cabo o programa". Distinção levada a cabo pela professora Ana Stuart, em entrevista feita o 24/05/2006 na universidade PUC de São Paulo.

teórica para superar os problemas que gera a dicotomia dos conceitos *estado e supranacional*. Nesta nova teoria, ambos os conceitos são incluídos e transformados.

Em segundo lugar, a outra grande vantagem que provê esta teoria é que ela pode ser empregada como uma ferramenta analítica satisfatória e ideal para a comparação entre regiões diferentes. Aqui, entendemos "região" no sentido que HETTNE a confere, como unidades ecológicas e geográficas, sistemas sociais, que incluem organizações regionais que compartilham sociedades civis e com uma identidade e capacidade de desempenho distintiva¹⁹. Aqui se demonstra a flexibilidade da perspectiva e dinâmica da análise que nos provê esta corrente para experiências de integração regional recentes, como a UNASUL.

A Regionalização é compreendida como um processo multidimensional que não só inclui o comércio e o desenvolvimento econômico, mas também propostas ambientais, políticas sociais e de segurança. Neste sentido, o Novo Regionalismo faz parte de uma estrutura global de transformação (*Globalização*) na qual um amplo espectro de atores não estatais age e opera de modo simultâneo e em muitos níveis.

O quadro teórico que nós usaremos será então o Novo Regionalismo como teoria escolhida entre outras tradições oferecidas pelo *mainstream* das Relações Internacionais. Uma teoria que, aplicada a esta investigação, utilizará a ontologia construtivista na interpretação principal dada por WENDT, ou, o que é a mesma coisa, com o reconhecimento inicial do papel preponderante dos Estados²⁰, mas sem desconsiderar a importância dos fatores ideais. Também, será feita ênfase no uso da análise histórica para o estudo do processo de Regionalização, sem esquecer de outras perspectivas principais e concomitantes na fala do estudo como as políticas, econômicas e sociais.

19 HETTNE, B. "The New Regionalism: Implications for Development and Peace", em Hettne, B; INOTAI, A; (eds.), *The New Regionalism – Implications for Global Development and International Security*. (Helsinki, UNU World Institute for Development Economics Research); 1994, pp.1.

20 Tal como acertadamente apontam NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, no capítulo correspondente ao Construtivismo do seu livro. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, p.176; "até mesmo negando a antecendencia ontológica para os agentes e a estrutura, Wendt terminou de reconhecer um papel mais preponderante aos Estados, desde de acordo com ele, a anarquia - ou o que é a mesma coisa, a estrutura -, é o que os Estados - os agentes - fazem dela". O autor em que baseiam seu análise é WENDT, A. "Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics". *International Organization* 46(2), 1992, p. 391-425.

1.2 Aproximação à Teoria do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais.

Retomando o argumento prévio, podemos começar nossa aproximação teórica mencionando o pensamento geral de MITTELMANN no que se entende como fundação e contribuição principal do Novo Regionalismo no contexto da Globalização. Por conseguinte, de acordo com este autor²¹, uma abordagem como a que representa esta teoria investiga as formas contemporâneas da cooperação transnacional como também os fluxos trans-fronteiriços, por meio do uso de perspectivas comparativas, históricas e multi-nível.

O fenômeno do Novo Regionalismo não pode ser interpretado de um modo exclusivo no sentido de uma renovação ou renascimento das tendências regionalistas em termos de criação de instituições regionais, ou registrando o retorno modernizado de formas velhas e bem conhecidas do fenômeno na metade dos 80. Mais importante que fazer uma análise que possa ser tachada como simplista, podemos ter em mente o objetivo de entender o propósito e conteúdo da lógica subjacente de um regionalismo que está mudando - e no quadro deste processo -, sofrendo uma transformação fundamental. Podemos até mesmo dizer que assistimos a uma grande redefinição - usando letras maiúsculas -, que faz parte de um processo no qual as inter-relações tradicionais entre as variáveis do mercado, sociedade e ordem política (global), estão sendo reestruturadas. Isto é apoiado até mesmo por referências históricas prévias citadas pelo próprio MITTELMANN²², que defende que o regionalismo a partir dos anos 1990 não pode ser considerado como um movimento político fundado territorialmente em uma cultura definida e subsistente como acontecia por exemplo com o regionalismo dos anos prévios. Este *Novo Regionalismo* representa uma concentração de competição política e econômica na economia global por um fluxo de correntes *inter* e *intra*-regionais.

Outros dois autores que em certa medida foram os pioneiros do uso teórico do *Novo Regionalismo*, foram Björn HETTNE ou Frederick SÖDERBAUM, que defenderam a necessidade de ampliar o marco teórico que pudesse facilitar uma melhor compreensão e análise dos processos regionais, tendo em conta não só os fatores políticos ou econômicos,

21 MITTELMANN, J.H. "Rethinking the "New Regionalism" in the Context of Globalization", em *Global Governance*, vol.2. 1996, pp.189-213.

22 MITTELMANN (1996:190)

mas também a influência dos aspectos socioculturais, ao chegar ao estudo dos desenvolvimentos regionais em um contexto internacional mais amplo. De acordo com a postura compartilhada de ambos, o *Novo Regionalismo* é ligado de um modo especial à característica de mudança estrutural global da *Globalização* e não pode ser meramente entendido do ponto de vista simples de uma única região:

O que nós estamos oferecendo, mais que uma explicação específica, é uma teoria global que considere as peculiaridades regionais <...>. Uma Teoria Global Social significa uma ciência social compreensiva que abandona o estado-centrismo em um sentido ontológico fundamental. O processo social deveria ser analisado desligando-o do espaço nacional.²³

Por outro lado, o velho Regionalismo foi tradicionalmente associado às previsões protecionistas daquele liberalismo que caracterizou o mundo do pós-guerra. Inclusive, o fenômeno do Novo Regionalismo ainda é visto por alguns críticos como uma medida protecionista que é ao mesmo tempo considerada como um fenômeno associado à abertura desenvolvida nas décadas precedentes (*Regionalismo Aberto*).

Este fato indica uma natureza bastante paradoxal e até mesmo contraditória do Novo Regionalismo e que é freqüentemente ligada a uma pergunta repetidamente colocada: qual é a relação entre Novo Regionalismo e Globalização? Uma pergunta que se responde com múltiplas interpretações: desde uma postura fundada em uma concepção do regionalismo vista como "degrau a degrau", até um regionalismo visto como um "bloco hesitante" com relação para a globalização²⁴. Como nós veremos a seguir, os estudos chegam à (freqüentemente inconclusa) conclusão de que o Novo Regionalismo pode "representar a globalização", ou tentar dirigi-la, para regulá-la ou para resistir a ela²⁵.

23 Escolha própria. Ver HETTNE, B. SÖDERBAUM, F., "Theorising the Rise of Regions", em BRESLIN, S. HUGHES, C.W. PHILLIPS, N. ROSAMOND, B. *New Regionalism in the Global Political Economy: Theories and Cases*. Routledge. London. 2002, Pp. 33

24 Para ter uma idéia geral da alternativa aplicado a um processo e área concreta, ver: LAMY, P. (2002) "Stepping Stones or Stumbling Blocks? The EU Approach towards the Problem of Multilateralism vs Regionalism in Trade Policy", em *World Economy*, vol 25 nº 10, PP. 1399-1413. Blackwell Publishers. Oxford.

25 HVEEM, Helge (pp 71); "Explaining the Regional Phenomenon in an Era of Globalization", em Richard STUBBS y Geoffrey R.D. UNDERHILL (eds) *Political Economy and the Changing Global Order*. Oxford: Oxford university Press, 2000. Para a interpretação de "Bloco hesitante" ver entre outros LLOYD, P.J. (1992) Regionalization and world Trade. *OECD Economic Studies* 18 (Primavera); HART, J. (1992) *Rival Capitalists: International Competitiveness in USA, Japan and Western Europe*. Princeton: Princeton University Press; y HIRST, P. y THOMPSON, G. (1999) *Globalization in*

1.2.1 A globalização

O termo *Globalização* é um conceito usado cotidianamente, tanto nos círculos acadêmicos como na retórica política ou na imprensa diária. Isto apenas reflete o efeito imediato de uma causa geral; que ainda não há um consenso entre os especialistas mais reputados, para o uso deste conceito. É por isto que neste ponto achamos conveniente fazer um parêntese para detalhar logo o que o uso do mesmo representa tanto para nosso quadro teórico, como para os principais conceitos usado na Investigação²⁶.

A larga literatura acadêmica oferece uma variedade incrível de aproximações e teorias com respeito à noção de *Globalização*. Um autor como SCHOLTE apresenta de modo esclarecedor este dilema através de uma coleção de definições. Esta enumeração abrange desde uma definição de *globalização* como uma medida de desenvolvimento de uma sociedade global, enquanto sublinha o incremento da produção e o capital ou a divisão internacional do trabalho; para outras centradas nos aspectos da migração transnacional ou nos efeitos externos no meio-ambiente²⁷. À guisa de exemplo, no outro espectro da especulação teórica do termo, nós nos reuniríamos com os críticos.

Daquele ponto de vista, a *globalização* é uma espécie de mito criado pelos neoliberais com o propósito de promover a extensão de capitalismo, enquanto disfarçando de alguma maneira a supressão das culturas locais e favorecendo a americanização da economia política internacional²⁸. Obviamente foram escolhidas ambas as visões com o

Question. 2ª Edición, Cambridge: Polity Press. Para a interpretação da construção "passo a passo" para ver entre outros GAMBLE, Anthony and PAYNE, A.(1996) "Conclusion: The New Regionalism", en *Regionalism and World Order*. London: Macmillan; MITTELMAN, James H (1999), pp 25-53 "Rethinking the New Regionalism in the Context of Globalization", em HETTNE, Björn, András INOTAI y Osvaldo SUNKEL (eds) *Globalism and The New Regionalism*. London: Macmillan y HANSON, B.T. (1998) "What Happened to Fortress Europe? External Trade Policy Liberalization in the european Union". *International Organization* 52:1, 1999, pp 55-85.

26 Para alcançar esta complexa tarefa, foi escolhido entre o grande leque de especialistas e definições que oferece a literatura acadêmica, esses autores que mais em sintonia estão com nosso uso de interação entre atores e de criação de redes multi-nível.

27 SCHOLTE, J.A. "The Globalization of World Politics", em : BAYLIS, J. y SMITH, S. (eds), *The Globalization of World politics – An Introduction to International Relations*, Oxfor, Oxford University Press, 1997 (p.15).

28 Com respeito a esta visão céptica podemos realçar entre outros a : HIRST, P. y THOMPSON, G. *Globalisation in Question: The Internacional Economy and Possibilities of Governance*, (Cambridge, Polito Press, 2º edition), 1999.

propósito de exemplificar as contradições e confusões que giram ao redor do termo. Neste sentido é até possível sugerir que a *globalização* parece significar coisas diferentes em função das diferentes percepções argumentativas.

Tentando clarificar o sentido conceitual em nossa investigação, talvez uma das definições mais construtivas que se pode achar é aquela oferecida pelo professor da *London School of Economics*, David HELD ²⁹:

"A Globalização pode ser entendida como um fenômeno espacial, enquanto estabelece um laço contínuo entre "a coisa local", por uma parte e a coisa "global" por outra. Também denota uma mudança na forma espacial da organização humana e da atividade, para alguns canais de atividade, interação e exercício de poder transcontinental ou inter-regional <...> Hoje a Globalização supõe pelo menos dois fenômenos diferentes; primeiro, sugere que muitos dos canais de atividade política, econômica e social estão sendo caracterizados por uma natureza inter-regional; segundo, ela sugere que assistimos a uma escalação dos níveis de interação e interconexão dentro de e entre os estados e sociedades."

Consoante o sentido desta definição, a Globalização pode ser interpretada como um processo multidimensional e com facetas múltiplas que, por sua vez, implicam a utilização de uma grande quantidade de variáveis. Como exemplo, entre as noções que podem ficar afetadas, enumeramos as de *trans-continentalidade*, *inter-regionalidade*, *cidade*, *canais*, *interação*, *atividades*, *eventos*...

Com a intenção de identificar alguns desses indicadores que podem ser considerados válidos para nossa intenção de nos aproximar a uma distinção o mais precisa possível dos grandes fenômenos que ela envolve, selecionamos os seguintes³⁰:

- A Globalização estende as atividades sociais, econômicas e políticas, passando por cima das fronteiras políticas.
- Intensifica a interdependência internacional por meio de fluxos de comércio, investimentos, financeiros, correntes de migração e cultura.
- Apressa o mundo com os novos sistemas de transporte e comunicação. O que é traduzido em dois fenômenos: 1) as pessoas, os bens e capitais, circulam muito mais

29 HELD, D. Democracy and Globalization, MPIfG Working Paper 97/5, 1997 (p.2). <<http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/workpap/wp97-5/wp97-5.html>> (acceso 02-02-2006)

30 Indicadores adaptados de: HELD, D., MC GREW, A, GOLDBLATT, D. y PERRATON, J.(2001): "Managing the Challenge of Globalization and Institutionalizing Cooperation through Global Governance", em KEGLEY Jr, C.W. & WITTKOPF, E.R.(eds), *The Global Agenda – Issues and Perspectives*, (Boston, McGraw-Hill), p.135.

depressa e; 2) o conhecimento das sociedades e culturas por meio da informação como também a propagação de idéias novas, é mais rápido e também mais difícil de controlar.

- As mudanças e desenvolvimentos locais, embora estejam em lugares remotos, podem ter uma enorme transcendência global. As suas conseqüências podem se propagar até aumentar o número de problemas que podem ser resolvidos em um exclusivo internacional (para dar um exemplo, da mesma maneira que acontece com certos problemas ambientais nas agendas multilaterais da OMC, ONU, etc.).

Como se pode observar, o que poderíamos entender como o macro fenômeno da *globalização* supõe um incremento sem precedentes - tanto quantitativo como qualitativo -, não apenas das integrações funcionais, mas da própria interdependência internacional; assim como implica também uma multiplicação das atividades transnacionais e das interações tanto nas áreas políticas, como sociais e econômicas.

Voltando novamente à intenção de fazer uma *separata* ante a repetição dos termos usados, acreditamos importante fazer uma precisão neste ponto do desenvolvimento: *globalização* é um conceito que não deve se cometer o erro de confundir com *interdependência*. A diferença de ambos que é de caráter qualitativo. Deste modo, enquanto o último se concentra no incremento dos laços de união entre as diferentes entidades de soberania; o primeiro sugere a prévia penetração daquele *espaço soberano*. Aqui, usamos de um modo consciente o velho atributo do poder estatal para fazer menção a algo muito importante: Essas dinâmicas estão causando muitas mudanças estruturais, incluindo entre elas o modo de reconsiderar o papel dos governos nacionais, como também o papel do Estado.

Podemos afirmar - e na medida em que assistimos a este evento cada dia mais - que a *Globalização* coloca em questão a efetividade do governo territorial fundado na exclusividade da soberania³¹ nacional. Eis a condição prévia decisiva para entender como a *Governança* evoluiu inadvertidamente para outro nível à margem da tradicional exclusividade estatal.

³¹ Quando falarmos de *Soberania*, estamos recorrendo ao conceito que aplicou o Sistema originado dos Estados-nação da Westphalia. Um tema que nos aproximaremos mais tarde.

Hoje em dia, os governos nacionais não podem controlar de modo eficiente acontecimentos transversais para o ambiente de sua atuação, como os efeitos das companhias multinacionais, os problemas ecológicos, o crime internacional e o terrorismo, ou até mesmo as especulações financeiras. Se assumimos como fato e problema o vazio de controle que existe nestes importantes exemplos, temos que reconhecer que a origem dos mesmos não pode se localizar em um âmbito territorial concreto, e sim em uma permeabilidade fronteiriça. Por conseguinte, podemos observar como a tradicional organização política, econômica e social do nível nacional, ou o que nós entendemos como *estado-nação*, está sendo sujeito a constantes testes pelas pressões sofridas de modo simultâneo, tanto pelo nível supranacional como pelo nível sub-nacional.

Se considerarmos o processo de *Regionalização* como uma dimensão importante do prévio macro-processo ou *Globalização* (da maneira que nós o interpretamos), podemos concluir que ambos são caracterizados por uma dimensão espacial - em diferente escala -, e pelo fato de combinarem de um mesmo modo elementos integradores e desintegradores. Nesta linha, da mesma maneira que vimos no desenvolvimento do texto, há um grupo de autores que dão ênfase em ambos os fenômenos, tanto para a *Globalização* como para o *Regionalismo*, à característica de possuírem um tipo de relação simbiótica. Ou, dito em outras palavras, podemos achar posturas que problematizam uma posição dos dois fenômenos que insinua que às vezes um fenômeno trabalhe contra o outro e, em outras ocasiões, ambos se reforcem mutuamente³².

1.2.2 O novo papel do Estado

Desde a metade do século de XIX, a rápida globalização e a conectividade supra-territorial transformou a construção soberana do Westfaliano estatal em algo obsoleto. A aplicação da soberania com a Westphalia dependeu de uma geografia territorial na qual todas as relações sociais aconteceram em certas localizações.

A nova era de globalização não permite continuar concebendo o estado em seu exercício tradicional de soberania e poder no território que domina. Na realidade, em numerosas ocasiões assistimos a casos em que as relações mundiais influenciam de um

³² Ver HETTNE et AL., (1999), *Globalism and New Regionalism*.

modo decisivo em um país sem nunca pisar no palco do seu território. Deste modo, podemos mencionar alguns exemplos³³ de comunicações que afetam à vigilância e, portanto, também a sua devida prevenção e descoberta: as transmissões de dados pelos novos meios tecnológicos; os telefonemas; as emissões de rádio, satélites; etc.

A outra faceta de ingerência da *mass media* eletrônica tem que ver com espaços tão importantes de sua competência como são a construção do idioma e a educação. Nestas áreas tradicionais de autoridade nacional, nenhum estado pode ter domínio completo na atualidade nas influências e permeabilidades culturais externas.

Outros aspectos a investigar seriam as associações transnacionais ou as multinacionais; a perda de autoridade em política monetária, pelos cartões de crédito ou as mudanças das moedas correntes estrangeiras em divisas. Aqui, não queremos deixar de mencionar outros acontecimentos causadores da reformulação da governança estatal, tais como o comércio eletrônico, o comércio intra-empresarial; as questões ecológicas como a degradação da camada de ozônio, a perda de biodiversidade em território soberano (vide o exemplo da Amazônia), etc.

A Globalização e o crescimento da supra-territorialidade afetaram em níveis diferentes a capacidade para gerar sentimentos nacionais. Assistimos ao avanço de uma geografia nova que é refletida na criação de novos laços fronteiriços, graças ao aparecimento de solidariedades e identidades não territoriais. Na outra face da moeda, podemos localizar um vigor novo nas solidariedades locais. É que, como já defendeu Raimondo STRASSOLDO³⁴ no princípio dos anos 90, quando enfrentamos uma globalidade aparentemente tão intangível e incontrolável, muitas pessoas optam em dar as costas ao *estado* em favor de uma espécie de "lar" local que lhes permite, de um modo mais imediato, alimentar as suas esperanças de comunidade e autodeterminação. A tudo isso podemos somar também que tanto os cidadãos como os governantes foram forçados a ser cada dia mais preparados para negociar valores tão diversos como o crescimento econômico, os direitos humanos ou a integridade ecológica - nenhum desses, por outro

33 Ver SCHULTE, J.A "Globalization and Governance: From Statism to Polycentrism", *CSGR Working Paper*, N° 130/04, 2004, p.7

34 STRASSOLDO, R. "Globalism and Localism: Theoretical Reflections and Some Evidence", em MLINAR, Z. (ed.), *Globalization and Territorial Identities*. Aldershot: Avebury. 1992.

lado, são ligados estritamente ao território; como prioridades de ação mais importantes até que a tradicional lealdade para o estado.

Neste ponto, é necessário salientar a postura teórica desses analistas que, em termos gerais, partem da idéia que a soberania, da mesma maneira que tradicionalmente nós a entendíamos, não é que tenha terminado, mas adotou uma nova forma que permite a ela adaptar-se às condições pós-estatais. Nesta linha convém realçar alguns autores³⁵ que enfatizam - tanto como idéia central, quanto como elemento prático das suas teorias - a hipótese segundo a qual a *soberania* é uma construção social que evolui em função da mudança que é gerada em seu contexto histórico.

Isto sugere que o fim da soberania estatal baseado na Westphalia não supõe, de maneira alguma, o fim do poder do Estado. De fato, os Governos podem moderar os efeitos da Globalização nos seus territórios e populações por meio de diversos canais de atribuição estatal (sempre que os possam preservar por meio de políticas firmes de soberania). Entre elas, poderíamos mencionar as políticas fiscais, monetárias, de consumo, trabalhistas, ambientais, etc.

Neste sentido particular, os Estados mais fortes ou poderosos podem influenciar de modo significativo as atividades supra-territoriais e até mesmo globais, adaptando-se às novas geografias políticas para obter vantagens consideráveis. Por exemplo, o Governo dos EUA acabou sendo o único superpoder individual graças, em grande medida, ao uso que fez das regras e instituições globais (nas áreas monetárias, financeiras e militares). Do mesmo modo, esses Estados que podemos considerar como atores principais do cenário internacional³⁶ ganharam alguns novos poderes fáticos, ainda que se observe, em paralelo, um processo de perda de parte de soberania tradicional.

No lado contrário do espectro, são os Estados mais fracos que tenderam para uma perda do seu poder relativo frente à expansão da Globalização. Como SCHOLTE

35 Entre outros, salientamos a ONUF, N.G.(1991) "Sovereignty: Outline of a Conceptual History", *Alternatives*, vol.16, nº4. pp.425-446.; BIERSTEKER, T.J.y WEBER, C. (eds) (1996). *State Sovereignty as Social Construct*. Cambridge: Cambridge University Press.; SØRENSEN, G.(1999) "Sovereignty; Change and Continuity in a Fundamental Institution", *Political Studies*, vol. 47, nº 3, pp. 590-604.

36 Para ter uma classificação em mente, podemos mencionar como exemplo mais transparente a esses componentes do G-8 mais China.

lucidamente expressou³⁷, é um triste paradoxo que esses estados pós-coloniais, que nasceram na época de uma rápida globalização e no auge da supra-territorialidade, obtivessem o reconhecimento da desejada soberania westfaliana, no momento preciso que a mesma deixou de ser realizável na prática.

Então, se partimos da afirmação segundo a qual os Estados persistem, podemos afirmar que - avaliando de um modo detalhado os casos individuais deste último grupo na balança de poder -, os mesmos continuam permanecendo (em maior ou menor medida), como os atores fundamentais da *governança* contemporânea, sem qualquer indicação que este processo de Globalização possa levar a seu desaparecimento futuro.

Da mesma maneira que previamente se discutiu, o estado não permaneceu igual ao que costumava ser. Isso é, de acordo com a linha teórica que defende³⁸ que o Estado nunca foi fixo durante toda sua história, mas que em um movimento que nós podemos descrever como perpétuo, sempre esteve "*em movimento, desenvolvimento, adaptação, incorporação; <...> sempre em algum tipo de transição*".

Entre estas mudanças, deveríamos realçar o desenvolvimento de novas capacidades que lhes permitiu negociar temas globais tão importantes como a mudança climática, as finanças eletrônicas, os direitos humanos e a produção transnacional, entre outros. Neste sentido, uma das características que foram desenvolvidas nesta nova era *post-westfaliana* foi o incremento considerável das conexões trans-estatais nos processos motivados pelas novas necessidades de regulamento.

Esboçado o panorama prévio, defendemos a postura que deixa de lado a consideração tradicional do Estado como ator individual, desde que os acontecimentos contemporâneos derivados da Globalização demonstraram que afetam de um modo sensível o modo de ação coletiva interestatal.

Na atualidade podemos assistir à impossibilidade do estado para exercer um controle total e unilateral da sua própria jurisdição territorial. É por isso que o esforço combinado de vários Estados oferece, freqüentemente, consideráveis vantagens recíprocas

37 SCHOLTE, J.A. *Globalization and Governance: From Statism to Polycentrism*, SCGR Working Paper N° 130/04; 2004, p. 10

38 CAMILLERI, J. A. JARVIS A. P. y PAOLIN A. J, (eds). *The State in Transition: Reimagining Political Space*. Boulder, Lynne Reiner, 1995, pp 5-6.

e imediatos efeitos positivos no regulamento e estabilização de diversas áreas de ação política. Tentando considerar este fenômeno moderno, dentro do mundo acadêmico há quem defenda o uso dos conceitos "*relações trans-governamentais*" ou as "*redes de governo*"³⁹". Ambas as definições são igualmente válidas para tentar explicar as interações que acontecem em assuntos que são de interesse comum entre os correspondentes quadros de funcionários estatais. Mais precisamente, falamos de alguns corpos de funcionários que têm trabalhos semelhantes e funções equivalentes, e que não têm que ficar condicionados à existência prévia de tratados formais ou secretarias permanentes.

A tudo isso é necessário somar que as redes trans-estatais desenvolveram uma tipologia muito mais ampla de canais do que os aparatos tradicionais dos estados (os canais de coordenação presidenciais em assuntos externos, a coordenação diplomática e os canais dos exércitos). Hoje em dia, além destes canais, vemos outras opções, como podem ser os canais desenvolvidos entre os correspondentes ministérios de justiça e os diferentes aparatos policiais. Os primeiros trocam experiências pelos respectivos comissários em temas tais como procedimentos judiciais, direitos humanos, regulamento de minorias étnicas, etc. Os segundos desenvolvem operações comuns no combate a atividades criminais que afetam os seus objetivos de segurança nacional. Em outros âmbitos de desempenho combinado, os legisladores ambientais dos diferentes países elaboram agendas periódicas inter-estatais para aqueles problemas ecológicos que os afetam de um modo direto; as autoridades sanitárias ou os responsáveis para serviços de imigração, colaboram regularmente ou de maneira pontual, compartilhando informação e ações preventivas. Não esqueçamos de mencionar aqui outros exemplos de canais trans-estatais, como aqueles que ocorre entre os responsáveis dos bancos centrais, entre as autoridades de política trabalhista, reuniões interparlamentárias, etc.

Hoje em dia é necessário ter muito presente que algumas das dinâmicas de governança trans-estatal não têm base formal no convencional Direito Internacional. É assim que procuram alternativas em canais menos complexos que os convencionais – seja

39 Entre outros podemos notar a KEHOANE, R.O. y NYE, J.S. (1977) *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston, MA: Little, Brown.; SLAUGHTER ; A. M. (2000) "Government Networks: The Heart of the Liberal Democratic Order", en FOX, G.H. y ROTH, B.R. (eds), *Democratic Governance and International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.199-235.

através de diversos instrumentos não jurídicos como os documentos de trabalho ou pelo uso do *whitepapers* -; que escapam à necessidade de uma exigência formal como a ratificação política pelos corpos nacionais legislativos ou supranacionais.

Provavelmente, as manifestações mais evidentes desta governança trans-estatal no tema que nos ocupa podem se ver refletidos na criação de diversos agrupamentos como o Grupo dos 20 (ou como é na conhecido atualidade, o G23), em assuntos essencialmente agrícolas, ou a abertura das reuniões em finanças de G-8 pelos convites periódicos para os representantes dos países considerados como *mercados emergentes*, nomeadamente o Brasil.

1.2.3 O Construtivismo social

Lembrando o que tínhamos mencionado previamente, é necessário dizer que as tendências explicativas do par conceitual *Novo regionalismo* / *Globalização*, não são mutuamente excludentes mas, com muita frequência, coexistem em função das concepções competitivas de uma gama de atores envolvidos no regionalismo. Nesta linha deveríamos especificar que o ator com interesses globais, como ator poderoso que é, é cada vez mais frequentemente responsável por criar e desenvolver novos conceitos no quadro político em que insere as suas atividades. Por outro lado, alguns quadros contextuais mostram um mundo regionalizado que contrasta com o papel jogado pelas regiões. Deste modo, é necessário realçar a importância dos estudos relacionados com o papel crescente dos indivíduos na difusão das normas por parte das instituições. Estudos cuja origem pode estar no conceito de “empreendedor moral” (*moral entrepreneur*). Um conceito que foi usado para explicar a razão para que uma norma surja em um determinado momento.

Os empreendedores morais são indivíduos comprometidos, que estão no momento e no lugar apropriado, e que podem transmitir as suas convicções a estruturas sociais mais amplas⁴⁰. Mas talvez mais frutífero seja o uso da noção de "comunidade epistêmica" -

40 Ver as obras de dois autores: FINNEMORE, M. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996; FLORINI, A. “The Evolution of International Norms”, *International Studies Quarterly*, 40, 1996, pp. 363-389.

noção desenvolvida por alguns autores institucionalistas neoliberais, no quadro da teoria dos regimes⁴¹. De acordo com a definição de Peter HAAS⁴²;

"Uma comunidade epistémica é uma rede de profissionais com reconhecida experiência e competência em um certo campo e um reconhecido conhecimento de temas fundamentais para a elaboração de políticas nessa área temática".

Neste sentido, podemos achar um desenvolvimento construtivista do conceito de comunidade epistémica levado a cabo, de um modo fundamental, por Emanuel ADLER⁴³. Adler concebe as comunidades epistêmicas como criadoras de convicções inter-subjetivas que agem como "*veículos de suposições teóricas, interpretações e significados coletivos que podem ajudar criar a realidade social das relações internacionais*", e especificamente pela "*difusão e internacionalização de normas novas constituintes que podem terminar de criar identidades novas, interesses e até mesmo tipos novos de organização social*."

Da mesma maneira que dissemos previamente, se partimos da suposição da crescente importância do ator com interesses globais e o qualificamos geralmente como um ator não estatal, os resultados da sua interação em foros diversos, como a sua participação em fóruns do mais alto nível, encontros em clubes *vips* privados... são cada vez mais importantes nas relações contemporâneas internacionais, não só para a manutenção do seu papel individual de ator global. De fato, para além do interesse pessoal, são na realidade essas reuniões os lugares satisfatórios onde é possível gerar novos conceitos e idéias que girem ao redor do tema, por exemplo, do tipo de ordem política e econômica global favorita. Estes atores influenciam, por sua vez, a globalização e a transformação de uma forma protecionista característica do regionalismo anterior.

Neste ponto, é inevitável esclarecer ao que nós queremos nos referir exatamente quando falamos de *regionalismo*. Infelizmente, temos achado poucos estudos no panorama

41 Ver SALOMÓN, M.: "La Teoría de Las Relaciones Internacionales en los Albores del Siglo XXI: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones", en *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, 2002, p. 43

42 Escolha e Tradução propia de HAAS, P. "Epistemic Communities and International Policy Coordination", *International Organization*, 46, 1992, pp. 1-35.

43 Autor que ilustrou os seus argumentos pelo estudo de caso no papel de comunidades epistêmicas na adoção de normas de controle nuclear. Ver ADLER, E. "The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control", *International Organization*, 46, 1992, pp. 101-145.

internacional acadêmico que, de maneira explícita, marque as diferenças entre *regionalismo* e *regionalização*. Mais do que isso, podemos afirmar que a confusão gerada ao redor das definições contribui em grande medida para escurecer o fenômeno do Novo Regionalismo. Neste sentido antes de começar a explicar as principais posturas teóricas destes dois conceitos, podemos arriscar, de um modo sintético, uma útil distinção conceitual entre *Regionalismo* e *Regionalização* com o objetivo de reduzir o seus múltiplos significantes para um significado genérico que nos provê uma maior capacidade explicativa de agora em diante. Deste modo, podemos entender o *Regionalismo* como projeto e *Regionalização* como processo⁴⁴. O *Regionalismo* incluiria as iniciativas políticas dos representantes de governo para estreitar a cooperação política e econômica entre esses Estados e atores que fazem parte da mesma região. Da mesma maneira, o grupo de projetos políticos que surgem da interação entre os atores de governo estatais, os atores estatais não governamentais e os atores transnacionais (de um modo fundamental, as companhias nacionais, grupos de pressão e companhias transnacionais entre outros), conformariam o projeto regionalista comum. Para o termo *regionalização* é necessário entender o grupo de processos de integração que são determinados de um modo efetivo dentro de um ou vários ambientes geográficos regionais; este fenômeno expressa a intensificação das relações entre o Estado e atores não estatais que fazem parte da mesma região mas, ao contrário do *Regionalismo*, o caráter político ou o referente institucional destes processos não é sempre presente nem é habitualmente necessário. De fato, a intensidade das interações sociais e, de modo especial, das interações econômicas é, na realidade, o que permite falar da existência de processos de Regionalização nos quais tanto interesses econômicos quanto elementos ideológico-culturais (isto é o caso da construção dos conceitos novos), estão por baixo da lógica subjacente.

Quando estes processos econômicos, sociais – e, de acordo com o caso-, políticos, ocorrem de um modo simultâneo em várias regiões, pode ser porque entre os políticos responsáveis exista uma tendência compartilhada para considerá-los como algo benéfico e,

44 Esta é a linha seguida, entre outros, pelo grupo de Economía Política Internacional da Universidade de Sheffield. Veja-se como seus máximos representantes a Andrew GAMBLE y Anthony PAYNE a partir da publicação que levaram a cabo como editores de *Regionalism and World Order*, Londres: Macmillan, 1996.

por conseguinte, para apoiá-los politicamente com projetos de integração regional (*regionalismo*).

É necessário dizer que a relação que une *Regionalismo* e *Regionalização* é dialética, embora de acordo com o caso possa predominar um fenômeno ou outro. Deste modo, há ocasiões em que o projeto surgiu antes do processo e, pelo contrário, em outras ocasiões a realidade foi anterior às iniciativas políticas. Às vezes, estas últimas precederam à regionalização (como aconteceu com a criação das Comunidades Européias), outras vezes só ficaram em projeto mal-sucedido ou sem aplicação (isto aconteceu com o caso das iniciativas latino-americanas dos anos sessenta e setenta); e em outros casos foram os processos regionais econômicos que prescindiram delas ou que se adiantaram ao regionalismo (caso de Ásia oriental nos anos oitenta).

Nesta altura - e uma vez que esboçamos em grandes pinceladas esta distinção de termos e as suas conseqüências principais em significados -, já estamos preparados para continuar a análise por meio de uma lógica significativa mais profunda. O propósito deste segundo estágio é tentar alcançar uma explicação satisfatória dessas idéias subjacentes e implicações teóricas correspondentes que cercam estas duas terminologias. Por conseguinte, exporemos várias das definições e pontos de vista de alguns dos especialistas mais importantes no Novo Regionalismo e, em resumo, da corrente teórica do construtivismo social:

Regionalização, tal como entendida por HURRELL, “*recorre ao crescimento da integração societária dentro de uma região e ao freqüente processo não dirigido de interação social e econômica.*”⁴⁵ Se nos centramos no seu aspecto econômico, *regionalização* significa o processo quase autônomo e empiricamente espontâneo moldado dentro de uma área específica geográfica que permite o incremento da interdependência econômica regional e a criação de estradas regionalizadas para as transações econômicas. No entanto, dizer que o *Regionalização* vem da autonomia e espontaneidade não significa que está de modo algum distanciado da coisa política. Neste sentido, a *regionalização* não tem que ser o resultado do *regionalismo* necessariamente, embora é certo que possa assim ser. Isto permite analisar a segunda definição:

45 HURRELL, Andrew, (p.334).: “Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics”, *Review of International Studies* 21 (4) (1995): pp 331-358.

Regionalismo, para HVEEM é "*o corpo de idéias que promovem e identificam um espaço geográfico ou social como projeto regional*"⁴⁶. Ou é a presença ou a construção consciente de uma identidade que representa uma região específica. Desta maneira, o Regionalismo é normalmente associado a um programa político (as metas têm que ser alcançadas) e estratégico (são construídos significados e mecanismos, de forma que as metas possam ser alcançadas), e de modo habitual é conduzido no processo da sua construção por uma instituição.

Com respeito a esta última definição, podemos dizer que o ponto de vista de HVEEM reflete três idéias que estão presentes na maioria das aproximações teóricas sobre o que é *regionalismo*: Um foco que dá especial atenção a uma área geográfica particular (região); um projeto regional particular em volta dele e a sua institucionalização pelos mecanismos de negociação das áreas de livre-câmbio ou mercados comum, como acordos regionais. Generalizando, pode-se dizer que a grande maioria dos estudos teóricos sobre *regionalismo* presta grande atenção ao laço entre os projetos liderados por Estados (*state-led projects*)⁴⁷, com a iniciativa para concertar e concluir os acordos regionais institucionais.

Outra definição que poderíamos sugerir é aquela que enxerga além dos espaços regionais particulares e dos seus respectivos projetos regionais. Uma visão que propugna uma primeira aproximação para o fenômeno desde um ângulo mais abstrato, um foco cognitivo. Nesta linha de pensamento poderíamos mencionar JAYASURIYA⁴⁸, que diz: "*Regionalismo é um grupo de práticas cognitivas formado pelo idioma e uma fala política que por meio da criação de conceitos, metáforas e analogias, determina como definir a região.*"

É necessário clarificar que, quando JAYASURIYA fala destes *conceitos*, na realidade recorre a modelos e metáforas que são suscetíveis de ser compreendidos - se seguimos a fala posterior de HURRELL⁴⁹-, como "*prescrições ou posições de moral*" ou

46 HVEEM, Helge (2000), p.72.

47 SPINDLER, Manuela.: "New Regionalism and the Construction of global Order", *CSGR Working Paper*. Nº 93/02. University of Warwick 2002, p. 7.

48 JAYASURIYA, K. (p. 411),.: "Singapore: The Politics of Regional Definition", en *The Pacific Review* nº7 (4). 1994, pp. 411-420.

49 HURRELL, Andrew (1995), p.334. op cit.

como aquela doutrina que defende o *como as relações internacionais deveriam ser organizadas* (ênfase do mestrando).

Este ponto de vista estabelece o regionalismo como um tipo de construção cognitiva: um ponto de vista normativo do mundo como um mundo regionalizado. Por conseguinte, se seguirmos as consequências desta lógica, há versões diferentes disso que pode se entender como um mundo regionalizado. Daqui poderíamos concluir que o *Regionalismo* não está definido com um só ponto de vista mundial mas que - em um estágio posterior -, pode ser definido como um tipo de fala política dentro da qual os regionalismos competem com conceitos diferentes criados à sua medida e que giram ao redor de o que é *Regionalismo*.

Ambas as definições de *regionalismo* refletem uma perspectiva teórica que contém um sentido ontológico. Quer dizer, em essência, é adotado um foco construtivista social que concede especial poder explicativo para fatores não materiais, tais como os diferentes pontos de vista mundiais com seus respectivos *corpus* de conceitos e idéias.

Resumidamente, pode-se interpretar como *regionalismo* uma visão de mundo, que é conformada na sua essência com a idéia básica que o mundo é um mundo regionalizado. Como tal, é apenas um conceito dentro de uma gama de possíveis conceitos de ordem mundial. De acordo com a dinâmica das lógicas e conteúdos que encerram as regiões em um mundo regionalizado, podem ser identificados pontos de vista diferentes sobre o que é um mundo regionalizado em si mesmo. Estes pontos de vista são ligados a atores que acreditam neles e competem com o uso do *regionalismo* na sua fala política. Por conseguinte, como ponto de vista do mundo e como conceito dominante, o *regionalismo* concebido como fala, nos leva acreditar na existência de uma série inteira de regionalismos "históricos" implementados em particulares *períodos* de tempo e tendo cada um deles uma ênfase especial em seu particular espaço - tendo sido conduzidos, por sua vez, pelo seu particular grupo de atores.

À primeira vista, está claro que falamos de "conceitos" que revelam uma complexa dimensão instrumental e cujos significantes estão carregados com uma racionalidade de ação inerente à cada um deles. Da mesma maneira que defende NEUFELD⁵⁰, isto permite

50 NEUFELD, M.. *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge: Cambridge University Press. (1995), pp. 88-91

nos aproximar de uma compreensão de mudança da ordem global como uma explicação parcialmente concomitante, entre outras causas, para a criação de novos conceitos e idéias. Este teórico também defende uma aproximação construtivista social e, em particular, a constituição de um modo de explicação holístico / coletivista a ser adotado com o propósito de possibilitar a explicação da grande transformação e mudança experimentada. Quer dizer, um modelo que ponha atenção especial às relações entre os atores e as estruturas das Relações Internacionais.

Ao fazer referência a uma linha argumentativa que se insere dentro da mesma corrente, embora seja completamente diferenciada, podemos falar de outro modelo causal e metodológico de explicação em relação ao foco usado. Neste caso recorreremos àquele defendido por WENDT que, de acordo com a sua posição, nos permite falar de uma aproximação teórica de tipo individualista que pressupõe o fato básico que as relações sociais e, finalmente, o fenômeno social, pode ser explicado em termos de fatos individuais. Neste modelo, os atores constroem estratégias do mundo de acordo com os seus interesses. Isto é alcançado assumindo identidades e interesses de atores que, desde sua perspectiva individual, são exogenamente determinados⁵¹.

Em definitivo e sempre que nós partimos da linha de SCHOLTE⁵², podemos dizer que a convicção mais geralmente compartilhada pelo construtivismo social é que "*as construções intelectuais* –como representações coletivas que são - (...) *são aquelas que ajudam a conformar o curso da tendência.*"

Neste ponto da exibição pode ser pertinente pensarmos na pergunta seguinte: Qual é o curso tendencial que segue o Regionalismo?....

Em primeiro lugar, deveríamos esclarecer na resposta que a mudança do que aqui falamos não recorre à substituição imediata ou automática de uma ordem para outra, mas que a mudança é guiada por esses agentes que agem de acordo com a instalação gradual dos novos conceitos e idéias previamente se referidas.

Precisamente por isto, é de grande interesse estabelecer a relação entre estes novos conceitos e o "mundo real", no sentido que se nós aceitamos a premissa da existência de

51 WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

52 SCHOLTE J.A. (p.49): "Beyond the Buzzword: Toward a Critical Theory of Globalization", en Eleonore Kofman y G.Young (eds.) *Globalization: Theory and Practice*. London: Printer. 1995, Pp. 43-57.

estruturas dominantes, pode nos guiar a pensar na possibilidade efetiva da *Mudança* –com maiúsculas. Por exemplo, no argumento e defesa de algum concebível mundo futuro alternativo. Para entender esta relação complexa, é necessário dar ênfase no fato que os conceitos, visões de mundo e idéias são dificilmente acessíveis ao seu conhecimento no nível da *representação*, isto é, expressados por meio de linguagens de textos ou falas⁵³.

De um modo conclusivo podemos afirmar que o mundo foi, é, e de um modo óbvio continuará a ser (sem arriscar o prazo) um mundo regionalizado. Porém, podemos matizar esta premissa, desde que a lógica que se inscreveu no *regionalismo* está mudando, para sermos mais precisos: o *Velho Regionalismo* está sofrendo um processo de transformação a um *Novo Regionalismo*. Isto é registrado como o aspecto mais visível ou externo de uma reestruturação fundamental no jogo das relações entre autoridade política, mercado e sociedade; através dos seus agentes.

Propomos uma chave para poder entender esta grande *Transformação*. Uma chave que surja em uma aproximação analítica que tenha como base de estudo os atores que possuem interesses globais (e então exógenos à área de atuação da lógica estatal ou da autoridade política) e com capacidade suficiente de exercer influência para repercutir nessa *transformação*; mas que por sua vez e de um modo contínuo, geram novas idéias e concepções na ordem mundial.

1.2.4 O Inter-regionalismo

As regiões não só são estruturadas de acordo com o seu funcionamento interno, mas também com respeito ao modo em que estão relacionadas com o resto do mundo na sua faceta externa.

Alguns fatores externos influenciam decisivamente na sua cooperação regional e podem vir de Estados extra-regionais, potências em particular, mas também de outras regiões ou processos regionais. Dentro do espaço Atlântico, na região de América Latina e

53 Para fazer isto mais claro, podemos achar um exemplo histórico sobre um conceito global de ordem e mudança ao nível representativo; nas idéias geradas durante os anos 70' no processo de Diálogo Norte-sul com as concepções explícitas que foram geradas pelas partes diferentes com respeito da Nova Ordem Econômica Internacional

Caribe, nós falaríamos de EE.UU (como Estado extra-regional) e União Européia (como processo regional).

Em frente a uma globalização em que os processos de regionalização têm lugar em níveis diversos do sistema mundial –sempre que o interpretarmos como um todo -; comparando tanto ao nível da estrutura interna de uma única região, como ao nível das relações inter-regionais, não seria possível afirmar qual desses níveis acontece primeiro ou qual é o mais importante.

Neste ponto convém indicar que, embora é certo que o impacto dos grupos regionais no desenvolvimento do regionalismo foi principalmente estudado para um protótipo de regionalismo que servisse a outras regiões do mundo como modelo de referência – seja para ser imitado ou evitado -, observamos, por outro lado, como o papel das interações inter-regionais foi negligenciado, como o estudo das relações que se originou entre regionalismo e inter-regionalismo⁵⁴.

De uma perspectiva histórica, durante o período de Guerra Fria, as relações inter-regionais foram reduzidas praticamente aos diálogos grupo/grupo mantidos pela Comunidade Européia com outros grupos extra-regionais. Do fim deste período, as relações inter-regionais adquiriram crescentemente a atenção de acadêmicos e de políticos, igual ao novo regionalismo⁵⁵. Como vimos, o Novo Regionalismo impeliu a construção de espaços particulares para o acordo de políticas que reconhecessem a importância da participação dos atores não estatais em tal esforço e incidência, principalmente das companhias multinacionais e ONGs.

O debate nas repercussões do regionalismo continua da mesma maneira que corresponde a um processo vivo. A regionalização é elemento de uma arquitetura comum global que pode criar mecanismos legais adicionais e eficientes para aplicar os instrumentos de cooperação, ao oferecer maior alcance de ação para atores regionais e potências médias. Neste sentido, a regionalização, além de gerar nova autoconfiança na percepção destes

54 Heiner HÄNGGI, *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives*, Paper prepared for the workshop “Dollars, Democracy and Trade: External Influence on Economic Integration in the Americas”, *The Pacific Council on International Policy*, Los Angeles/The Center for Applied Policy Research, Munich, Los Angeles, CA, May 18, 2000, p. 2.

55 Ambos os tópicos se concentraram nos estudos de caso no contexto de América do Norte, a Europa Ocidental e de Ásia oriental.

atores, também pode aumentar a margem de manobra dos governos em vários pontos novos em relação à sua política externa tradicional.

Os processos de regionalização podem ser vistos como complementares entre si com respeito ao sistema global, e objeto de modificações mútuas no curso da formação da nova ordem mundial. Este fenômeno de paridade / disparidade é devido à criação de uma interação, no estabelecimento de uma rede de influências simultâneas durante o processo de regulamento das relações combinadas políticas e econômicas. Outro ponto acontece ao nível das transações entre alguns atores e alguns agentes que, ainda tendo suas raízes ancoradas no espaço nacional, aumentariam seus horizontes de ação incorporando perspectivas, lealdades, formas de comportamento e ações compatíveis com aquelas de seus sócios regionais.⁵⁶ Os atores envolvidos nos diferentes níveis local, nacional, regional e global cooperam muito estreitamente.

Na configuração de uma nova agenda internacional e na criação de estruturas apropriadas para a governança global, as regiões podem ter um papel realçado. O aparecimento de novos atores, como as regiões, repercute com força no esquema multilateral, como também suas inter-relações, pois podem procurar objetivos diferentes:

“É cada vez mais claro que a governança global deveria somar estruturas de governança regional viável. Por uma parte, os projetos de integração regionais são um exercício bom de cooperação fronteiriça e no compromisso, as chaves para o governo de um sistema multi-nível com uma arquitetura de governança global”.⁵⁷

Mas essas relações inter-regionais foram analisadas, na maioria dos casos, de um modo apenas descritivo, sem chegar a uma dimensão comparativa e sem contemplar o alcance que essas podem ter nas estruturas emergentes da governança global. Conseqüentemente, é necessário aumentar a base empírica da investigação do inter-regionalismo. Isto significaria construir, através de estudos de caso sistemáticos, uma plataforma de análise comparativa; e avançar para um tratamento teórico mais integrante de

56 Sonia DE CAMARGO, “Orden mundial, multilateralismo, regionalismo. Perspectivas clásicas y perspectivas críticas”, em Francisco ROJAS ARAVENA (ed.), *Multilateralismo. Perspectivas latinoamericanas*, FLACSO Chile/Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 2000, p. 72.

57 Dirk MESSNER, “World Society-Structures and Trends”, em Paul KENNEDY, Dirk MESSNER and Fran NUSCHELER (eds.), *Global Trends & Global Governance*, Pluto Press/Development and Peace Foundation, London and Sterling, 2002, p. 59.

um tema cuja relevância foi até mesmo interrogada. A grande diversidade de relações externas provocou o questionamento se o inter-regionalismo deveria ser visto mais em termos de quantidade que de qualidade.⁵⁸

Embora não exista uma base comum conceitual, há certa convergência entre os acadêmicos com relação ao uso do termo "inter-regionalismo", usando aquele de caráter genérico que cobre a gama inteira de formatos que as regiões criaram para interagir entre elas. Porém, notamos que este pode ser subdividido em "bi-regionalismo" ou "inter-regionalismo bilateral", quando abrange os diálogos grupo/grupo; e o "trans-regionalismo" que designaria os arranjos mais difusos nos quais os sócios - independentemente de um grau variável de coordenação intra-regional - freqüentemente agem com uma capacidade individual, e onde necessariamente não estão representados todos os sócios de uma organização regional.⁵⁹

HÄNGGI tenta definir o inter-regionalismo combinando as duas escolas de pensamento - realismo e institucionalismo liberal - e considerando as relações inter-regionais do passado que tinha sido reduzidas de alguma maneira aos diálogos grupo-grupo, como o fato que as relações inter-regionais no contexto do Novo Regionalismo levaram a formas diferentes de acordos soltos, informais, e multi-nível, como também para um pertencimento formal mais difuso.⁶⁰ Por isso este autor, partindo de uma perspectiva empírica, aponta que os acordos inter-regionais podem ser distinguidos como:

- a) relações entre grupos regionais;
- b) acordos birregionais e transregionais; e
- c) híbridos como as relações entre grupos regionais e um país solitário.⁶¹

58 Jürgen RÜLAND, *Interregionalism in International Relations*, Conference Summary, Arnold-Bergstraesser-Institute, Freiburg, Germany, 31 January-1 February 2002, pp. 1-2.

59 Jürgen Rüländ, "Interregionalism. An unfinished agenda", em Heiner HÄNGGI, Ralf Roloff, and Jürgen Rüländ (eds.), *Interregionalism and International Relations*, Routledge, London and New York, 2005, p. 298. Em opinião de Rüländ, os tais "casos duvidosos" como os diálogos entre organizações regionais e países individuais .usualmente poderes grandes e poderes regionais (por exemplo o diálogo entre União européia com o México), não deveriam ser tratados como uma forma de inter-regionalismo; para Heiner HÄNGGI, estas relações são quase-inter-regionais, dependendo de um contexto específico.

60 Heiner HÄNGGI, *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives...*, pp. 9, 11.

61 Ibidem, p. 3.

Na primeira categoria podem ser indicadas as relações de diálogo de grupo a grupo, como o diálogo de associação entre a Comunidade - depois União Europeia - e o MERCOSUL. Estas relações são normalmente baseadas em reuniões regulares a nível ministerial e de altos funcionários, e pelo lançamento de programas e projetos combinados. Geralmente se concentram na troca de informação e cooperação em certas áreas, na maioria dos casos na esfera econômica, freqüentemente no comércio e no investimento. Podem incluir algum elemento político como o diálogo dos direitos humanos e democracia e em alguns casos eles são desenvolvidos também no quadro de acordos de cooperação. É necessário observar que as relações entre grupos sub-regionais da mesma região (como seria o caso de América Latina, como os laços entre MERCOSUL e a Comunidade andina para mencionar um exemplo), não foram considerados por Hänggi como relações inter-regionais, embora isso seja discutível.

As relações birregionais e transregionais são um fenômeno mais recente que as relações entre grupos regionais. São associadas ao contexto da tríade dos Estados Unidos, União Europeia e Japão, e aos laços entre as três regiões econômicas mais importantes do mundo (América do Norte, Europa Ocidental e Ásia oriental) com outras como a América Latina e África.

A sociedade nestes acordos é mais difusa que nos diálogos de grupo a grupo. Não necessariamente coincidem com grupos regionais e podem incluir Estados sócios de mais de duas regiões. Deste modo, os Estados participam individualmente, embora possa existir algum grau de coordenação regional. Aquela natureza de institucionalidade difusa provocou que a discordância conceitual faça referência particularmente ao transregionalismo.⁶²

Como exemplos podemos notar a APEC⁶³; como modelo de acordo trans-regional, e a Cúpula de chefes de Estado de Rio entre Europa-América Latina (e as cúpulas subseqüentes de Madrid, Guadalajara e Viena); como protótipo de acordo birregional.

62 Jürgen RÜLAND, *Inter- and Transregionalism: Remarks on the State of the Art of a New Research Agenda*, Paper prepared for the Workshop on Asia-Pacific Studies in Australia and Europe: a Research Agenda for the Future, Australian National University, 5-6 July, 2002, p. 4.

63 Asia-Pacific Economic Cooperation. Foro multilateral criado em 1989.

Falamos de uma modalidade de acordos inter-regionais que são estruturados em reuniões de alto nível, mais ou menos regulares, e em projetos e programas combinados. Carecem de órgãos institucionalizados – a APEC só tem uma Secretaria em Cingapura -; sua agenda se concentra em temas econômicos, embora também possam incluir diálogo político e cooperação em outros âmbitos, como o sociocultural, e a cooperação para o desenvolvimento.

As relações entre grupos regionais e potências são formas híbridas que podem se aproximar às relações inter-regionais, nesses casos onde a potência tem uma posição dominante em sua própria região, e podem constituir um componente importante dos acordos birregionais ou transregionais. Como exemplos teríamos, entre outros, os laços entre União Européia e Rússia, China, Japão, Coréia, Índia, Estados Unidos, Canadá, México, Chile e Brasil.

As formas mais novas do inter-regionalismo podem ser explicadas por duas causas principais, de acordo com a corrente teórica que nós usamos. No primeiro lugar, seriam originadas pela necessidade de administrar a crescente interdependência complexa em um mundo no qual a atividade econômica (comércio, investimento, PIB) está concentrada na América do Norte, Europa Ocidental e Ásia oriental, onde a Regionalização também é mais avançada que em outras partes do mundo (explicação institucionalista-liberal). Em segundo lugar, pela necessidade de estabelecer equilíbrio com o regionalismo em outras regiões, como também com o inter-regionalismo entre outras regiões (explicação neo-realista).⁶⁴

A combinação de ambas as motivações conduziu à criação de acordos inter-regionais nos anos noventa no círculo da tríade, embora também existam outras razões como a conveniência da posição geo-estratégica e a atratividade econômica e de investimento que representasse a região, o que explicaria o caso de América Latina.

Para concluir, observamos que a escalção do Novo Regionalismo dentro dos centros fundamentais de produção da economia global (*tríade* de América do Norte, Europa Ocidental e Ásia oriental) criou uma necessidade de administrar e equilibrar suas relações e, então, contribuiu para intensificar as relações entre as regiões onde moravam. Estas regiões provêm a estrutura básica do inter-regionalismo contemporâneo, uma vez que os laços das relações não triádicas são muito menores. Visto deste modo, o inter-regionalismo

64 Heiner HÄNGGI, *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives...*, pp. 9, 12.

se transforma em uma esfera importante de mediação nas políticas globais e, mais ainda, em uma esfera que é supervisionada cada vez mais, pelos processos de institucionalização que terminam por criar.⁶⁵

1.3 Evolução teórica na análise dos processos políticos de integração na Europa e América Latina.

A onda de integração regional em qual as políticas internacionais foram envolvidas durante as décadas dos anos oitenta e noventa se apoiou de um modo especial, embora não de um modo exclusivo, em regiões formadas por Estados. Tendo em conta este fato e, então, a natureza interestatal na composição destas regiões, compreende-se o porquê da sua delimitação em fronteiras políticas; e o porquê a sua manifestação institucional é formalizada pela adoção de tratados regionais com a criação subsequente de organizações de governo internacionais⁶⁶.

De um modo complementar, este não é nenhum obstáculo para esquecer da relevância crescente que adquiriram os espaços regionais sub-estatais e transnacionais não formados por Estados - ou dito de outra maneira, não de um modo exclusivo por Estados -, sendo necessário se salientar como projetores principais dos mesmos esses atores com interesses globais. Neste sentido, podemos ter presente - de acordo com a linha argumentativa que HIGGOTT leva ⁶⁷ -, o fato que é necessário reconhecer que a Globalização é um processo dirigido pelas eleições políticas de uma variedade inteira de atores-governos, corporações, organizações internacionais e indivíduos. Falamos em definitivo de alguns atores que puseram em jogo uma necessária estrutura institucional cujo fim é favorecer e

65 Véase Jean GRUGEL, “La Unión Europea y América Latina: inter-regionalismo, identidad y gobernabilidad”, em Christian FRERES y Karina PACHECO (eds.), *Desafíos para una nueva asociación. Encuentros y desencuentros entre Europa y América Latina*, Catarata, Madrid, 2004, p. 133.

66 Seguindo esta linha sempre poderíamos ter a tentação para qualificar à Comunidade Sul-americana de Nações como uma Organização Intergovernamental Internacional.

67 HIGGOTT, R.A. “Economics, Politics and (International) Political Economy: The Need for a Balanced Diet in an Era of Globalisation”, en *New Political Economy*, 4(1): pps23-36. Abingdon : Carfax. 1999, p.27

apoiar as mudanças sofridas nos processos de Globalização. Mudanças que, claro é, eles também sofre no ambiente espacial.

Da mesma maneira que previamente dissemos, o grupo de iniciativas políticas que proliferaram de final dos anos oitenta com uma visão para a criação ou reativação— de acordo com as interpretações dos diferentes teóricos - dos mecanismos de integração regional econômica em áreas diversas do mundo foram incluídas por meio da concetualização teórica de “Novo Regionalismo”

Neste sentido, tentaremos mostrar a influência decisiva que esta abordagem teve para o aparecimento e desenvolvimento dos modelos que em nossa opinião – e é então, uma seleção discutível - são os mais representativos em alguns processos de integração e ajudam à explicação de umas Relações Internacionais com um local histórico-geográfico muito concreto, o espaço euro-latino- americano. Por conseguinte, durante as décadas de 1980 e 90, falamos de duas áreas internacionais e de duas visões principais que se corresponderiam a cada um deles:

Para Europa, a influência do diálogo internacionalista delimitado entre as correntes neo-realistas e neo-liberais dos últimos 20 anos, foi tremendamente decisivo para a adoção entre os especialistas, do que foi denominando " novos inter-governamentalismos"⁶⁸. Dentro desta nova corrente, deveria ser concedido interesse especial ao foco denominado como "institucionalismo inter-governamental" para a explicação do complexo processo integracional atual da UE. Neste ponto, de acordo com HIRST,⁶⁹ convém diferenciar duas propostas que são contrapostas: o institucionalismo inter-governamental e o institucionalismo supranacional. A primeira alternativa conleva um avanço mais lento e mais cauteloso do processo de integração, enquanto que a segunda fórmula conduz para sua aceleração.

68 Para ter uma perspectiva desta corrente aplicado ao processo de integração europeu, ver SALOMÓN, M. “La PESC y las teorías de la integración europea: las aportaciones de los ‘nuevos intergovernamentalismos’”, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*: 45-46 (1999), p. 197-221. Para esta autora as contribuições principais de estes “novos inter-governamentalismos” correspondem a Robert Keohane y Stanley Hoffmann, Andrew Moravcsik y Paul Taylor.

69 HIRST, Monica. “La dimensión política del MERCOSUR: actores, politización y ideología”. *Estud. av.* [online]. 1996, vol. 10, no. 27 [acceso 13-08-2007], pp. 217-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014.

Deste modo, a corrente do institucionalismo inter-governamental tenta preservar os governos como atores exclusivos protagonistas. O institucionalismo supranacional pressupõe uma participação ativa de grupos transnacionais de interesse, a criação de uma própria burocracia, a adoção progressiva de um sistema de votação que valoriza os interesses comum dos sócios de Estados e a consolidação do processo de integração a partir de uma lógica expansiva.

Para a América Latina, o chamado “Regionalismo Aberto” proposto pela CEPAL, foi um paradigma dominante na explicação dos diversos processos de de integração subregionais que foram experimentados nas últimas duas décadas.

A superação das duas visões viria determinada pela construção política de um novo espaço regional que ultrapassaria cada um das visões clássicas do velho regionalismo das décadas prévias. Uma projeção bi-regional que problematizasse inclusive o próprio fundamento epistemológico que alicerça o Novo Regionalismo, para uma sorte de variante inter-regional nas Relações Internacionais.

1.3.1 os novos inter-governamentalismos na integração europeia: o inter-governamentalismo supranacional.

Deveríamos começar a esclarecer a origem histórica de um conceito em nossa disciplina. Foi John RUGGIE quem em 1975 apresentou o conceito de "regime internacional" na ideologia em Relações Internacionais.⁷⁰

Se nos ajustássemos à interpretação do conceito, por "*regimes internacionais*", deveríamos entender uma categoria central da Economia Política Internacional, embora ele fosse em geral empregado para o estudo das dinâmicas das Relações Internacionais contemporâneas.

Temos que marcar que estamos falando de um conceito que fundamentalmente pode se considerar como um produto do diálogo construtivo entre as correntes (neo) realísticas e (neo) liberais.

70 Ver artigo seguinte: RUGGIE, J. “International Responses to Technology: Concepts and Trends”, *International Organization*, 29, 1975., pp. 557-583.

Uma categoria conceitual nova presente no conteúdo do debate histórico entre neo-realismo-neoliberalismo e um das principais divergências que surgiu no começo dos anos noventa entre ambas as escolas. Em grandes características, as posturas simplificadas (sobre o papel dos regimes e as instituições) seriam as seguintes:

Para os neoliberais, os regimes e as instituições internacionais mitigam os efeitos constrangedores que a anarquia tem na cooperação. Sem negar isto –quer dizer, com aquela base comum –, os neo-realistas consideram exagerado o papel que os neoliberais atribuem aos regimes e instituições⁷¹.

Naquela postura comum, neoliberais e neo-realistas passaram para debater casos concretos de criação e manutenção de regimes internacionais. Os primeiros - a partir da idéia que os Estados consideram, acima de tudo, os benefícios absolutos que pode os oferecer a cooperação -, concebem os regimes, acima de tudo, como o produto da maximização dos interesses dos participantes. Os segundos (da premissa que os Estados preocupam, acima de tudo, pela posição relativa na balança de poder Internacional) os entendem como um produto das relações de poder. Por conseguinte, os segundos explicam os regimes bem a partir da hegemonia de uma potência, ou bem a partir de uma certa configuração das relações de poder.

Está claro que a estas alturas, ambas as posturas podem ser perfeitamente reconciliáveis e complementares.

O autor principal desta conjunção é novamente o internacionalista KEOHANE⁷², quem definiu as instituições como "*grupos de regras interconectadas (formais e informais) que prescrevem comportamentos, constroem atividades e configuram expectativas*." Em troca, de acordo com suas premissas serviria para escrever abaixo que as instituições podem diferir em três categorias:

a) Organizações não governamentais e de governo; deliberadamente estabelecidas e projetadas pelos Estados, com caráter burocrático e regras explícitas.

71 Para aprofundar no debate de ambas as correntes, consultar a David BALDWIN, *Neorealism and neoliberalism. The contemporary debate*, Columbia University Press, 1993.

72 KEOHANE, R. O., *International institutions and state power : essays in international relations theory*, Boulder Westview Press, 1989, pp.2-4.

b) Regimes internacionais; instituições com regras explícitas concordadas pelos governos mas com nível de institucionalização menor que as instituições e

c) Convenções ou situações contratuais que comportam regras implícitas e que configuram as expectativas dos atores.

O diálogo produtivo entre neo-realismo-neoliberalismo também está na base da intenção de reconceitualização das teorias da integração europeia empreendida por autores como Robert KEOHANE, Stanley HOFFMANN e Andrew MORAVCSIK. Neste ponto, é necessário fazer menção de uma corrente posterior nas Relações Internacionais, a chamada "*institucionalismo inter-governamental*." Esta corrente nasce de uma intenção de fundir algumas idéias da teoria neofuncionalista e das críticas inter-governamentalistas (realistas) de Hoffmann para as teorias clássicas da integração europeia. O mais atraente nesta escola é que eles consideram ao sistema de Comunidade política como um regime internacional ou como uma "rede (*network*)".

"Como acontece nos regimes internacionais, como o regime comercial sob o auspício do Acordo Geral em Taxas e Comércio (Gatt), a Comunidade europeia estabelece expectativas comuns, provê a informação e facilita as livres negociações inter-governamentais."⁷³

Uma rede baseada na convergência de interesses dos seus sócios, e em particular dos três Estados grandes europeus: A Alemanha, o Reino Unido e França; mas com a influência decisiva de estados médios internacionais ou "grandes" do ambiente europeu (segundo seja a perspectiva de consideração); falamos principalmente de Espanha ou Itália e, com as amplificações sucessivas, incluiríamos a Polônia. Em troca, o processo de comunidade seria definido ao mesmo tempo como inter-governamental e supranacional: inter-governamental porque a autoridade máxima é assegurada pelos governos (não as instituições europeias), personagens principais no processo de tomada de decisões dentro da CE / UE; e supranacional pelos modos em que as decisões são tomadas: no seio de instituições centrais onde a regra de maioria qualificada no voto prevalece, controladas pelo Tribunal de Justiça e o Parlamento Europeu e ajudado pelo Direito Comunitário). Isto

73 KEOHANE e HOFFMANN, *The New European Community: Decisionmaking and institutional change*, Boulder, Colorado, Westview Press 1991, p. 10

resolve o que para o neofuncionalistas se apareceu como uma contradição: o papel principal dos governos na construção do processo, paralelo ao fortalecimento gradual das instituições de Comunidade, um processo que não poderia ser simultâneo para os neofuncionalistas⁷⁴.

É necessário dizer que o padrão institucionalista inter-governamental foi usado para exemplificar fenômenos entre outros, as dinâmicas da Ata Única e do Tratado da União Européia (Maastricht)⁷⁵ como também do papel das instituições na Europa do imediato pós-Guerra Fria. Também, alguns autores realçaram as suas potencialidades intrínsecas para explicar as dinâmicas da Política Externa e de Segurança Comum da União.

O inter-governamentalismo, em seu germe histórico, era considerado inicialmente como uma aplicação do realismo em relações internacionais –e com validade especial –, para o estudo da construção européia.

Em relação a Robert KEOHANE, também não podemos dizer que ele é um autor classicamente realístico. No primeiro trabalho importante dele junto a Joseph NYE, *Transnational Relations and World Politics*, propôs um paradigma alternativo ao realismo, o da "política mundial", ao entender que o paradigma realista não pôde analisar fenômenos como as relações transnacionais. No seu segundo trabalho combinado, *Power and Interdependence* (KEOHANE e NYE 1977), os autores abandonaram o propósito inicial de substituir ao realismo no estudo de todos esses tópicos e complementá-lo com outro foco, o da "interdependência." Mais tarde, em 1984 com seu trabalho *After Hegemony* afirmou compartilhar muitos dos supostos neo-realistas apesar de se definir a si mesmo como um "institucionalista neo-liberal"⁷⁶.

Em *International Institutions and State Power* (1989), KEOHANE expôs seu modelo de "institucionalismo neo-liberal" (um modelo bastante próximo e antecedente do "inter-governamentalismo institucional") que aplicou ao estudo das dinâmicas da CE.

74 Ver HAAS, E. B. *The Uniting of Europe*. Stanford: Stanford University Press, 1968 [1a. ed. 1958].

75 Ibidem KEOHANE Y HOFFMANN...

76 "Uma versão determinista da teoria da estabilidade hegemônica que só é baseada nos conceitos realistas do interesse e o poder, está sem dúvida incorreta <...> a cooperação necessariamente não requer a existência de um líder hegemônico depois que os regimes internacionais se acalmassem. A cooperação pós-hegemônica também é possível." em KEOHANE, Robert O., *After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton, Princeton University Press, 1984, Pag 50.

Partindo de considerações tipicamente realistas (o Estado como ator principal das relações internacionais) e neo-realistas (só pode ser explicado o comportamento dos estados a partir do funcionamento do sistema internacional), o institucionalismo neo-liberal é distinto do realismo pelo papel que atribui às instituições⁷⁷, enquanto definindo a estas como "grupos de regras (formais e informais), persistentes e conectadas entre si que prescrevem modos de comportamento, limitam atividades e configuram as expectativas" dos estados. Quer dizer, de acordo com este prisma, as instituições permitiriam que exista uma tendência para a cooperação entre as nações, devido a um regulamento das expectativas, como também a coordenação e o alinhamento de interpretações nas políticas internacionais.

Dito isto, o sistema político (ou regime internacional) da União Europeia pode ser definido, a partir das propostas dos "novo inter-governamentalismos" por três elementos fundamentais, de acordo com o grau da crescente institucionalização: 1) o protagonismo do Estado; 2) a relação simbiótica entre estados e instituições; e 3) um estilo de tomada de decisões fundado na supranacionalidade⁷⁸.

1) O papel principal do Estado nas Relações Internacionais pode ser interpretado como ponto de conexão ou "âncora" entre as teorias neo-realistas e neoliberais. Derivando a sua aplicação ao caso europeu, o ator estatal obteria uma posição de primazia no Sistema Político da UE. Isto, é o ponto de partida da explicação dos "novos inter-governamentalismos" sobre a lógica do sistema.

Não importa quanto eles realçam a primazia dos estados (é necessário esclarecer que não é o estado tradicional realista, mas um muito mais adaptável às circunstâncias institucionais e normativas que oferece a UE) no projeto comunitário; nenhum dos "novos inter-governamentalistas" nega o papel notório das instituições da Comunidade. Tudo eles, ao longo do tempo, ganharam competências e influência. Um processo que, em definitivo, continua acontecendo. No entanto deveríamos especificar que embora é certo que as

⁷⁷ KEOHANE Robert O. *Instituciones internacionales y poder estatal*, GEL, Buenos Aires, 1993, p.25.

⁷⁸ Devemos a primeira intenção de dar uma precisão apropriada jurídica à noção de "supranacionalidade" para REUTER, enquanto mostrando como carácter básicos dela os três seguinte: 1. A Independência das instituições de comunidade em frente aos governos nacionais; 2. Uma transferência de competências dos Estados para a Comunidade; e 3. O estabelecimento de relações diretas entre os órgãos da comunidade e os assuntos particulares. Ver REUTER, Paul. *Organizaciones Europeas*, Bosch, Casa Editorial Barcelona, 1968; pp. 29, 31, 45, 52.

instituições se fortaleceram com os anos, também é que os estados alcançaram isto de um modo simultâneo. Esta prática europeia confirma que as duas opções, não têm que estar se excluindo, pelo que não é necessário as considerar como duas alternativas ou fórmulas de *soma zero* (usando uma terminologia da Teoria dos Jogos). É neste sentido que poderíamos falar de um processo de simbiose institucional e estatal.

2) De acordo com a análise do " novo inter-governamentalismo ", os estados continuam a ser os proprietários principais da soberania e, mais que a distribuir entre às instituições comuns na medida que acontece o processo de aprendizagem da população (como os modelos de integração gradualista previram), eles a compartilham com os outros estados. Aqui falamos de um conceito de "soberania compartilhada"; (*pooled or shared sovereignty*⁷⁹) ou o que é a mesma coisa, os governos não transfeririam uma autoridade total (*open ended*) às instituições centrais (instituições comunitárias), mas prefeririam as limitar para supervisionar cuidadosamente o desempenho delas no âmbito das suas tarefas de execução.

3) Como vimos previamente, para autores como KEOHANE, HOFMANN ou TAYLOR⁸⁰ não há nenhuma contradição entre o domínio do processo por parte dos estados e o prevalência da tomada de decisões na maioria. KEOHANE e HOFFMANN consideram na realidade, que o processo político da Comunidade pudesse ser descrito como um " inter-governamentalismo supranacional"⁸¹." Com o termo "supranacional" eles recorrem exclusivamente à tomada de decisões pela maioria, à primazia do Direito Comunitário nos direitos internos e à supervisão do Tribunal de Justiça da atividade da Comunidade, e não identificariam –como o neofuncionalismo da primeira fase– a "supranacionalidade" com uma "meta federal."

Por outro lado, bem é certo que nas decisões mais delicadas (vejam essas ações moldadas nas políticas de alongamento externo da UE), os Estados tendem a decidir por consenso no seio do Conselho, com o que o inter-governamentalismo ainda predomina em certos ambientes.

79 Ibidem KEOHANE Y HOFFMANN, 1991; pp. 7-8.

80 TAYLOR, P. "The European Community and the State: assumptions, theories and propositions", *Review of International Studies*, 17, 1991, pp. 109-125.

81 Ibidem KEOHANE Y HOFFMANN, 1991, p. 16.

Entre outros aspectos, os autores do " novo inter-governamentalismo" reconhecem que em certas áreas do sistema político da UE, certos atores não governamentais, fundamentalmente os *lobbies*, exercitam uma influência importante na articulação das preferências nacionais.

Igualmente os atores não estatais influenciam nas decisões grandes dos governos, as diferenças entre os diferentes ambientes de ação são importantes. Deste modo, não podem ser comparadas as fortes pressões dos produtores nos temas relativos para os preços agrícolas, por exemplo, com as pressões menores que os governos sofrem nos temas de política externa e de segurança. Isto é deste modo porque as despesas e benefícios potenciais para os grupos de interesses privados são difusos e incertos no último ambiente e pelo contrário, nas áreas técnico-econômicas os benefícios potenciais da cooperação estão muito claros para esses grupos afetados. A condição prévia para o estabelecimento desta cooperação é a aceitação, por parte dos governos e governantes, que os interesses respectivos em jogo são convergentes.

Obviamente, a falta de pressões importantes, por parte de os atores não governamentais, põe nas mãos dos governos a decisão de quando e em que medida têm que declarar a "convergência de interesses" com os outros sócios comunitários no âmbito da Política Externa Comum. Embora é necessário advertir que progressivamente este fenômeno é cada vez mais determinado em menor medida. Isto está devido à pressão e protagonismo mais crescente do mídia europeu nas notícias relativas com a UE, como também na estimação do comportamento de governo político em assuntos de interesse geral para a população . Por via de exemplo e como um exercício prático de hemeroteca, sugerimos ver o desenvolvimento de opiniões, editoriais e histórico de notícias relacionadas com o trabalho da Convenção e o processo de ratificação interna dos Estados sócios com respeito à falida *Constituição* Européia.

1.3.2 A Teoria do Regionalismo Aberto no processo de integração sub-latino-americano. Origens e caracterização.

Na outra região de estudo, América Latina, também foram adotadas iniciativas importantes para revitalizar projetos existentes: deste modo podemos falar do Plano de

Ação Econômica para a América Central no seio do Mercado Comum Centro-americano em 1990 (MCCA); do Protocolo de Tegucigalpa para a Carta da Organização de Estados Americanos (ODECA) pela que estabelece o Sistema de Integração Centro-americana em 1991(SICA); do impulso da integração andina no Pacto Andino de 1991; O Protocolo de Trujillo (1996) e o Protocolo de Sucre (1997) que converteu o Pacto Andino em Comunidade Andina a partir de agosto de 1997; sem esquecer da assinatura dos numerosos "acordos de complementação econômica" no marco da Associação Latino-americana de Integração (ALADI) que aconteceram durante o desenvolvimento inteiro dos anos noventa.

Ao mesmo tempo e durante estes anos, no continente americano surgiram outros projetos totalmente novos. Entre outro, vale a pena realçar: o Grupo dos Três entre a Colômbia, México e Venezuela em 1990; MERCOSUL entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991; o Tratado de Livre Comércio de América do Norte em 1992, com a participação de México; a criação da Associação de Estados de Caribe (AEC) promovida pelo Mercado Comum de Caribe (CARICOM) em 1994; e a histórica proposta americana em 1994 para criar antes do ano 2005 uma Área de Livre Comércio da América (ALCA). O último e mais moderno foi a criação a partir da Declaração de Cuzco 2004, da chamada Comunidade Sul-americana de Nações (atual UNASUL).

Embora seja correto dizer que a variedade de supostos que conformam o Novo Regionalismo na balança mundial, impede de um modo extraordinário gerir estas dinâmicas com condições gerais; com tudo, também podemos afirmar que existe um novo regionalismo latino- americano diferenciado do que existe em outras regiões do mundo. Um Novo Regionalismo considerando as suas origens e as suas características.

Com respeito às origens do Novo Regionalismo latino-americano podemos achar uma combinação de fatores mundiais ou gerais modificaram as estruturas da economia política internacional, assim como fatores regionais ou particulares que deram à integração regional na América Latina algumas características específicas:

1 – Em relação aos fatores mundiais ou gerais, eles podem ser incluídos em dois fenômenos que se lançaram durante os anos oitenta: a globalização econômica e o fim da Guerra Fria. A globalização econômica e alguns dos fatores que a determinaram - a mudança tecnológica, as políticas nacionais a favor do mercado, as novas dinâmicas

econômicas, etc .-; fomentaram os projetos regionais que surgiram durante os anos oitenta e noventa pelo menos em dois sentidos⁸². Em primeiro lugar, na redução das dimensões espaço-temporal em que desenvolviam todas suas atividades, e com um olhar especial as econômicas, geraram que os atores – principalmente econômicos - tendam para aumentar os contextos geo-econômicos da sua atuação. Como consequência, passaram do nível nacional a um nível regional transnacional ou supraestatal, e até mesmo global. Em segundo lugar, os potenciais benefícios econômicos que conhecem as companhias com a amplificação geográfica dos mercados, levou aos Estados adotar medidas de liberalização comercial, de eliminação de controles para a entrada de capital produtivo e financeiro, e de desregramento econômico.

As causas desta atuação estatal podem ser devidas tanto por uma convicção político-ideológica dos responsáveis políticos dentro dos processos de democratização nos seus contextos internos, como pela pressão exercitada pelas companhias transnacionais, e até mesmo pelas pressões de outros governos. Seguindo a CERNY⁸³, muitos Estados participaram do "desregramento competitivo", enquanto se transformando em o que foi denominado como "Estados concorrentes." De acordo a esta linha, os projetos de integração econômica regional eram uma mais das opções com que os Estados contaram e eles continuam contando para potenciar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo negociar a atividade dos mercados não só no ambiente doméstico.

Em outra ordem de coisas, o fim do mundo bipolar da Guerra Fria pode ser interpretado como o grande fator que facilitou o relaxamento da rigidez ideológico-diplomática que caracterizou as relações entre os países dos dois blocos diferentes, ao igual que entre estes em geral e os países não alinhados. Desta perspectiva, as consequências para o *novo regionalismo latino-americano*, foram excelentes: No primeiro lugar, este fato produziu uma amplificação das percepções e dimensões da segurança estatal. Por conseguinte, este fenômeno propiciou o aparecimento de novos cenários geopolíticos de

82 Ver IBAÑEZ, J. (2000), p.5.: “El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa”, en Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Nº1. Disponível em www.reei.org

83 Sobre o conceito de *Estado concorrente*, vejase Philip G. CERNY (1990), *The Changing Architecture of Politics: Structure, Agency, and the Future of the State*, Londres: SAGE, p.236.

competição interestatal⁸⁴, muito diferente dos cenários prévios de confrontação territorial e militar. Novos cenários geopolíticos cujas tendências principais são articuladas ao redor de blocos ou polos diferentes dos característicos da Guerra Fria e que hoje, ainda continuam em processo de transformação. Por outro lado, em alguns ambientes, as atividades econômicas que fizeram sentir a competição entre os diferentes atores econômicos, foram caracterizados pela sua operabilidade em espaços "não-territoriais" - falamos das atividades unidas a capitais financeiros, tecnologias da informação e outros serviços. É nesses novos espaços que os Estados perderam parte do seu protagonismo prévio.

2 - Passamos para tratar outros fatores mais unidos de um modo específico para cada uma das regiões que criaram e implementaram projetos de integração. Neste sentido, podemos dizer que na América Latina dois fatores regionais ou particulares são de grande importância. Um deles, poderíamos o resumir na disposição favorável dos Estados Unidos em consentir as iniciativas regionalistas, e mesmo em as desenvolver com suas próprias propostas para o continente americano inteiro. É isto que Jagdish BHAGWATI⁸⁵ denominou a "conversão" americana do multilateralismo para o regionalismo ao término dos anos oitenta; uma conversão que foi provocada em boa medida pela evolução de dois processos externos desses anos, as negociações multilaterais e a integração europeia (o Ata Única em 1986 e o Tratado da União Europeia em 1992, junto com as perspectivas de amplificação elevaram uma grande inquietude política unida à idéia de uma hipotética "fortaleza Europa")⁸⁶.

Um segundo fator regional para ponderar, foi a abrupta virada neoliberal que as políticas econômicas de todos os países latino-americanos sofreram na metade dos anos oitenta. Uma nova orientação econômica que em parte veio determinada pelo fracasso tumultuoso das políticas econômicas prévias e, principalmente, pela imposição dos planos de ajuste estrutural que condicionavam os créditos multilaterais para fazer em frente à crise da dívida. As novas políticas econômicas se conformaram em uma série de receitas mais ou menos semelhantes que chegariam a ser denominadas como "consenso de Washington"; e

84 Especialmente para as potências médias da região (ver segundo capítulo).

85 BHAGWATI, Jagdish N. *The World Trading System At Risk*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1991.

86 ROBSON, P.: *The Economics of International Integration*, Londres: Routledge, 4ª ed. rev. 1998 (1ª ed. 1980), pp. 277-278.

que na dimensão comercial, originaram políticas com uma natureza de abertura, se diferenciando em um sentido radical dos modelos de integração regional que caracterizaram os anos sessenta e setenta. Para este fato é necessário somar na década dos noventa, que a integração regional econômica é percebida de um modo favorável pelos decisores e principais agentes responsáveis dos diferentes Estados Latino-americanos –com exceção de Cuba.

Podemos afirmar que na conformação do Novo Regionalismo latino-americano convergem uma série de características que o faz diferenciado, em comparação aos regionalismos de outras partes do mundo. Seguindo esta linha de análise e se atualizarmos as teses de IBÁÑEZ⁸⁷ poderíamos condensar de um modo sintético o específico que difere a esta sub-região, enquanto propondo uma apresentação a grandes características dos seus principais pontos conformadores.

1. Diversidade. Embora é certo que os projetos políticos que compõem o Novo Regionalismo latino-americano divergem substancialmente para os seus objetivos, institucionalização e participação estatal, podemos dizer que em linhas gerais, eles são projetos de integração econômica com propósitos muito variáveis: ALADI, TLCAN, G-3 ou ALCA tiveram como objetivo a criação de áreas de livre-câmbio; a Comunidade Andina aspirou à união aduanera e outros agrupamentos localizam as suas expectativas no estabelecimento de mercados comuns, como MCCA, CARICOM ou MERCOSUL. A Comunidade Sul-americana de Nações tem perspectivas mais largas que o de um tratado de livre-câmbio (Entre outras podemos mencionar como seus pilares básicos a Infra-estrutura e desenvolvimento, a cooperação financeira, política e nos assuntos jurídicos e institucionais, e a inclusão de uma agenda social⁸⁸). Neste ponto, o nível e modo de institucionalização também são muito variáveis segundo seja o agrupamento regional, não só pela estrutura orgânica adotada em cada caso, mas principalmente pelas compências que os Estados sócios estão dispostos para dar à organização.

2. Complementaridade. Uma característica do Novo Regionalismo latino-americano unida à participação estatal, é a condição de sócio que um mesmo Estado combina em

87 IBÁÑEZ, J. (2000). OP. Cit.

88 WAGNER, A. (2004), p.10.: “El Espacio Sudamericano y la Integración Regional. Una aproximación desde la Comunidad Andina”, em Exposição ante o Comité de Representantes da ALADI. Montevideo, 8 de outubro de 2004.

vários agrupamentos regionais. Um exemplo na *praxis* bastante claro e prático é o fato com a exceção de Cuba, todos os Estados latino-americanos participam de pelo menos dois projetos de integração, e em algum caso até em quatro ou cinco diferentes. Deste modo, além de ter participado do processo de negociação do ALCA e a recente UNASUL, todos os sócios de MERCOSUL e da Comunidade Andina são também sócios da ALADI, algum deles faz parte de G-3 e entre estes, o México é o sócio de TLCAN; por outro lado, países com território litoral no Pacífico, como Chile, México ou Peru também participam do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). A participação múltipla em vários projetos de liberalização comercial é sem dúvida uma circunstância que por uma parte, acrescenta complexidade ao funcionamento dos agrupamentos regionais, e por outra tende para apressar o ritmo dos movimentos de capitais e impulsiona a desagregação das barreiras comerciais. Não é necessário esquecer que ultimamente é necessário ter presente a existência de numerosos acordos bilaterais de alcance parcial, de complementação econômica ou de livre-câmbio e de troca preferencial que foram assinados por numerosos países latino-americanos⁸⁹. Neste sentido, uma postura muito diferente é a adotada por organismos como SELA⁹⁰ que já em 1997 observavam com preocupação um panorama de proliferação excessiva de TLC na América Latina e Caribe, não só pela complexidade que geravam, mas pela difícil possibilidade de complementação entre eles.

"O processo de integração de América Latina e Caribe está no momento em uma fase de definições.<...> A coexistência de esquemas de integração em marcha, acordos de livre-câmbio entre países e projetos de alcance latino-americano e continental, requer de decisões nos espaços econômicos e políticos por cobrir e sobre a compatibilidade entre as diferentes formas de relacionamento".⁹¹

3. Vontade política ou impulso dos governos. De acordo com a sucessão antecedente com que se produz regionalização e/ou regionalismo, teoricamente costuma

89 Veja se a lista e o texto de tudo eles no largo quadro oferecido e atualizado pelo Sistema de Informação em Comércio Externo da Organização de Estados Americanos (<http://www.sice.oas.org/TRADEE.ASP>). Veja se também o anexo 2.

90 O Sistema Econômico Latino-americano e de Caribe, é um organismo intergovernamental regional, com sede em Caracas, Venezuela, e é integrado por 26 países de América Latina e Caribe. Foi criado 17 de outubro de 1975. Para dados adicionais consultar seu endereço deles/delas: <<http://www.sela.org/sela/>>.

91 SELA, *Tendencias y opciones en la integración de América Latina y el Caribe* SP/CL/XXIII.O/Di No. 8, Caracas, 1997. Documento disponível em: <http://www.sela.org/public_html/AA2K/ES/consejo/documentos/spcl23di82.htm> (último acceso 14/08/2007).

distinguir-se entre integração conduzida pelo mercado (*market-led*) e integração induzida pelas políticas (*policy-driven*)⁹². De acordo com esta classificação, na América Latina podemos dizer que os processos de integração regional surgiram de iniciativas governamentais e foram os referentes estatais que dirigiram os processos. Ao contrário do que aconteceu na Ásia oriental, os níveis prévios de regionalização efetiva para o lançamento ou reativação de projetos regionais não eram muito altos. Esta é a causa principal pela qual podemos entender que os agrupamentos regionais surgiram para fomentar estas relações econômicas pouco desenvolvidas na realidade entre vizinhos geográficos. Um caso satisfatório para contrastar teoria e prática pode se ver numa Comunidade Sul-americana que contém a todos os estados nacionais do sub-continente Sul-americano. Na outra perspectiva, poderíamos considerar como caso particular o TLCAN, desde a interdependência econômica entre as quilométricas regiões de Estados Unidos e México foram com certeza, um dos incentivos para a formalização da integração Norte-americana. Concluindo podemos afirmar que ao igual que aconteceu com as iniciativas dos anos sessenta, o *novo regionalismo latino-americano* dos anos noventa foi impelido e principalmente dirigido pelas iniciativas surtidas da vontade política inter-governamental.

4. Sub-protagonismo empresarial. Apesar do papel fundamental dos governos da região nos começos deste novo regionalismo, o setor privado teve uma participação especialmente ativa no impulso e desenvolvimento das iniciativas de integração. Esta implicação das forças do mercado não só traduz o aumento das trocas comerciais, mas de certo modo marcou os fluxos de investimento direto estrangeiro. No caso que nos interessa, o apoio das companhias para a amplificação geográfica dos quadros em que desenvolver suas atividades foi especialmente destacável em agrupamentos como o MERCOSUL e a Comunidade Andina. No caso de América do Norte, apesar da rejeição de alguns setores industriais e sindicatos, os *lobbies* empresariais⁹³ se decantaram a maior parte para a estrada

92 Distinção especializada por organismos multilaterais oficiais; por exemplo, UNCTAD, World Investment Report 1992. Transnational Corporations as Engines of Growth, Ginebra: Nações Unidas, 1992, pp. 34-36, e OCDE, Regional Integration and the Multilateral Trading System, Paris: OCDE, 1995, p. 13.

93 Serve como exemplo dos poderosíssimos lobbies empresariais, o do açúcar de que controlou quinze deputados de Florida, Louisiana y Hawai. Uma semana antes da votação do TLCAN na Câmara de Representantes, este lobbie obteve do governo mexicano o compromisso de limitar suas exportações de açúcar para o E.U.A. (em troca da amplificação da cota de suco de laranja). De acordo com Héctor ALIMONDA, este acordo era decisivo para a aprovação do tratado. Ver

da regionalização, enquanto começando com a Área de Livre-câmbio entre os Estados Unidos e Canadá (1988) e a assinatura posterior do TLCAN, até o projeto inicial de estabelecimento do ALCA.

5. *Regionalismo aberto*. Na América Latina a integração regional dos anos noventa pensa sobre a base da sua compatibilidade com o sistema multilateral, tal como isto era compreendido nas formulações do "regionalismo aberto" que no começo dos anos noventa a CEPAL difundiu. Deste modo podemos dizer que a aceitação e consolidação posterior do *regionalismo aberto* como estratégia de desenvolvimento era seguida em redor das bases da posição criada por esta Comissão em 1994, embora com algumas condições que a diferenciaram em substância do propugnado nos anos oitenta na outra bacia de Pacífico⁹⁴. O regionalismo aberto latino-americano não impeliu o multilateralismo, mas apenas se limitava em o completar. A prioridade se oferecia à preferência para as economias da região, o qual conlevava uma discriminação com respeito às economias externas de terceiros países. É um regionalismo aberto, sim, mas aberto às economias intraregionais. São conseqüentemente as duas condições que propugnam para a compatibilidade com o multilateralismo (quer dizer, preferência regional e liberalização multilateral) que na realidade sublinham o caráter defensivo deste regionalismo aberto latino-americano⁹⁵.

Embora por outro lado, se bem é inegável o caráter defensivo das suas condições e posicionamento, também podemos dizer que, no momento, este *novo regionalismo latino-americano* não supôs o que possamos pensar em termos gerais, que impelesse um

"NAFTA blues. La crítica canadiense a los acuerdos de libre comercio en América del Norte", *Nueva Sociedad*, Nro.133 septiembre- octubre 1994; pp. 15-16.

94 O regionalismo aberto estava então definido através da CEPAL como aquele "*proceso que surge ao reconciliar (...) a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e aquela impelida basicamente pelos sinais do mercado resultante da liberalização comercial em geral. O que é procurado com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas de expansão para elevar a competitividade internacional, e que aquelas os completem*". Vejase CEPAL, *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*, Santiago de Chile: CEPAL, 1994, pár. 20.

95 Neste sentido, podemos expor que este aspecto é apontado explicitamente em outra definição da CEPAL: "*um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impelida tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas (...) em ordem para aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, como muito como possível, um alicerce para uma economia internacional mais aberta e transparente. Com tudo, de não acontecer este bom cenário, o regionalismo aberto completaria uma função importante, neste caso de mecanismo de defesa dos efeitos de eventuais presões protecionistas em mercados extra-regionais*" (ibidem, p. 2).

retrocesso para o funcionamento correto do multilateralismo; nem também não que nem contribuiu à formação de alguns blocos econômicos protetores em redor dos grandes poderes econômicos.

1.4 Análise comparativa e desenvolvimento histórico do processo regionalista na América Latina - Caribe e Europa nas fases inter-americanas e Inter-regionais.

Não temos dúvidas que um espaço de interesse comum, no qual a União Europeia contribuiu uma ajuda e um exemplo significativo para a América Latina e Caribe, foi no âmbito da cooperação e do reforço nos processos de integração regional. Sem querer para entrar em uma avaliação histórica dos processos que afetou a ambas as partes, este epígrafe busca dar um breve retrospectivo das diferenças e semelhanças que aconteceram entre as duas regiões e que ainda influenciam na relação atual.

As características comuns históricas e culturais entre ambas as regiões têm a suas origens, como isto é normalmente conhecido, a partir de dois fatos principais: Em primeiro lugar, como efeito da larga colonização espanhola e portuguesa; e em segundo plano, como efeito das grandes ondas migratorias europeias, de grande magnitude comum durante a colonização, e de um especial e intenso modo, durante os séculos XIX e XX.

Neste ponto, podemos apreciar uma tendência histórica geral: Ação na Europa e reação na América Latina, dois fenômenos continuamente presentes durante o processo histórico, como presente também nas características comuns que surgem desta influência.

Não obstante, ao chegar uma análise comparada, é necessário se lembrar de a diferente evolução política de ambas as regiões, como também das próprias características geográfico-culturais de cada continente. Aliás, esses são os dois fatores principais que imprensam a diferenciação na integração regional para ambas as beiras do Atlântico; já seja com respeito às suas circunstâncias, situação política, instrumentos e mecanismos disponíveis de integração .

Historicamente, o desenvolvimento dos processos de integração⁹⁶ regional na América Latina independente começa a partir de princípios do século de XIX e pode ser dividido em quatro grandes fases⁹⁷: Fase latino-americana (1826 - 1880), fase pan-americana (1889 - 1930), fase inter-americana (1945 - 1994) e Fase Inter-regional (de 1995).

Baseado-nos na periodização de nosso objeto de estudo e com o objetivo de não fazer uma viagem muito extensa - mais característica de uma análise historicista - faremos nossa delimitação histórica às últimas duas fases. O propósito é estabelecer os precedentes imediatos nos quais são moldadas as circunstâncias favorecedoras ao estabelecimento das primeiras cúpulas euro-latino-americanas no final do século XX.

Fase inter-americana (1945 - 1994):

A crise econômica mundial em 1930 e a II Guerra Mundial marcam a virada das políticas de E.U.A. para a América Latina. Embora mantivesse por uma parte, a postura protetora no âmbito econômico, para o outro foi se distanciando das intervenções militares que até então praticou.

A denominada " Good Neighbour Policy" de Franklin Roosevelt reconheceu a soberania de Cuba (1934), fomentou o comércio com a América Latina pela introdução do Banco de Exportações e Importações e aceitou a estatização de companhias mexicanas de petróleo –em circunstâncias prévias, causa de intervenção externa. Esta Política significava na realidade, a intenção de um controle maior e a hegemonia do comércio americano no mercado latino-americano.

A influência nesta fase também vem dos eventos que eram determinados no chão europeu. O período pós-guerra partiu com a necessidade de criar um sistema de segurança e cooperação mútuos garante da paz no continente. A expressão deste sistema era

96 A palavra *integración* derivou do termo latino "integratio" que significa renovação, foi pela primeira vez usado pelo século de XVII no sentido de combinação das partes de um todo. MACHLUP, Fritz, citado por CONESA, Eduardo, *Conceptos fundamentales de la integración económica*. Publicación # 6 del BID- INTAL, Buenos Aires, 1983, p.33.

97 Seguindo a ordem esboçada por VERA-FLUIXÁ, Ramiro X.: "Principios de integración regional en América Latina y su comparación con la Unión Europea", Centro de Investigación de la Unión Europea (ZEI), Discussion Paper C73, Bonn (2000).

determinada em áreas de cooperação internacional ao redor de recursos comuns naturais (caso do Tratado da CECA de 1951, Paris), que seria parte depois das estruturas da Comunidade Econômica Européia e do Euratom (Tratado de Roma de 1957).

Estes valores comuns de segurança e cooperação eram semelhantes aos que facilitaram também na pós-guerra a criação da Organização de Estados americanos (OEA) 1948⁹⁸. De um mesmo modo que a integração européia, três Tratados conformam os pilares de OEA: A Ata de Chapultepec de 1945, o Tratado de Rio de 1947 (TIAR) e o Tratado de Bogotá de 1948. Estes 3 documentos constituem a base do denominado em geral Sistema Inter-americano.

- A Ata de Chapultepec preparou a criação de uma organização inter-governamental para o hemisfério inteiro. O objetivo latino-americano latino foi o adquirir um especial *status* dentro de uma organização mundial (ONU) que estava sendo debatida por aquele tempo em Dumbarton Oaks (1944), e na qual não foi representada. Chapultepec também sentou a exigência latino-americana de ajuda econômica por parte dos Estados Unidos, o que não foi satisfeito devido à prioridade do Plano Marshall na Europa.

- O Tratado de Rio de 1947, recorre a um sistema de aliança democrática no hemisfério contra qualquer tipo de infiltração do comunismo, estando baseado nos princípios de responsabilidade coletiva dos art. 3 e 6. Uma ameaça não militar inclusive poderia justificar a intervenção do resto dos países sócios do sistema. Esta base de direito internacional foi usada como modelo para a OTAN, criada alguns meses depois.

- O Pacto de Bogotá e a Carta de OEA 1948 estabeleciam os princípios do Sistema inter-americano: a igualdade dos Estados, a Não-intervenção, a segurança

98 A origem da OEA, se encontra no Congresso de Panamá que tem a primeira expressão concreta do ideal de um continente unido concebido originalmente pelo Libertador Simón Bolívar que chama o Congresso de Panamá para ser feito de 22 de junho a 15 de julho de 1826. O Tratado de União, Liga e Confederação perpétua do Congresso de Panamá foi assinado o 15 de julho de 1826, data que localiza à OEA como uma das mais velhas organizações regionais no mundo..

coletiva internacional, o reconhecimento da democracia representativa e dos direitos humanos, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação econômica e desenvolvimento.

O balanço do Sistema inter-americano lança os resultados seguintes: O Sistema concentra sua atenção predominantemente no objetivo de segurança hemisférica⁹⁹, antes do que a cooperação econômica e desenvolvimento. A exceção foi a ação "Aliança para o Progresso", lançada em 1961 pelo presidente John F. Kennedy como resposta¹⁰⁰ para combater o perigo de infecção na América Latina das idéias triunfantes da Revolução cubana de 1959; e para a iniciativa 'Operação pan-americana', por meio da qual o presidente brasileiro Kubitschek propôs ao Presidente dos Estados Unidos de América a reorientação das políticas hemisféricas que incluiu a criação de um Banco Inter-americano de Desenvolvimento.

Ao contrário do Sistema Inter-americano no caso europeu a segurança continental e o desenvolvimento econômico foram providenciados através de organizações diferentes (a OTAN e a CEE) sem que por isto, a escalção do processo de integração regional levada a cabo por um deles fosse bloqueada pelo outro.

Devido a este desequilíbrio dentro do Sistema Inter-americano, uma diferenciação (e hierarquização) levou aos atores da região para duas posições: o bloco de países latino-americanos que sentaram as suas expectativas na cooperação econômica e o desenvolvimento, e por outro lado os Estados Unidos que procuraram em primeiro lugar contrariar a influência comunista no hemisfério. Ao contrário de Europa, o Sistema Inter-americano acusou de um primeiro momento a supremacia de um ator, E.U.A., a través dos princípios de 'segurança hemisférica' da organização. De fato, esse ator empreendeu intervenções militares como na Guatemala (1954), República Dominicana (1965), Granada (1983); e em quase todas estas ocasiões, sem o consentimento da OEA .

99 Nesta linha, os princípios jurídicos de TIAR e da OEA eram perfeitos para aumentar o domínio de EUA nos países do continente e fortalecer a sua hegemonia no Hemisfério ocidental. Ver BOERSNER, D.. *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1990 p.238.

100 Vejase HERRERA, Felipe: "Alianza para el Progreso: los postulados y las realizaciones", em: *Estudios Internacionales* 74, 1986 pág. 125-132.

Estas divergências somadas ao número de participantes do Sistema Inter-americano e a sua heterogeneidade, deixaram um resultado de cooperação caracterizado por uma sucessão constante de altos e baixos na relação de ambos os atores principais do sistema: as fases de mais cooperação e aproximação ('Good- Neighbour Policy', 'Alliance for Progress', Tratado de Panamá e as políticas dos direitos humanos do governo de J.Cárter, etc.) são alternadas com as mencionadas intervenções e com políticas de supremacia do norte-americano (para exemplo, as políticas latino-americanas de R. Reagan).

Como consequência, as experiências acumuladas pela América Latina refletiram a necessidade de um reencaminhamento político-econômico dos projetos de cooperação e integração latino-americanos regionais. Para isto se acrescentaria a delicada situação econômica herdada da crise de 1930 e a fase de mundo pós-guerra; o resultado, América Latina foi perfilada como exportador líquido de produtos primários e importador dos produtos manufaturados dos países industrializados.

Neste contexto jogam um papel importante os postulados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo parte das Nações Unidas, sendo fundado em 1948 como instituição paralela para as comissões existentes econômicas para a Europa e Ásia.

Devemos salientar os trabalhos do economista Raúl PREBISCH (Ministro Geral da CEPAL naquele tempo e fundador e explicador principal da escola econômica chamada "estruturalismo latino-americano"). Corrente que defendeu que a situação de dependência econômica de América Latina dentro do contexto centro-periferia mundial se deveu prioritariamente pelas condições desfavoráveis de troca comercial existentes entre os países industrializados e os países em desenvolvimento¹⁰¹. Outro argumento é a necessidade de um "desenvolvimento para dentro", quer dizer da substituição de importações para a industrialização interna e de desenvolvimento das exportações –implementado por um intervencionismo estatal forte.

Simplificando, podemos falar do "cepalismo" como um paradigma do desenvolvimento econômico que era baseado em três elementos principais:

101 Para ver uma continuidade do seu pensamento, se recomenda PREBISCH, R., *The Latin American Periphery in the Global System of Capitalism*, 1981, UNCLA Review.

1. O fomento da indústria nacional,;
2. A proteção de tarifa controlada por um Estado forte, e, finalmente,
3. a força de trabalho organizada.

Como resultado de esta corrente estruturalista, ao começar a década dos sessenta o continente entrou em um processo de forte integração, processo ao que Gert ROSENTHAL¹⁰² batizou como *fase voluntarista*, desde apesar de não ter todos os mecanismos apropriados, os países da região decidiram começar sua própria integração, enquanto considerando para isto o exemplo nesses momentos da Europa. Deste modo, criaram a Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA) que procurou articular novos mecanismos para a modernização do setor de serviços e que contribuiu para criar canais políticos de representação do denominado "terceiro mundo" a nível internacional.

Diferenciando com as condições e locais sob as quais nasceu a Comunidade Econômica Européia, o fato que a América Latina não tinha sido epicentro das guerras mundiais, contribuiu da partida para umas condições de integração totalmente diferentes, tanto a nível econômico como político. Enquanto em Europa se procurava pela integração um equilíbrio político entre os Estados, a América Latina procurava pelo desenvolvimento econômico, uma transformação de sua situação de dependência com respeito a esses países industrializados.

A premissas de substituição de importações e industrialização local deram espaço a importantes processos de integração latino-americanos a partir de 1960:

Um dos acordos principais multilaterais, a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) criada pelo Tratado de Montevideu de fevereiro de 1960 e subscrita por nove países (Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai); impeliu a complementação progressiva das economias dos países da área (art. 10), e a criação de uma área de livre comércio. Não obstante, a heterogeneidade entre os países de maior e menor desenvolvimento econômico impossibilitou a existência de umas políticas coerentes comerciais e uma complementação industrial favorável ao grupo.

102 ROSENTHAL, G. Treinta años de integración en América Latina: un examen crítico. Revista de "Estudios Internacionales", N° 101, Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile, 1993, ,pág., 75.

Como resposta a este problema, os países andinos decidiram começar em 1969 a criação do Pacto Andino, esquema sub-regional com a Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (o Chile se ausenta em 1975 e em 1973 entra a Venezuela). Pelo Tratado de Cartagena comprometem à realização de um intenso projeto de integração, enquanto abrangendo um número maior de áreas, criando instituições comuns e com tratamento preferencial para os países de menos desenvolvimento, Bolívia e Equador (Cap. XIII).

Igual a ALALC, usou o padrão de substituição de importações (art. 69), fomento da indústria local e protecionismo tarifário.

O Pacto Andino evoluiu para uma super burocratização de suas estruturas institucionais. Chile, depois da queda de Allende virou o único país não democrático do Pacto, saindo do processo devido a divergências de políticas econômicas relacionadas à aplicação da tarifa externa comum e da entrada de investidores estrangeiros. O Pacto entrou deste modo em uma fase de estagnação que coincidiu com a adoção de políticas de caráter neoliberal implementadas por alguns países da região.

O Mercado Comum Centro-Americano adota em 1960 medidas de redução de tarifa, uma tarifa externa comum e a coordenação das políticas econômicas e monetárias, se manifestando como o mais próspero em toda a América Latina e Caribe, enquanto alcançando um nível alto de coordenação interestatal entre os países sócios. A guerra curta entre Honduras e El Salvador em 1969 e o abandono de Honduras da MCCA produz uma estagnação que mais ainda foi afundada com a crise dos anos 80, de natureza econômica e política.

No Caribe, as circunstâncias e condições para um processo de integração regional são altamente diferentes das existentes na América Central e no resto de América Latina. Contribui em grande parte a geografia da área, a insularidade dos países, o tamanho reduzido dos mesmos, a própria escassez de terra para a agricultura e o tamanho das suas populações. Na iniciativa de estabelecer uma área de livre-câmbio (CARIFTA 1968), 12 países assinaram o Tratado fundador da *Caribbean Community and Common Market* (CARICOM 1973) que continuou o propósito de redução de tarifa para o estabelecimento dum mercado comum.

Da metade dos anos oitenta, América Latina começa a sair gradualmente da chamada *década perdida*: ditaduras militares, recessão econômica, alto endividamento

externo, taxas inflacionárias, planos estruturais e de ajuste sem sucessos concretos, etc. Esta mudança vital propiciou o desenvolvimento de uma agenda trans-atlântica, antes bloqueada pela força dos regimes autoritários e de um modelo de desenvolvimento protecionista; como também um contexto mais favorável para a viabilidade dos processos de integração na região. Neste ponto há autores que defendem que as transições democráticas latino-americanas pertencem a uma nova onda de democratizações no mundo¹⁰³.

Algumas transições originarão um intenso processo de transformação político-institucional à procura de novos modelos de governabilidade interna que pudessem concluir as transições de regimes autoritários para a democracia e de umas economias de mercado com forte dose de intervencionismo estatal para novas economias de mercado com um objetivo de forte integração na economia internacional¹⁰⁴.

A Europa unida, começa um reelaboração das estruturas do processo de integração: A Ata Única Européia de 1987 não só representa a primeira reforma dos Tratados fundacionais subscritos em 1957, mas também a iniciativa concreta de aprofundamento da integração para o Mercado Comum.

Um fato importante para a América Latina é a amplificação das fronteiras da Comunidade Européia ao sul (a Espanha e Portugal, em 1986). Isto insinuou uma redefinição da sua política externa comum e um desafio às suas políticas de amplificação do número de sócios. Esta amplificação da Comunidade aumentou o interesse europeu no Sul, até então limitado essencialmente às velhas colônias dos Estados sócios da CE. Os dois sócios novos induziram um grau de atenção equivalente para as próprias ex-colônias¹⁰⁵.

103 HUNTINGTON, S. *The Third wave. Democratization in the late twentieth century*, Norma Oak, University of Oklahoma Press, 1991; SCHMITTER, P. «Cinco reflexiones sobre la cuarta onda de democratizaciones» en C. Barba, J. L. Barros y J. Hurtado (eds.) *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*, Porrúa, México, 1991.

104 Conforme esta posição, algum teórico e investigador do tema afirma que a democracia facilita a integração, enquanto os governos militares a desaceleram até quase a estagnar, ver TAIANA, Jorge. *El nacimiento del MERCOSUR*, FLACSO, Guatemala, 1995, pp. 20-21; Continuando a problematização da relação democracia-integração aplicada à região, Schaposnik acaba afirmando que “*Por razones geopolíticas, los gobiernos militares promoveram una desintegración que acentuou los resultados negativos de ALALC e depois de ALADI*”, Ver SCHAPOSNIK, Eduardo (p.177) “De la democracia a la integración” en Juan Carlos Rubinstein (comp.) *El Estado periférico latinoamericano*, Tercer Mundo Editores, Bogotá, 1989.

105 BARBÉ, Esther : “De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea”, *Revista CIDOB*.Nº 34/35, 1996.

Com respeito a América Latina, o esquema da ALALC é reprocessado pela Associação Latino-americana de Integração (ALADI), criada pelo Tratado de Montevideu de 1980¹⁰⁶. O mais importante neste Tratado é a introdução de elementos inovadores no processo de integração: o Tratado se entende como um acordo-quadro que facilita a negociação bilateral e subregional como mecanismo gradual de integração do grupo inteiro de países¹⁰⁷, não se estabelecem condições definitivas, nem certas medidas são impostas para a realização dos objetivos. O padrão de substituição de importações perde validade.

Esta iniciativa de abertura é, a partir de então, verificável também no resto dos processos de integração de América Latina e Caribe.

O Pacto Andino (depois chamada Comunidade Andina) implementa uma larga reforma institucional e um reencaminhamento econômico a partir do "Protocolo de Quito de 1987"; prepara um Fundo Andino de Reservas, e a Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF), como banco de desenvolvimento. A criação do Tribunal andino de Justiça deu luz à existência do Direito da Comunidade Andina, comparável ao Direito Comunitário Europeu. Mas a crítica situação herdada das décadas prévias continuou: politicamente, Colômbia decidiu a ruptura de relações com o Peru de 1992 (Fujimori); economicamente, a Bolívia assinou um acordo de implementação de uma área de livre comércio com MERCOSUL (1996), e a Colômbia cria em 1995 junto à Venezuela e México o "Grupo dos 3", também como área de livre comércio.

Com o Mercado Comum Centro-Americano é alcançado o processo de consolidação democrática, com iniciativas latino-americanas como o Grupo de Contador, Grupo dos Quatro e iniciativas européias (dentro do Processo de Paz de San José). Em 1993 se amplifica o processo de integração com a criação do Sistema de Integração Centro-americano (SICA), com o objetivo de alcançar uma união econômica, e um aprofundamento da integração política (Parlamento Centro-americano).

106 Esquema que integrou México mais todos os países sulamericanos, excepto as Guianas.

107 CALDERÓN, Álvaro (IRELA): "Relaciones Unión Europea-América Latina. Mecanismos de cooperación financiera entre la Unión Europea y América Latina", em: MOLINA DEL POZO, C. (ed.), op. cit., pág. 712. *Integración Eurolatinoamericana*, Ediciones Ciudad Argentina, Buenos Aires, 1996.

Por outro lado, o Caribe estende suas fronteiras a partir da criação de Associação de Estados caribenhos (ACS) em 1994. A isto se soma a entrada de México na área de livre-câmbio do NAFTA (E.U.A., Canadá e México).

Em resumo, três fatores contribuem principalmente à mudança de paradigma integrador na América Latina e Caribe; no primeiro lugar a democratização do sub-continente, o fim do conflito Leste-Oeste e finalmente a reavaliação dos blocos econômicos integrados.

O fim do eixo Leste-Oeste de conflito, redefine as perspectivas de cooperação e integração econômica. Nesta contexto a "Iniciativa das Américas" do Presidente americano G. Bush, postula uma Área de Livre-câmbio de América (ALCA) na Reunião de Miami de dezembro de 1994.

Fase inter-regional (desde 1995):

Na década dos noventa, a UE e América Latina estabeleceram uma complexa rede de mecanismos de cooperação e diálogo em um grande número de assuntos. Uma arquitetura de relações que esteve minuciosamente definida pelo UE, de acordo com os critérios de uma *estratégia que tende para uma associação bi-regional* aprovados nas conclusões do Conselho de Corfu e de Essen durante o ano 1994 e; de um modo especial, com as diretrizes marcadas no Documento Básico das relações da UE com a América Latina e Caribe¹⁰⁸.

No ambiente institucional, o processo começou firmemente com a constituição de um largo foro para o diálogo europeu-latino- americano a nível ministerial. Os países do Grupo de Contadora e do seu Grupo de Apoio cujos esforços para superar a crise centro-americana tinham sido apoiados pela Comunidade europeia, se tornaram o Grupo dos Oito, e depois no Grupo de Rio.¹⁰⁹

108 Para aprofundar mais, AYUSO, A. (1996). "La relación euro-latinoamericana a través del proceso de integración regional europea". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, (32), pp. 147-164.

109 Os sócios atuais do Grupo de Rio são a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, e Venezuela. De um modo rotativo, um Estado de Caribe em representação dos países da subregião.

No plano subregional, a predileção europeia para se relacionar com grupos de países mais que de um modo puramente bilateral, era favorecida pela criação de MERCOSUL. Depois da assinatura do Tratado de Asunción Em março de 1991, já era falado algum tipo de aliança entre blocos. Em uma expressão simbólica política, os ministros de Relações Externas dos Estados sócios do MERCOSUL decidiram fazer a primeira apresentação internacional do seu tratado na Europa, só três dias depois da sua assinatura. De metade dos anos noventa, as relações UE-MERCOSUL foram desenvolvidas no quadro do Acordo Marco Inter-regional de Cooperação registrado em dezembro de 1995.

Em paralelo, o próspero Processo de San José continuou com a América Central. Os contatos entre a UE e a Comunidade Andina foram formalizados com a declaração combinada de junho de 1996 em diálogo político que institucionalizou as reuniões ministeriais. Para o nível nacional, a UE e Chile assinaram, também em junho de 1996, um Acordo Marco de Cooperação que instituiu reuniões ministeriais à margem desses do UE e MERCOSUL que compartilhou o objetivo de conduzir à assinatura de um tratado comercial. Com México, a UE subscreveu um Acordo de Associação Econômica, Coordenação Política e Cooperação em dezembro de 1997.

Por outro lado, a evolução das relações comerciais multilaterais e inter-americanas nos crepúsculos da década, induziu à UE para considerar algumas mudanças de base nos seus laços econômicos com a América Latina e procurar o avanço para uma reciprocidade maior. A Cúpula de Rio também serviu como lançamento das negociações de livre comércio com o MERCOSUL e com o Chile durante 1999.

O fim de Guerra Fria e os efeitos dos processos de globalização são tanto o contexto de referência histórica que marca a origem desta última fase, como a causa do peso crescente do paradigma teórico do Inter-regionalismo em Relações Internacionais.

Hoje em dia, podemos falar de uma estrutura mundial caracterizada pela ausência da bipolaridade ideológica e, em troca disto, pela importância global que adquiriram os múltiplos processos de integração regional.

O novo paradigma de abertura econômica ou também chamado de "*regionalismo aberto*"¹¹⁰ pode ser definido a partir de dois fatos:

110 Terminologia recapturada por Renato RUGGIERO -então director para de OMC - em 1997 durante uma conferência em Cingapura. Para saber os postulados do Regionalismo Aberto, ver o documento da CEPAL (1994), *El regionalismo*

1) A proliferação de acordos de comércio preferencial e de iniciativas formar áreas de livre-câmbio, é o chamado processo de integração impelido pelas políticas;

2) O segundo é a integração de facto, que é o resultado da aplicação de políticas macroeconômicas e comerciais não preferenciais e que não discriminam contra o comércio com terceiros países.

Com o Inter-regionalismo, falamos portanto, de um paradigma que não só redeclara as premissas de funcionamento de cada um dos processos de integração efetivos na América Latina, mas também as relações que são dadas entre si e inclusive a relação com outros espaços econômicos – para América Latina, neste caso, a relação com União Européia.

Da mesma maneira que nós veremos, estes últimos fizeram um papel mais influente tanto na América do Sul¹¹¹ como na América Central¹¹² a partir da metade da década dos oitenta, graças à incorporação dos dois países ibéricos.

abierto en América Latina: La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad, Santiago de Chile.

111 A cooperação andino-européia no contexto do "regionalismo aberto" da década dos oitenta e começos dos noventa, começou com a assinatura do acordo de cooperação de "segunda geração" subscrito em 1983, se aproximando de um modo mais integrante aos assuntos da cooperação econômica e comercial. Ver antecedente da relação entre ambos esquemas na página oficial da CAN (último acesso 25/10/2007):

http://www.comunidadandina.org/exterior/ue_cooperacion.htm

112 Dos anos 80, a Comunidade Européia começou a reformular seu interesse social e político pela região, fazendo clara referencia ao acompanhamento dos processos da pacificação e transição na América Central pelo chamado "Diálogo de San José". Em setembro de 1984 na declaração de San José a CE concordou em conceder para a América Central 500 milhão dólares nos dez anos seguintes e sua mediação de forma que a região poderia negociar sua dívida externa. Ver perseguição de ações da UE no istmo na página da Delegação da Comissão Européia na região (último acesso 02/11/2007): http://www.delnic.cec.eu.int/es/eu_and_country/relations/bilateral_relations.htm

Capítulo 2. A estratégia transatlântica dos vértices (a Espanha, Brasil e México)

2.1 Introdução.

Hoje em dia, muitos dos especialistas em estudos internacionais, utilizam indiscriminadamente termos qualificativos tais como, “Potência Média” ou “País Intermediário”, para designar um elenco exclusivo de atores estatais que estejam presentes no cenário internacional. Tal como veremos mais adiante, um dos objetivos do presente capítulo é tentar localizar cada qualificação em sua categoria conceitual, sempre em função do catálogo ordenador de características de que fazamos uso.

Neste sentido, e tal como pontua HIRST¹¹³ nem todas as *potências médias* devem ser consideradas como *estados intermediários*, ainda que, uma relação inversa poderia ser estabelecida como certa. Ou seja, a primeira categorização é muito mais inclusiva, já que se baseia principalmente na análise do Produto Interior Bruto – PIB, como sua característica definidora, sem levar em consideração o panorama interno e o entorno doméstico sócio-econômico que oferecem os diferentes países. Porém, para a autora, os estados intermediários compartilham uma série mais específica de acordos que os situariam além do numeroso grupo de potências médias; de acordo com ela, as variáveis que deveríamos considerar são as seguintes: o tamanho da população, a identidade geopolítica, o estado de desenvolvimento, a natureza de sua economia emergente, assim como sua contribuição para a estabilidade regional e internacional.

Baseando-se nesta definição, partimos da consideração de que estamos falando de um grupo de países que, salvo as peculiaridades em recursos naturais e idiossincrasias de desempenho de cada um nas suas políticas individuais, eles compartilham uma série de

113 HIRST, Monica (p.117) “Intermediate status, multilateralism & international security” en COSTA VAZ, Alcides (ed.) *Intermediate Status, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

características e potencialidades próximas a um rol técnico genérico – sendo consideradas *economias emergentes*¹¹⁴ -, no jogo das Relações Internacionais.

Se bem é certo, que o contexto da Globalização supõe, entre outros muitos determinantes, um véu que dificulta a observação de cada uma das especificidades intrínsecas estatais, também o é que, em consequência disto, corremos o risco de adotar uma enganosa visão generalizada ou globalizadora derivada deste contexto.

Se considerarmos que cada ator estatal *per se* – ou levando em consideração individualmente -, possui determinadas aspirações de jogo (razão de estado). O desígnio de uma estratégia de projeção externa em relação a essas aspirações supõe um plano exaustivamente pautado entre suas diferentes autoridades para poder levá-las a cabo.

O tempo, os recursos à disposição e os empregados, a vontade política de seus governantes, o peso da opinião de sua população e a criação dos interesses nacionais no imaginário coletivo de seus *agentes*¹¹⁵, são, a meu juízo - entre outras séries de condicionantes não unidimensionais - as principais variáveis que podemos ter em conta, para se ter uma idéia aproximada (obviamente nunca totalmente certa) do jogo dos participantes em questão.

Outros efeitos da Globalização condicionaram que vários desses jogadores (um número determinado), apresentassem em comum uma série de instrumentos e iniciativas políticas – como se fossem peças de xadrez¹¹⁶ -, permitindo-lhes obter uma posição no tabuleiro mais vantajosa. Neste movimento, o processo de delegação das habilidades de atuação nacional em um marco de relações intergovernamentais e posteriormente supranacionais, se faz tanto mais necessária quanto mais freqüente se utilize essa nova tática na mesa mundial.

O novo jogador que surge, não leva o nome nem o tradicional *status* oficial exclusivo de nenhum de seus componentes. Surge, em definitivo, um novo ator regional

114 Atualmente não existe uma definição e referência para estabelecer que é um mercado emergente. Tecnicamente um mercado emergente representa o mercado de capitais de um país em vias de desenvolvimento no qual se pode realizar investimentos financeiros. Entre os principais mercados emergentes mundiais encontramos México e Brasil.

115 Utilizamos o termo no sentido que lhe conferimos no capítulo anterior.

116 Para um melhor aprofundamento da metáfora do grande “tabuleiro de xadrez” aplicado à dinâmica das Relações Internacionais contemporâneas, ver BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, New York, Basic Books, 1997.

que disponibilizará da sua própria estratégia de ação e inserção internacional. Uma estratégia que será determinante e determinada por e para os jogadores – estados membros - que formam parte dela.

Uma vez posta em ação, esta estratégia pode ser confrontada ou implementada por outra gama de atores do “grande tabuleiro”: sejam atores tradicionais – estatais -, a outros de aparição contemporânea – transnacionais – e em seguida por outros com suas mesmas características – regionais - nas distintas áreas do tabuleiro¹¹⁷.

Neste sentido se partimos da consideração teórica de que os regionalismos constituem o nível intermediário entre o nível estatal e o mundial, ao possibilitar a regionalização e a internacionalização do Estado e de algumas de suas competências tradicionais; estaremos de acordo com HIGGOTT¹¹⁸, quando afirma:

“Estas explicações mostram como essas instituições regionais se envolvem com maior frequência nas estruturas econômicas internacionais existentes para criar uma arquitetura metade mundial, metade regional, com uma direção multilateral das relações mundiais”.

Os novos atores regionais se relacionam e se inserem com maior frequência nas estruturas econômicas internacionais, o que deriva na construção de um tabuleiro mundial que tem níveis distintos de análise e interação (estatal, regional, mundial) e âmbitos de ação (geopolítico, geoeconômico, comercial,...) nas organizações multilaterais (tal como a OMC).

O jogo, portanto, se complica até um grau que, de fato, podemos falar de novos jogos (ou jogos paralelos) dentro de um grande jogo multilateral: o das relações internacionais contemporâneas.

Uma complexidade que exige a confecção de novas regras, assim como a aplicação de novas teorias – em consonância com as bases teóricas contribuídas pelo Novo Regionalismo- que estudem essas regras...

117 Com o efeito paradójico de que cada uma das relações que se estabeleça tem a capacidade de criar novos tabuleiros concomitantes dentro do grande tabuleiro multilateral.

118 HIGGOTT, R; CART, C.; SACHWALD, F. (p.277) “Mondialisation et gouvernance: l’émergence du niveau regional”, *Politique étrangère*, 1997, Volume 62, Número 2, p.277-292.

2.2 Projeções estratégicas do triângulo no espaço transatlântico.

É fato que a América Latina tem experimentado profundas transformações nas décadas recentes. Transformações que vão desde reformas econômicas e democráticas – muitas vezes por pressão e influência exógena de países com tradição democrática-, à intensificação dos vínculos com as nações mais importantes do mundo. Atualmente, as principais economias latino-americanas, se vêm imersas em um debate centrado desde a natureza e regras do comércio internacional, à inversão e as relações assimétricas dentro da própria região¹¹⁹. Aceitando este contexto, e ante uma perspectiva de integração, o debate contemporâneo latino-americano pode ser sintetizado nas seguintes condições; queremos uma integração de que tipo: regional, hemisférica ou inter-regional/transatlântica?

Tendo em conta estas importantes alternativas do futuro e os interesses de inserção internacional que estão em jogo, é muito provável que a evolução dos fenómenos de integração da região, propiciem a intensificação da rivalidade transatlântica (UE vs. EE.UU.) na América Latina e uma diplomacia triangular cada vez mais complexa e ativa que em qualquer momento do passado¹²⁰. A situação atual é propícia para a intensificação da competência político-econômica entre os EEUU e a União Européia na América Latina.

119 Veja por exemplo DURÁN, José E. y MASI, Fernando; “Diagnóstico de las asimetrías en los procesos de integración de América del Sur”, documentos de proyectos, N° 132 (LC/W.132), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), mayo 2007.

120 O conceito de relações transatlânticas insinua um horizonte amplo de estudos. Inclui as relações entre ambos os lados do Atlântico em todas suas variantes: inter-estatais, no seio da OTAN e entre os Estados Unidos e a União Européia. Em nossas análises deixaremos de lado a perspectiva em estudos de segurança e defesa, para nos centrar na sua interpretação geoeconômica e geopolítica. Por outro lado devemos lembrar que a cooperação entre EE.UU e a UE foi institucionalizada pela Declaração Transatlântica de dezembro de 1990. Este diálogo dirigiu que se estabeleça periodicamente - ao término de cada Presidência de Conselho da UE -, uma reunião em formato de Cúpula entre o Presidente americano do período, o Chefe do Governo do país que acolhe a Presidência da União Européia, e o Presidente da Comissão Européia. Simultaneamente, dentro do quadro da reunião de Cúpula, os Ministros de assuntos externos e comércio estadunidenses se encontram com os correspondentes do país que acolhe a Presidência da União Européia, junto com os comissários comunitários dessas carteiras. O Alto Representante para PESC também participa dessas reuniões. Para dados adicionais visitar a página da Missão dos Estados Unidos ante a União européia em Bruxelas (último acceso 08/10/2007): <http://useu.usmission.gov/Dossiers/TransAtlantic/default.asp#summits>

Em consonância com este cenário futuro, numerosos especialistas e acadêmicos, tem fomentado frequentes debates acerca da possibilidade de emergência de um triângulo transatlântico¹²¹.

Se quiséssemos encontrar uma data que marque o início da competência atual entre estas duas potências¹²² internacionais na região, seria necessário voltar a seu começo por volta de 1990¹²³, quando George Bush anunciou sua visão de uma Área de Livre Comércio nas Américas. Por outro lado, as negociações que o Tratado de Livre Comércio produziu entre o Canadá e EEUU a princípio, e acrescentando o México posteriormente; avivou um interesse da UE na região, em paralelo às negociações no processo de negociação de Maastricht.

Desde o hemisfério sul do continente, a reação à esta proposta estadunidense não se fez esperar, com a constituição do Mercado Comum do Cone Sul em 1991; produziu-se anos depois uma situação reativa similar com a reformulação do MERCOSUL - expressado através do *Protocolo de Ouro Preto* de dezembro de 1994-, que pode ser interpretado como outra resposta do Cone Sul frente à proposta estadounidense no mesmo ano de implementar a ALCA.

121 Veja entre outros: Wolf GRABENDORFF y Riordan ROETT comps., *Latin America, Western Europe, and the United States: A New Atlantic Triangle?*, Nueva York: Praeger, 1985; José BRICEÑO RUIZ, “Strategic Regionalism and the Remaking of the Triangular Relation Between the USA, the European Union and Latin America”, em *Journal of European Integration* 23, No. 2 (2001): pp.105-137; e Wolf GRABENDORFF, “En Triángulo Atlántico: ¿una versión realista?”, em *El Triángulo Atlántico: América Latina, Europa y los Estados Unidos en el sistema internacional cambiante*, comps., Klaus Bodemer, Wolf Grabendorff, Winifred Jung y Josef Thesing, Sankt Augustin, Germany: Konrad Adenauer Stiftung, 2002, pp.375-392.

122 Hoje em dia pode se considerar a UE em conjunto como ator unitario, como uma potencia no cenário mundial, com uma personalidade jurídica reconhecida internacionalmente. Para aprofundar os debates sobre esta consideração, pode-se ler, entre outros autores, ATINÁ, Fulvio, “La Comunidad Europea como actor internacional”, *Afers Internationals*, núm. 21, 1991, pp.55-63; PIFNING, CH., *Global Europe. The European Union in the World Affairs*, Boulder, Lynne Rienner, 1997; RHODES, C (ed.), *The European Union in the World Community*, Boulder, Lynne Rienner, 1998; WHITMAN, R. , *From Civil in Power to Superpower?. The International identity of the European Union*, Nueva York, St. Martin Press, 1998. ;TELO, Mario (ed.), *The European Union and the New Regionalism*, London, Ashgate, 2001.

123 Bush, George (1990) Texto de 27 de junho de 1990, dando a conhecer a “Iniciativa para as Américas”.

Neste contexto histórico, deve-se recordar que a primeira Cúpula das Américas de Miami em 1994¹²⁴, coincidiu nesses meses com o nascimento do TLCAN e com a aceitação por parte da UE – postura que teve lugar na Cúpula de Corfú de junho de esse mesmo ano, onde se afirmou a importância do MERCOSUL e do México para as relações exteriores da União Europeia-, de uma iniciativa do comissário espanhol Manuel Marín¹²⁵ que permitiu iniciar o processo de negociação para alcançar um acordo de livre comércio com o MERCOSUL.

Para fazermos uma idéia, falamos de uma iniciativa tão relevante e ambiciosa que ainda não temos parâmetro mundial na atualidade. O resultado seria a constituição de uma área de livre comércio inter-regional de um indubitável peso na economia internacional.

Para se ter uma noção mais clara da envergadura do mesmo, se o projeto se estabelecesse hoje, abarcaria um território com mais de 17 milhões de quilômetros quadrados de superfície e cerca de 800 milhões de habitantes, onde segundo os cálculos especializados, seria gerado mais de um quarto do PIB mundial e mais de 20 % do comércio internacional¹²⁶.

A Europa tem consciência que o êxito da ALCA não somente iria significar uma área de livre comércio continental à serviço do país mais poderoso do mundo, senão que, além disto, acrescentaria uma interação privilegiada de algumas das maiores economias da OMC, México, Canadá ou Brasil, assim como a inclusão de membros produtores e exportadores de petróleo como Venezuela, ou nações ricas em recursos minerais como Chile, Perú ou Bolívia; sem esquecer das potências agrícolas como o MERCOSUL.

124 Para uma explicação resumida da dita reunião visitar a página oficial (último acesso 23/10/2007): <http://www.summit-americas.org/Miami%20Summit/FTAA-Spanish.htm>

125 Em 23 de abril de 1994, em São Paulo, a IV Reunião Ministerial Institucionalizada da UE com o Grupo do Rio, solicitou preparar «uma estratégia de médio a longo prazo» para aprofundizar as relações entre a UE e a América Latina, acordando trabalhar por «uma associação genuína nos campos econômico, comercial, industrial, científico e tecnológico». Ali, o então Vicepresidente da Comissão Europeia, Manuel Marín, «lançou decididamente» ao MERCOSUL a possibilidade de avançar para uma Zona de Livre Comércio com a UE.

126 Ver entre outros o informe do Parlamento Europeu sobre “as relações econômicas e comerciais entre a EU e MERCOSUL de cara a conclusão de um Acordo de Associação Inter-regional” (2006/2035(INI)), 21/09/2006. Proposta de resolução disponível on line na página oficial do próprio Parlamento: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A6-2006-0302&language=ES&mode=XML>

Neste sentido, de acordo com os estudos especializados sobre o impacto da criação de uma Zona de Livre Comércio entre a UE e o MERCOSUL realizados pela *Cátedra Mercosul* do Instituto de Estudos Políticos de Paris, obtemos uma conclusão quantitativa¹²⁷: Para o MEBF (“Mercosul-EU Business Fórum”), o “custo do não Acordo” entre os dois blocos de integração se estima em ao menos uns 3 700 milhões de euros anuais no comércio de bens e em mais de 5 000 milhões de euros se se inclui a inversão e os serviços. O interesse econômico do empresariado de ambos os blocos e das instituições comunitárias européias em concluir de forma definitiva a primeira área de livre comércio inter-regional do século XXI, resulta patente à luz destes dados e dos últimos debates.

A III Cúpula Hemisférica de Québec, Canadá, contou com a presença de George W. Bush e 33 países da América Latina e do Caribe (exceto Cuba). A reunião dos mandatários americanos serviu para reafirmar a liderança do presidente norte-americano e o reforço do projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas que já lançarão os presidentes Lyndon B. Johnson – na Cúpula de Punta del Este de 1967 no Uruguay- y George Bush (Pai) anteriormente – em 1990 - mas que começou a negociar-se a partir da Cúpula de Miami com Clinton – em 1994-¹²⁸. Não obstante, ainda que tenham sido estabelecidos acordos muito gerais sobre diversos temas, a reunião serviu para demonstrar como na maioria deles persistiram sensíveis discrepâncias entre os países e grupos regionais, o que resultou em um texto cheio de parênteses em que se fixou uma data de entrada em vigor do Acordo. Nesta direção, pese as intenções dos EEUU e Canadá em acelerar o processo, a oposição de outros países — fundamentalmente o Brasil— levou a que se confirmasse o cronograma inicial, de modo que as negociações deveriam estar terminadas em 1º de janeiro de 2005, para que sua entrada em vigor se produzisse em dezembro desse mesmo ano, mediante um processo de ratificação interna dos países firmados; fato que finalmente não ocorreu.

127 A Cátedra Mercosul de Ciências Política se constituiu desde sua efetiva criação em 1999 no núcleo de uma rede de investigação e de debates em torno das características e problemáticas dos países do MERCOSUL. Para ampliar informações, consultar a web <http://chairemercosur.sciences-po.fr/>; Com respeito aos dados apresentados pelo informe, se fizeram públicos durante a V conferência plenária do MEBF, Luxemburgo, 31 de janeiro de 2005. Ver resumo da plenária na página oficial do Fórum (último acesso 20/10/2007): <http://www.mebf.org/en/plenary/5plenary.html>

128 Para conhecer o desenvolvimento histórico das cúpulas interamericanas pode-se consultar a página oficial das “cúpulas das américas” (último acesso 15/10/2007): <http://www.summit-americas.org/esp/procumbres.htm>

Resulta significativo destacar, entre todas as reações e declarações políticas posteriores a esta reunião, a expressada pelo então diretor geral da Organização Mundial do Comércio, Mike Moore¹²⁹; quem interpretava os resultados desta Cúpula apontando que, a simultaneidade da ALCA e o processo emergente de ampliação da União Européia, poderiam favorecer que aparecesse de novo a tão falada ameaça de divisão de um mundo em blocos comerciais. Uma divisão mundial, apesar do processo de regionalismo aberto e da pretendida compatibilidade dos processos de integração com as regras da OMC.

Neste ponto, convém recordar o processo histórico que tem experimentado o comércio internacional desde meados dos anos 90. Se anteriormente a criação da OMC (1º de janeiro de 1995), se enfrentavam as concepções de integração global e regional, lutando por fazer-las mutuamente compatíveis no internacionalismo. A etapa que se iniciou a partir daí, se caracterizou pela generalização e aceitação do conceito de “regionalismo aberto”, uma teoria que temos tratado anteriormente aplicada à região latino-americana e que em síntese supõe - de acordo com seus princípios básicos-, que pelo fato de que um país pertença a uma união regional não lhe exclue o fim comercial com respeito à terceiros países.

No cenário de hoje, a explicação da atual competitividade entre os dois lados do Atlântico pela região latino-americana, poderia muito bem compreender seguindo as correntes de opinião de alguns analistas:

“a morte do mundo bipolar conduziu a uma briga a ambos os lados de Atlântico para redefinir as prioridades e objetivos básicos. Como o cofuncionamento, contanto que elemento aglutinante necessário no seu momento para o comunismo, tem se esmigalhado e as ambições econômicas carregaram preponderância < sem detrimento dos imperativos de segurança, eu me permito somar>; novas rivalidades entre as duas superpotências deslizaram entre as rachas ”¹³⁰.

129 Editorial, “WTO warning on trade blocks”, Financial Times, London, 24 de abril de 2001.

130 JONQUIÈRES, Guy de y ALLEN, Edward, “American ties”, Financial Times, 20 de abril de 2001.

As mencionadas *rachas*, tem sido expressadas no cenário multilateral na denominada “guerra comercial”¹³¹ entre os EE.UU. e a UE, encobrem a força da gravidade dos dois fortes pólos geo-econômicos a nível mundial.

Voltando ao processo continental do livre comércio, na reunião de Quebec se colocou de manifesto assim mesmo que os países latino-americanos e caribenhos compreendiam perfeitamente o jogo que lhes estava propondo Washington, sabendo que o mercado dos EEUU é muito importante, mas com o inteligente cepticismo de quem sabe que o projeto que está impulsionando vai contribuir somente de uma maneira parcial a ajudar-lhes a fazer frente aos grandes problemas da região: a luta frontal contra a pobreza e a marginalização das populações indígenas.

Infelizmente, o México pós-priísta do NAFTA conhece perfeitamente esta situação com seu vizinho do norte. Este caso se fez explicitamente patente na própria Cúpula. Dois países, México e Equador, destacaram na celebração da mesma pela demanda da urgente necessidade que buscavam para encontrar medidas que pudessem solucionar os problemas de subdesenvolvimento da região, ajudando as economias mais débeis. Fox sugeriu em concreto¹³², uma redução dos gastos de defesa dos países americanos para assim poder destinar mais fundos para o desenvolvimento econômico e social. Uma valente proposta que, em definitiva não achou a aprovação dos EEUU. A idéia de Fox, que já havia sido colocada no âmbito interno do TLCAN, consistia em estabelecer no continente “fundos de coesão social” similares aos existentes na UE – que serviu como exemplo referente -, com o fim de equilibrar o desenvolvimento econômico e social dos países integrantes da ALCA...

Convém deixar explícito o temor principal que sacudia o bloco negociador latino-americano ante um dos cenários mais pessimistas que prejudicaria o desenvolvimento de suas políticas nacionais futuras; ou dito em outras palavras, a lógica subjacente que guiava

131 Uma guerra no seio da OMC e que se traduzem nas denúncias constantes ante a organização de um contra o outro (entre outros, ver o caso do contencioso pelo acero) e instrumentos concretos de ambos pólos, tais como a Foreign Sales Corporations, figura criada pelo Governo dos EEUU para aliviar a fiscalidade das empresas exportadoras e que tem sido denunciada em várias ocasiões pela UE na OMC por favorecer irregularmente os subsídios para a exportação. Para conhecer mais sobre esta figura, se aconselha visitar a página da Missão dos Estados Unidos ante a União Européia em Bruxelas (último acceso 21/10/2007): <http://useu.usmission.gov/Dossiers/FSC/default.asp>

132 Ver discurso de Vicente Fox durante a Primeira Sessão Plenária da III Reunião da Cúpula das Américas, Quebec, Canadá, 21 de abril de 2001. Disponível na página da Secretaria de Relações Exteriores do México (último acesso 11/10/2007): http://www.sre.gob.mx/dgomra/cameras/disc_fox_quebec.htm

aos mandatários da região ante as consequências negativas que um *não* a ALCA, significaria em direção a um desvio de comércio estadunidense para os mercados exclusivamente do TLCAN e que repercutiria naqueles países e esquemas regionais do resto do continente que não o ratificassem¹³³.

Uma tarefa nada fácil que implica um estudo de cálculos estimativos que devem ponderar múltiplas variáveis¹³⁴; por um lado, o provável benefício – expressado em termos quantitativos-, derivado da conclusão satisfatória de um complexo processo de negociação econômica e, por outro, a análise do risco de custo político (a nível doméstico, econômico-social e a nível internacional, de capacidade de manobra), associado ao início de um acordo de tal magnitude¹³⁵.

O interesse da ALCA para os países latino-americanos, não somente consistia na supressão definitiva das tarifas todavia existentes no comércio continental, senão no que podiam obter nas áreas relacionadas com a abertura de um protecionismo agrícola que paradoxicamente, tanto os estadunidenses como os europeus, continuam praticando até

133 O cenário seria resultado de uma excessiva concentração comercial entre os três signatários do processo regional norte-americano e o correspondente desvio de importações e exportações para um comércio exclusivamente intra-regional. A meu juízo, este é um exemplo sintomático das decisões que imperam em qualquer decisão contemporânea de participar (ou não) em iniciativas multilaterais; e pelo que resulta de pertinente para nosso estudo, um exemplo de especial transcendência para o caso da América Latina em sua decisão de participar (ou não) em uma área de livre comércio hemisférica ou uma associação inter-regional.

134 Durante esses anos, resulta ilustrativo como no caso brasileiro, surgiu um interessante debate nacional mais além do âmbito acadêmico, com respeito a conveniência ou não da ALCA. Entre outras opiniões aconselhamos consultar GARCIA, Marco Aurélio. "O Brasil e a Alca: regionalização e projeto nacional de desenvolvimento"; em GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Fundação Alexandre Gusmão, 1999; TEIXEIRA DA COSTA, Roberto. "Alca 2005: destino ou opção?", *Política Externa*, vol. 10, No 2, Setembro-Novembro 2001, pp. 102-111.

135 Remontando a década anterior, seguindo esta linha há autores como Hinojosa quem concluí, segundo varias entrevistas mantidas com líderes políticos do México e Estados Unidos relativas a formação do TLCAN, que o México decidiu seguir adiante com as negociações do tratado devido a que os cálculos dos custos políticos de mudar a posição tradicional nacionalista com relação aos custos de abrir a economia valiam os riscos devido a vinculação especial entre México e Estados Unidos, incluindo a dinâmica de segurança. Ver HINOJOSA-OJEDA, Raúl A.; LEWIS, Jeffrey D.; ROBINSON, Sherman, "Simon Bolívar vuelve a cabalgar? Hacia una integración entre el TLCAN, el MERCOSUR y la Region Andina", Buenos Aires; Instituto para la Integración de América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo, Enero-Abril 1997.

hoje em dia. Este é o tema mais sensível que continua centrando as críticas unânimes da região em qualquer fórum multilateral do comércio.

Do ponto de vista do setor privado¹³⁶, a ALCA inquietava a Europa nem tanto pelo comércio entre os 800 milhões de americanos que poderiam ser realizados sem tarifas, mas sim pelos efeitos colaterais que suporia respeito a generalização de normas técnicas e sanitárias, modos de fazer e procedimentos comerciais e financeiros baseados na normativa estadunidense, que complicariam notavelmente a atividade das empresas européias nos mercados latino-americanos e do Caribe.

Se nos perguntassem qual era a visão e interesse subjacente estadunidense na iniciativa da ALCA com respeito ao jogo estratégico transatlântico, responderíamos com as esclarecedoras palavras de BENEYTO, *“O que há debaixo da iniciativa estadunidense é o insuportável desafio que representam a UE e suas alianças com as diversas áreas em constituição em América Latina, em particular MERCOSUL”*¹³⁷

Na realidade, o renovado impulso que a administração Bush outorgou a ALCA e - posteriormente baixo seu impasse oficial na IV Cúpula de Mar del Plata, Argentina-, a preferência a uma estratégia bilateral comercial com os países e esquemas regionais da América Latina; pode-se interpretar como uma resposta ajustada às crescentes possibilidades de intrusão político-econômica que a UE possa realizar em uma zona que os norte-americanos consideram como seu âmbito natural de influência, especialmente agora que alguns países europeus (tal como veremos mais adiante, com o exemplo da Espanha), dominam de fato a inversão estrangeira e o comércio internacional em algumas economias latino-americanas importantes (com especial atenção às do Cone Sul).

Retomando a pergunta inicial colocada neste jogo de interação estratégica na região, quer dizer;

De que maneira poderia ser compatibilizado o processo de criação de uma grande zona de livre comércio no continente americano com os processos de negociação inter-regionais, as agrupações regionais e os acordos bilaterais já existentes?

136 Para ampliar a análise consultar GRATIUS, S. “El Proyecto del ALCA visto desde Europa”. *Estudios sobre el ALCA*. Friedrich Ebert Stiftung Chile. Santiago de Chile, 2002.

137 VIDAL BENEYTO, José. “Dolarización panamericana”, *El País*, 21 de Abril de 2001.

Do lado europeu, esta pergunta tem uma resposta que quem sabe possa servir como precedente histórico dos acontecimentos futuros; na década passada, Klaus Kinkel, o então ministro alemão de Relações Exteriores, sugeriu na VII Reunião Ministerial Institucionalizada Grupo do Rio-União Européia¹³⁸, que os três blocos econômicos – já naquela época bem definidos do espaço atlântico –, a UE, o NAFTA e o MERCOSUL; e talvez uma Área de Livre Comércio Sudamericana que surgiria dos esforços por vincular o MERCOSUL com a Comunidade Andina–, poderiam ser combinadas para criar uma Área de Livre Comércio Transatlântica; uma iniciativa que ajudaria reforçar o potencial econômico das três regiões.

Posteriormente e de acordo com a análise de GRABENDORFF¹³⁹, através da criação da iniciativa citada, a América do Sul poderia converter-se no terceiro pilar político de um diálogo transatlântico mais equilibrado, na medida em que se moveria a velha linha divisória entre o Norte e o Sul. Também completando o argumento, soma que semelhante aliança poderia ajudar a eliminar as históricas desconfianças que tem marcado tradicionalmente as relações interamericanas - em minha opinião, obviamente também poderia ajudar a criar outras novas-.

Com uma visão desde América do Sul e analisando retrospectivamente o processo negociador das Cúpulas Hemisféricas, podemos afirmar que a chave da ALCA - e, na realidade de qualquer acordo inter-regional com a América Latina - era e é a participação do Brasil por duas grandes razões:

1- Falamos da maior economia da região, com uma população de 186 milhões sobre 661 milhões de habitantes na América Latina, ou seja, 28,1% do peso demográfico da região¹⁴⁰. Em relação a seu peso relativo na economia regional¹⁴¹, o Brasil tem um PIB total

138 VII Reunião Ministerial Institucionalizada Grupo de Río-União Européia, celebrada em Noordwijk, Países Baixos, 7 e 8 de abril de 1997.

139 Grabendorff, Wolf: «América Latina y la Unión Europea: ¿Una asociación estratégica?» en Guadalupe Paz y Riordan Roett (comps.): *América Latina en un entorno global en proceso de cambio*, ISEN /Nuevohacer, Buenos Aires, 2003, pp. 187-203.

140 Apenas seguido pelos 103 milhões do México (15,5% sobre el total). Cálculos próprios a partir da fonte: *2007 World Development Indicators database*, World Bank, Abril 2007.

141 Seguido em segundo término pelos 839,182 milhões de USD do México, 28,49% do total latinoamericano. Cálculos próprios a partir da fonte: *World Development Indicators database*, World Bank, 1 July 2007.

de 1, 067,962 milhões de USD em 2006, representando de forma oficial uns 36,26% do PIB total da região latino-americana (2, 945,193 milhões de USD).

Para se ter uma idéia do potencial do gigante brasileiro, resgatamos a análise oficial do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães¹⁴², quando afirma que considerando tanto sua população, como seu PIB anual e o território que disfruta, existem apenas três países que cumprem os padrões “elevados” nas tabelas estatísticas internacionais; os Estados Unidos, China e Brasil. Em função deste e na opinião do representante do Itamaraty, << *o Brasil deve guiar-se <internacionalmente> por esses elementos, sempre segundo sua perspectiva e dimensão*>>. Talvez, a suposição deste potencial nos ajude a entender a pró-atividade demonstrada pela ação exterior do Governo do Brasil na segunda grande razão.

2- Trata-se do único país da região com poder e influência para desempenhar um papel potencial de liderança na região sudamericana como alternativa os EE.UU. Um exemplo concreto podemos ver na Cúpula de Québec, quando ante a insistência do Brasil, a proposta estadunidense de adiantar a data do começo da ALCA do último dia de 2005 – originalmente prevista - à finais de 2003 foi rechaçada, já que o MERCOSUL - e depois o resto dos principais países latino-americanos- seguiram-se à proposta brasileira¹⁴³.

Neste sentido, estamos de acordo com AYLLÓN¹⁴⁴ de que durante o governo Cardoso (1995-2002) foi se consolidando no país a idéia e a prática da existência de um interesse estratégico em manter o paralelismo durante as negociações comerciais tanto com a Área de Livre Comércio das Américas como com as mantidas com a UE.

Um fato que apóia a simultaneidade das ações do Itamaraty nas conversações e negociações mais importantes transatlânticas, foi a coincidência dos quadros negociadores

142 O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães ocupa o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty desde 2003. Guimarães, Samuel Pinheiro; “Fundamentos da Política Internacional do Governo Lula”, Conferência Petista Sobre Relações Internacionais, organizado pela Secretaria de Relações Internacionais do PT, na Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar do Estado de SP, São Paulo, 1 de Abril de 2006.

143 Para ter uma clara idéia do contexto da negociação com opiniões de distintos chefes negociadores dos principais países (incluindo a Luis de la Calle pela parte mexicana e a José Alfredo Graça Lima, pela parte brasileira); ver a análises conjunta realizada por Geri Smith, Elisabeth Malkin, Jonathan Wheatley, Paul Magnusson e Michael Arndt; da Cidade de México, São Paulo, Washington e Chicago, titulado “Betting on Free Trade” em Business Week, 23 de Abril de 2001.

144 AYLLÓN, Bruno. “La política exterior del gobierno Lula y las relaciones de Brasil con la Unión Europea”, Madrid: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos; *ARI* nº 22, 24/2/2006; Disponível on line em: www.realinstitutoelcano.org/analisis/915/915_Ayllon.pdf

brasileiros em ambas iniciativas durante um mesmo mês, maio de 2002. Uma data que resultou importante tanto para as discussões técnicas da ALCA, como da segunda Cúpula UE – MERCOSUL em Madrid, ao final da presidência da Espanha da União Européia - o país europeu que por outra parte tem uma presença comercial mais forte na Argentina e Brasil-¹⁴⁵.

Não obstante, se pode falar de uma estratégia intermediária – entre as opções da ALCA e a UE - de menor custo político e econômico, tanto para o MERCOSUL como para suas representantes brasileiros. Uma alternativa que já havia sido refletida no projeto de criação de uma zona de livre comércio - geograficamente nem tão ambiciosa -, a Área de Livre Comércio Sudamericana (ALCSA). Um projeto que já havia sido apresentado pelo então presidente do Brasil Itamar Franco como a “Iniciativa Amazônica” por via do então chanceler Cardoso e logo aplicado em escala continental pelo Chanceler Celso Amorim.

É interessante observar como a ALCSA se originou inicialmente como uma alternativa à TLCAN¹⁴⁶, dados os efeitos negativos que a posta em marcha deste teve sobre o comércio dos produtos manufaturados do Brasil para EE.UU. e dos produtos agrícolas argentinos e brasileiros para o México.

A realidade é que na Cúpula de 31 de Agosto à 1º de setembro de 2000 celebrada em Brasília, os chefes de Estado sudamericanos ali congregados, reafirmaram sua intenção de unir o MERCOSUL e a CAN mediante um acordo de livre comércio no qual, incluindo Chile, Guyana e Suriname, estariam representando os 12 países sudamericanos. Os resultados formais do encontro foram apresentados no *Comunicado de Brasília*¹⁴⁷, um total de 62 pontos referem-se à democracia, comércio, infra-estrutura de integração, narcotráfico e informação, conhecimento e tecnologia; buscando consolidar a identidade continental, agregando que sua coesão constitui "um elemento essencial para determinar, de forma

145 Para entender a interpretação de uma Espanha economicamente emergente na região, ver BAKLANOFF, E. “Resurgent Spain’s Economic and Business Initiatives in Latin America” em AGUADO, S. y GARCÍABARROSO, R. (eds.). *El Triángulo Económico; España – USA – América Latina*. Instituto Universitario de Estudios Norteamericanos. Alcalá de Henares, Madrid, 2002.

146 Ver nesta linha NOGUÉS, Julio J. (p.456), “MERCOSUR’s Labyrinth and World Regionalism” *Cuadernos de Economía* Año 40, Nº 121 (diciembre), 2003.

147 Comunicado de Brasília. Reunión de Presidentes de América del Sur, Brasília, 1 de septiembre de 2000. Documento disponível em (último acesso 08/10/2007): http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/di1-9-00.htm

favorável, sua inserção na economia mundial"¹⁴⁸. O valor acrescentado ao documento, residiu na aprovação de um Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul" elaborado pelo BID com ajuda da Comunidade Andina de Fomento.

Isto demonstra que o projeto da Área de Livre Comércio Sudamericana (ALCSA) não só tinha uma dimensão econômica, mas também política e cultural.

Ao finalizar o encontro, o presidente do Brasil, mencionou¹⁴⁹ seu "sonho de criar os Estados Unidos da América do Sul", uma frase que pode ser interpretada como intencional, confirmando que seus propósitos vão mais além dos puramente econômicos.

Referindo-se à primeira dimensão, a ALCSA competiria com a ALCA no aspecto econômico, no sentido de que como zona de livre comércio seus objetivos teriam que servir principalmente a fins comerciais. Contudo, na interpretação de uma ALCA como uma ampliação do NAFTA até Terra do Fogo, ou seja, como um *Greater NAFTA* ou *ALCA ambicioso*¹⁵⁰, poderia criar um cenário cujo caso adquiriria por sua vez uma dimensão política, competindo assim com a ALCSA também nesse aspecto.

Apesar de que o presidente Bill Clinton durante uma viagem previa à II Cúpula das Américas pela região, declarando¹⁵¹ que o MERCOSUL era compatível com uma futura ALCA – seja do ponto de vista econômico ou político-; na realidade com uma vitória da ALCA tanto o MERCOSUL como a ALCSA corriam o risco de ficar reduzidos a um projeto meramente cultural.

Se estabelecia em definitivo as bases do *terceiro vértice* do triângulo de um novo regionalismo atlântico, ou dito de outra maneira, de uma “terceira via” de inserção regional sudamericana que, ante a situação de desconfiança econômica na Argentina, não satisfazia de tudo as necessidades de inversão e tecnologia dos países membros do MERCOSUL, nem tampouco as aspirações do bloco com respeito a um incremento significativo de suas

148 Comunicado de Brasília, p. 11-12.

149 Ver declarações de Cardoso no jornal Folha de São Paulo, 2 de Setembro de 2000.

150 Para ter uma idéia melhor das consequências deste cenário, consultar ENDRES, M. “El Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA): Impacto, oportunidades y riesgos para las empresas europeas”, Serie Documentos de Trabajo Nebrija 2005/008, Jean Monnet European Studies Centre, 2005. Disponível on line (último acesso 13/10/2007): <http://www.nebrija.com/jean-monnet/pdf/endres.pdf>

151 Diario EL NACIONAL. “Clinton dice que el Mercosur y ALCA pueden subsistir conjuntamente”. Caracas, 15 de octubre de 1997.

exportações de maior valor agregado senão que; pelo contrário, poderia representar uma via de acesso ampliado aos mercados do Cone Sul em proveito dos países setentrionais da região.

Além disto, a viabilidade de um sistema regional sudamericano dependia de uma deliberação política básica: a de recusar a absorção individual dos países da região em uma ALCA que deixaria sem consistência e efetividade de uma iniciativa similar para o subcontinente. Como consequência, pode-se interpretar que a decisão de Quebec com vistas a avançar nas negociações e concretizar a ALCA, vai na direção de conseguir um debilitamento da coesão das alianças latino-americanas, com o objetivo subjacente de quitar o efeito atrativo do projeto ALCSA na região.

Desafiando os princípios negociadores do processo de cúpulas hemisféricas, a recusa individual da ALCA por parte de um dos estados membros convidados a participar teve seu expoente no Brasil.

Neste ponto deve-se recordar que há um tempo atrás, houve vozes políticas dentro do próprio PT¹⁵² - após o partido que triunfou nas eleições gerais de 2002- que defendiam uma interpretação da iniciativa hemisférica, não como uma “fatalidade histórica” inevitável, alegando o direito soberano do Brasil de responder “não” à ALCA. Nesta direção, vários deputados do PT (Aloízio Mercadante e Henrique Fontana como figuras mais visíveis), introduziram um projeto no Parlamento de Brasília para a realização de um plebiscito sobre a ALCA na fase final das negociações.

A celebração do mesmo não se fez esperar e ao longo do ano 2002, o objetivo do plebiscito e de sua extensa preparação – durante o transcurso da mesma, se organizaram numerosos debates públicos prévios-, foi o de informar, ouvir e debater com a sociedade¹⁵³

152 Ver o artigo de Aloízio Mercadante - em sua condição de deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores-, “Brasil: El plebiscito sobre el ALCA”, Agencia Latinoamericana de Información para Venezuela Analítica, 10 de abril de 2001. Disponível on line (último acesso 14/10/2007): <http://www.analitica.com/va/hispanica/3441953.asp>

153 É interessante comprovar o alto grau de interação social que produziu a celebração deste plebiscito. Durante a preparação do mesmo se envolveram centenas de organizações populares, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, federações sindicais, entidades estudantis, movimentos de mulheres, associações profissionais, ONGs e partidos políticos. Como precedente, deve-se recordar que no ano 2000, uma similar heterogeneidade de forças sociais, organizou o Plebiscito sobre a Dívida Externa.

brasileira a respeito da aceitação ou não da proposta estadunidense de implantação da ALCA e da cessão da Base de Lançamento de Alcântara ao controle militar dos Estados Unidos¹⁵⁴. As datas do mesmo se fizeram coincidir com uma semana altamente simbólica no discurso nacionalista do país, realizando-se na denominada *Semana da Pátria*, de 1º a 7 de setembro.

Neste ponto, para compreender a participação do PT – o partido no Governo desde então - em toda a campanha em torno da ALCA, me limitarei a citar algumas palavras de ROBERTO DE ALMEIDA¹⁵⁵ que ecoaram literalmente nos meios especializados mexicanos, analisando a diplomacia do Governo Lula em seus primeiros anos:

<<En plena campaña presidencial los movimientos sociales organizaron un plebiscito (con amplio apoyo de sectores del PT y de sindicatos identificados con el partido) orientado políticamente, y de antemano dirigido, en contra el ALCA. Por obvios motivos políticos el PT retiró su patrocinio explícito a dicha consulta, consciente de la sensibilidad del tema y de las muy probables consecuencias en el plano diplomático>>.

O avassalador resultado do plebiscito nacional¹⁵⁶, serviu como canto de sirena para mobilizar um nutrido grupo de movimentos sociais latino-americanos, ante uma iniciativa

154 Estas foram as 3 questões submetidas ao voto popular: 1.O governo brasileiro deve firmar o tratado da ALCA? 2. O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA? 3. O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território - Base de Alcântara - para controle militar dos Estados Unidos?

155 Para explicar a citação, é interessante ver o rápido processo de eco no Serviço Exterior Mexicano do artigo desde sua concepção: ROBERTO DE ALMEIDA; Paulo. -----.“Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”, Revista Brasileira de Política Internacional (Brasília: IBRI, ano 47, nº 1, 2004, ISSN: 0034-7329; pp.162-184). Transcrito no boletim eletrônico do PT, Linha Aberta, nº 1.855, em 8 de junho de 2004 (link: http://www.pt.org.br/site/artigos/artigos_int.asp?cod=684). Resumo em espanhol apresentado no site do CADAL, Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (Buenos Aires: 16.10.2004; link: http://www.cadal.org/articulos/nota.asp?id_nota=764); republicado em espanhol (tradução de Carlos Tirado Zavala, ministro mexicano) sob o título de “Una política exterior comprometida: la diplomacia del gobierno de Lula”, no Boletim eletrônico ForoSEM, do Servicio Exterior Mexicano, (México: link: http://www.forosem.net/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=123); versão original: www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf).

156 Mais de 98% votou contra a ALCA de um total de 10.149.542 eleitores convocados. Ver resultados do mesmo em um dos exemplos do efeito posterior do “canto da sereia” que atraiu a outras organizações latinoamericanas vizinhas, no caso de Ecuador; “Brasil contra el ALCA, Plebiscito”, Centro de Medios Independientes, 19 de setembro de 2002, Ecuador. Disponível on line (último acesso 19/10/2007): <http://ecuador.indymedia.org/es/2002/09/185.shtml>

que não se via alterada substancialmente desde sua origem, por culpa da intransigência negociadora estadunidense em atender as demandas do MERCOSUL com respeito principalmente aos subsídios agrícolas. Neste sentido, a argumentação da postura norte-americana tem a ver com a aparição de um cenário que prejudicaria seus interesses comerciais, a possibilidade de que a progressiva anulação deste capítulo, fosse aproveitada pela ingerência de outros atores comerciais extra-continentais na área hemisférica e, como consequência, em seu próprio mercado através da eliminação de suas barreiras nacionais de acesso a seu setor (implicitamente referindo-se à UE e China).

Em base no que expusemos, é razoável afirmar que na atualidade, deve-se considerar o Brasil como a peça chave de qualquer iniciativa de integração na região latino-americana (mais ainda se levarmos em conta o palpável interesse que demonstram as duas grandes potências do espaço Atlântico em obter sua cooperação e acordo na região sudamericana).

Podemos dizer inclusive, que ainda que o MERCOSUL – no pior dos cenários da política regional brasileira- se dissolvesse em uma União de Nações Sudamericanas vazia de conteúdo e estancada; Brasil seguiria sendo o verdadeiro prêmio para os Estados Unidos em um futuro processo de conclusão da ALCA (tanto se se adota um enfoque geoeconômico ou geopolítico), uma vez que tem sido integrados com relativo grau de êxito no mercado norte-americano outras duas grandes unidades do continente, Canadá e México.

Do outro continente, se tem muito presente qual é a peça chave do jogo triangular transatlântico, em diferentes declarações, os europeus não hesitam em fazer explícita a importância cada vez mais crescente do Brasil na região. Nesta linha estratégica, a Comissão Europeia¹⁵⁷ propôs por em marcha uma Associação Estratégica com Brasil na primeira Cúpula UE-Brasil de Lisboa de 4 de julho de 2007.

157 COMISSÃO EUROPEIA, A. “UE-Brasil: La Comisión propone una Asociación Estratégica”, Nota de imprensa, IP/07/725, Bruxelas, 30 de maio de 2007. Disponível on line (último acesso 26/10/2007): <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/725&format=HTML&aged=0&language=ES&guiLanguage=en>

Nas palavras do Presidente da Comissão, Barroso, se destaca a consideração do Brasil como “actor esencial” e seu convite formal para que se incorpore como sócio estratégico da UE:

«Brasil é um importante sócio da UE. Não só compartilhamos estreitos laços históricos e culturais, valores e um firme compromisso respeito às instituições multilaterais, senão que também compartilhamos a capacidade de influenciar no curso dos acontecimentos em frente a muitos desafios globais tais como a mudança climática, a pobreza, o multilateralismo, os direitos humanos e outros. Ao propôr estreitar laços, estamos reconhecendo a qualidade de Brasil como 'ator essencial' para entrar no exclusivo clube de nossos sócios estratégicos.»

Por outro lado, o Brasil já é visto pela Alemanha como um sócio potencial para o desenvolvimento de uma política multilateral conjunta com o objetivo de impulsionar uma reforma das Nações Unidas (ONU), tema sobre o qual Índia e Japão integram o “Grupo dos Quatro”, conhecido como G-4, um grupo de coordenação e apoio dentro da organização mundial com a meta de conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança ampliado. O convite se fez expressamente formal através da Comunicação da Comissão¹⁵⁸ onde se prôpos uma ampla gama de âmbitos e setores potenciais de estreitar a cooperação e a associação. Os âmbitos prioritários de atuação incluem a consolidação do multilateralismo para trabalhar conjuntamente em diversos temas da agenda global e latinoamericana, assim como a cooperação na integração regional com o MERCOSUL, com vistas a determinação conjunta de celebrar o Acordo UE-MERCOSUL.

A resposta brasileira se deu no marco da citada Cúpula¹⁵⁹, onde se formalizou uma "associação estratégica" entre as duas partes, com a que UE confere um status preferencial ao país sudamericano em suas relações com a América Latina.

Se tomarmos em conta esta dinâmica de “geometria variável” pode-se valorizar como toda esta confusão complexa de integrações e acordos, definem a realidade de um

158 COMUNICACIÓN DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU, Hacia una Asociación Estratégica UE-Brasil, COM(2007) 281, Bruselas, 30 de mayo de 2007. Disponible on line (último acceso 26/10/2007): http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/com07_281_es.pdf

159 Para obter a documentação desta Cúpula, consultar a página oficial das relações exteriores da UE com o Brasil (último acesso 26/10/2007): http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/intro/index.htm

hemisfério latino-americano totalmente convencido de que a via autárquica não resulta factível no atual processo de interdependência mundial gerado pela Globalização.

O impasse em curso da ALCA, assim como o processo de aproximação para um espaço euro-latinoamericano, obrigaria colocar em uma mesma frente comum de negociação todos os países da América Latina. Obviamente o acervo histórico da cooperação iberoamericano facilitaria esta tarefa.

Nesta direção, pode-se defender inclusive, que faria falta uma interação estratégica e cooperativa entre os principais esquemas de integração do continente; tanto do TLCAN, como do MERCOSUL e a Comunidade Andina; se efetivamente se deseja alcançar ao menos uma integração econômica dentro do hemisfério.

Deve-se levar em consideração que a liberalização unilateral do comércio junto a formação de acordos regionais como o do TLCAN e o MERCOSUL, tem intensificado os vínculos de comércio e inversão em todos os rincões do hemisfério, seja entre o norte e o sul ou, cada vez mais, dentro do mesmo sul (como demonstra a interação entre os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL).

Por último, para aqueles defensores de uma área de livre comércio como paradigma alternativo à integração, deve-se recordar que, ainda que seja certo falarmos de um acordo que garantisse o aumento do volume de intercâmbios, nunca garantiria a distribuição equitativa das vantagens da Globalização nem entre os países, nem o que é mais importante entre suas populações. É um aspecto que leva muito em conta no futuro se se deseja estabelecer um acordo com a América Latina e o Caribe em seu conjunto, tal como foi demonstrado com especial relevância no inconclusivo processo de ratificação da ALCA, de modo claro a seus representantes.

Aplicado à variável geometria das relações triangulares, é justo nesse ponto onde a Europa aposta por jogar um papel principal de influência na região, com a mescla dos modelos próprios suscetíveis de exportar; o modelo econômico misto e o modelo do Estado de bem-estar.

Neste sentido, nada melhor para ilustrar a atração que exerce este modelo na região que resgatar as palavras do presidente Fox em Guadalajara durante a celebração da III Cúpula entre a UE e a ALCA:

<< a experiência européia, quer dizer, a conjunção de democracia e Estado de Direito, respeito às liberdades e os direitos essenciais de

peçoas, como também um modelo econômico que fomenta o desenvolvimento humano e a integração do funcionamento regional, constitui um exemplo merecedor de emulação>>¹⁶⁰.

2.3 O componente euro-latino-americano da política externa espanhola desde 1986¹⁶¹

Se adotarmos como premissa, a consideração de um componente euro-latino-americano essencial nas Políticas para Assuntos Externos adotadas pela Espanha a partir de sua entrada formal na Comunidade europeia, em 1986¹⁶², deveríamos começar a dizer que, no nível diplomático, as chamadas "relações especiais" com as duas áreas tradicionais da política externa espanhola: os países árabes (com menção especial para Magreb) e, principalmente, a América Latina; contribuíram decisivamente para a entrada da Espanha na Comunidade Europeia em 1986.

Neste sentido, com a intenção de exemplificar a importância e o forte interesse estratégico que a Comunidade Europeia teve na adesão espanhola, procurando, estrategicamente, aumentar o poder nas áreas regionais e a agenda de relações internacionais, o que passaria a ser denominado, no futuro, como Política Externa Comum da União Europeia, mencionaremos as palavras do ministro, D. Fernando Morán, a respeito dessas datas: “ (...) o papel da Espanha na América Latina e no mundo árabe vem reforçar dois dos flancos mais fracos da política externa de muitos Estados europeus”¹⁶³.

160 Palavras do Presidente Vicente Fox Quesada durante a cerimônia de Inauguração da III Cúpula da América Latina e Caribe-União Europeia, III CÚPULA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – UNIÃO EUROPEIA, Instituto Cultural Cabañas, Guadalajara, Jalisco, 28 de maio de 2004.

161 A data de 1986 é escolhida por várias razões: Falamos de um ano chave na recente história política externa espanhola das últimas três décadas, ocorrem a entrada na então CEE, atual UE e o referendo da OTAN. Por tais circunstâncias, é considerado por alguns autores como o começo do fim da transição espanhola em política externa - tema que não gera unanimidade entre os especialistas.

162 A Espanha pediu sua adesão às Comunidades europeias (a CECA, a CEE e a CEEA) em 28 de julho de 1977, logo após o fim das primeiras eleições democráticas realizadas após a morte do ditador Franco; as negociações de adesão começaram formalmente em 5 de Fevereiro de 1979, dois meses após a aprovação, em referendo, da Constituição espanhola, ainda em vigor.

163 MORÁN, F. “Discursos y declaraciones del Ministro de Asuntos Exteriores D. Fernando Morán”, Madrid. Ministerio de AAEE – Oficina de Información Diplomática, 1984, p. 19.

Não obstante, alguns especialistas no assunto como ALDECOA, mostra que estas relações em essência, nunca estiveram muito claras e que existe a intenção “*de procurar os conteúdos daquela relação especial com pequena fortuna até agora*”.¹⁶⁴

Contudo, em relação a este delicado ponto diplomático, o que, realmente, podemos afirmar ao analisarmos este tema - o preconceito analítico do processo histórico de relação inter-regional entre a América Latina e a UE - seria o fato da existência de um ano transcendental no processo de integração europeia que supôs um novo conteúdo de expectativas futuras em relação à natureza dessas relações inter-regionais: o ano de 1986.

Explicando o porquê desta data, podemos discutir que o fato de maior destaque, naquele ano, para o processo de integração europeu, ou seja, a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade europeia, colocou na mesa negociadora europeia, as relações individuais especiais de cada um com a América Latina. Deste modo, no discurso político do momento (da mesma maneira que nos referimos na apresentação), a postura negociadora espanhola encorajou seu papel de "ponte" com a região, com o fim estratégico de atribuir-se o peso de uma potência média no campo diplomático e não no econômico¹⁶⁵, pois sua então situação macroeconômica deficitária impediu tal atribuição naquele âmbito.

A pretensão a esse papel foi apoiada, bilateralmente, por alguns líderes dos Estados latino-americanos que ansiaram, de modo pragmático, aumentar a sua influência no seio da Comunidade Europeia. Não obstante, esta vocação de ponte despertou duas correntes de reação muito diferenciadas em outros países de categoria internacional de potência média e superior:

1. Por um lado, e no contexto latino-americano, provocou desconfianças diplomáticas nas potências médias do momento de vocação de liderança na região,

164 ALDECOA, F. “Las constantes de la política exterior española”, *Política y Sociedad*. Nº2, 1989, p.68. Neste sentido, poderíamos nos perguntar se a orientação “árabe”y “latino-americana” não era na realidade, uma válvula de fuga da política externa franquista ao ter outras portas fechadas (em referência para a Europa).

165 Para uma análise dos efeitos e impactos que envolveu a entrada na UE para a Economia de Espanha, ver ANTUÑANO, I. y FUENTES, V. “Efectos sobre la economía española de las principales políticas de la Unión Europea”, em MARTÍNEZ CHACÓN, E. (dir.), *Economía Española*, Ariel, Barcelona, 2002.

como Argentina, Brasil ou México que adjetivaram de paternalistas algumas das atitudes do Governo espanhol¹⁶⁶.

2. Por outro lado, e no seio da Comunidade Européia, os dois grandes poderes históricos do colonialismo europeu, França e Reino Unido, expressaram, de modo diferente, reservas em relação à adesão espanhola ao bloco, expostas no seio da Comunidade durante o longo processo de negociação. As razões usadas eram baseadas, entre outras, de natureza econômica¹⁶⁷, na percepção de perigo que as pretensões espanholas poderiam trazer aos privilégios concedidos às áreas de influência tradicionais desses países; ao poder diluir estas áreas entre um número muito extenso de países.

Os longos atrasos na negociação com a Espanha fizeram com que Portugal, cuja entrada na Comunidade procurava coincidir com a de seu vizinho - para alcançar a entrada combinada do bloco ibérico - observasse, sem demonstrar publicamente, que sua adesão era adiada conforme as fricções econômicas impostas às negociações com a Espanha¹⁶⁸.

De acordo com Portugal, e especialmente desde sua adesão efetiva, os sócios comunitários com maior peso político dentro da União - entre esses, é necessário realçar que aqueles que impuseram mais problemas e objeções à incorporação espanhola foram, coincidentemente, o Reino Unido e a França - exigiram gradualmente, aos dois novos sócios, um maior envolvimento nos assuntos europeus. A mensagem foi ouvida e a demanda inter-governamental tornou-se, a partir de 1986, uma prioridade governamental da ação externa espanhola nas duas décadas posteriores.

Neste sentido, e se procurarmos realizar uma análise acerca da contribuição espanhola para a integração européia desde sua incorporação, poderíamos afirmar que a

166 Vejase ROSENWIG, G., *España y las Relaciones entre las Comunidades Europeas y América Latina.*, IRELA DT n°8/87. Madrid, 1987.

167 Na realidade, as razões econômicas se resumiram a um grande medo, os dois sócios temeram a competição que a agricultura espanhola poderia causar à agricultura de ambos os países, com sua entrada no mercado comum.

168 Para se ter uma idéia do processo de negociação árduo que envolveu a adesão espanhola, entre 1979 y 1986, como também das políticas de ajuste que a Espanha teve que enfrentar, são recomendadas duas leituras: LOPEZ CANO, D. "España - Unión Europea: los esfuerzos de una década de integración", *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM Núm. 42, 2000, pp. 173-191; JORDAN GALDUF, J. "Balance de la integración de España en la Unión Europea", *Información Comercial Española, ICE: Revista de economía*, N° 811, 2003, pp. 113-132.

prioridade espanhola exclusiva aos negócios e as políticas europeias foram completadas satisfatoriamente conforme exigido desde sua entrada na Comunidade Europeia. Este êxito abriu espaço a uma margem de manobra muito mais ampla, por parte da diplomacia espanhola, tanto no âmbito global ao poder completar de modo mais efetivo, dinâmicas de desempenho regional mais diversificadas como potência média, como na execução do mencionado papel de "ponte" euro-latino-americano, aliás, componente essencial para alcançar esta diversificação.

Não obstante, se quisermos achar um fato que comprovasse a influência política que a participação espanhola supôs como eixo de aproximação entre as duas regiões, por meio do componente "dual" ou euro-latino-americano de sua política externa, o que podemos observar se prestarmos atenção ao que foi considerado como o instrumento diplomático mais moderno na Política Externa Comum da EU: as delegações ou escritórios da Comissão Europeia em terceiros países.

A este respeito, podemos utilizar um exemplo significativo, o fato de que, a partir de 1986, os escritórios da Comissão Europeia na América Latina passaram de um a mais que uma dúzia; uma demonstração explícita do nível de interesse e atenção concedido pela UE à América-Ibérica, em comparação com outras regiões.

Por outro lado, tratamos um fato que, sob outro enfoque, está diretamente relacionado com os processos negociadores de associação inter-regional, seja com países individuais, como México ou Chile - já levadas a cabo - ou com mecanismos de integração regional, como o MERCOSUL – ainda em curso.

Passando a outro nível de interesses, a adesão na União Europeia supôs uma importante virada na história econômica espanhola, passo definitivo para uma internacionalização sem precedentes da economia nacional, ao fim do século de XX. Por conseguinte, a partir de 1986 podemos assistir à "europeização" de um mercado que, na atualidade e no quadro de um mundo economicamente globalizado, relega a região ibero-americana a um segundo e decisivo degrau, muito necessário para os interesses espanhóis caso queira adquirir uma estratégia diversificada de ação econômica externa. Realmente, a América Ibérica transformou-se, por direito próprio, no destino natural dos investimentos internacionais espanhóis.

A empresa espanhola, também europeizada a partir de 1986 - aceitando em alguns casos, sofrendo em outros, o desafio da internacionalização - elucidou as suas opções gradualmente em áreas onde sua presença era maior e mais segura naquelas ocasiões.

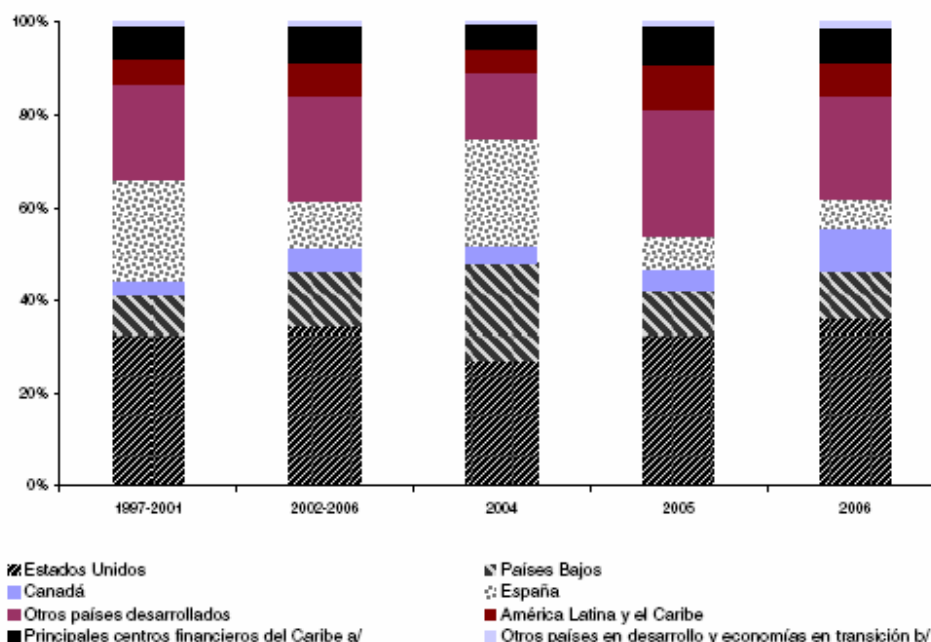
O resultado foi que, na atualidade, ao comparar as análises do *Banco de Espanha*¹⁶⁹, o destino geográfico do investimento direto estrangeiro de Espanha no exterior demonstra a preponderância da América Latina e da UE na última década. A sua evolução histórica pode ser dividida em duas grandes fases. Entre 1995 e 1999, há um incremento dos investimentos na América Latina, alcançando uma média, de 40% do total, e superando até mesmo os investimentos dirigidos à UE, 37% do total. Na segunda fase, já no século XXI, a importância relativa da União aumentou de modo sensível - até chegar à média de abranger 50% do total - devido a um contexto de crescente integração econômica e financeira, impelido pela criação da União Monetária Econômica; enquanto a importância relativa de América Latina caiu sensivelmente - até 11,7%, em 2005.

Os dados a respeito da América Latina nos permitem observar algumas cifras mais do que significativas, durante a década de 90 - mesmo comparando com os Estados Unidos, primeiro investidor mundial na região - que servem para demonstrar, mesmo hoje em dia, o peso da região para a política investidora externa espanhola, e que converteram a Espanha no terceiro país mundial em fluxos de origem – depois dos EUA e Países Baixos - e no segundo país europeu investidor na região¹⁷⁰.

169 Para uma análise mais detalhada, veja BANCO DE ESPANHA (recuadro 3.1), “Flujos de IED de España en China e India, los países de nueva incorporación a la UE y Latinoamérica en el periodo 1995-2005”, em BANCO DE ESPAÑA, *Balanza de Pagos y Posición de Inversión Internacional 2005*, 2006.

170 Baseado nos dados apontados no Relatório *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*; CEPAL, 2006. Disponível on line (último acceso 25/10/2007): <http://www.consejomexicano.org/download.php?id=4327677,1190,11>

**AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: PRINCIPALES PAÍSES Y GRUPOS DE
PAÍSES INVERSIONISTAS ^a**
(En porcentajes)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), estimativas na base de figuras oficiais a 16 de Abril de 2007.

^a Incluem as economias de Europa sudoriental e da Comunidade de Estados Independentes.

^b Inclui Ilhas Bermudas, ilhas caimão, a virgem ilhas britânicas e Antilhas Neerlandesas.

Na seção de investimentos por países, a Espanha concentrou-se em setores estratégicos dos mercados de tamanho considerável na região, Argentina - especialmente importante neste quesito, ao ocupar a primeira posição investidora, com 27% do total nacional, recebido durante o ano 2006 - Brasil, Chile, México e Peru. Ajudados pela disposição de dinheiro efetivo durante a década de 90, as grandes companhias e bancos espanhóis¹⁷¹, continuaram uma estratégia de compra na América Latina, naquela década.

Ibéria, companhia de bandeira espanhola, tem mais de 300 vôos semanais entre a Europa e América Latina para 22 destinos, mais do que qualquer outra linha aérea europeia. Isto significa que 15% do tráfego da América Latina para a Europa são operados por esta companhia. Por outro lado, não podemos negligenciar, nesta análise, o fato de que existe

¹⁷¹ Entre eles é necessário realçar pelo seu volume à Telefónica (setor de telecomunicações), Endesa e Iberdrola (electricidade), Repsol y Gas Natural (petróleo e gás), Dragados (construção), Santander Central Hispano y Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (banca).

um setor estratégico onde a Espanha carece de uma multinacional de tamanho significativo, os meios de comunicação. Apesar do potencial de um mercado de língua hispânica hispânico, de mais de 350 milhões de pessoas na América Latina e Estados Unidos, a ausência significativa da presença espanhola, em parte, deve-se às restrições existentes à propriedade estrangeira na maioria dos países latino-americanos, dentro do setor mencionado.

Por sua vez, a América Ibérica constitui, nestes momentos anteriores à ampliação e, uma vez consolidada a União Econômica e Monetária com a zona euro dentro do quadro supranacional da UE, no projeto mais importante de nossas relações econômicas internacionais. Neste sentido, o euro também ajudou a Espanha a resistir às crises econômicas internacionais melhor que no passado, crises induzidas pelo efeito contagiante das incertezas periódicas da América Latina, região na qual as empresas espanholas têm seus principais ativos.

Conseqüentemente, a área latino-americana pode ser interpretada como um projeto de caráter "misto" de diversificação econômica ou, o que é a mesma coisa, um projeto que necessita de um foco a longo prazo e de uma intensa cooperação entre os agentes públicos e privados espanhóis.

Neste sentido, sempre por meio dos bons lucros deste projeto e aproveitando as redes empresariais, consolidadas na região, a estratégia que guia tanto a Administração oficial como as confederações empresariais espanholas de maior peso, se resume em desempenhar um papel de destaque como Estado-membro da UE e como fiador da América Ibérica. Ou dito em outras palavras, alcançar, de maneira factível, um modelo em que as companhias espanholas possam abrir mercados na Europa ampliada aos novos produtores ibero-americanos, internacionalmente mais competitivos, e vice-versa.

Como conclusão é necessário perguntarmos, tendo em mente o novo espaço econômico global, se a Espanha deveria reconsiderar o seu futuro papel no mundo dentro de uma União Européia com peso econômico, político e talvez militar semelhante ao poder americano.

Atualmente, uma vez que o país está confortavelmente integrado ao grande poderio internacional da UE, a partir de 1986, a Espanha tem, na América Latina, sua atribuição ainda pendente. Tendo presente isto, e o fato de que sempre que realmente quiser ter uma

vontade política reconhecida como uma potência média com aspirações de ator principal no cenário internacional, a Espanha pode reforçar suas áreas tradicionais de prioridade: Magreb e Mediterrâneo, e América Ibérica¹⁷².

Na linha deste replanejamento, analisamos a estrutura institucional do Ministério de Assuntos Externos da Espanha para as duas regiões prioritárias da ação espanhola a partir de 1986 – América Ibérica e União Européia – por meio das palavras de Trinidad Jiménez, atual Secretária de Estado para América Ibérica, por ocasião de uma recente aparição na Casa de América de Madrid¹⁷³:

"Pensemos no caso da Espanha. A intensificação da dimensão ibero-americana de sua ação externa, que se produziu a partir da década de 80, traduziu-se em um reforço das iniciativas e instrumentos de cooperação política, tanto a nível bilateral como multilateral, e também no seio dos organismos internacionais."

Com efeito, a partir do novo Governo socialista de 2004 se procedeu à reforma¹⁷⁴ das estruturas ministeriais existentes naquele momento com vista a desenvolver o programa político proposto por este partido e, a obter maior efetividade e racionalidade no funcionamento da Administração Geral do Estado para a região.

No âmbito do mencionado Ministério, foi estabelecido como um dos seus órgãos superiores, a Secretaria de Estado de Assuntos Externos e Iberoamerica, encarregada de

172 É necessário especificar que, no caso da América Latina, a estratégia espanhola é substancialmente diferente. A Espanha não percebe a América Latina como uma área de risco, como no caso de Magreb, mas como uma área de prestígio. Quer dizer, as relações com a América Latina não podem afetar a segurança espanhola, como no caso do Magreb - embora na atualidade existe o fenómeno interno comum das ondas de imigração ilegal que vêm de ambas as regiões. Com o resultado, a Espanha sempre buscou, desde sua adesão à CE em 1986, pressionar, no quadro comunitário europeu, com o propósito de alcançar recursos maiores à América Latina. Uma estratégia simultânea para tentar manter com maior ou menor fortuna em função da vontade e recursos investidos pelos governos diferentes, margem de manobra diplomática na região. Ver BARBÉ, Esther : "De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea", *CIDOB*.Nº 34/35, 1996.

173 JIMÉNEZ, Trinidad; "Intervención de la Secretaria de Estado para Iberoamérica en la presentación del Anuario Iberoamericano"; Real Instituto Elcano, Madrid, 28/05/2007. Fala disponível on line (último acceso 13/10/2007): http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/América+Latina/0008#inicio

174 Por meio do Real Decreto 553/2004, de 17 de abril de 2004. Ministerio de la Presidencia de España. Ver Boletín Oficial del Estado (<http://www.boe.es/g/es/>).

auxiliar, diretamente, o Ministro na formulação e execução da política externa espanhola na região.

Como aponta o texto do referido Decreto:

"A especial importância que, para nosso país, representa o âmbito das relações com a área ibero-americana, não só pelos nós históricos, mas também pela estreita cooperação, que tradicionalmente manteve-se com estes países e a intensa colaboração, que é necessário levar adiante com os mesmos nas esferas social, econômica e cultural, tornam necessária a criação, no âmbito da organização estatal, de um órgão que, além de mostrar o suficiente nível de decisão, permita a singularização destas políticas."

Junto com esta Secretaria, o Ministério de Assuntos Externos e de Cooperação está estruturado¹⁷⁵ com outro órgão superior, a Secretaria de Estado para a União Européia, que cuidará de auxiliar, diretamente, o Ministro na formulação e execução das políticas espanholas para a União Européia.

Podemos observar como na fase atual da Europa, uma vez que estamos preparados para: 1) constituir um Tratado¹⁷⁶ que substitua a malsucedida “Constituição” européia, 2) fazer uma redefinição supranacional institucional e 3) aceitar a onda de ampliação mais decisiva da UE desde a sua criação. Para América Latina, a Espanha poderia orientar uma explícita estratégia, instrumentalizada por meio de um projeto estrutural de cobertura política à ajuda que a UE e os EUA. emprestam à região. Uma estratégia que deveria ser baseada seja no reforço às instituições multilaterais existentes para a região - o FMI, OMC ou BID - seja no apoio, com liderança, aos processos de integração regional com mais potencial na região – como o MERCOSUL - ou dinamizando a iniciativa de criação de um

175 A totalidade dos órgãos superiores do Ministério de Assuntos Externos e Cooperação internacional de Espanha é completada Por: Secretaría de Estado de Assuntos Externos, auxiliará diretamente o Ministro na formulação e execução da política externa de Espanha e assegurará a coordenação das diferentes Secretarias de Estado do Departamento; Secretaría de Estado de Cooperação Internacional, responsável por auxiliar o Ministro diretamente na formulação e execução da política espanhola para assuntos relacionados à cooperação internacional. Ver Real Decreto 989/2006, do 8 de setembro, pelo que se modifica o Real Decreto 553/2004, de 17 de abril, são reestruturados os departamentos ministeriais. Ministerio de la Presidencia de España. Ver Boletín Oficial del Estado (<http://www.boe.es/g/es/>). Para ver o organigrama do Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, visitar a própria página oficial em : <http://www.mae.es/es/MenuPpal/Ministerio/Organigrama/>

176 As comissões negociadoras dos respectivos países da UE chegaram a um acordo no texto do mesmo durante a presidência portuguesa em Lisboa no 19 de outubro de 2007.

amplo e cosmopolita espaço de associação euro-latino-americano, um projeto alternativo às paralisadas iniciativas de criação da ALCA.

Neste sentido, o Brasil deveria ser um dos principais objetivos diplomáticos para a política externa espanhola, se é que, verdadeiramente, deseja desempenhar tal quer papel na região, conforme se propôs desde sua adesão em 1986 à Comunidade Européia¹⁷⁷. Desta maneira, a visita do presidente Lula à Espanha em 16 de julho 2003, durante o último período do Governo de Aznar, selou um importante acordo estratégico entre os dois países. O conteúdo principal da aliança, além das óbvias implicações bilaterais, tem que ver com a procura, comum, de uma convergência de posições em foros internacionais como as Cúpulas ibero-americanas e, principalmente, nas negociações entre a UE e MERCOSUL. O conteúdo do acordo busca, em sua essência, desenvolver um plano bianual de ação que desenvolva todos os âmbitos de cooperação e facilita a negociação inter-regional.

Nesta direção, podemos ver o encaminhamento de ações empreendido a partir desta aliança por meio do ponto 7 da declaração bilateral de Brasília de 24 de janeiro de 2005:

“Os dois Presidentes manifestaram-se de acordo em continuar trocando informação sobre as negociações União Européia-MERCOSUL para permitir ambos os Governos uma avaliação mais detalhada de posições relativas ao processo de negociação inter-regional. A Espanha e o Brasil estão firmemente comprometidos com o propósito de alcançar um resultado equilibrado e ambicioso nas negociações para o Acordo birregional de Associação UE-MERCOSUL, tal como apontado pela Declaração de Guadalajara de 2004. Este Acordo dirige-se não só a melhorar as trocas comerciais entre ambas as regiões, mas também envolve os aspectos de diálogo político e cooperação, o que permitirá estreitar ainda mais os laços entre nossas duas regiões. Eles reiteram o compromisso de trabalhar construtiva e intensamente para conseguir finalizar o Acordo birregional UE-MERCOSUL o mais cedo possível”¹⁷⁸.

177 Tudo isto se encontra demarcado no esquema estabelecido pela Declaração comum de intenções anexado ao Tratado de Adesão de Espanha e Portugal a CE, assinado o 12 de junho de 1985, por meio de uma " Declaração comum de intenções relativa ao desenvolvimento e à intensificação das relações com América Latina". Ver JEFATURA DEL ESTADO. INSTRUMENTO de Adhesión de 1 de enero de 1986 al Tratado Constitutivo de la Comunidad Europea del Carbón y del Acero, firmado en París el 18 de abril de 1951 (BOE n. 1 de 1/1/1986, p.331).

178 Declaración presidencial España-Brasil de Brasília, do 24 de janeiro de 2005. Disponível on line (ultimo acceso 28/10/2007) <http://www.aeci.org.br/cooperacao/documentos/DeclaracionBrasilia.pdf>

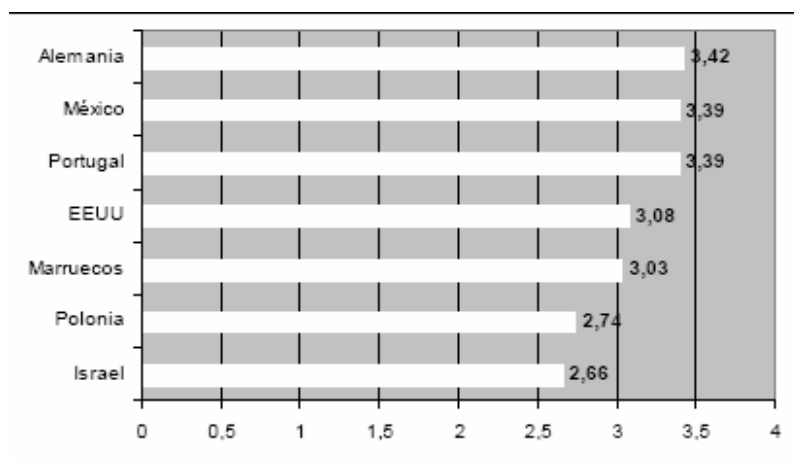
Reiteramos que se para países da Comunidade, como França ou Alemanha, a presença na América Latina é fundamental por motivações geopolíticas, para a Espanha é ainda mais fundamental, não só por essas razões importantes, mas por razões históricas, econômicas e socioculturais.

Como demonstração deste laço entre as populações ibero-americanas, acreditamos interessante medir a percepção que, na atualidade o cidadão espanhol tem em relação ao "outro" latino-americano e vice-versa. Para isto nos serviremos de estudos de opinião realizados nos dois continentes, com o propósito de empreender uma aproximação transcultural que explique a posição intersubjetiva de um em relação ao outro e, deste modo, nos ajude a nos fazer uma idéia melhor das representações das relações no imaginário do cidadão de cada uma das regiões.

Uma prova da importância que, hoje em dia, os cidadãos espanhóis concedem à manutenção de boas relações bilaterais com países diferentes, demonstra seguinte resultado estatístico (ver quadro seguinte): Os entrevistados consideram a Alemanha um país com o qual é mais importante manter boas relações, seguido, a pequena distância, pelo México e Portugal. Um fato importante é que os Estados Unidos ocupam, apenas, o quarto lugar, efeito da saída de tropas espanholas do Iraque e em razão do posterior do distanciamento diplomático entre o governo republicano de Bush e o socialista de Zapatero.

Se falarmos de porcentagens, até 94% dos entrevistados considera importante manter boas relações com a Alemanha - país expoente de uma considerável porção européia na Política Externa de Espanha; enquanto 93% compartilham a mesma opinião em relação ao México - país expoente, por sua vez, do componente latino-americanista desta Política, se a isto somarmos a consideração relativa a Portugal, poderemos entender bem a presença de *América Ibérica* na mente do espanhol.

**Avaliação da importância de manter boas relações com países diferentes,
estimação em meia uma balança de 1, nada importante à 4, muito importante.**



Fonte: Barómetro¹⁷⁹ do Real Instituto Elcano - Resultados de junho de 2006, Real Instituto Elcano, Madrid, julho de 2006; p.16.¹⁸⁰ Ambiente: Nacional. O estudo foi levado a cabo por TNS Demoscopia com um tamanho de amostra de 1.208 entrevistas.

Interpretando estes dados, e apesar de não ser mencionada, expressamente, a relação bilateral com o Brasil - fato que, na minha opinião, deve-se à escassa tradição histórica diplomática entre os dois países, se comparado com o caso hispânico-mexicano - outra pesquisa com cidadãos espanhóis¹⁸¹ perguntando-lhes qual a sua avaliação dos atuais líderes políticos mundiais, inclusive os latino-americanos, nos mostra o seguinte resultado: os melhores avaliados, nesta ordem, são: Ignacio "Lula" da Silva (5,78%) – uma porcentagem que, na minha opinião, representa exatamente o atual interesse da sociedade espanhola com respeito ao dirigente e ao PT -, Evo Morales (5,54%) – fato que, na minha opinião, demonstra a simpatia a seu governo indígena- e Michele Bachelet (5,49%) –presidente que chegou ser comparada com a chanceler

179 Desde sua criação, o Barómetro do Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos tem prestado atenção à imagem da Espanha e à opinião pública internacional sobre o país, transformando isto em uma de suas áreas de investigação estratégicas. O resultado foi a colocação em marcha do OPIEX (Observatório Permanente da Imagem de Espanha no Exterior). A face oposta desta linha de análise é o estudo da opinião espanhola pública em política externa e relações internacionais, inclusive a imagem dos outros países.

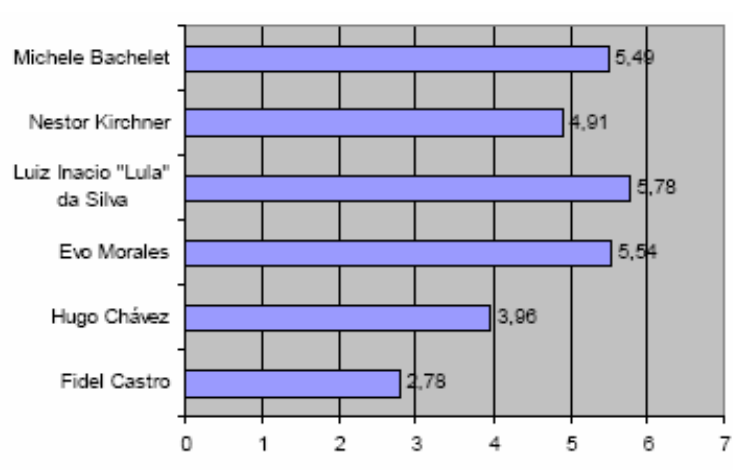
180 Barómetro disponível on line (último acceso 12/10/2007):

<http://www.realinstitutoelcano.org/barometro/Junio2006/12BRIEJunio2006.pdf>

181 Barómetro do Real Instituto Elcano - Resultados de Março de 2006

alemã Merkel por diferentes analistas internacionais¹⁸², tudo eles estão com qualificações acima dos 5 em uma escala de 1 a 10; embora nenhum deles acabe alcançando a qualificação 6. Os piores avaliados, como vem sendo habitual na série de *barômetros* do RIE, são Fidel Castro, com o último lugar (2,78) e Hugo Chávez (3,96).

Avaliação dos líderes políticos latino-americanos. Avaliação meia em uma balança de 1 às 10



Fonte: Barômetro do Real Instituto Elcano - resultados de março de 2006; p.55¹⁸³. Ambiente: Nacional. O estudo foi levado a cabo por TNS Demoscopia, com um tamanho de amostra de 1.202 entrevistas.

Apreciando outros aspectos de avaliação da América Latina, e sempre baseados neste mesmo estudo¹⁸⁴, percebe-se um otimismo saudável do cidadão espanhol em relação à integração regional latino-americana. Na realidade, um terço dos entrevistados considera que entre os países da América Latina poderia acontecer um processo de integração semelhante ao da UE (64%, frente ao 30% que considera isso improvável). Na minha opinião, estas porcentagens representam um exemplo quantitativo da existência de uma orientação social notadamente euro-latinoamericanista, na projeção externa que os cidadãos querem da Espanha contemporânea.

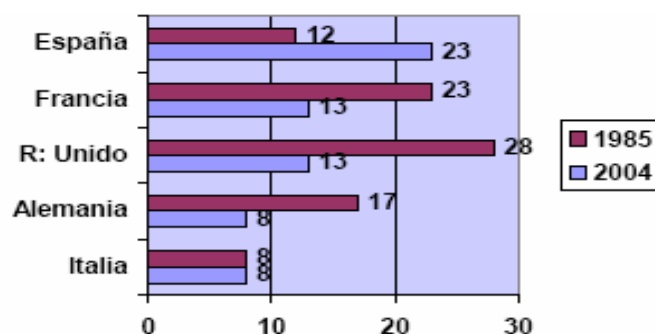
182 Ver a lista de "As 100 mulheres mais poderosas do mundo" em revista Forbes no 30/08/2007.

183 Barómetro de Março de 2006 disponível on line (último acesso 12/10/2007):

<http://www.e-lecciones.net/novedades/archivos/elcano.pdf>

184 Barómetro do Real Instituto Elcano - Resultados de Marzo de 2006, Real Instituto Elcano, Madrid, abril de 2006; p.57.

Do outro lado do Atlântico e com o propósito de investigar a imagem da Espanha na América Latina, escolhemos alguns dados da nona rodada de estudos do *Latinobarómetro*, realizada em 18 países da América Latina entre 21 de maio e 29 de junho de 2004¹⁸⁵. A avaliação geral apontou que 68% dos entrevistados têm uma opinião positiva em relação à Espanha – 54% bom, 14% muito bom¹⁸⁶. Na realidade, de acordo com os dados comparados com décadas anteriores,¹⁸⁷ a Espanha ocupa um lugar central na visão latino-americana de Europa. Para os cidadãos latino-americanos entrevistados, a Espanha é o país mais representativo da Europa no continente. Da mesma maneira, observamos que, neste aspecto, no seguinte gráfico, vê-se uma mudança importante de posições, ultrapassando outros países que ocuparam as primeiras posições nos anos 80. Indubitavelmente, a partir da entrada da Espanha na Comunidade Européia, no ano 86, as percepções a respeito de outros países europeus foram alteradas em favor da Espanha.



Fonte: A imagem de Espanha na América Latina, Resultados do Latinobarómetro 2004, Real Instituto Elcano, Madrid, outubro de 2004, p.21.

Paradoxalmente, para nosso objeto de estudo, de acordo com as conclusões do documento e tendo em vista esta investigação sociológica, os cidadãos do Brasil e do México são os mais distantes da Espanha.

¹⁸⁵ Foi aplicado o mesmo questionário nas entrevistas pessoais para a população de cada país, com um total de 19.605 entrevistas.

¹⁸⁶ NOYA, Javier (p.3). *La imagen de España en América Latina, Resultados del Latinobarómetro de 2004* (DT), Real Instituto Elcano, Madrid, octubre de 2004.

¹⁸⁷ Neste sentido, a comparação dos dados do Latinobarómetro 2004 e das pesquisas do CEDEAL dos anos 80 oferecem resultados conclusivos (pp. 20-21): Nos três países em que é possível a comparação - Chile, Uruguai e Peru - a Espanha arrebatou da França e Reino Unido o título de país mais representativo da Europa.

Quais podem ser as razões desta atitude?

Em primeiro lugar, embora exista um amplo consenso de que a Espanha é o país europeu mais preocupado com a região¹⁸⁸, com uma média de 40% dos entrevistados. Porém, tanto para o Brasil, com apenas 12%, embora também para Venezuela (32%) ou México (33%) esta opinião situa-se abaixo da média latino-americana, especialmente no caso brasileiro. A explicação imediata e utilizando um raciocínio econômico, é que pode estar relacionada com a deterioração da imagem espanhola, devido às políticas de investimentos empreendidas na região. Neste caso e aplicando as técnicas de análise de dados utilizadas, ou seja, subtraindo as porcentagens de imagem negativa das de imagem positiva se obtém um índice¹⁸⁹ cuja média, para o grupo dos países, mostra o resultado negativo de -7, o que supõe uma impressão pobre do papel do país investidor na América Latina. O descontentamento fica mais evidente no caso do México (-19) e do Brasil (-11).

Tentando analisar a distância dos cidadãos dos dois países restantes do "triângulo" proposto em nossa investigação, a respeito do papel que pode ser ocupado pela Espanha, na região; sob uma análise em termos diplomáticos, podemos observar como a Comunidade Ibero-americana de Nações, apesar de ser uma iniciativa política orquestrada entre estes três países, não pôde fortalecer seus princípios na mesma proporção desejada pelos seus Estados, cidadãos e governos. Deste modo, aconteceria uma aproximação saudável entre os cidadãos dos três países, que possuem uma série de interesses comuns no cenário internacional.

Em segundo lugar, encontramos um amplo consenso a respeito da percepção da Espanha como o país "mais democrático" da região européia (com uma média de 29%)¹⁹⁰, posição que declina sensivelmente no Brasil (com apenas o 12%). Por outro lado, os mais convencidos são, paradoxalmente, a Venezuela (37%) - o que pode ser contraditório se nos lembrarmos de a opinião dos cidadãos espanhóis a respeito do líder venezuelano – e o México (36%) - países que vivenciaram as maiores tensões políticas nas relações com o governo espanhol anterior, do Partido Popular.

188 Dados de Latinobarómetro 2004, Op. Cit. P.17.

189 Dados de Latinobarómetro 2004, Op. Cit. P.10-11.

190 Dados do Latinobarómetro 2004, Op. Cit. P.19.

Baseado nas indicações lançadas pelos dados da macro-pesquisa de *Latinobarómetro* 2004 e os meses em que foi realizada, deveríamos notar como, provavelmente, a mudança de sinal ideológico ocorrida na Espanha à época pode ter influenciado nesta percepção sobre Espanha, situando-a, entre outras avaliações, como como o país “mais democrático” no continente europeu. Embora, por outro lado, o exemplo da *Transição* política espanhola desempenhe um papel importante em relação à região, na década de anos 80.

Nesta linha, são muitos os políticos da América Latina que realçam o papel simbólico desempenhado pela Espanha pós-franquista na instauração de governos democráticos na região. Um exemplo disto foi a declaração do presidente brasileiro Collor de Mello ¹⁹¹ ao demonstrar que “*os pactos de Moncloa constituem uma fonte de inspiração para a confrontação nacional que nós estamos procurando amadurecer no Brasil.*”

2.4 Três vértices com status de potências médias: Espanha, Brasil e México.

Nada melhor para começar esta epígrafe do que uma definição precisa do que podemos entender, em Relações Internacionais, como *potência média*. Uma categoria tradicional dos estudos da *guerra fria*¹⁹², embora muito efetiva na atualidade pela sua virtude de explicativa, tendo como base a estratégia individual de certos atores que apostam em uma inserção internacional combinada, devido ao aparecimento dos novos regionalismos no atual cenário internacional.

191 Declarações para o jornal espanhol ABC (16/ 05/ 1991). Cita recolhida em GRUGEL, J y ALEGRE, J. “La España del PSOE y América Latina: ¿Hacia una nueva relación?”, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Volumen 2 - Nº 2 Julio - Diciembre 1991, Instituto Universitario Ortega y Gasset, Madrid.

192 Em Relações Internacionais, falamos de uma palavra com uma ampla heterogeneidade de usos. Na bibliografia, em inglês, neste tópico podem ser achadas expressões abundantes que apontam para a mesma idéia: middle powers, lesser powers, regional powers, local powers, emerging powers, middle-ranking powers, middle-sized powers, weak(er) states, small powers, minor powers, medium powers, intermediate powers, secondary powers... Também, em espanhol, podemos achar referências para potencias medias, medianas, regionales, intermedias, locales, pequeñas, etc. Na maioria das ocasiões, todas estas expressões tendem a se ajustar à caracterização de “potência média” que aqui empregamos.

Deste modo, entre os variados conceitos defendidos por diferentes autores,¹⁹³ utilizaremos uma formulação global do conceito, de acordo com a linha de pensamento de Jordi PALOU e baseado no seu grau de aplicabilidade ao contexto regionalista internacional:¹⁹⁴

“Podemos considerar como potências médias esses Estados que, devido à sua dimensão (territorial, demográfica, econômica, político-diplomata ou exército) ou pela sua situação geopolítica em uma certa região, apresentam a capacidade e a vontade necessária para exercer certa influência em certas áreas das relações internacionais. Esta influência pode ser traduzida na formulação ou prática de uma política externa ativa e independente, em uma participação destacada nas trocas internacionais (nos âmbitos comerciais, de mediação, de participação ativa nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais, etc...) ou em uma vontade de ter um papel de destaque nos assuntos que afetam à sua região”.

Em geral, podemos dizer que as ações das potências médias foram historicamente condicionadas pela forma e situação internacional, tendo alcance maior quando as relações entre os grandes poderes estão em períodos de calma, ou seja, em situações nem muito hostis nem muito cooperativas.

Esta premissa coincidiria perfeitamente com o momento atual, explicando em parte, o aparecimento e auge do fenômeno internacional expressado pelos novos regionalismos, sempre dentro do quadro histórico oferecido pela Globalização.

Falamos então de um contexto favorável para justificar as novas estratégias regionalistas das potências médias e de um mundo globalizado pós-11 de setembro, em que cabe, perfeitamente, tanto a militarização das Relações Internacionais como a cooperação sob uma racionalização de lógica militar na geoeconomia – refiro-me ao jogo de competição entre os principais poderes econômicos sob o "pacífico" guarda-chuvas multilateral da OMC.

Por outro lado, ao fazemos uma rápida análise dos principais eventos que marcaram as Relações Internacionais no final dos anos 80, podemos afirmar, com

193 Aqui serve para mencionar como amostra, autores tão heterogêneos como MERLE, M. *Sociología de las relaciones Internacionales*, Madrid, Alianza, 1991. SANTORO, C.M. “Dove va la política estera italiana? Cinque ipotesi su una media potenza” em *Relazioni Internazionali*, nº 1, 1988; GONZÁLEZ, G., “Incertidumbres de una potencia media regional: las nuevas dimensiones de la política exterior mexicana”, em PELLICER, O., *La política exterior de México: desafíos de los ochenta*, Editorial Centro de Investigación Desarrollo Económico, México, 1983; HOLBRAAD, C., *Las potencias medias en la política internacional*, México. Fondo de Cultura Económica, 1989.

194 PALOU, Jordi (p.15), “El concepto de potencia media. Los casos de España y México”. *CIDOB*, Nº 26, 1993, pp. 7-35.

certeza, que o papel do Estado nas políticas internacionais adquiriu uma relevância especial nas últimas décadas. O fim da confrontação Leste-Oeste favoreceu o aparecimento de uma multiplicidade de novos Estados na Sociedade Internacional¹⁹⁵.

Esta onda no contexto internacional do período pós-guerra fria, produz uma hierarquização de Estados que superou amplamente as defasadas dicotomias de países capitalistas/socialistas; países do bloco do Leste-Oeste; países pro-soviéticos/ pro-norte-americanos, etc... Sendo assim, a verificação mais palpável que, embora na teoria ou seguindo a ficção jurídica do Direito Internacional, todos os Estados são iguais em direito e na prática, são desiguais de fato. Como exemplo mais significativo, a sobrevivência de um organismo internacional, como as Nações Unidas, onde o voto de todos e cada um deles não têm o mesmo peso em determinadas tomadas de decisões¹⁹⁶...

Por outro lado, pode-se argumentar que as ações mais representativas das potências médias acerca da realidade internacional ocorrem, prioritariamente, em relação aos assuntos regionais e locais mais que nos níveis centrais ou globais das políticas internacionais.

E, a um nível global, as potências médias, muitas vezes, desempenham papéis mais destacados que no interior de suas próprias regiões, áreas onde, em geral, repousam seus principais interesses. Não obstante e, em contrapartida, o comportamento internacional das potências médias, por sua vez, promove seus próprios efeitos na formação geral dos processos políticos globais. Na realidade, graças à natureza e a magnitude destes efeitos induzidos, um observador pode determinar o peso dessas potências médias mais pró-ativas nas políticas internacionais.

Neste ponto, convém notar que não deveríamos relegar as potências médias a papéis exclusivamente regionais, já que uma determinação deste tipo significaria, no longo prazo, excluir e impedir a possibilidade que estes estados, de acordo com a conjuntura de cenários que lhes são apresentados, têm de desempenhar papéis mais diversificados no nível de políticas globais.

195 Um fato para realçar é o número crescente de membros da ONU, dos 51 sócios, que faziam parte em 1945 passou aos 191, em 2002..

196 Neste sentido, podemos escolher como exemplo da discrepância em relação às ponderações dos estados, baseado em considerações hierárquicas, o processo de debate acerca da reforma da ONU. Para se ter uma idéia das razões para tal uma reforma, ver a web do próprio Centro de Informação das Nações Unidas para o México, Cuba e República Dominicana (último acesso 23/10/2007): <http://www.cinu.org.mx/onu/reforma.htm>.

Neste ponto, não podemos esquecer que ao considerarmos, exclusivamente, as potências médias como Estados que têm a capacidade e/ou vontade de exercer a sua influência na balança regional, pois estes desempenham um papel intermediário, conforme CALDUCH nos lembra;

"as potências médias intervêm, econômica, política, ideológica e militarmente de um modo efetivo em uma área geopoliticamente mais restrita"; desempenhando também "(...) uma importante função mediatizadora e catalisadora do poder das grandes potências em relação aos pequenos sujeitos ao seu domínio(...)"¹⁹⁷

Já que é principalmente com relação aos outros estados da região que uma potência média se sobressai como algo mais que um poder menor ou um Estado pequeno, e como o nível de poder dos mais excelentes destes estados menores está longe de ser uniforme, ou até mesmo comparável, em todas as regiões do mundo; é possível dizer que qualquer limite que nós impusermos em sua caracterização, pode resultar em uma divisão anômala sendo aplicada em um âmbito universal. Aqui poderia surgir o que é denominado como uma "inconsistência de postura" – ou, em caso contrário, a tendência a criar uma classificação inconsistente de Estados, de acordo com o indicador empregado, resultando em posições mais altas ou inferiores.

Tendo presente esta advertência, o mais apropriado para um foco metodológico mais desenvolvido em nosso trabalho é a aplicabilidade do seguinte método classificatório: primeiro analisar a lista de nossos três atores (México, Brasil e Espanha), em suas respectivas regiões, para, em seguida, os unificar em um possível espaço euro-latino-americano, tal como defendemos, criado por e a partir de sua atuação conjunta.

Para começar nossas análises, lidaremos com a variável de oposição em relação à grande superpotência, sendo interessante, neste ponto, pensar as razões pelas quais estas três potências médias nunca puderam desenvolver uma aliança anti-hegemônica. Em primeiro lugar, um fato relacionado aos três países tem a ver com a rivalidade entre próprios interesses particulares na região latino-americana, com ênfase especial entre ao México e ao Brasil pela liderança na área.

197 CALDUCH CERVERA, R (pp. 160 – 161); *Dinámica de la sociedad internacional*, Ed. Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, 1993.

Neste sentido, a rivalidade entre os dois maiores países da região origina-se, de acordo com a interpretação de ROSAS,¹⁹⁸ do fato de serem as duas economias mais importantes da América Latina, embora o problema não seja essencialmente econômico mas sim político, porque ambos competem pela liderança comercial na região. As estratégias regionais para alcançar tal objetivo, entretanto, são diferentes; enquanto o Brasil aspira formar um grupo compacto sul-americano para exigir melhores condições de troca de EUA e UE, o México, por outro lado, negocia “*com quem deseje, separadamente*”, aplicando um método menos integracionista e mais diversificado.

Realmente, uma vez superada a rivalidade tradicional entre a Argentina e Brasil¹⁹⁹, graças, em parte, à criação do MERCOSUL e, em parte, à profunda crise argentina e à ajuda proporcionada a ela pelo colosso vizinho do sul; se o México não dependesse tanto dos E.U.A., como atualmente, e tivesse a liberdade de ação que, ativamente, pretende no sul do continente, a competição sem qualquer tipo de cooperação entre ele e Brasil, poderia transformar-se em uma rivalidade bastante tensa pela região²⁰⁰. Nesta lógica subjacente de competição, eles demonstram tanto a sua visão complexa como a análise estratégica de referência que, de um modo especial, tornou-se presente durante as negociações do ALCA e desempenha um importante papel nas percepções da parte brasileira, conforme demonstram as palavras de RICUPERO;

198 ROSAS, María Cristina. (p. 209); La economía internacional en el siglo XXI. OMC, Estados Unidos y América Latina (México: UNAM), 2001.

199 Não obstante, deve-se lembrar que o governo argentino votou contra a reforma pela qual o Brasil aspiraria fazer parte do Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, representando a região. Sobre este tópico importante para as aspirações de Itamaraty, em uma entrevista concedida a AFP, o analista David Fleischer - professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília -, nos aponta que o Brasil enfrenta as resistências de Argentina e México. Embora “também tem ao seu favor argumentos excelentes” Entre eles, mencionou a disposição permanente para ajudar a resolver conflitos regionais, entre eles o do Haiti onde o Brasil comanda a força de capacetes azuis da ONU. Se quer se consultar o artigo; AFP, “Lula viaja a la ONU con una prioridad: Brasil al Consejo de Seguridad”, 21 de septiembre de 2007. Disponível on line (último acceso 20/10/2007): http://espanol.news.yahoo.com/s/afp/070921/latinoamerica/brasil_onu_diplomacia

200 Um exemplo não muito distante das discrepâncias e da rivalidade mexicano-brasileira é a desconfiança que TLCAN levou ao país meridional. Deste modo, as preferências comerciais de México com o Brasil que estavam de acordo com a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), acabaram, de repente, com a assinatura de TLCAN. Sob a regulamentação da ALADI, a nenhum sócio era permitido a concessão de melhores preferências comerciais para um não sócio. O Brasil até fez uma petição de expulsão de México da ALADI por não cumprir seu artigo 44. Em referência a este artigo, de acordo com ROSAS (2001: p. 201), a criação de Mercosul também violou este artigo em seu início.

“a situação de partida nas negociações do México no caso NAFTA e do Brasil no caso ALCA, são completamente diferentes. No primeiro caso já havia uma situação de dependência, com 80% do comércio, no segundo, não, apenas um 20% <...> conseqüentemente, o Brasil tem mais poder de negociação e torna-se menos conveniente sujeitar-se à ALCA e à autoridade de um país de acordo com a experiência mexicana”.²⁰¹

Continuando com o caso mexicano, em 1991, foram iniciadas as negociações para a subscrição de um tratado de livre-Comércio entre o México, Estados Unidos e Canadá, por iniciativa do então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). A tomada de tal iniciativa não representou uma solução fácil para o México, nem tampouco foram as negociações e o processo de ratificação do Tratado, principalmente no Congresso americano. A aposta mexicana para uma inserção internacional em colaboração com a superpotência, conduz ao fato de Salinas de Gortari, durante o primeiro ano de seu governo, mostrar²⁰² que as relações com os Estados Unidos tiveram um significado muito particular para México no qual *"a confrontação era rejeitada como insensata e a submissão como ofensiva por nossas convicções mais íntimas."*

Esta importante virada política em relação ao grande vizinho do norte demonstra como as relações com os Estados Unidos transformaram-se na pedra angular da nova estratégia mexicana, encaminhada e a alterar a percepção interna do que havia sido considerada, em algum momento, como opção política "inaceitável", no sentido de uma formalizada integração econômica com os Estados Unidos, e para sua instrumentalização como política central para a nova declaração da identidade da nação²⁰³.

Em outra interpretação, alguns analistas²⁰⁴ consideram que a inserção do México no TLCAN estava baseada na interessante proposta mexicana de transformar-se na "ponte" natural entre os países latino-americanos e esses da TLCAN, como instrumento para vigiar o acesso dos produtos latino-americanos ao mercado americano.

201 RICUPERO, Rubens, (na sua posição como secretário geral de UNCTAD), 19 de agosto de 2002, Entrevista concedida à TV Cultura e passada no estado de São Paulo.

202 Carlos Salinas de Gortari, “Primer Informe de Gobierno”, *Comercio Exterior*, Vol. 39, No. 11, Noviembre de 1989, p. 935

203 Neste sentido ver Stephanie R. Golob, “Beyond the Policy Frontier. Canada, Mexico, and the Ideological Origins of NAFTA”, *World Politics*, Vol. 55, No. 3, April 2003, pp. 392-394.

204 ROSAS, (p. 196), op cit.

O mencionado conceito de "ponte" entre regiões tem sido, desde então, uma constante na fala dos representantes mexicanos com o restante dos países latino-americanos²⁰⁵, tomando forma definitiva no projeto geoestratégico de construir uma infra-estrutura de interconexão, centrada no México, lançada no ano 2001 como o *Plano Puebla-Panamá*²⁰⁶.

Os dados potenciais desta iniciativa lançam expectativas importantes²⁰⁷; abrangendo, atualmente, uma população conjunta de 65 milhões de habitantes, distribuída em 28 milhões no Sudeste Sul de México e 37 na América Central, com probabilidade de chegar a 92 milhões no ano 2025, com 34 em Sudeste Sul e 58 na América Central respectivamente²⁰⁸; recursos naturais abundantes, com biodiversidade extraordinária (Corredor Biológico Meso-americano) e uma posição estratégica geográfica, situada entre os três grandes blocos comerciais (América do Norte, Europa e Ásia)²⁰⁹.

205 Com este papel, não só seria unido a assinatura do Grupo dos Três (G-3, Colômbia, México e Venezuela) em 1994, mas também a proposta discutida na reunião ministerial ALCA em Santiago de Chile de aumentar o Grupo de Os Três para constituir o Grupo de Os Seis (G – 6) com a incorporação dos sócios restantes da CAN (Bolívia, Equador e Peru), ver ROSAS, p. 211, op cit.

206 Formalmente em marcha desde 15 de junho de 2001, durante a Cúpula Extraordinária do "Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla" ou quadro institucional de diálogo entre México e Centro-américa ocorrido em San Salvador, El Salvador. O projeto envolve, de um lado, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá; e por outro, os estados do sul-sudeste de México, Campeche, Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla, Quintana Roo, Tabasco, Veracruz e Iucatã..

207 Informação do Documento apresentada pelo Diretor da Área do Plano Puebla Panamá, Francisco Abarca Escamilla "Plan Puebla-Panamá Documento Base. Capítulo México. Informe Ejecutivo", em Adolfo Sánchez Almanza (coord.), Financiamiento para el desarrollo urbano regional en México. Necesidades y perspectivas, XI Seminario de Economía Urbana y Regional, 2001, Instituto de Investigaciones Económicas, Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias de la UNAM, y El Colegio Mexiquense, A.C., México, 2001. Documento disponível on line (último acceso 22/10/2007): <http://www.iiec.unam.mx/actividades/seminarios/extras/SEUR-2001/10-francisco%20abarca.pdf>

208 Ou interpretado de uma visão estritamente econômica, vários mercados, força de trabalho abundante, com despesas competitivas a nível mundial e de qualidade potencial.

209 Neste sentido oferece a existência dos portos de Coatzacoalcos e Salina Cruz (México), com vocação para ligação com o mercado de Estados Unidos, Europa e Ásia, e do Puerto Colón (Panamá), com correntes característica de competitividade a nível mundial. A nível continental, um corredor - em construção - entre Chiapas e Matamoros, com amplificação para Guatemala que poderá comunicar à região com o mercado americano.

Com respeito a esta área regional, na opinião de ROCHA,²¹⁰ o México constrói sua influência na América Central por meio do estabelecimento de relações geopolíticas, geoeconômicas e de cooperação para o desenvolvimento.

O Plano mencionado conjugaria as três formas de influência para a região, no marco do impulso estratégico e integrante de suas oito "Iniciativas Meso-americanas"²¹¹: Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento humano; Prevenção e mitigação de desastres naturais; Promoção do turismo; Facilitação da troca comercial; Integração viária; Interconexão de energia e integração dos serviços de telecomunicações.

Apoiando a natureza essencialmente geopolítica das relações que o Ministério mexicano de Relações Externas mantém em relação à região centro-americana, mencionamos as palavras de GUERRA-BORGES²¹² acerca do Tratado de Livre-Comércio de México com a América Central²¹³: "*A iniciativa de criar uma área de livre-Comércio partiu do México, cujo interesse em relação à América Central não é tanto comercial como geopolítico.*"

Para concluir a análise deste Plano, não devemos esquecer um fato que chama nossa atenção; dentro da estrutura desta iniciativa²¹⁴, o Grupo Técnico Inter-institucional, Grupo que apóia a Comissão Executiva no processo de definição de iniciativas e projetos, é integrado, entre outros²¹⁵, por dois organismos espanhóis de caráter comercial e financeiro, o Instituto Espanhol de Comércio Externo (ICEX) e o Instituto de Crédito Oficial (ICO), respectivamente. A participação ativa do setor

210 Ver ROCHA, A. "La geopolítica de México en Centro América: ¿una hegemonía regional?", *Sociologías*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 308-359.

211 Para aumentar conteúdos para consultar, *Plan Puebla-Panamá. Iniciativas Mesoamericanas y Proyectos. Grupo Técnico Interinstitucional para el Plan Puebla-Panamá*, BCIE-BID-CEPAL con el apoyo del INCAE. San Salvador, El Salvador. 15 de Junio de 2001.

212 GUERRA-BORGES, A. (p.58); *La integración centroamericana ante el reto de la globalización* (antología), CRIES, Managua, 1996.

213 No momento, o México tem TLC ,na região, com Costa Rica-vigente do 01 de janeiro de 1995- ; Nicaragua – vigente do 01 de julho de 1998- e o denominado "Triângulo do Norte"(El Salvador, Guatemala e Honduras)-vigente do 01 de janeiro de 2002-.

214 Ver VI CUMBRE DEL MECANISMO DE DIALÓGO Y CONCERTACIÓN DE TUXTLA, Acta que Institucionaliza el Mecanismo del Plan Puebla – Panamá, Managua, República de Nicaragua, 25 de Marzo de 2004. Documento disponível na web oficial do Plano Puebla-Panamá (último acceso 22/10/2007): <http://www.planpuebla-panama.org/>

215 Pode-se consultar a sua composição e os meios do contato dos seus representantes dentro: http://www.planpuebla-panama.org/main-pages/colaboradores_GTI.htm

privado espanhol²¹⁶ na implementação deste Plano atua como grande interesse investidor e, para a parte centro-americana, como um forte potencializador para atração de investimentos da União Européia para a região.

Na linha desta presença, a ingerência mais presente de interesses, principalmente econômicos, da Espanha, embora, da mesma maneira que vimos que o caráter econômico não marca de um modo exclusivo a estratégia do país na região, poderia converter-se em uma dinâmica de diplomacia triangular de respeito e de boas relações entre os três estados, (instrumentalizada nas Cúpulas ibero-americanos e nas Cúpulas de Chefes de Estado e Governo de América Latina-Caribe e EU), em outra de competitividade para alcançar uma posição de orador principal da área com os grandes poderes que aspiram influenciar na região (UE e E.U.A.). No caso espanhol, desempenharia um papel redobrado, por pertencer à UE.

Neste sentido, um exemplo claro da desconfiança tanto do México quanto do Brasil em relação a uma presença crescente da Espanha na região, teve como razão a iniciativa histórica do Governo Socialista de Felipe González de se reunir com os líderes latino-americanos na Conferência Ibero-americana de Comissões Nacionais –no quadro das reuniões prévias para a comemoração da descoberta de América. Da mesma maneira que AYLLON descobre em nota confidencial do Ministro de Estado para as Relações Externas, a correspondência da embaixada do Brasil em Madrid, no seu conteúdo, é ilustrativa acerca do clima de desconfiança que reinou durante os contatos por parte das posturas latino-americanas (percepção favorecida também pela herança franquista recente);

<<Durante as sessões da II reunião manifestou-se, de forma evidente, a intenção espanhola de usar as comemorações do V Centenário em favor da velha aspiração de se aglutinar ao redor de Madrid uma comunidade hispânica ou de países ibéricos <...>; O México e o Brasil puseram em discussão a própria "filosofia" que a Espanha quis lançar nas comemorações <...>; Os países americanos Centrais insistiram que a Secretaria Permanente fosse exercitada pela Espanha, pelo instituto de Cooperação ibero-americana, com o qual a Espanha tem o comando da festa <...>; da qual não podemos, nem

216 Deste modo, a companhia espanhola Endesa comprometeu-se com 45 milhões dólares para financiar parte da rede regional elétrica. Ver o documento de imprensa do MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES REPÚBLICA DE EL SALVADOR, "Exponen Plan Puebla Panama en España", Boletín de prensa No. 235 /2002, San Salvador, 18 de noviembre de 2002. Disponível on line (último acceso 20/10/2007): <http://www.comunidades.gob.sv/sitio/sitio.nsf/9ce7a15864929ba906256ed800572862/5d2bec39ad09285606256c780056d2d3?OpenDocument>

deveríamos estar ausentes. Como Portugal também não deveria também>>²¹⁷.

Em uma outra ordem de coisas, uma análise de foco histórico nos levaria a concluir que, existem algumas características comuns entre os três atores considerados em geral. Na realidade, falamos de três países que desfrutaram de uma posição média na hierarquia da sociedade internacional com uma continuidade temporal histórica considerável e coincidente. O México e o Brasil, devido ao seu território, população e recursos, ocupam uma posição média, com status de potência regional em desenvolvimento, da sua constituição como Estados independentes; e, no caso de Espanha, com um status de potência média desenvolvida, consagrada formalmente desde a Ata de adesão à Comunidade Européia, no 12 de junho de 1985²¹⁸, na realidade, coincide seu declínio na hierarquia internacional, com a proclamação de independência de suas colônias anteriores.

Também, falamos de três potências médias que, pelo menos de modo conjuntural e consciente, durante o processo de assunção da sua condição dentro desta categoria político-estratégica do jogo das Relações Internacionais, assumiram durante certas fases históricas nacionais, uma postura de inserção internacional de baixo protagonismo e perfil, enquanto alcançando isso, até mesmo eram classificadas por diversos estudos geoestratégicos em categorias menores de poderes e estados pequenos. Os exemplos mexicano e brasileiro, durante as suas respectivas fases de aproximação em relação aos países não alinhados e ao terceiro mundo no contexto de Guerra Fria, como por outro lado, o caso franquista da Espanha isolada pela Europa ocidental, dão o justo referente histórico.

Recapitulando o último caso, podemos observar como nos últimos vinte anos, a Espanha construiu uma importante presença global. O número de embaixadas, consulados, escritórios comerciais e representações ante organismos multilaterais refletem uma vocação global que, especialmente, contrasta com um passado prévio à entrada na Comunidade Européia, marcado pelo isolacionismo. De acordo com dados

217 Seleção levada a cabo pelo autor do Despacho confidencial da Secretaría de Estado para as Relações Externas enviada para a embaixada de Brasil em Madrid, 31 de Agosto de 1984, AHIB, caja 279 em AYLLÓN, Bruno (p.155) “España y Brasil en América Latina (1946-2000): de la Política de Hispanidad franquista a las Cumbres Iberoamericanas”, *América Latina Hoy*, 37, 2004, pp.145-163.

218 Ata que, de acordo com seu capítulo institucional, já recolhia a distribuição de votos e representantes a partir dos que a Espanha desfrutaria, de acordo com uma consideração e tratamento de país médio-grande.

oficiais do Ministério espanhol de Assuntos Externos²¹⁹, de 1985 a 1995 a Espanha abriu 13 Embaixadas e Consulados, a esses, é necessário somar outros 18 entre 1995 e 2005 - a maioria nos novos Estados Sócios da UE. Hoje em dia, o desempenho externo da Espanha é calculado em 115 Embaixadas -24 em Ibero-america -, 87 Consulados -23 Gerais em Ibero-américa - e 30 Missões ante Organismos Internacionais.

Também, no período compreendido entre 1985 e 2005, o número total de diplomatas foi aumentado quase em 25%, passando de 674 entre 1985 a 838 entre 2005. Finalmente, todas as outras categorias de representantes espanhóis no exterior, de consultores comerciais até funcionários nos diferentes organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI, OTAN, etc.), também sofreram um incremento significativo, sendo um total de 3.134 os funcionários espanhóis lotados em Organismos Internacionais (na atualidade, três quartos desses funcionários, 2.365, trabalham para União Européia). Definitivamente, a Espanha fez um esforço para aumentar e consolidar seu desempenho externo, com vista a se ajustar a um poder médio com crescente influência internacional, tanto política como econômica e cultural²²⁰.

Nos centrando no contexto contemporâneo e depois de duas décadas de diversificação internacional, falamos, em definitivo, de três atores que impeliram

219 Dados de própria elaboração a partir da fonte do Ministério de Assuntos Externos, PIEDRAFITA, S.; STEINBERG, F.; TORREBLANCA, J., I. (pp.126-127), *20 Años de España en la Unión Europea (1986-2006)*, Real Instituto Elcano y Parlamento Europeo - Oficina en España, Madrid, 2006.

220 Nesta direção, a presença e vocação global de Espanha são indubitavelmente contínuas na atratividade de seu idioma e sua cultura. O Espanhol é hoje um ativo importante do denominados “poder blando” ou *soft power*, que confere aos Estados que desfrutam isto de uma autenticidade e uma margem de manobra mais larga nas relações internacionais que esses que as próprias potenciais deles (dimensão territorial, etc...). Quantitativamente e de acordo com dados do Anuário do Instituto Cervantes, em 2005, uns 350 milhões de pessoas falam o espanhol como idioma materno, formando o quarto grupo fala nativo depois desses do mandarim chinês, inglês e hindi. Também é projetado que os dados de fala nativa do espanhol chegue crescer até os 400 milhões em 2010, superando os 20 milhões em Estados Unidos. O espanhol é idioma oficial em uns 20 países (só inglês e francês são idiomas oficiais em maior número de Estados), além de ser um dos idiomas oficiais nas Nações Unidas, União Européia e as organizações americanas regionais. A crescente presença do espanhol como idioma internacional não teria sido possível sem o apoio que os governos diferentes deram ao Instituto Cervantes, que desde 1992 abriu 61 sedes no mundo inteiro. Fonte: Enciclopedia del español en el mundo: anuario del Instituto Cervantes 2006-2007. -- Madrid: Círculo de Lectores: Instituto Cervantes: Plaza & Janés, 2006. Para aumentar os estudos no peso de espanhol como agente de difusão nas relações externas de Espanha, também consultar; MARQUÉS DE TAMARÓN (dir). *El peso del español en el mundo*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 1995; BAUTISTA, E; CORDÓN, A.; CORTÉS, M.A.; *España ¿potencia cultural?*, Incipe, Política Exterior y Biblioteca Nueva, Madrid 2001; ICEX; Informe Proyecto Marca España, ICEX, Real Instituto Elcano, Foro de Marcas Renombradas Españolas, DIRCOM, Madrid 2003.

voluntariamente uma guinada pró-ativa mais política e de mais perfil, não só nos seus contextos regionais - mas estrategicamente em um segundo estágio -, pela fabricação de algumas agendas muito mais amplas que demonstram a vontade explícita de participação das respectivas delegações diplomáticas em contextos decisivos mais globais.

Neste sentido, serve como exemplo de intenções, o delicado assunto da reforma dos critérios da eleição para os assentos do Conselho de Segurança da ONU. Estes assentos foram nomeados com caráter temporal e alternadamente nos casos mexicano, brasileiro e espanhol; em função de dois fatores: 1) da sua contribuição para a manutenção da paz e em respeito a uma distribuição de assentos igual geograficamente; ou 2) mais que especificamente, por meio da constante ofensiva diplomática para adquirir um assento permanente, da mesma maneira expressada pelo exemplo brasileiro, mais recentemente.

2.5 O Brasil e México na sua condição de Países Intermediários.

Começamos por salientar o que o conceito de "país intermediário" significa operacionalmente para esses países que se enquadram nesta categoria.

Esses países que podem ser entendidos como *Países Intermediários*, seriam aqueles que têm uma característica própria de opções estratégicas que analiticamente os diferenciam tanto dos grandes poderes industriais (ou países centrais do sistema internacional²²¹), como dos países pequenos com baixa relevância política. Por outro lado, os países mencionados ficam situados em contextos geo-econômicos e geo-políticos que diferem bastante. Esta última condição, entre outros muitos elementos, induziu esses países a definirem respostas diferentes para o desafio de redesenhar de um modo articulado e coerente as suas políticas externas²²².

"exatamente pela sua condição de intermediários – e de recentemente industrializados -, eles contêm características de países fortes, de países fracos, de autônomos, de dependentes, e, por isto, eles estabelecem formas compostas de ação internacional"

Completando esta condição básica, somamos a contribuição de HIRST²²³, quando desenvolvemos um conceito que envolve esses estados e que se realçam pela sua capacidade de reagir e tomar iniciativas ao negociar problemas econômicos, políticos e de segurança, tanto nos seus assuntos regionais como mundiais. Também, esta catalogação insinua um comportamento particular político fundado na capacidade de politizar as agendas e gerar um certo grau de ativismo internacional. À primeira vista, estas especificidades conduzem que esses *estados intermediários* também podem ser vistos como *estados-pivô*²²⁴.

221 Nesta categoria há esses países que depois do dismantelamento da velha URSS, ocuparam bem o buraco político com uma liderança instrumentalizada em fórum multilateral como o Conselho de Segurança da ONU, bem utilizando forum minilaterales como o G7 + 1 bem se comportando de um modo unilateral com o exemplo acentuado nos EUA..

222 Definição fundada na dissertação da tese de Doutorado de Lima, SOARES, M. R (p. 55-56)., *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: nuclear energy, trade and Itaipu*, Nashville, Vanderbilt University, 1986.

223 HIRST, Mónica (p.117) op. Cit.

224 A idéia desses *estados-pivô* e da contribuição que estes poderiam oferecer como apoio útil aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos melhorando a estabilidade regional e internacional, foi erguida por vários autores em 1996. A lista dos estados –pivô desses autores inclui a México e Brasil. Ver CHASE, R.S; HILL, E.B. y KENNEDY, P. "Pivotal States and US Strategy", *Foreign Affairs*, Vol.75 nº 1, 1996 (january-february), pp.33-52.

Continuando com a linha de semelhanças esboçada por esta definição geoestratégica americana, os estados-pivôs seriam apenas esses atores que ficam estrategicamente situados, enquanto não determinando o destino da região onde ficam situados, mas pela sua capacidade para alterar a agenda internacional com os alcances dos seus problemas, decisões e ações. Alguns estados-pivôs que são configurados principalmente pelo tamanho de sua população, e pelo alcance e impacto que podem exercer. De modo somado para a sua avaliação, lembramos da potencialidade da sua economia tanto como do tamanho do seu território.

Recapturando o quadro oferecido pelo conceito de *intermediário*, hoje em dia, podemos assistir ao fenômeno de como os dois gigantes industriais da América Latina, Brasil e México, tentam obter papéis importantes internacionais além das suas fronteiras políticas. Não obstante, é interessante ver como cada um deles procura alcançar essas metas de um modo tão diferente.

México apostou sua carta mais alta a seu vizinho do norte e abriu sua economia quase totalmente ao comércio e os investimentos estrangeiros. Por outro lado, o Brasil continua resistindo como uma economia relativamente fechada, apostando mais claramente que o México no papel de liderança da subregião Sul-americana²²⁵. Para esta intenção, entendemos o fato que seja compreendido e visto pelo E.U.A. como um oponente dianteiro em certos assuntos da região (o exemplo mais importante e recente para achar isto, teve lugar nas negociações conjuntas entre os E.U.A. e Brasil no conteúdo e desenvolvimento da iniciativa do ALCA).

Em condições comparativas, é evidente que, a geografia exercita um papel decisivo na eleição desses jogos tão diferentes; sem também esquecer daqueles outros fatores como as políticas internas e as ideologias nacionais, contribuam com um peso decisivo como fatores críticos para o desígnio dos programas externos das duas nações.

No caso brasileiro tanto as autoridades de governo, como os deputados do congresso, gerentes empresariais, representantes de grupos de interesse, líderes de organizações não governamentais, acadêmicos e jornalistas acediaram há algum tempo que seu país deveria ser considerado entre os mais importantes no mundo. De

225 Neste sentido, ver as declarações recolhidas na análise política do programa de Lula no artigo de Denize Bacoccina, "Lula coloca América do Sul como prioridade de política externa", BBC Brasil, São Paulo, 01 de junho, 2003. Disponível on line (último acesso 27/10/2007): http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030531_lulabg.shtml

acordo com uma investigação publicada em 2001,²²⁶ levada a cabo praticamente entre as 149 personalidades que formam a “comunidade brasileira de política externa” para CEBRI, a totalidade dos entrevistados (99%) declarou que o país deveria se envolver mais e participar ativamente dos assuntos internacionais, exercitando uma liderança compatível com seu imenso território. Neste sentido, as políticas comerciais, a consolidação de um espaço econômico e político íntegro na América do Sul - com a liderança regional do país -, e as negociações multilaterais de comércio formariam a base da futura agenda internacional de Brasil. Por conseguinte, os objetivos de políticas externas que foram considerados a partir de uma “importância extrema” para a maioria dos entrevistados são os seguintes: a promoção do comércio externo e a redução do déficit comercial do país (73%), a proteção da democracia na América do Sul (67%), o fortalecimento de MERCOSUL (64%), o fortalecimento da liderança regional de Brasil (63%), o apoio para uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito da OMC (55%) e a integração energética e viária com os países de América do Sul (53%).

Na seção do jogo de alianças externas, a quase totalidade dos entrevistados afirmou que os Estados Unidos e Argentina são vitais para os interesses de Brasil (99% e 96%, respectivamente). Com respeito à União Européia, se salientava a Alemanha – que é vista como poder emergente no século XXI- (76%), França (67%), Espanha (62%) e Inglaterra (59%). Na América do Norte, México (59%) e, na América do Sul, Colômbia (61%) e Bolívia (57%), são os países principais que acompanham à avaliação de Argentina.

De acordo com os resultados do momento de realização, a percepção com respeito a nossos outros dois países de estudo –a Espanha e México -, faz que eles sejam interpretados como países realçados nas prioridades da agenda internacional do Brasil no começo do século novo, enquanto sendo ambos percebidos bem semelhantes quanto para as suas porcentagens de prioridade e destaque.

Por outro lado, os mexicanos sempre se preocuparam menos com sua posição no mundo que relativamente às suas relações absorventes com os Estados Unidos. Embora precisamente conseqüentemente e para não levar a enganos, é necessário notar que, as

226 Pesquisa feita entre 2000 e 2001 sob o patrocínio do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), a pesquisa tem dois objetivos principais: identificar as prioridades da agenda internacional do Brasil e avaliar a representação de interesses da sociedade brasileira na formação da política externa. Os resultados estão disponíveis no CEBRI (último acesso 20/10/2007): http://www.cebri.org.br/pdf/100_PDF.pdf

políticas externas de México não são capitalizadas exclusivamente em suas relações com a superpotência Norte-americana.

Mostra disto, são os dados lançados por uma análise de opinião levada a cabo por duas instituições, CIDE - centro de investigação e educação superior especializado em ciências sociais -, e COMEXI –Associação civil que contribui ao debate e análise no papel de México no mundo -, durante o ano 2004²²⁷. Com respeito para as relações comerciais, a maioria dos mexicanos se posicionou a favor dos acordos principais de livre-Comércio que o México tinha registrado nos recentes anos. Deste modo, enquanto 64% estavam a favor do Tratado de Livre-Comércio de América do Norte, 79% expressaram uma opinião favorável ao acordo com a União Européia. De acordo com a análise do próprio documento esses dados mostraram que;

<<os mexicanos se mostram pragmáticos na sua opinião sobre o papel de México no mundo e eles têm uma preferência marcada para uma política externa desligada e independente de Estados Unidos <em relação às instituições e atores internacionais>. Devido à posição de intermediário de México na estrutura de poder mundial em termos da sua extensão territorial, do tamanho da sua economia e pela sua condição de país em desenvolvimento>>.²²⁸

Na pesquisa foi pedido aos entrevistados para classificar os seus sentimentos para países diversos de acordo com uma balança termométrica do 0 para os 100, onde zero representava sentimentos muito desfavoráveis, 100 sentimentos muito favoráveis e 50 que significavam sentimentos neutros. Os Estados Unidos e Japão encabeçaram a lista com classificações médias de 68° para o público entrevistado, atrás deles o Canadá era terceiro com 65° e Espanha quarta com 62°, por outro lado, o Brasil ocupou três posições posteriores com respeito a este último e uma média de 53°. É proeminente a análise que os líderes entrevistados concederam –paradoxalmente o Brasil não parece refletida nos dados do mesmo- de acordo com esta balança ao sentimento para a Espanha -, ocupando uma meritória segunda classificação mundial com 85° depois de

227 Os resultados da primeira pesquisa levada a cabo pelo Centro de Investigación e Docencia Económica (CIDE) e o Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais (COMEXI), fazem parte de um projeto de investigação combinado de longo prazo denominado *México e o Mundo*. O objetivo deste projeto é identificar e analisar as opiniões da população geral e dos líderes no México sobre assuntos diversos internacionais. CIDE y COMEXI, *México y el Mundo. Visiones Globales 2004: Opinión Pública y Política Exterior de México*, México, 2004. Disponível on line (último acesso 20/10/2007) en: <http://mexicoyelmundo.cide.edu/2004/%20Reporte%20Mexico.pdf>

228 CIDE y COMEXI, p.26. op.cit.

Canadá 87°; os Estados Unidos perdem posições na avaliação do público, alcançando uma quinta posição expressada quantitativamente em um 79°.

Em outra ordem de coisas, convém levar a cabo uma radiografia da realidade contemporânea que nos aproxime à envergadura e processos político-econômicos experimentados destes dois - e únicos - poderes intermediários de potencial latino-americano. Previamente neste sentido, nós detalhamos os significantes dados econômico-demográficos que nos permitem afirmar que, tanto Brasil quanto o México, possuem um peso econômico e demográfico grande para exercitar uma real influência nos processos decisivos dos negócios econômicos internacionais.

De acordo com os dados do ano 2006²²⁹ oferecidos pelo Banco Mundial, dentro de um PIB mundial total de 48,244,879 milhões de dólares gerados por aquele ano, Brasil era considerado a décima²³⁰ maior economia do mundo com um total de 1,067,962 milhões de dólares (2,21% no total mundial). Por outro lado, México ocupa o décimo quarto lugar na economia mundial com um total de 839,182 milhões de dólares (1,73% no total mundial).

Analizando as semelhanças entre os dois atores, do foco da recente e movimentada história econômica deles, podemos observar nos ambos os países de última década, demonstraram um poder notável de recuperação econômica, enquanto saindo fora com velocidade relativa das crises financeiras- o México em 1995 e Brasil em 1999 ou 2002 -. Estas crises passaram por um processo certamente semelhante. Tanto México quanto o Brasil, recorreram aos E.U.A. e ao Fundo Monetário Internacional para poder obter pacotes significativos de ajuda financeira que os ajudou evitar o colapso completo monetário e preparar o cenário para uma recuperação o mais tranqüila possível.

Finalmente, uma rápida análise política nos faz visível um fato que não nos pode escapar se quisermos entender a estratégia de abertura ativa e desempenho internacional de ambos os países ao término do século de XX. Tanto no México quanto o Brasil, os governos democráticos foram adotados durante as últimas duas décadas.

Brasil deixou seu passado em 1985, dando por concluído vinte um anos de regime militar com a eleição indireta de um presidente civil. No outro caso, México,

229 Próprios cálculos a partir da fonte: World Development Indicators database, World Bank, 1 July 2007.

230 Por detrás do nono classificado, Espanha com um total de 1,223,988 milhões de dólares (um 2,53% sobre o total mundial). Baseado nestes cálculos, a soma de porcentagens no PIB mundial de nossos três casos de estudo (a Espanha, Brasil e México) dá um total de 6,43% no total mundial do ano 2006.

embora muito tempo governado atrás pelo se partido hegemónico - o *macro partido* do PRI -, o país asteca se mexeu para uma direção democrática a um ritmo muito mais gradual. Na realidade podemos dizer que, foi só no ano 2000, quando com a posse de Vicente Fox e do partido que representou - PAN -, aconteceu a efetiva alteração política, nas primeiras eleições livres e justas que acabaram com sete décadas de governo de partido único. Neste ponto é necessário especificar que ao contrário de alguns processos de transição na América Latina nesses que os regimes autoritários militares deram passo à democracia por reformas fundacionais políticas (da mesma maneira que no Brasil com o passo para um governo civil a partir de 1985²³¹); no México, este processo foi consumado pela realização de eleições transitivas²³². Quer dizer, eleições controladas por um governo autoritário que, porém e gradualmente, constituíram o mecanismo de reforma para que os partidos de oposição consumaram a democratização do sistema eleitoral a traves de duas vias: a competição eleitoral e as reformas eleitorais.

Deixando a análise interna de países, passamos ao contexto analítico do seu desempenho ativo nos jogos de poder das suas áreas comun regionais. Neste sentido, podemos considerar como uma perversão para a história dos processos de integração regional de América Latina, o bilateralismo que foi até o tempo presente conscientemente reforçado pela atuação de países como o Chile, Argentina, Brasil e México, e em menor medida a Venezuela e Colômbia. Se nos lembramos de que os países mencionados são esses de maior capacidade produtiva na região (com importância especial dos dois de estudo), o desenvolvimento do bilateralismo por causa do livre-Comércio expressa as óbvias relações de competição e mostra a quase-existência de poderes intermediários sem a possibilidade efetiva de dirigir um bloco econômico que pelo menos lhes permite ser a cabeça de um esquema subregional semi-periférico e que em troca, os dirija alcançar o privilégio de ser tratados e considerados pelos países centrais do sistema internacional como países intermediários de sua região com possibilidades futuras de ascensão de condição para a centralidade.

É interessante neste ponto mencionar o fato que, mesmo historicamente entre os próprios países latino-americanos, foi expressa uma menção institucional, em relação a

231 Ver neste respeito a análise de KINZO, Maria D'Alva G. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *RBCS*, Fev 2004, vol.19, no.54, p.23-40.

232 Para aprofundar mais em uma análise politológica, consultar SCHEDLER, A (p. 104) «The nested game of democratization by elections», *International Political Science Review*, 23, 1, 2002, pp. 103-122.

esses países que poderiam ocupar uma posição de rango intermediário cara ao futuro, já no início relativamente distantes da década dos sessenta. Deste modo, ao ser criada a Área Latino- americana de Livre-Comércio (ALALC) em 1962, os próprios sócios foram classificados em categorias de grande, médio e pequeno, conforme a capacidade econômica de cada um. A Argentina de então junto com o Brasil e México, conformaram o grupo superior ou "grande." É curioso ver como as tensões político-econômicas que mais tarde surgiram dentro da Área, continuaram - em condições gerais -, as mesmas linhas de demarcação que fizeram mais evidente o conflito de interesses entre os grandes países industriais da região e o grupo de estados intermediários da região (Chile, Peru, Colômbia, Venezuela e Uruguai).

Por outro lado, deixando a perspectiva intraregional dos jogos bilaterais comerciais, os líderes latino-americanos de hoje também estão atentos que se eles querem que os seus países se modernizem por meio de uma correta inserção internacional, pode ser preferível adotar a estratégia de ser “rabo de leão” antes de ser “cabeça de formiga” na hora de se decidir para integrar em um processo regional em marcha²³³.

Neste sentido, muitos dos países da região consideram a Espanha de hoje como um exemplo histórico não só no plano econômico, mas no plano integracionista também. Excluída da Europa e com restos de políticas protecionistas da fase franquista, não havia muito o que a política externa espanhola poderia fazer sem a ajuda da CE. Falamos então, de uma mudança qualitativa em progressão, passando de uma periferia a um centro ou o que é a mesma coisa, de um estado obsoleto e periférico para um poder intermediário com um status de potência média no cenário internacional²³⁴. Deste modo, Fernando Morán já realçou um ano antes da incorporação formal da Espanha na Comunidade Européia, a importância que poderia ter a Espanha no papel de modelo ou exemplo para outros países (latino-americanos principalmente), tanto pelo que representou no passo para uma economia industrializada, próxima ao das sociedades

233 Em minha opinião, dentro desta estratégia poderia moldarse a postura seguida pela Venezuela ao abandonar a Comunidade Andina em troca de sua inserção em MERCOSUL.

234 Neste assunto ver MESA, Roberto, “La posición internacional de España. Entre el centro y la periferia”, *Leviatán*, nº 33, II época, 1988, p. 33-40.

avanzadas industriais como pelo que exemplificou com sua transição política de um regime autoritário para um regime democrático²³⁵.

Baseado na definição de *poder intermediário* e com o propósito de entender o grau de ativismo internacional que estes três países empreenderam do ponto de vista diplomático, se analisarmos a estratégia de inserção que eles praticam hoje em dia, podemos observar como todos os nossos casos de estudo coincidem na participação como sócios de pleno direito, em até 42 organizações internacionais reconhecidas²³⁶.

Por outro lado, a quantidade de organizações anfitriãs dos mesmos, pode nos dar uma idéia de até que ponto existe uma estratégia de diversificação compartilhada por estes atores de meia gama. Uma análise mais detalhada da participação dos países nos lançaria os resultados seguintes (os países foram ordenados de maior para número menor de presenças):

O país com mais número de presenças, Espanha, participa de 69 organizações como sócio de pleno direito, 3 como observador (entre esses ALADI e a Organização de Estados Americanos²³⁷) e 1 como convidado (Movimento dos não Alinhados). Isso faz um total de 72 participações em organizações internacionais.

Brasil participa de 63 organizações como sócio de pleno direito, 1 como observador (Movimento dos não Alinhados), 1 como sócio (Comunidade Andina) e 1 como sócio temporário (Conselho de Segurança da ONU). Isto faz um total de 66 participações nas organizações referidas.

México participa de 61 Organizações de pleno direito e 5 como observador (entre eles Movimento dos não Alinhados, a Comunidade Andina, CARICOM, a Comunidade Sul-americana de Nações e o Conselho de Europa). O número total de participações coincide com o caso prévio, 66.

Como vemos, a aposta para um multilateralidade compartilhada aparecem tanto nos princípios que guiam a ação externa dos três estados, como em sua preocupação,

235 MORÁN, F. "Discursos y declaraciones del Ministro de Asuntos Exteriores D. Fernando Morán", Madrid. Ministerio de AAEE – Oficina de Información Diplomática, 1984, p. 19.

236 Elaboração própria em base a CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, The World Factbook 2007. (Dados actualizados a data de 25/10/2007). As siglas das 42 organizações se recolhem em inglês, conforme anexado do documento: BIS, FAO, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC, ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRC, IHO, ILO, IMF, IMO, IMSO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO, ITSO, ITU, ITUC, OPCW, PCA, UN, UNCTAD, UNESCO, UNHCR, UNIDO, Union Latina, UNWTO, UPU, WCL, WCO, WHO, WIPO, WMO, WTO.

237 Da mesma maneira que a União Européia -observador-no citado organismo.

negociando problemas econômicos, políticos e de segurança, além de seus assuntos regionais.

Se concluirmos com um foco previdente, o papel de uma potência média regional- como seria o caso de Espanha, México e Brasil em um espaço ibero-americano -, sempre viria facilitado pela abertura que a superpotência levasse a cabo de face a terceiros Estados, enquanto lhes deixando a possibilidade para agirem como intermediários em conflitos ou interesses regionais. Neste caso - se considerarmos ao espaço ibero-americano em um cenário hipotético regional -, o papel da Espanha pareceria desfrutar de bastante potencialidades em relação a "terceiros estados" e outros poderes intermediários como México ou Brasil, na resolução de suas disputas geoestratégicas com o grande poder americano ou com países vizinhos.

Espanha, da mesma maneira que tem feito no processo centro-americano de paz com respeito aos países da região, poderia intervir de tal um modo que, intercede, aceita ou favorece as ações destes países na solução dos conflitos. Um papel de potência média desenvolvido com um rol de intercessão com as potências médias regionais e de maneira previsível, países intermediários da América Latina: O México e Brasil.

2.6 Uma leitura geopolítica da integração atlântica: o conceito de *Círculos Concêntricos*

Se realizarmos uma mínima recessão histórica no aparecimento da Geopolítica como disciplina autônoma, deveríamos nos lembrar que foi a Geografia que introduziu a Geopolítica pelo século XIX; não obstante, tem sido no estudo das Relações Internacionais onde o conceito *espaço* completou e completa uma tarefa fundamental.

Os geógrafos completaram um protagonismo fundacional no desenvolvimento da Geopolítica, reavivada não faz muito baixo o nome de Geografia Política. Os historiadores, por outro lado, têm a sua referência fundamental na História de longa duração de BRAUDEL, autor que mencionaremos pela sua contribuição à análise das mutações do espaço geográfico e das suas inter-relações, como também pela sua concepção da idéia de "círculo concêntrico."

Já na atualidade, nós assistimos a uma recuperação da tendência para a introdução do espaço geográfico nas ciências sociais. Uma recuperação que surge estimulada pela conclusão de Guerra Fria e da importância crescente de novos atores na

cena mundial: organismos internacionais, entidades supranacionais, companhias transnacionais,... atores que influenciaram diretamente nas fundas mutações das Relações Internacionais, enquanto questionando inclusive o princípio de soberania do estado-nação dos séculos XIX e XX.

Entre os fatores que estão motivando esta mutação decisiva, a tecnologia se aparece como o determinante que mudou as técnicas de medição do espaço, distancia, poder, domínio, influencia, força.

Por outro lado, de acordo com TAYLOR,²³⁸ entre as razões que explicam o ressurgimento da *Geopolítica* como disciplina explicativa da realidade internacional, a necessidade para oferecer uma resposta à crescente rivalidade global nas políticas mundiais do período pós-guerra, realçaria entre tudo elas.

Por conseguinte, o aparecimento de uma nova *Geopolítica*, muito mais moderna e mais crítica, responde a algumas tendências novas da geografia política que evitam o reduccionismo de outros tempos para o exército e estado. Na atualidade, o debate na mundialização e o conceito de ordens geopolíticas mundiais redimensiona a esfera militar e geoestratégica, a relacionando com a economia política do mercado e com os estudos internacionais. Por outro lado, os estudos locais enriqueceram o tabuleiro geopolítico na medida em que é baseado na troca de balanças de poder entre o nível global e o nível local, sem ignorar a mediação do ator estatal, ou das empresas, ou das novas demandas esboçadas pelos movimentos sociais...

É este o ambiente onde uma nova conjunção é desenvolvida entre *Geopolítica* e *Goeconomía*,²³⁹ uma conjunção que analisa o fenômeno econômico das áreas de integração regional de um foco multidisciplinar e relacionado (histórico, geográfico, cultural, religioso, político, econômico).

238 TAYLOR, P.J., *Geografía política: Economía mundo, Estado-nación y localidad*, Madrid, Editorial Trama, 1994, pp. 45-48.

239 A expressão *goeconomía* foi usada pela primeira vez por George T. Rennes, professor da Universidade de Columbia em RENNES, G. T. *Human Geography in the Air Age*, McMillan, 1942 ; embora a popularização do termo é devida ao LUTTWAK quem descreveu o nascimento de uma nova ordem mundial, em que os instrumentos econômicos reemplazariam às armas militares como instrumentos ao serviço dos Estados. Ver LUTTWAK, E., "From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict. Grammar of Commerce", *The National Interest*; Summer 1990, pp. 17-23

Por outro lado, se quiséssemos achar a origem de um termo na atualidade muito usado - recorremos ao conceito de "círculo concêntrico" -, podemos voltar para o historiador BRAUDEL²⁴⁰, entre outros.

Em síntese, BRAUDEL fala de uma "economia-mundo" em cujo interior, as relações e trocas que se produzam, seriam caracterizadas pela competição ou pela subordinação entre os Estados e as regiões econômicas que recentemente a conforma; com respeito a uma mesma "estrutura de poder" ou centro. Continuando o seu argumento, a "economia-mundo" não seria corretamente "internacional", mas bastante delimitada a uma certa região do espaço mundial econômico, onde "círculos concêntricos" evoluíram de um "centro" a "periferias" de influências sucessivas.

Extrapolando esta teoria ao fenômeno atual, este foco está muito de acordo com a corrente de um regionalismo novo gerado pela reestruturação do sistema internacional. Deste modo, se no regionalismo *velho*, os Estados participavam com um grau de compromisso e ritmo equivalente ao das estruturas de cooperação regional; o novo regionalismo é caracterizado pela existência de alguns modos de geometria variável que lhes permite identificar, enquanto ajudando ao diverso grau de integração funcional e setorial, diferentes círculos concêntricos em função do grau de compromisso.

Hoje em dia, nós observamos a existência de alguns círculos concêntricos internacionais, -expressados pela multidão de processos de integração regional -, embora de características que não excluem e sim incluem. Esta seria a diferença principal com os focos precedentes dos velhos regionalismos. Não falamos de círculos fechados, mas de círculos nos quais suas dinâmicas ou "inércia" geoestratégica, não se guiariam durante a sua expansão em critérios puramente geográficos e exclusivos de vizinhança, da mesma maneira que aconteceu no passado.

O funcionamento reativo das dinâmicas do círculo poderia ser entendido com um exemplo físico: a penetração de um corpo sólido em uma superfície líquida e os efeitos da onda de choque causados neste elemento²⁴¹. No sistema internacional, a água seria representada pela característica de dinamismo do sistema -*regionalização*-, e o corpo sólido (ou pedra) pela iniciativa ou projeto político de integração -isto é, o *regionalismo* -.

240 BRAUDEL, Fernand Économie, *Civilisation Matérielle et Capitalisme, XV – XVIII siècles*, tomo 3. *Le temps du Monde*. Paris: Armand Colin, 1979. Ver também a edição espanhola, BRAUDEL, F. *Civilización material, economía y capitalismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1984.

241 Ou dito em outras palavras, as ondas produzidas ao jogar uma pedra na água.

Neste sentido, é evidente que o objetivo procurado pelos impulsores da iniciativa regionalista, não é a impermanência, da mesma maneira que acontece no fenômeno físico, senão uma perdurabilidade ao longo prazo que seja garantida a través de uma política gravitacional de atração²⁴².

Com efeito, a UE tem estabelecido um sistema de círculos concêntricos que classificam realmente o qual são suas prioridades geográficas e temáticas na projeção de sua Política Externa e de Segurança Comum. Até o 2002²⁴³ entre o primeiro círculo estavam os seus sócios principais comerciais; EUA., Japão, os países da EFTA e os países da amplificação. No segundo círculo foram posicionados, os Estados dos Bálcãs. No terceiro, os países de África, América Central e Pacífico, famoso como (ACP) e o mediterrâneo. No quarto, América Latina. E finalmente no quinto, os países de Ásia. Na atualidade, no cenário surgido depois de 11 de setembro de 2001 e pelo processo de alongamento da UE, foram modificadas estas prioridades. Por conseguinte, embora, por exemplo, no primeiro círculo hoje eles sejam os novos países candidatos à UE²⁴⁴ e a região dos Bálcãs,²⁴⁵ junto aos EUA.; a verdade é que relativo à América Latina esta região continua se localizando entre os últimos lugares das prioridades de sua atenção internacional.

Não obstante, a definição oficial que usa o próprio "glossário"²⁴⁶ da União Européia, não vai além de sua própria região, nós recolhemos deste modo textualmente isto:

242 O exemplo casuístico mais claro do contexto internacional, nos o oferece o modelo de unificação européia, o qual pode ser dividido em varios círculos concêntricos na sua dinâmica de ação integradora. Fazendo uma análise, basicamente falamos de três núcleos compatíveis entre si: o primeiro desses, seria representado pelo grupo constituinte da zona Euro, o segundo seria conformado com os atuais 27 membros da UE e, um terceiro com aqueles países candidatos à amplificação.

243 Consultar FAZIO, Hugo (pp. 131-244.), *La política internacional de la integración europea*, Editorial Siglo del Hombre, Bogotá. 1998.

244 Croácia, Macedônia e Turquia.

245 Maioritariamente posicionados entre o grupo dos candidatos potenciais; Serbia incluindo a Kosovo, Montenegro, Bosnia e Herzegovina e Albânia. Para aumentar informaciones do estado atual do processo de integração da UE, ver COMISSÃO EUROPEIA; Comunicação da Comissão ao Parlamento e Conselho, *Enlargement Strategy and Main Challenges 2006 – 2007. Including annexed special report on the EU's capacity to integrate new members*, Bruxelas, 8.11.2006, COM(2006) 649.

246 O "Glossário" da União Européia contém termos relativos à construção européia, às instituições e às atividades da União Européia, sendo periodicamente atualizados. Ver a definição disponível on line (último acesso 11/09/2007): http://europa.eu/scadplus/glossary/concentric_circles_es.htm

<<O conceito de círculos concêntricos designa uma arquitetura de Europa composta de subconjuntos de Estados que alcança níveis de integração diferentes. Não é limitado à estrutura de integração de União Européia e foi desenvolvido por várias personalidades. Para alguns deles, existiria "o círculo de direito comum", (os Estados sócios da União) "o círculo de países próximos", (os países que não fazem parte da União e estão esperando a adesão) e "círculos mais limitados" que prevêm cooperações mais reforçadas (círculo monetário, círculo de defesa, etc.).>>

Da análise latino-americana, a perspectiva de VACCHINO nos convida a meditar pelo seu alcance. O autor mostra que, ante os cenários e desafios, os países da região latino-americana “apontam para desenvolver estratégias simultâneas de relacionamiento externo que envolve a espaços diferentes, em uma sorte de *círculos concêntricos*, relacionados a um ao outro, cujos limites, em muitos casos, quase não são esboçados.” Além disso, esses espaços são considerados como heterogêneos tendo como personagens principais, isto é, aos países vizinhos geograficamente, ao grupo de países de América Latina e Caribe, aos países do Hemisfério, e aos agrupamentos de países de continentes diferentes²⁴⁷.

Também, este autor mostra de um modo muito pragmático que, para os países da América Latina e dentro de cenários futurísticos, algumas dessas alternativas contêm um valor estratégico e organizador ante um contexto duplo, por uma parte, o processo de globalização e, pela outra, a integração sub-regional e regional. Entre ambos, o processo de negociação seria moldado para constituir uma área de livre-Comércio no hemisfério (para a qual nós poderíamos qualificar como um círculo concêntrico prévio diferente de ambos). A estes, ele somaria um último círculo que seria representado pela UE na proposta de formação de um espaço de integração inter-regional.

As sinalizações prévias dão uma amostra da complexidade que é pretender jogar simultaneamente em várias tabuleiros de negociação multilateral, onde os atores e as próprias dinâmicas globais e locais também têm um peso significante. A convergência, para ende, mais que uma característica do novo regionalismo é um problema periódico de dimensões múltiplas: governamental e não-governamental, econômico e político, cultural, científico, etc...

247 VACCHINO, Juan Mario (pp.107-108), “La integración latinoamericana en la era de la globalización. Desarrollo de espacios y opciones de integración”, em IAEALC, *América Latina en Tiempos de Globalización*, Serie Integración Solidaria, Caracas, Venezuela, Universidad Simón Bolívar, 1996.

A tudo isso, é necessário somar que as forças centrífugas e centrípetas também jogam um papel bidirecional na formação dos regionalismos. Com isto, buscamos mostrar que, apesar dos esforços de cooperação - governamental ou não governamental -, em qualquer processo de integração regional é necessário também ter em conta a presença de forças paroquiais, como também de forças globalizantes que são decisivas na fragmentação regional. A complexidade de interações nesses regionalismos esboça alguns níveis de interação múltiplos que fazem com que os planos inter-governamentais e os canais formais de cooperação sejam superabundados pelos planos inter-sociais e transnacionais.

Se levarmos a cabo uma análise panorâmica do cenário Atlântico, os diferentes espaços de integração latino-americanos geralmente têm como personagens principais, os países vizinhos geograficamente, no que poderia se denominar como esferas regionais - lugar de funcionamento no qual seriam localizados tanto MERCOSUL quanto TLCAN ou o projeto de criação de ALCSA com o seu efeito inegável de atração nos países restantes do seu âmbito em UNASUL -; que valorizam objetivos de unidade relacionados com o passado histórico, cultura e identidade comum, etc...

Para concluir, se fizermos nesta seção um panorama breve das coordenadas geopolíticas da integração latino-americana, as mudanças geopolíticas no continente americano responderiam às variáveis seguintes:

1. Para o tipo de relações norte-norte que apareceram depois da guerra fria, cuja característica principal seria a alteração de forças que definiriam que em que espaço dominante aconteceria a formação do novo poder mundial. Nos antecipando aos eventos, podemos sugerir que, de acordo com as tendências que estamos experimentando nos últimos tempos, os países líderes determinarão que regiões e países serão integrados aos seus blocos em formação e qual deles serão excluídos²⁴⁸.

248 Nesta coordenada vemos un exemplo de um país latino-americano com respeito a un esquema regional dominado pela superpotência. Durante o governo Clinton, as negociações da entrada de Chile para TLCAN foram paralizadas quando ficou evidente que o Congresso não estaria disposto a reautorizar a habilidade para negociar pela via rápida. Ver SELA, La renovación de los poderes para negociar por la vía expedita como máxima prioridad en 1997, Antena del SELA en EEUU, N° 31. Diciembre 1996. Disponível on line (último acceso 13/10/2007): http://www.sela.org/public_html/aa2k/es/antena/antena31.htm

2. O essencial das relações inter-americanas poderia muito bem ser explicado, pelas tomas de decisões usadas com o propósito de alcançar uma posição estratégica territorial em frente às relações norte-norte. Na América existe um único esquema de integração centro– periferia (TLCAN) onde o posicionamento assimétrico estratégico está sendo refletido em instituições e nas regras do jogo comercial que continuam a ser explicitadas. Isto resulta que hoje em dia, não esteja tão claro como esse três países tão diferentes e assimétricos puderam convergir em TLCAN, enquanto havendo posturas críticas²⁴⁹ que discutem que não era tão necessário elevar a categoria das relações americanas regionais com um vizinho do sul que era mais identificado com a América Latina que com uma identidade "norte-americana." Da mesma maneira, outros contextos integracionais como o inconcluso ALCA e –em grau diferente –, a iniciativa de um futuro espaço inter-regional com a UE, também pertenceriam à coordenada assimétrica Norte-sul.

3. MERCOSUL tenta ser constituído como uma coordenada semi-periférica, por meio da luta multilateral para sua inclusão nas relações norte-sul²⁵⁰. No caso falido de atingir o seu objetivo estratégico, a via de intermedia de UNASUL, se mostraria como um círculo com as mesmas características de coordenadas: um polo de resistência da semi-periferia que, conteria certo potencial para influenciar nas decisões dos poderes centrais. Outros processos latino-americanos e caribenhos com objetivos integradores, como o Sistema de Integração Centro-americana (SICA) e a Comunidade Andina (CAN) têm o denominador comum de tentar se posicionar como blocos sul - sul ante qualquer exclusão, cumprindo o papel de alívios eventuais em uma região semi-periférica cuja liderança é reivindicada pelos dois países: O México e Brasil. Um caso naquela linha o conformaria a ALADI que também poderia influenciar nas novas coordenadas norte-sul, através do fortalecimento inicial das relações entre

249 CHANONA, A. (pp. 3-4), "Is There a Comparative Perspective between the European Union and NAFTA?", *Occasional Papers*, United Nations University, Center for Regional Integration Studies, 2003.

250 Um exemplo de isto o podemos observar em dezembro de 2005, com ocasião da petição formal de entrada de México para o MERCOSUL na condição de país associado. A notícia foi informada durante a reunião bilateral que os Presidentes do México e Brasil sustentaram, Vicente Fox, e Luiz Inácio "Lula" da Silva, no quadro da III Cúpula América Latina e Caribe- União Européia. Ver página da Presidência da República mexicana na seção das suas atividades (último acesso 20/10/2007): <http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/?contenido=8240>

algumas economias do sul que mais tarde serviria para negociar em condições melhores, a inclusão com o norte. Este objetivo não se seguiria pela constituição de semiperiferias sub-regionais, mas pela constituição de uma região semiperiférica em bloco²⁵¹.

2.7 O padrão do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais. Casos no espaço geo-atlântico

Nas Relações Internacionais contemporâneas, o modelo do Novo Regionalismo, tem grande utilidade para ser aplicado na transformação que supõe o fenômeno de "metamorfose" do sistema político tradicional interno pelo efeito do processo de integração e da criação de regimes internacionais. Nós falamos então, de um problema de dimensões globais cujas dinâmicas centrais, por muito diferentes que sejam as suas manifestações, têm que se procurar no processo de reestruturação da economia política mundial debaixo dos efeitos da Globalização.

Deste modo, podemos resumir a evolução histórica que aconteceu nos eventos internacionais e a sua repercussão no passo qualitativo do velho regionalismo ao novo. O regionalismo clássico teve sua fundação em uma certa formulação geopolítica que achou sua razão de ser no tradicional realismo político. Não foi até os anos setenta e oitenta, quando nas condições mais críticas econômicas internacionais que aconteceram depois da crise do petróleo, que nós podemos sublinhar um conceito novo nas Relações Internacionais: a *geoeconomía*.

Como aplicação prática, é interessante ver como de uma perspectiva de análise estritamente geo-econômica, contínuos relatórios das instituições multilaterais - Banco Mundial, OMC, etc.-, interpretam às três regiões grandes do espaço Atlântico (Norte-América, Europa –UE - e América do Sul) como umas unidades separadas econômicas, ao chegar cruzamentos comparativos a partir dos quadrados estatísticos empregados.

251 Para Ilustrar uma aplicação do conceito de Wallerstein para casos latino-americanos, ver ARCEO, E. "La crisis del modelo neoliberal en la Argentina (y los efectos de la internacionalización de los procesos productivos en la semiperiferia y la periferia)", *Realidad Económica*, n° 206 y 207, Buenos Aires, 2004.

Por outro lado, assistimos a uma volta nova, mais extrema de caráter, uma orientação para o que nós podemos chamar como a *geosociedad*²⁵², uma atitude que supõe uma tendência para prestar atenção maior às dimensões sociais da agenda internacional, como também ela abre as possibilidades de reformular as políticas sociais no atual contexto de erosão do rol tradicional do Estado como ator fundamental de regulamento e administração dos assuntos sociais.

O novo regionalismo localizou o colapso progressivo da fronteira que tradicionalmente separava o sistema político interno do internacional. Podemos confirmar a existência de uma mobilidade subestatal que, de um modo gradual, é manifestada na definição de novos modelos de organização política - com independência do seu grau de formalização normativa -, para os que nós podemos qualificar como governabilidade multi-nível. Uma governabilidade que revela o laço estrutural entre o regionalismo subestatal e o novo regionalismo internacional. Este tema interessante tem sua origem na suposição crescente por parte dos Estados de importantes compromissos internacionais para domínios considerados até hoje em dia característica das políticas internas. Compromissos cuja observância compromete completamente às estruturas internas do Estado, mas em cujo processo de toma de decisões, os governos locais geralmente não têm acesso.

A dimensão do processo adquire transcendência particular nos Estados de estrutura complexa, na medida em que os governos subestatais estão comprometidos por efeito da aplicação de certas políticas das instituições internacionais, tanto em seu âmbito jurisdicional como no valor de fundo de seu governo autônomo. Para nossos casos de estudo estes últimos fatos adquirem uma importância especial quando nos lembramos de que eles são três Estados com característica próprias de complexidade interaccional dentro de seus níveis de multi-governo. A razão deste fato está na estrutura divisória formal de sua organização política interna. Nós falamos de dois estados federais e um Estado *autônomo* com níveis sub-estatais de governo autônomo de grande complexidade afetados pelas mencionadas dinâmicas.

Assim podemos observar exemplos respectivos; no México, o debate político que foi gerado para a adesão e institucionalización posterior de TLCAN serviu de forma para que de certo modo, pudesse ser reforçado o sentimento de alinhamento territorial

252 Para aumentar o conteúdo deste termo aplicado ao estudo da onda de regionalismos novos, ver ALDECOA LUZÁRRAGA, Francisco y CORNAGO, N.: "El nuevo regionalismo y la reestructuración del sistema mundial ", pp. 62-64, op. Cit.

dos estados sulistas comparado com esses do norte²⁵³, favorecendo os movimentos populares de protesto e em seu momento, a histórica revolta zapatista no estado de Chiapas. No caso brasileiro, a adesão para MERCOSUL gerou até mesmo uma brecha importante entre o que é considerado Brasil industrializado (área geográfica do sudeste e fronteira com países vizinhos de MERCOSUL) e o Brasil agrícola (interior e nordeste)²⁵⁴, uma sensação que é muito acentuada na própria população²⁵⁵ e uma justificação indicativa da divisão geográfica de voto das últimas eleições de 2006.

Para o outro lado do Atlântico, a entrada da Espanha na UE, originou iniciativas importantes de aproximação direta subestatal aos organismos supranacionais da Comunidade, com numerosos exemplos em Bruxelas²⁵⁶. Realmente, todas as regiões espanholas aspiram influenciar na representação dos seus interesses locais nessa Comunidade nas decisões mais sensíveis para os seus governos autônomos.

A explicação última deste fenômeno pode ser achada se problematizássemos o significado atual que os termos de *Estado*, *Sociedade* e *Mercado* possuem no momento presente. Está claro que estes conceitos têm um alcance e significando muito diferente do que foi interpretado no debate teórico clássico. De acordo com o argumento de

253 A desigualdade entre o norte e o sul de México aumentou a partir de TLCAN, isto é reconhecido pelo próprio Banco Mundial deste modo: “*Em termos de tendências, as diferenças regionais têm uma funda origem histórica. Houve certa convergência geográfica de longo termo em a maioria dos indicadores de serviços e indicadores sociais, mas uma tendência para a divergência nas medições de entradas e salários pela década de 1990, que parece ser associada com os efeitos diferenciais no processo da integração internacional tanto antes como depois do TLCAN. Como uma regra, as mais próximas áreas para a fronteira ou os centros urbanos mostraram um crescimento mais rápido*”.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO / BANCO MUNDIAL, La Pobreza en México: Una Evaluación de las Condiciones, Tendencias y Estrategia del Gobierno, 2004, p. xxviii. Resumen disponível on line (último acceso 11/10/2007): http://siteresources.worldbank.org/INTMEXICO/SPANISH/Resources/b_resumen.pdf

254 Para uma análise mais detalhada da ação desigual econômica das regiões brasileiras a partir de MERCOSUR, consultar SÁ PORTO, P. C. de. “Mercosul and regional development in Brazil: a gravity model approach”, *Revista de Estudos Econômicos*, v. 32, n. 1, jan./mar. 2002.

255 Ter uma idéia exata desta desigualdade expressa em quadros estatísticos com figuras por anos, consultar a web do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seção “Contas Regionais do Brasil”, disponível na sua própria web (último acesso 10/10/2007): <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2004/default.shtm>

256 Veja a inscrição das 17 delegações espanholas autônomicas, com os registros respectivos e meios de contato em: <http://www.sost.es/woreb.htm>

ALDECOA, isto significa que hoje em dia, "*nem o Estado é o defendido pelo Bodino, nem o Mercado é de Smith, nem a Sociedade é weberiana*"²⁵⁷."

Extrapolando esta perspectiva ao debate teórico de nosso trabalho, deveríamos considerar que as formas de articulação destes eixos representam o ponto central da própria redefinição do regionalismo. Em troca, os desafios crescentes que esboça o processo de reestruturação internacional são respondidos em graus diferentes, em função dos contextos diversos regionais e da sua capacidade de resposta política. Neste sentido, o padrão europeu, pode ser tido em conta como referência fundamental fundada no seu efeito de demonstração internacional com respeito aos outros modelos do espaço Atlântico. Conforme a perspectiva destes três eixos (Estado, Mercado e Sociedade), mencionaremos essas características distintivas dos modelos principais de regionalismo que nós achamos como demonstrativos do espaço geográfico de estudo:

2.7.1 O modelo norte -americano:

Fundamentalmente centrado na liberalização do comércio pelo TLCAN-ou NAFTA -, é caracterizado a grandes traços, pelo fato de pôr o acento no mercado como objetivo central do processo, minimizando as adaptações eventuais do sistema político e social para o estritamente necessário para o conseguimento dos objetivos econômicos. Até mesmo deste modo, as medidas adotadas no plano da liberalização econômica tiveram um efeito maior que o as previstas no sistema político e social dos países norte-americanos, enquanto surgindo a necessidade para estabelecer mais tarde deste modo controles diferentes, tal e como isto aconteceu durante a crise monetária do peso mexicano ou dos fluxos constantes de trabalhadores fronteiriços entre o México e os EUA.

Por outro lado, de acordo com certos autores²⁵⁸, a emergência do projeto regionalista na América do Norte contribuiu em seu momento à formação internacional do debate sobre os novos regionalismos, e eles interpretaram o nascimento do TLCAN como aquela plasmação individual e prática mais significativa dos mesmos fora do caso de estudo europeu.

257 ALDECOA LUZÁRRAGA, F, y CORNAGO PRI, N., p.113, op. Cit.

258 Ver Andrew Gamble y Anthony Payne (p.253), "Conclusion: The New Regionalism", en GAMBLE, A., PAYNE, A. (ed.), *Regionalism and World Order*, McMillan Press, Londres, 1996.

2.7.2 O modelo europeu

O modelo europeu de regionalismo é caracterizado por uma formulação original muito mais audaciosa e elaborada que parte da priorização do padrão europeu de sociedade e considera o mercado e o próprio sistema político, como instrumentos para a reestruturação da primeira. O elemento fundamental desta transformação é o conceito de soberania compartilhada para uma UE de natureza política que é articulada, funcional e normativamente, em níveis de governo diferentes e de representação política e com uma moeda corrente sem igual como expressão e bandeira de um novo modelo de regionalismo.

Neste sentido, é importante para ter presente a consideração estratégica que no momento atual os Estados Unidos mantêm em relação ao UE. Pelo documento *World Factbook*, a Agência Nacional de Inteligência faz uma separação analítica deste novo regionalismo, baseado na justificação seguinte:

<<Embora a União Européia não é uma federação no sentido restrito, é muito mais que uma associação de livre-Comércio como o ASEAN, NAFTA ou MERCOSUL, também há muitos dos atributos associados com nações independentes: a própria bandeira deles, hino, data de fundação e moeda corrente, como também uma PESC incipiente no tratamento com outras nações. No futuro, muitas destas características semelhantes para esses de uma nação serão provavelmente amplificadas.>>²⁵⁹

Como podemos observar, na marca do jogo de relações triangulares do espaço Atlântico, existe uma percepção extra-regional com respeito ao processo de integração atual europeu por parte do EUA. que está caracterizada pelos seus traços geo-estratégicos.

2.7.3. O modelo sul-americano (C. Andina, Mercosul, Comunidade Política Sul-americana de Nações).

O padrão Sul-americano do MERCOSUL pode ser considerado como um modelo misturado que combina características de ambos modelos previos. Embora o seu nascimento oficial pelo Tratado de Assunção, era marcado pelo fim explícito e

²⁵⁹ Tradução da introdução da UE como gama de análise; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, The World Factbook 2007. Informação disponível on line (último acesso 25/10/2007): <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/print/ee.html>

objetivo de chegar a um Mercado Comum futuro, é um fato certo -tanto pelo acordado como pelo próprio desenvolvimento posterior do seu processo de consolidação - que estes passos deste modelo são moldados no esquema de convergência atual com a Comunidade Andina no seio da União de Nações Sul-americanas. O projeto do MERCOSUL tem elementos mais semelhantes para o espírito que teve a antiga Comunidade Econômica Européia que com a lógica puramente livre-cambista que encoraja o TLCAN. Conforme este foco, de acordo com as palavras de Foxley:

" <MERCOSUL> foi inspirado pelo padrão da União Européia. Foi tentado desenvolver um processo de integração com um componente forte político: um bloco de países que, pela união deles, gravitasse mais significativamente no plano internacional, particularmente na redefinição das regras com esses que o comércio mundial e as finanças internacionais são governadas".²⁶⁰

Deste modo, podemos interpretar que este modelo de regionalismo é, ao mesmo tempo, um acordo econômico-comercial e um projeto propriamente político, embora seja ao longo prazo e junto com o outro grande esquema do subcontinente, -a CAN -; deixando aquele caminho aberto em todo caso para o futuro. Naquela direção, MERCOSUL, é um bloco sub-regional que tem todas as condições para ser constituída como o núcleo de organização de um sistema regional Sul-americano. A formação daquele sistema seria considerada, ao mesmo tempo, da relevância mais alta para todos os países da região, como também de viabilidade completa para as estratégias domésticas de inserção internacional. É conseqüentemente que a formação de um novo regionalismo Sul-americano requer - nesta fase inicial -, de um largo acordo de cooperação econômica e política entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina; e de um consentimento inter-governamental com vocação estratégica.

Neste sentido, embora é certo que a Comunidade Sul-americana de Nações é um projeto de integração ao que hoje em dia poderíamos caracterizar principalmente como muito incipiente, devido a seu curto momento de existência; Porém, e em função do potencial de integração que poderia alcançar em um futuro - para meio e longo termo-, nos leva pensar sobre o qual é o papel que pode acabar assumindo como orador válido regional no quadro das relações entre a União Européia e América Latina.

260 FOXLEY, Alejandro, (na condição de deputado) "Los procesos de integración comercial en Europa y en América Latina: perspectivas europeas y ALCA", Ponencia de la XVI Conferencia interparlamentaria UE /A.Latina. Bruselas, 29 de abril de 2003.

Nesta vocação de orador, e até a data presente, a Comunidade Sul-americana de Nações empreendeu sua primeira experiência internacional no contexto das relações inter-regionais com um grupo criado de países árabes que pertencem à Liga árabe. No caso que nos interessa, os presidentes da CSN manifestaram a sua vontade de levar a cabo uma Cúpula entre a Comunidade Sul-americana de Nações e a União Africana em uma mão²⁶¹, e a sua aspiração de chegar a um acordo de livre-Comércio com a União Européia no ano 2008. Neste objetivo e mencionando as palavras do Presidente do Peru, Alejandro Toledo²⁶², depois da reunião que manteve em Bruxelas (Bélgica) com o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE, o espanhol Javier Solana ; *"Hoje nos joga olhar para o futuro e parte do futuro, é ver como nós vamos a integrar a América Latina, a Comunidade Sul-americana de Nações, com a União Européia."*

Relativo ao horizonte esboçado do 2008, ano da celebração da próxima Cúpula de Chefes de Estado de América Latina-Caribe e União Européia, em Lima; na realidade, é uma data mais que ambiciosa, se nos lembramos de as dinâmicas internas de redefinição que sujeitam ambas as regiões nos últimos tempos (da mesma maneira que nós veremos no próximo capítulo).

261 Declaração sobre a Cupula Comunidade Sul-americana de Nações / União Africana, Brasília 30/09/2005. Disponível em <http://www.mre.gov.ve/Noticias/A2005/4ta-SurAmericana/documentos.htm>

262 EFE, 12.10.2005, "Toledo aboga por un acuerdo libre comercio UE-Comunidad Sudamericana en 2008". Disponível on line em: http://www.celare.org/boletin_semanal/tx-boletin076.htm#04

Capítulo 3. Definição, processo e estruturação do espaço euro-latino-americano.

O desafio da América Latina se encontra em impulsionar internamente seu crescimento econômico, social e político, levando especialmente em conta seu ambiente estratégico externo, bem como, as oportunidades oferecidas por uma aliança com outro ator de importância em âmbito internacional como a União Europeia. Nesse sentido, não se pode considerar que as relações entre os Estados Unidos e a União Europeia condicionam as políticas que esta última possa ter com a América Latina, já que podemos observar como a UE se consolidou em um importante ator econômico, mesmo que ainda procure o caminho de como ser um ator político internacional de maior envergadura.

Em consonância com as suas aspirações políticas, a União Europeia tem manifestado expressamente²⁶³ sua intenção de desempenhar um papel de liderança em uma nova realidade internacional. Nova ordem essa, cuja finalidade se oriente para que as relações econômicas tornem-se mais equitativas e solidárias com o objetivo que não beneficiem apenas aos países ricos. América Latina é uma área geográfica para qual a União Europeia pode dirigir-se para a implementação dessas políticas.

No caso das relações da UE com a América Latina e o Caribe, assistimos um complicado entrelaçamento de acordos, cuja arquitetura tem sido delimitada minuciosamente pela UE, segundo os critérios que se estabeleceram na “estratégia tendente a uma associação birregional” aprovada nas conclusões dos Conselhos de Corfú e de Essen durante o ano de 1994 e, em particular, com as diretrizes marcadas no Documento Básico sobre as relações da UE com a AleC, de 31 de outubro de 1994.

Se analisados os resultados desta rede de relações -ver anexo 1-, podemos falar de um tratamento desigual com o interlocutor, segundo se ajuste aos diferentes pontos da estratégia de aproximação da UE com a região:

- 1) Seja em sua aproximação com a região como um todo (através das Reuniões de Chefes de Estado e Governo da UE e AleC;
- 2) Através de uma linha de ação fragmentada (segundo os diferentes processos de integração regional);

263 Ver a *Declaração de Laeken* "O Futuro de União Europeia", 15 de dezembro de 2001.

- 3) Mediante um processo direto de diálogo com estados latino americanos considerados unitariamente.

Na prática, as consequências desta sutil estratégia divisória com o interlocutor se fazem notar – especialmente de acordo com a última estratégia-, em um tratamento preferencial particularmente a dois países da América Latina: o Chile, em primeiro lugar, e o México em segundo lugar (dois interlocutores coincidentes na estratégia preferencial de aproximação com a região pelos Estados Unidos).

O resto dos países são entendidos dentro do âmbito de seu processo de integração com maior ou menor importância (seja do MERCOSUR, Comunidade Andina, etc...) ou ainda, como uma unidade no âmbito do todo latino americano.

Além dos instrumentos inter-regionais oferecidos pela cooperação e ajuda do desenvolvimento, uma outra via para que a União Europeia possa ter um papel protagonista no seu empenho de gerenciar a economia mundial é a busca de um ponto de segurança e estabilidade – acionando a Política Externa e a Segurança Comum ou PESC- em regiões de importância capital através da qual se espera uma relação de associação, que facilite uma definição de estratégia de articulação de suas economias, das políticas e das sociedades que possuem similaridades.

Começamos analisando que os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 afetaram primeiro o processo de integração na Europa e em segundo lugar na América Latina; finalizando a introdução com algumas hipóteses do que se pode chamar de Associação Euro-Latino americana no novo contexto internacional pós 11 de setembro.

A partir de uma análise norte americana do 11/09, FUKUYAMA²⁶⁴ nos sugere uma maior presença da Europa na ordem internacional:

"A visão europeia é aquela Europa que está na posição de estabelecer uma ordem internacional baseada em algumas regras adaptadas para o mundo do período pós-guerra fria. Aquele mundo, livre de conflitos afiados ideológicos e de uma confrontação militar em grande balança, deixa muito mais espaço ao consentimento, ao diálogo e a negociação como caminhos para resolver os conflitos."

Neste mesmo sentido, por parte europeia, a Declaração da Laeken (recolhida como anexo as conclusões do Conselho celebrado no bairro norte de Bruxelas,

264 FUKUYAMA. Francis; Este extrato foi adaptado de uma conferência pronunciada no Center for Independent Studies de Sydney celebrada o 8 de agosto 2002 em Melbourne (Australia), intitulada "Has History Restarted Since september 11 ?

Laeken)²⁶⁵, de 15 de dezembro de 2001, supõe ao texto base a reação e aceleração do processo de integração europeu a partir dos atentados de 11/09. O título da declaração é bastante esclarecedor: *O Futuro da União Européia*.

A Declaração se insere no marco de um novo processo de revisão dos Tratados iniciados em Niza pelos Chefes de Estado e Governo, sendo considerado como uma preparação das instituições européias para uma ampliação dos países da Europa Central e Oriental, Chipre e Malta. Assim mesmo, a criação de uma Convenção (composta por representantes dos governos nacionais, do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais dos Estados membros, assim como dos países candidatos e da Comissão Européia) previa a reforma dos Tratados, a Declaração abriu uma possível via para o processo de constitucionalização da UE:

" <...> Europa deveria assumir sua responsabilidade na administração da globalização. O papel que deveria desempenhar é de uma potência que luta com determinação contra toda a violência, terror e fanatismo, mas que não fecha os olhos em face às injustiças flagrantes que existem no mundo."

O que isso quer dizer? Na nossa opinião, significa o papel de uma Europa muito mais ativa e gestora das novas Relações Internacionais, atuando como uma potência mundial. Neste ponto, poderíamos falar de uma potência diferenciada dos Estados Unidos... uma Europa como potência civil que, ocupando uma posição de vanguarda em temas como a democratização, a reforma do Estado ou a promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais; apareceria como uma contrapartida mais adequada para a América Latina e o Caribe. Basta ver esta outra passagem dentro da mesma epígrafe:

Europa não deveria, finalmente unificada, levar a cabo a função de líder em uma ordem nova planetária, o de uma potência ao mesmo tempo capaz de levar a cabo uma função estabilizadora a nível mundial e de guiar a numerosos países e povos?.

Por último, temos que advertir que na prática, o lapso temporal que transcorreu entre a finalização dos trabalhos da Convenção (um ano depois do início dos trabalhos,

265 Para ter uma idéia da importância deste documento - e das 60 perguntas que esboçou no futuro da União -, como detonante do recente processo europeu constitucional, ver site do Glossário europeu (último acesso 28-09-2007): http://europa.eu/scadplus/glossary/laeken_declaration_es.htm

isto é, em 01 de março de 2003, e cujos os resultados foram apresentados ao Conselho Europeu durante a presidência grega) e a convocação da Conferencia Inter-governamental de 2004, constituiu também um primeiro indicio da transformação do método de revisão dos Tratados.

Passando para a América Latina, um dos efeitos analíticos do 11/09, tanto na visão latino-americana, quanto na sua posição no cenário internacional, é o surgimento de uma percepção mais aguda ao fato que esse novo contexto pode ter deslocado a América Latina e o Caribe a posições mais periféricas na dinâmica mundial, o que gera um sentimento dos latino americanos e caribenhos de novamente serem relegados nas prioridades das agendas exteriores da União Européia e dos Estados Unidos.

Neste cenário de perfil escasso, surgem novos e importantes desafios que se forem resolvidos com eficácia poderão converter um futuro aparentemente negativo em um outro futuro mais propicio e vantajoso para uma futura associação birregional UE-ALeC.

Por outro lado, é totalmente óbvio que as relações entre a UE e os países da ALeC padecem de uma assimetria estrutural profunda. Esse fato, baseado em diferenças de poder econômico e de capacidade institucional, freqüentemente se apresentam como origem das tensões periódicas que sacodem o dialogo birregional. Neste sentido nos perguntamos: Qual sentido pode ter uma associação aparentemente tão dispare?

Em primeiro lugar, a associação estratégica tem sentido para contribuir com o equilíbrio do sistema internacional e mitigar a tendência da unipolaridade que, no longo prazo, aumentaria o desequilíbrio no sistema internacional e, conseqüentemente, a insegurança mundial. Falamos de uma sólida associação euro-latino-americana que consiga introduzir maior pluralismo no sistema de tomada de decisões mundial. Neste sentido, a UE e a ALeC poderiam assumir o papel de sócios críticos do Triângulo Atlântico da estratégia de segurança desenvolvida pelos Estados Unidos pós 11 de setembro.

Outra pergunta legítima seria: Como a UE e ALeC podem ter um peso efetivo na nova dinâmica mundial?

A UE e a ALeC precisam trabalhar conjuntamente para estabelecer uma agenda internacional mais interdependente, com uma visão mais cosmopolita, de reconhecimento das diferenças e, sobre tudo, uma estratégia que aponte e atue na solução dos problemas fomentadores de ações violentas. Não se pode ignorar que

atualmente, deve-se pensar a segurança em âmbito global, ou não haverá segurança para ninguém.

Um instrumento e ações concretas devem ser postas sobre a mesa das negociações inter-regionais para a confecção em curto prazo de uma Agenda Política Exterior Comum: a associação UE-ALeC poderia impulsionar a assinatura da Carta Euro Latino-Americana para a Paz – descrita adiante-. Em âmbito mais amplo, esta associação poderia chegar a promover a participação da ALeC no Conselho de Segurança da ONU. Sempre e quando se contemple uma nova cooperação em matéria política e jurídica para reforçar a luta contra o terrorismo, é imperativo um acurado fortalecimento do campo de atuação da ONU.

Por último, grande parte das limitações da política europeia para ALeC pode ser resultado de insuficiências internas da UE (com sua instituição confusa e intrincada que tem reforma prevista pelos trabalhos da Convenção Europeia), o que acentua uma sensação extra-europeia de confusão e falta de liderança europeia na política internacional. Com esta premissa da visão latino americana, existe um desejo não formalmente expressado na região: a União Europeia pode e deve assumir um papel que modere os efeitos devastadores do chamado Consenso de Washington sobre as economias da ALeC, passando a desenvolver junto com os países dessas regiões novos enfoques, por exemplo, sobre a dívida externa e, no campo da cooperação, estratégias que apontem a resolução dos problemas estruturais e não apenas conjunturais da região.

Tendo em conta que as reuniões entre UE- ALeC desempenham um importante papel nas relações entre ambas as regiões para impulsionar os assuntos de interesse comum. É nesse sentido que falaríamos de uma agenda de cooperação mútua com dois grandes blocos de temas prioritários²⁶⁶:

Prioridades de 1º Nível

• Erradicação da pobreza
• Prevenção e resolução de conflitos
• Promoção da democracia e dos direitos humanos, sociais, economicos e culturais
• Educação e proteção ambiental

Prioridades de 2º Nível

266 Fonte: Elaboração própria de acordo com as agendas de negociações entre ambas as partes.

○ Luta contra a corrupção
○ Imigrações
○ Transferência de tecnologias
○ Financiamento dos processos de integração
○ Fomento das relações entre as sociedades civis de ambas as regiões

Sempre considerando que: 1) América Latina e Caribe não são cenários homogêneos, que apresentam uma realidade e dinâmica diferente sobre como se contempla os acordos com a UE; 2) Devidos as heterogeneidades intra-regionais; seria necessário considerar dois elementos: um plano que envolva toda a região, para resolver os problemas sociais mais importantes, e o outro, de caráter mais operacional, em função das diferentes possibilidades de relações recíprocas, pormenorizados por sub-regiões.

O primeiro elemento mencionado tem motivo interno para ser definitivamente implementado, a Europa precisa de sócios para redefinir seu papel na política global, a América Latina e o Caribe parecem ser aliados “fáceis” para a Europa (por razões culturais, econômicas, políticas, etc). De fato, por ser uma região de baixa prioridade da política externa norte americana pós 11/09, a América Latina constitui uma localidade onde a Política Exterior e Segurança Comum da União Européia (PESC), poderia ser facilmente experimentada.

O segundo elemento tem uma dinâmica mais diferenciada com objetivos muito mais concreto: o fomento da construção de zonas de livre comercio com o México, Chile e MERCOSUR, como um grande projeto econômico, mas com conteúdo inseparavelmente geopolítico: na assinatura final do texto da UE com México e Chile, não se fala apenas em tratados de livre comercio (um erro presente e generalizado ao tentar catalogar esses acordos), fala senão de acordos de associação econômica, política e cooperação.

O México, o Chile e o Brasil (este último como principal ator dentro do MERCOSUL devido a recente debilidade da Argentina); representam para o enfoque europeu, os interlocutores mais validos para uma associação estratégica. A razão é bastante evidente, são os únicos três atores que em seu papel mais recente, tem realizado maior contribuição para impulsionar os processos de integração sub-regional, tanto por sua catalogação como “economias emergentes” (países que já empreendem um caminho

intenso de modernização e podem constituir sócios válidos em iniciativas de pesquisa, formação e mesmo empresas mistas para avançar em um primeiro patamar a associação UE e ALcC.), como por seu papel no contexto multilateral, sendo consideradas as únicas potências “médias” latino-americanas no cenário internacional.

Concluindo, podemos esquematizar em três grandes respostas aglutinadoras, as principais razões sugeridas para a criação de um novo espaço euro-latino-americano:

1. A associação estratégica se faz necessária para contribuir ao equilíbrio do sistema internacional amortizando a tendência unipolar do atual sistema internacional.

2. A União Europeia e a América Latina e o Caribe poderiam assumir o papel de sócios críticos dentro do triângulo Atlântico e da estratégia de segurança desenvolvida pelos EUA pós 11/09.

3. A UE pode representar uma importante diferença com respeito a outro macro-projeto na zona latino-americana (o paralisado ALCA): a exportação e promoção de seu estado de bem-estar (*Welfare State*) e sua preocupação pela segurança social de seus cidadãos²⁶⁷. Quer dizer, um exemplo ou “*way of life*” totalmente diferente do norte americano.

3.2 Um instrumento antecedente: As cúpulas iberoamericanas. Passado, presente e futuro.

Em primeiro lugar, convém que se realize uma série de perguntas sobre a natureza e existência das cúpulas ibero-americanas, sempre com o objetivo de dar sentido e justificar as últimas sugestões da parte final da sub-epígrafe:

Qual é o significado e sentido das Cúpulas Ibero-americanas na nova sociedade internacional da Pós-guerra fria?

Qual seria a vantagem de oportunidade por elas aberta no processo de construção da nova ordem internacional emergente, global e especialmente latino americana?

Historicamente, as Cúpulas são possíveis pela concepção e ação dos atores internacionais que as tem criado e sustentado. As Cúpulas iniciaram em 1991 por

²⁶⁷ Um exemplo antecedente o podemos encontrar na recente XVII Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo dos dias 8 e 10 de novembro de 2007 em Santiago de Chile, onde se acordou criar o Convenio multilateral ibero-americano de previdência social, “um acordo histórico” que permitirá ao trabalhador unificar ao término da sua vida de trabalho todas as contribuições que levou a cabo em países diferentes da comunidade ibero-americana.

impulso diplomático de uma vontade de ação conjunta, articulada em primeira instância pelo México e pela Espanha, junto com a rápida aposta-resposta de Brasil.

Neste ponto, convém mencionar que, desde 1985, a Espanha havia sido proposta para abrigar a primeira reunião, mesmo que devido a razões óbvias (o processo de negociação e posterior adesão a CEE), finalmente esta iniciativa não prosperou. Em 1990, México se encontrava negociando o processo de integração ao Nafta, e é justo neste contexto que era fundamental mostrar a opinião pública nacional e internacional que a integração norte americana, não significava abandonar os laços políticos e culturais do país com suas circunstancias autóctones e com a América Latina. A melhor maneira de levar a cabo isto, foi o importante gesto político internacional de abrigar a primeira reunião. Assim a Reunião beneficiou não apenas a Espanha, mas também ao México, em suas pretensões de diversificar suas opções em relações exteriores.

No caso concreto do México, o impulso da criação das Cúpulas coincide igualmente com o caso espanhol, em tempos de redefinição de sua inserção internacional, fruto de uma opção estratégica fundamental, coerente com suas relações econômicas internacionais: a integração econômica com os Estados Unidos e Canadá através da negociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Esse salto qualitativo por sua vez gerou uma necessidade de reequilíbrio em relação a América Latina e, mais além, uma perspectiva de que a possibilidade de impulso e criação das Cúpulas tenham se configurado como especialmente estratégica e instrumental.

Encontramos assim uma série de elementos comuns nas razões e situação relativa do México, Brasil e Espanha na hora de definir e realizar o impulso que leva a efetivação das Reuniões: 1) uma ambição comum pela liderança e afirmação como potências em âmbito ibero-americano; 2) a definição de uma opção estratégica e irreversível de inserção internacional através da integração regional (TLCAN, UE, ou MERCOSUL), coerente com suas realizações econômicas internacionais e sua situação geoestratégica, e condicionadora de sua margem de manobra internacional. Inserção ao mesmo tempo motivadora de uma consciência e vontade política de compensação ou reequilíbrio em âmbito latino americano. Não se trata tanto da opção exterior fundamental, senão da opção de compensação de esta; de afirmação- a pesar dela, ou frente a ela- de identidade, do político e do cultural frente ao econômico, o ideal frente ao real... A consideração da natureza política das Cúpulas requer não apenas levar em conta os estados presente (dentre os quais cabe singularizar o caso de Cuba, ausente dos

outros foros), senão igualmente a dos ausentes, entre os que cabe destacar os Estados Unidos, a OEA ou o sistema das Nações Unidas, e outras potências relevantes no sistema internacional.

Neste sentido, a projeção internacional da Cúpula Ibero-americana reflete uma heterogênea composição com 22 países (a península ibérica mais todos os países latino-americanos, ou o que é o mesmo, uma importante massa crítica internacional²⁶⁸), que totalizam uma população de pouco mais de 489 milhões de habitantes em uma vasta área geográfica de 21.352.017 km²²⁶⁹.

Tudo isso nos conduz a perguntarmos: Qual é o sujeito coletivo em construção? A resposta a tal pergunta poderia variar segundo o ator ou analista das Cúpulas a quem se dirija. Ainda que com diversas matizes, ditas repostas poderiam ser fundamentalmente três:

- a) As próprias Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo como objetivo político em si mesmo;
- b) A Comunidade Ibero-americana de Nações (CIN), as Cúpulas constituiriam a expressão máxima da estruturação e construção;
- c) O espaço ibero americano, como âmbito de inter-relação que abarcaria não apenas aos estados, senão também as sociedades, promovendo, ademais do concerto e relação política entre Governos e estados, a construção e consolidação de fluxos e redes de intercâmbio e relação no econômico, cultural, acadêmico, das comunicações, e todos aqueles âmbitos susceptíveis de projetar-se e inter-relacionar-se em chave ibero-americana.

Um último sujeito que para a compreensão de sua identidade, deve se levar em conta, é a realidade também de outras experiências; o que dito em outras palavras supõe uma identidade por exclusão ou referente do que não se quer ser, o como não se quer ser. Falamos da *Commonwealth* e da *Communauté Française*, mecanismos respectivamente estruturadores das relações entre Reino Unido e França e os estados

268 A dos países membros tem que se somar 4 candidaturas oficiais em processo de aceitação: Filipinas, Guiné Equatorial, Timor Leste e Belize.

269 Dados extraídos da página oficial do Itamaraty (último acesso 12/10/2007):

<http://www.itamaraty.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relex/mre/orgreg/cupula/index.htm>

que pertenceram a seus respectivos impérios coloniais. Em contraposição e transcorridos quase duzentos anos desde as independências ibero-americanas, o processo das Cúpulas não tem relação com a substituição de uma relação colonial como consequência da finalização desta, senão que se trata de um processo novo de estruturação do comum – não apenas passado, mas também sobre todo o presente e com potencial de articulação- em pé de igualdade por um conjunto de estados mais ou menos desenvolvidos e três potências médias de categoria diferente mas de similar peso específico atual no sistema internacional.

Passando ao nível estatal, os efeitos e o legado do processo não se circunscrevem ao âmbito próprio do mesmo; tanto ou mais importantes, ao menos em alguns casos, podem se considerar os efeitos colaterais sobre as respectivas políticas exteriores de seus estados membros. Assim, particularmente no novo caso da Espanha, o processo das Reuniões se constitui em objetivo fundamental e ativo principal de sua política ibero-americana, que influi e é influído por outros dos processos, o da confrontação de sua política ibero-americana bilateral – exterior e de cooperação – e o do salto qualitativo nas relações UE-América Latina.

A Espanha se encontra na atualidade, querendo ou não, formando parte de um ator (a UE) e potência global – cujas as necessidades e possibilidades de planejamento e projeção exterior vão muito além das de uma potência média como a espanhola-, orientado ainda dentro dos seus esquemas preferenciais de relação com zonas prioritárias não coincidentes com as contempladas tradicionalmente pela política exterior espanhola, em particular América Latina. A assunção de tal feito, a possibilidade de sua implementação, a transição para uma relação privilegiada e mais profunda com a América Latina, demanda da política externa espanhola a necessidade de um re-equilíbrio em direção dupla:

Por um lado, a necessária redefinição e globalização da política exterior bilateral. A integração europeia significa a globalização de sua projeção exterior; Por outro lado, o impulso da redefinição da própria projeção exterior da União Europeia, supõe um salto qualitativo no esquema de relações espanholas entre a UE e a América Latina.

No longo prazo, o futuro das Cúpulas depende de uma boa medida não apenas da inércia de seus mecanismos já em funcionamento, como também a reflexão das opções estratégicas que as potências médias adotem ao construir essas Reuniões.

3.2.1 A Comunidade Ibero-Americana como foro articulador do espaço euro-latino-americano.

Devo começar recordando que, sempre que nos perguntássemos sobre a viabilidade futura das cúpulas, não haveria de se esquecer o triplo referente já assinalado: as Cúpulas Ibero-Americanas, a Comunidade Ibero-Americana de Nações ou o espaço ibero-americano como objetivo último do processo; mas também teríamos que contar com a limitação fundamental na parte de integração econômica. Impossibilidade quando menos nos casos do México, Espanha e Portugal, por seus respectivos pertencimentos ao NAFTA e à UE, com todas as exigências e prerrogativas que, separadamente acarretam.

Mas, se por outro lado, observamos tanto a envergadura de sua composição (expressa no número de países, milhões de habitantes e superfície geográfica representada), como ao importantíssimo componente de base *civilizacional* que caracteriza a Comunidade Ibero-Americana; podemos considerar essa associação de países como um grupo, um bloco ou um complexo internacional que transcenderia amplamente as definições mais ou menos descritivas de "*foro de concertação e cooperação birregional*" ou de "*espaço para o diálogo institucionalizado entre um certo grupo de países*", convertendo-a a um destino de foro articulador de outros espaços, e eixo natural de outras relações.

Este último nos leva propor a questão de que papel desempenham, ou podem desempenhar, as Cúpulas Ibero-Americanas na complexa arquitetura de inserção internacional, no que diz respeito aos blocos de integração mais imediatos (UE, NAFTA, MERCOSUL), a foros *intra*-latino-americanos (Grupo do Rio) e outros na América Latina; e em relação a outras potências ou blocos *extra*-latino-americanos determinantes da inserção internacional de cada um de seus 22 membros (como a que representava a Cúpula das Américas – ALCA – ou a Cúpula União Européia - América Latina e Caribe que está em vigor).

Nesse ponto e se colocássemos ênfase nos blocos *extra*-latino-americanos, a Comunidade Ibero-Americana de Nações seria (sem dúvida alguma), um eixo natural das relações euro-latino-americanas. Uma análise que tenha presente a natureza complexa, única e não contraditória de dois de seus membros: Espanha e Portugal; conduzir-nos-ia a inferir o duplo, natural e simultâneo pertencimento dos países peninsulares ibéricos tanto aos espaços latino-americanos como europeus. As relações

euro-latino-americanas são – já de fato – fortalecidas a partir da Espanha e Portugal como países ibero-americanos da Europa.

Nesse sentido, o papel que a Espanha – como membro da Comunidade Ibero-Americana – pode desempenhar para favorecer as relações euro-latino-americanas depende, tanto quantitativamente como qualitativamente, do nível de articulação de uma atuação conjunta e óbvia entre os países peninsulares; e em segundo lugar e da mesma maneira, da possibilidade de articulação de uma atuação conjunta dos Estados latino-americanos mais decisivos: México e Brasil.

Deste último caso, podemos assinalar, por meio das manifestações diretas do por então primeiro mandatário brasileiro²⁷⁰, um exemplo do papel que a Comunidade Ibero-Americana, como eixo das relações euro-latino-americanas tem desempenhado ou pode desempenhar via Brasil, na ocasião da Cúpula de Oporto de Outubro de 1998²⁷¹:

" As Cúpulas ibero-americanas vêm sendo, da sua criação, um instrumento de grande utilidade para fortalecer aquela ponte entre a Europa e América Latina. Vêm se oferecendo as condições para realçar nossa agenda comum, por um diálogo frutífero, baseado em nossas raízes comuns e nossas semelhanças culturais <...> Brasil é solucionado para continuar trabalhando para ajudar fazer daquela amizade transatlântica um exemplo de como duas regiões diferentes, cada uma com suas peculiaridades, podem caminhar juntas e, pondo ênfase nos seus interesses comuns que são muitos, alcançar condições melhores para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo."

A celebração em 1999 da primeira Cúpula de Chefes de Estado e Governo da União Européia e da América Latina e do Caribe no Rio de Janeiro, pressupôs nos últimos anos, a emergência de um novo foro do mais alto nível, de que são membros todos os Estados integrantes das Cúpulas Ibero-Americanas. Este feito estabelece o desafio necessário de construir uma relação positiva entre ambas, e particularmente às Cúpulas Ibero-Americanas, o de erigir-se em instância cujas decisões e iniciativas adquirem capacidade de definição e influência sobre a agenda e resultados das Cúpulas UE-ALeC futuras.

270 CARDOSO, Fernando Henrique, "Una oportunidad en la relación euro-latinoamericana" em FRAERMAN, Alicia (ed.) *Globa-regulación, el desafío del siglo XXI*, Madrid, Editorial Comunica, 1998, p. 43.

271 No âmbito da VIII Reunião celebrada no Porto, foi aprovada a criação de uma Secretaria de Cooperação, com sede em Madri.

Na mesma linha prospectiva, podemos dizer que, inclusive aqueles princípios sobre os quais se edificaram – sob a influente contribuição da diplomacia espanhola de então – todo o projeto da Comunidade Ibero-Americana de Nações (a saber: o princípio de interdependência, princípio de credibilidade, princípio de continuidade, de indiscriminação e princípio de comunidade)²⁷² poderiam ser interpretados perfeitamente como “vetores guia” ou regentes de um futuro espaço eurolatinoamericano.

Pelo o que foi exposto anteriormente, a Comunidade Ibero-Americana de Nações, poderia exercer um papel de *espaço representacional* de um futuro espaço eurolatinoamericano, sempre de acordo com o sentido conceitual defendido por AGNEW e CORBRIDGE²⁷³:

" < espaço representacional > são os cenários para as práticas de espaços futuros ou “geografias imaginadas” que inspiram as mudanças na representação do espaço com um olho para a transformação das práticas espaciais."

3.3 Diálogo inter-regional do Rio (I Cúpula UE - América Latina e Caribe)

A Cúpula do Rio de junho de 1999 constituiu o ponto de partida de uma associação estratégica com o conjunto da América Latina que incluiu a adoção de um plano de ação. Dita convergência assentasse principalmente graças ao diálogo multilateral estabelecido entre a União Européia e o Grupo do Rio, cujas origens remontam ao ano de 1987, quando se introduz entre ambos os interlocutores a prática de reuniões informais que acontecem quando da reunião anual da Assembléia Geral da ONU em Nova York.

Valorização da agenda da I Cúpula da UE – América Latina e Caribe:

272 Por sua vez, os três eixos conceituais sobre os quais se baseia este modelo teórico e em torno dos quais giram seus princípios são: vínculo, que faz referência aos vínculos existentes entre os povos de raiz hispânica; ponte, que traduz a pretensão de desempenhar um papel relevante entre as relações da Ibero - América e Europa; integração, que significa o apoio àquelas iniciativas de integração ibero-americanas.

273 AGNEW and CORBRIDGE, *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. London. Routledge, 1995, p.7.

Em sua agenda de diálogo observa-se, por um lado, velhos e novos temas de negociações, e por outro lado que o mesmo não está encabeçado por um tema e problema chave que caracterizava o momento da negociação da América Latina com outros países, a saber, as condições e mecanismos de pagamento da dívida externa, e que finalmente a iniciativa de cooperação mútua e promoção do intercâmbio comercial substitui a assistência unilateral européia com destino aos governos latino-americanos realizada até então.

As novas condições do diálogo eurolatinoamericano, possibilitaram a consecução dos assim chamados “Acordos de Terceira Geração”; acordos bilaterais entre a UE como um todo e um país extracomunitário por outro que, nesse caso, solapou-se a ação regional com respeito à América Latina (exceto Cuba). São acordos que introduzem ações no campo da cooperação industrial, promoção de inversões, criação de empresas conjuntas e aumento da cooperação científico-tecnológica. Tais acordos marcos diferenciam-se dos anteriores por conter, por um lado, as denominadas “cláusulas democrática” (democracia como condição básica para a cooperação inter-regional) e, por outro lado, as denominadas “cláusulas evolutivas” (possibilidade de renegociar flexivelmente o acordado, sem alterar o todo). Essas duas cláusulas são um componente característico das negociações que posteriormente a UE concluiu com o México e Chile.

No total, definiram-se no Rio 55 prioridades acordadas que até o momento seguem válidas. Na reunião seguinte, realizada em Tuusula (Finlândia), em novembro de 1999, os altos funcionários definiram 11 setores chaves para a ação.

Prioridades estratégicas redefinidas em Tuusula

- 1º Prioridade: Cooperar nos foros internacionais.
- 2º Prioridade: Proteger os direitos humanos.
- 3º Prioridade: Promover o papel das mulheres.
- 4º Prioridade: Cooperar no âmbito do meio ambiente e das catástrofes naturais.
- 5º Prioridade: Lutar contra as drogas e o tráfico ilegal e armas.
- 6º Prioridade: Fomentar a instalação de um sistema econômico e financeiro estável e dinâmico em escala mundial.
- 7º Prioridade: Promover os intercâmbios comerciais.

8º Prioridade: Cooperar no âmbito do ensino, dos estudos universitários, na investigação e nas novas tecnologias.

9º Prioridade: Proteger o património cultural.

10º Prioridade: Estabelecer uma iniciativa comum no âmbito da sociedade de informação..

11º Prioridade: Apoiar a investigação, os estudos de pós-graduação e a formação em matéria de processos de integração.

Para uma valorização do processo de negociação iniciado no Rio, portanto do cumprimento das prioridades aludidas, limitar-me-ei a citar as claras análises representativas em grande medida de cada região. O primeiro, é o realizado por Moreira (2002) ²⁷⁴:

"Da primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de União Européia e de América Latina e Caribe, levado a cabo em Rio de Janeiro, o equilíbrio das negociações no estabelecimento de uma associação estratégica entre as duas regiões foi ambivalente. Em uma mão, fatos altamente positivos aconteceram, como o acordo de livre-comércio com o México, o começo das negociações com MERCOSUL e a conclusão das negociações com o Chile, como também algumas iniciativas conducentes para uma participação maior da sociedade civil no processo negociando, como os foros empresariais e de organizações não governamentais. Para outro, o desenvolvimento do Plano de Ação de Rio de Janeiro, depois redefinido na lista de 11 prioridades em Tuusula (Finlândia) foi insuficiente".

O segundo, realizado por Sanahuja (2002) ²⁷⁵:

"do mesmo momento da celebração da Cúpula de Rio, a UE tinha se decantado por chegar às perguntas comerciais de um plano multilateral, no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC), em detrimento da estratégia regionalista que deu origem ao projeto. Também, apesar da procura de um alcance global das Políticas Europeias de Segurança Comum (PESC) e das novas Políticas de Segurança e Defesa, a sua orientação crescente para os Balcãs, a Europa Central e do Oriente e a área do mediterrâneo deixou em um segundo plano à América Latina e Ásia. Tudo isto, localizou o

274 MOREIRA GARCIA, Carlos, (Embaixador do Brasil em Espanha), "A segunda reunião de cúpula ue-alc e suas circunstâncias" em *Carta Internacional*, número 111, Sao Paulo, 2002.

275 SANAHUJA, José Antonio, professor de Relações Internacionais da Universidade Complutense da Espanha e investigador associado do departamento de estudos da Intermón Oxfam. Informe da Intermón preparatório para a II Cúpula de Madrid, Madrid.

diálogo político entre ambas as regiões em uma posição de estagnação... A Cúpula de Rio marcou um quadro histórico, ao juntar pela primeira vez 48 chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe, mas "seus acordos não foram completados";

Afirmou o analista que realçou a mesma contradição que supôs a emissão de 55 prioridades que eram muito fracas além de seu número alto, *“ao faltar compromissos orçamentários”*. Desta ambiciosa listrada, um grupo de altos funcionários selecionou 11 prioridades, conhecidas como de Tuusula e conforme ele: *“desses que tão só houveram dois resultados: o diálogo birregional de luta contra as drogas; e o acesso para os mercados, embora isto último, é caracterizado por ‘luzes e escuros’*”.

Está claro que as grandes linhas traçadas na Cúpula do Rio apontam para grandes objetivos (acordou-se inclusive em renovar e democratizar o sistema multilateral); agora, o grande desafio é passar para uma agenda de relações na qual as declarações e compromissos estejam respaldados por planos e ações mais concretos. O posicionamento multilateral convergente só será construído a partir de um bilateralismo fortalecido e mutuamente conveniente. As negociações poderiam ser propostas na Organização das Nações Unidas, um ambiente mais propício que o da OMC para resolver interesses confrontantes. Por outro lado, um primeiro nível para alcançar tais objetivos seria o de promover, como uma frente comum euro-latino-americana, a revalorização das Nações Unidas no sistema internacional logrando o apoio recíproco do Conselho de Segurança. Poderíamos falar de um avanço conjunto totalmente acertado, tanto desde o ponto de vista ético como estratégico.

3.4 Compromisso de Madri (II Cúpula UE-América Latina e Caribe).

Passemos a analisar os dois instrumentos mais importantes, desde o objetivo de relacionar o Euro como principal contribuição histórica dessa Presidência europeia e os avanços obtidos (muito escassos como comprovaremos) na dinâmica de negociação de uma futura Associação Birregional, resultado da Cúpula de 17 e 18 de maio de 2002, celebrada em Madri. Analisaremos com tal propósito os pontos mais significativos de dois documentos: A Declaração política ou também chamada “Compromisso de Madri” e o Documento sobre Valores e Posições. A técnica empregada será uma análise “entre linhas” ou análise comentada a partir de trechos literais do documento político resultante original.

Compromisso de Madri (17 de Maio 2002):

"Os Chefes de Estado e de Governo da União Européia, de América Latina e de Caribe, reunidos em Madrid, comprometemos para avançar em nossa associação estratégica birregional fundada na Declaração e no Plano de Ação adotados na Primeira Cúpula que aconteceu em Rio de Janeiro em junho de 1999."

Este é o começo da Declaração Política e parece importante situar qual é o sentido último desta Cúpula, a Associação Estratégica Birregional entre UE e América Latina (sentido já reunido na I Cúpula do Rio). *"Necesitamos enfrentar conjuntamente os graves desafios e aproveitar as oportunidades do século XXI"*.

Há uma visão de futuro e a longo prazo na comunicação de interesses e na gestão da Globalização (termo não utilizado expressamente): *" 9. Reforçar o diálogo birregional político nos foros internacionais e as consultas no quadro do sistema das Nações Unidas e das suas Conferências principais nas questões principais internacionais"*.

Este ponto, integrado na parte do âmbito político da Declaração, expressa em um grau maior o sentido anterior, por meio da aproximação de posturas e vozes nos mecanismos multilaterais já existentes. *"13 <...> Urgimos à Comissão Européia, ao Banco Europeu de Investimentos (BEI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apresentar iniciativas e informem aos mecanismos birregionales"*.

Situando-nos já no âmbito econômico, o mais substancial do Compromisso, cita-se as instituições financeiras já existentes e pertencentes a ambas as regiões, com o fim de acelerar o processo de propostas e inversões principalmente, prioridade principal nos países ibero-americanos e especialmente nas Economias Emergentes. Faz-se um chamado ao BEI e a UE para atuarem da mesma forma que a acordada durante esta Presidência na região Euro-Mediterrânea. O Euro e o importante fluxo de inversões, que se espera que a moeda única atraia, pode ser o catalisador do novo peso e importância extra-européia do BEI como instituição.

"16. <...>Enfatizamos nosso compromisso com as negociações contínuas entre a UE e MERCOSUL e salientamos neste contexto que os capítulos político, institucional e de cooperação estão virtualmente concluídos. Damos boas-vindas com satisfação aos progressos feitos até agora nos capítulos comerciais e de trocas e a adoção do pacote de medidas relativas para a facilitação do comércio, e confiamos que ambas as partes continuaremos fazendo progressos substantivos com um olho para concluir prosperamente, o mais cedo possível, o processo negociador."

Este parágrafo resulta fundamental para saber em que estado estão as negociações entre os blocos regionais. Evidencia-se que o único capítulo com divergência entre as partes é o comercial. Nessa negociação, em concreto, está resultando o mais fundamental (a diferença do que aconteceu com o México -> o político e de respeito aos direitos humanos). De qualquer forma, a conclusão do Acordo Inter-regional que se espera não esteja muito distante (tal como veremos mais adiante nas tendências dos dois últimos anos). O Euro pode atuar como um impulso galvanizador e um reforço de acréscimo de valor para a superação das diferenças comerciais, com a cessão de alguns pontos até agora espinhosos e não negociáveis, por parte do MERCOSUL, principalmente. Em outras partes da Declaração há menção expressa da situação da Argentina. Resulta óbvio dizer que a superação ou estabilização da crise nesse país era condição indispensável para firmar o Acordo, uma condição que já foi cumprida.

"17. Damos as boas-vindas com satisfação à decisão dos Estados de Caribe, junto com os outros Estados sócios do Grupo dos Estados de África, de Caribe e de Pacífico, do começo formalmente, em setembro de 2002, das negociações do Acordo de Associação Económica com União Europeia, na quadro do Acordo de Cotonú <...> nós comprometemos para concluir a mais levar a final de 2004 ,que possam ser negociados os Acordos viáveis e mutuamente benéficos da Associação, entre a UE e a América Central e entre a UE e a Comunidade Andina respectivamente que incluem áreas de livre comércio."

Este ponto resulta fundamental para compreender qual vai ser a ordem e a lógica da Associação por blocos ou sub-regiões diferenciadas que efetuará a UE com a Ibero - América (importante recordar que é uma lógica oposta a estadunidense com a região: negociação bilateral, por país, que complementaria a falida integração hemisférica comercial da ALCA). Tratam-se, pois, de negociações complementares e precedentes ao definitivo Acordo Birregional:

- Estados Caribenhos latino-americanos, integrantes da Caricom ficariam circunscritos ao Sistema Preferencial ACP da procedente Convenção de Lomé. Velha aspiração espanhola desde sua entrada na UE: mesmo tratamento preferencial que o recebido pelas ex-colônias francesas e inglesas. O início das negociações situou-se em setembro de 2002.

- A partir de 2004 podem-se negociar Acordos de Associação com os países centro-americanos do mecanismo de São José por um lado; e por outro, com Comunidade Andina. Trata-se evidentemente, de tratamentos diferenciados e com a lógica posta na consecução precedente e prioritária com o MERCOSUL.

"23. Melhorar a operação do sistema mundial financeiro para que se lembre das preocupações dos países em desenvolvimento e participar ativamente dos esforços internacionais em curso para reformar o sistema internacional financeiro. <...>

25. Dar as boas-vindas com satisfação à introdução do euro cuja contribuição para uma maior transparência em nossas relações econômicas é completamente reconhecida; reconhecer a contribuição potencial do euro para um estímulo maior do crescimento do comércio e dos investimentos entre as duas regiões."

Estes pontos foram aqui assinalados como coerentes e interconectados dentro do mesmo texto do compromisso. É evidente que, ainda que a ordem ou a integração em um mesmo ponto tenha sido produzida, respondem a uma mesma lógica declarativa “entrelinhas”. Fala-se em modificar o Sistema Financeiro Mundial contando com os países em desenvolvimento. Em outro ponto, felicitam-se pela introdução do Euro pelas suas melhores qualidades: Transparência e Potencialidade (comercial e inversão). É claro que se intenciona incluir a Ibero-América na adoção do Euro, com o seguinte raciocínio: trata-se de uma nova moeda que simplificará as gestões entre as duas regiões e com um grande potencial para estimular as duas áreas mais sensíveis para as Economias Emergentes e em segundo lugar, menos desenvolvidas: Comércio e Inversão.

Com a adoção (como divisa de reserva) e transação desta moeda em ambos os lados do Atlântico, se procederia à reforma pendente de um Sistema Financeiro Internacional muito inseguro em suas flutuações e dominado por uma moeda em especial (unipolaridade do \$). Para América Latina a perspectiva do *euro* é encorajosa, tanto para reduzir sua dependência relativa ao dólar-últimamente enfraquecido-, como para diminuir os riscos de câmbio frente ao exterior, além de diversificar ativos e reservas como opção frente à dolarização que foi forçada a implementar algumas

nações. Para isto pode também contribuir o incremento que aconteceu nos últimos anos dos laços econômicos da região com a Europa²⁷⁶.

Documento sobre Valores e Posições (17 de Maio 2002): Trata-se de uma declaração mais retórica que atua como suporte político e valorativo do Compromisso anterior, verdadeiro desenho da atuação com vontade política entre a UE e a América Latina e Caribe. Os pontos são essencialmente os mesmos.

O último documento “acervado” no processo da futura associação inter-regional emitido em Madri, foi resultado da segunda reunião de Chefes e Estado e de Governo da UE e do MERCOSUL, de 17 de maio de 2002. Uma reunião no marco do encontro anterior e expressão do mais alto nível institucional entre ambas as regiões. É importante analisá-lo também para concretizar ainda mais o estado das negociações e compromissos adquiridos:

"4. Com objeto de fortalecer e aprofundar o diálogo UE-MERCOSUL, além dos mecanismos contemplados na Declaração Comum de 1995, os Chefes de Estado e de Governo concordaram o que continua:

- celebração de reuniões anuais ao nível de altos funcionários
- celebração de reuniões anuais a nível ministerial em Nova York com razão da Assembléia Geral das Nações Unidas e reuniões semestrais dos Chefes de Missão em Nova York
- celebração de reuniões prévias às conferências internacionais no quadro das Nações Unidas
- celebração de reuniões dos Chefes de Missão do UE e de MERCOSUL creditados ante os organismos especializados em Genebra, Paris, Roma, Viena e Nairobi."

É fundamental ressaltar o caráter inovador do resultado, expresso em seu sentido mais profundo de vontade de aproximação entre ambas as partes; um intento plausível de conseguir posições comuns no seio dos organismos multilaterais internacionais. Em adição a isso, concretiza-se uma continuidade técnica (nível de encontro de altos funcionários) ao processo de Associação, fruto do interesse mútuo na consecução e rapidez do futuro acordo.

"5. Em assuntos de cooperação <...> aplicar um pacote significativo de cooperação o mais cedo possível em setores de interesse comum, em particular nos ambitos das alfândegas, os mercados interiores, as políticas de coordenação macroeconômica, a dimensão social de

276 Neste sentido ver o artigo de Katty Sedó “Las implicaciones del Euro en América Latina”, *El observador Económico*, 25 de fevereiro de 2002 - Managua, Nicaragua. Disponível on line (último acceso 14/11/2007): <http://www.elobservadoreconomico.com/articulo/116>

MERCOSUL, as normas e padrões, a agricultura e os assuntos sanitários e fitossanitários, entre outros."

Na secção de cooperação inter-regional, faz-se público o conteúdo substancial dos setores que se desenvolverão em comum. A ordem em que aparecem é a seguinte:

- Aduanas.
- Mercados Internos.
- Política macroeconómica.
- Dimensão social.
- Normas e padrões.
- Agricultura e assuntos sanitários/fitossanitários.

Substancialmente o âmbito preponderante é o económico e comercial, ainda que se trate de um ponto substancialmente interessante e diferenciador para o MERCOSUL com respeito à proposta de integração hemisférica para os sindicatos do MERCOSUL. Nesse sentido há de se recordar que, o MERCOSUL tem contribuído, por sua presença, para a criação das primeiras redes e sindicatos a nível regional; novas organizações que oferecem possibilidades de ações no âmbito político, local e regional, e que ajudam a orientar sua evolução. *"6. Os Chefes de Estado e de Governo reconheceram que o processo de associação deveria apoiar e estimular o desenvolvimento dos países de MERCOSUL e contribuir à redução das disparidades atuais socioeconómicas entre ambas as regiões."*

Ainda que não se faça menção explícita, o ponto 6 pode ser entendido como uma referência à situação da Argentina. Basicamente a conclusão que se pode extrair é: O processo de Associação poderia ajudar a aliviar a crise interna na qual o país estava submerso e por extensão do Mercado Comum do Sul, por sua condição de membro integrante do mesmo.

Como conclusão desta análise, pode-se observar as seguintes tendências no processo: em primeiro termo, a divisa comum europeia pode oferecer um marco monetário para revitalizar os vínculos económicos entre ambas as margens do Atlântico. Em segundo lugar, o exemplo da Associação anterior com o Chile, serve como prelúdio para um acordo de Associação Inter-regional com o Mercado Comum do Sul e passo prévio para uma futura associação Birregional UE – América Latina e Caribe.

A UE tem demonstrado que empreende ações, a partir e sempre, tendo muito presente um esquema dotado de estratégias diferenciadas e adaptadas à nova realidade dos países e regiões da Ibero-América.

3.5 Documento estratégico da Comissão Europeia (2002 - 2006) para a América Latina e Caribe

O relatório regional estratégico criado pela Comissão Europeia em abril de 2002 constitui uma aplicação do plano de ação da Cúpula do Rio e da Cúpula de Madrid de maio de 2002, um documento pensado para contribuir à nova associação estratégica entre a União Europeia e América Latina.

Esta instituição europeia teve um foco especial para a América Latina desde 1995, em sua Comunicação intitulada "União Europeia-América Latina: Tempo presente e perspectivas do fortalecimento da associação - 1996-2000". Naquele relatório, a Comissão destacava a necessidade de se adotar, com relação à América Latina, focos diferentes e adaptados às realidades nacionais e sub-regionais. A Comissão estava consciente da evolução sofrida por ambas as regiões e pelo mundo todo durante a última década e destacou os interesses comuns que surgiriam com os desafios globais e regionais. Por isto, ela propunha um reforço da associação entre a União Europeia e a América Latina. Esta prioridade foi retomada em 1999, em uma nova Comunicação intitulada "Uma nova associação União Europeia / América Latina no início do século XXI" emitida na ocasião da primeira Cúpula de Chefes de Estados e de Governo dos países latino-americanos, incluídos os países do Caribe e da União Europeia, levada a cabo em Rio. Em sua comunicação na Cúpula de Rio, a Comissão insistiu na necessidade de se reforçar a associação estratégica de níveis político, econômico e social na "busca da primeira Cúpula acontecida entre a América Latina, Caribe e a União Europeia" e propôs, com uma visão para a Cúpula de Madrid de 2002, intensificar sua ação em três âmbitos prioritários: a proteção dos direitos humanos, a promoção da sociedade da informação e a redução dos desequilíbrios sociais por meio de um foco global de luta contra a pobreza. O objetivo central consistiu em localizar o desenvolvimento humano e a sociedade civil no centro da relação entre ambas as regiões.

Na declaração conjunta sobre a política de desenvolvimento que o Conselho e a Comissão emitiram em novembro de 2000, os objetivos e os princípios eram tão detalhados que eles deveriam guiar a ação da União assim como assentavam as bases de uma reforma no funcionamento da ajuda para os países em desenvolvimento. Tal reforma inclui o reforço da coordenação entre a Comissão, os Estados membros e os doadores principais para adquirir uma complementaridade melhor das ajudas, da

concentração das atividades de comunidade, da coerência da análise das políticas da Comunidade e da preparação dos relatórios nacionais estratégicos. A Comissão fiscalizaria para garantir a coerência entre as três dimensões (regional, sub-regional e bilateral) de modo que elas sejam mutuamente reforçadas.

Esta nova estratégia estabelece um laço com as políticas internacionais da União Européia. Em particular, reflete as prioridades definidas nas Comunicações da Comissão de 1995, 1999 e 2000 sobre a associação estratégica com a América Latina e os objetivos descritos em medidas específicas retomados em outras Comunicações.

Entre outras coisas, foram lembradas as prioridades da União no âmbito do desenvolvimento sustentável, as políticas comerciais (adesão para as normas de OMC), a luta contra a pobreza e a exclusão social e a prevenção de conflitos, como também, e mais concretamente, o estabelecido nos seguintes temas:

- A promoção da boa governança democrática, o respeito dos direitos humanos, a luta contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos sociais.

- A redução da pobreza, a luta contra as desigualdades sociais e a exclusão.

- A prioridade que se concede à cooperação no âmbito do ensino superior.

- As diretrizes sobre ajuda urgente e reabilitação nas situações de catástrofe, que defendem uma melhor integração nas políticas de desenvolvimento e uma ação na fase de preparação e de prevenção, de forma que ECHO possa se concentrar na ajuda urgente.

- As políticas de energia e a aplicação do Protocolo de Kyoto.

A finalidade deste relatório estratégico é discutir a necessidade de identificar áreas estratégicas ou prioritárias para a cooperação entre ambas as regiões, sempre com a intenção de superar as duas grandes doenças que caracterizaram o campo da tradicional cooperação para o desenvolvimento: o assistencialismo e a burocratização. Por conseguinte, o documento além de descrever os eixos que definirão a relação entre ambas as regiões, define os “temas de atividade” para o período 2002-2006 de cinco anos. Deste modo o documento contém 4 prioridades explícitas e um tema adicional.

Estes “temas de atividade” têm como característica denominadora, possuir uma estrutura semelhante:

- Contexto (ou justificação da prioridade)
- Objetivo (objetivo geral e específico)
- Atividades (enumeração de ações previstas)
- Resultados previstos (resultados desejáveis)

- Condição (*conditios* para a execução; implicação inter-regional)
- Indicadores de resultados (parâmetros de avaliação)
- Financiamento (ver o calendário indicativo previsto)

Passamos a analisar os mais significantes detalhes nestas "cinco ações" de acordo com a importância concedida aos diferentes capítulos de sua estrutura:

PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL 2002-2006

Prioridade 1: Reforço à colaboração entre as redes da sociedade civil

Contexto

A execução dos programas AL-INVEST, URB-AL e ALFA²⁷⁷ foi um sucesso em diferentes níveis: crescimento dos investimentos e do comércio entre as regiões, transferência do conhecimento técnico entre os gerentes empresariais e os círculos académicos, estabelecimento de relações duráveis, etc. Estas ações beneficiaram ambos os sócios e resultados semelhantes são esperados de @ lis.

Atividades

- Criação de bolsas de estudos de mobilidade de alto nível.
- Fomento às redes temáticas de formação no âmbito cultural, como também aos estudos de pós-graduação em integração regional.

Prioridade 2: Redução das desigualdades sociais: definição de ações seletivas dirigidas aos grupos desfavorecidos.

Contexto

277 ALFA: Programa de cooperação entre universidades e centros de formação que conta com a participação de mais de 1100 universidades desde sua criação em 1994. AL-INVEST: Programa de cooperação que propicia o estabelecimento de contatos entre as empresas da UE e da América Latina e a ajuda para criar associações com o propósito de fomentar as trocas comerciais e os investimentos. Ao término de 2001, tinham sido organizados 179 encontros, participando 300 Câmara de comércio e associações profissionais e 22 000 pequenas e médias empresas de ambas as regiões. É considerado que o fluxo resultante comercial aumentou a 230 milhões de euros (período 1996 - 2000). URB-AL: Programa de cooperação entre entidades locais em aspectos urbanos. Participam mais de 700 municipalidades de Europa e América Latina . @LIS: Aliança para a sociedade da informação, é um programa de cooperação com América Latina que pretende promover a sociedade da informação e lutar contra as desigualdades para o uso das tecnologias da informação (a diferença digital) na América Latina. Adotado por decisão da COMISSÃO EUROPEIA em 6 de dezembro de 2001, @LIS têm um orçamento de 85 milhões de euros, dos quais a Comunidade Europeia financiará 63,5 milhões de euros (quer dizer 75%). Fonte : "Europa" portal ou site da União Europeia .Setembro 2002 http://europa.eu.int/comm/world/lac/frio_es.htm

...ambas as regiões lançam uma iniciativa social... Nos modelos administrativos dos países de ambas as regiões existe uma experiência que se pode compartilhar com o objetivo de o enriquecimento mútuo.

Processo / Sócios (A presença de sócios é a novidade desta prioridade)

O programa será coordenado com as ações dos outros doadores, e especialmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Prioridade 3: Reforço de prevenção e preparação frente às catástrofes naturais e garantia de uma aplicação rápida de ações de reabilitação e reconstrução

Atividades

Criação de mecanismos para facilitar a contribuição rápida de fundos comunitários para a reabilitação e a reconstrução dos países de América Latina afetados por catástrofes naturais.

Prioridade 4: Ação complementar: observatório das relações entre a União Européia e América Latina

As atividades se concentrarão dentro:

- Da aplicação do programa de relações entre União Européia e América Latina (reuniões entre as instituições de integração regional de ambas as regiões) e do programa multilateral.

- Do estudo dos temas relacionados com as prioridades do processo de Rio e dos respectivos programas sub-regionais (MERCOSUL, Comunidade Andina, América Central e Caribe).

(Estas atividades dão uma idéia bastante clara de qual é o foco diferenciado de tratamento da UE com respeito à América Latina e Caribe)

Execução

Um organismo coordenador constituirá uma base de conhecimento prático a partir das instituições especializadas nas relações entre ambas as regiões, com uma visão para: divulgar a informação sobre as relações entre a União Européia e América Latina; Apoiar a formulação de diretrizes políticas e prioridades (uma implicação acadêmica de ambas as partes é buscada no processo de integração); Ação adicional de interesse setorial: Rede de administrações encarregadas da administração sustentável da energia.

Contexto / justificação

Os sistemas de energia latino-americanos não são suficientemente efetivos, porque o crescimento da demanda de energia supera ao PIB (por exemplo, entre 1987 e

1999 o consumo aumentou 33% e o PIB 30%). Um terço da população não é conectada à rede elétrica.

Em face desta realidade, as administrações e instituições responsáveis da energia apresentam uma necessidade de conhecimento especializados no âmbito da administração sustentável da energia e se constituíram em rede para aplicar estratégias combinadas (OLADE)²⁷⁸.

Objetivo específico

Apoiar a aquisição de conhecimento especializado pelas administrações da região e o reforço das suas atividades em rede, apoiar a criação de políticas de energia adaptadas, tanto do ponto de vista do meio ambiente como da integração regional e sub-regional.

<i>Calendário indicativo da programação regional 2002 - 2006 (milhões de euros)</i>					
Prioridades / percentagem	2002	2003	2004	2005- 2006	TOTAL 2002/2006
Prioridade 1: Redes					
ALFA II	17			10	27
ALFA + e bolsas de estudos de alto nível	45			43	88
AL-INVEST	10		30		40
ATLAS	6				6
subtotal:	78		30	53	161
Prioridades 2 e 3:					
Iniciativa social		30			30
Prevenção de catástrofes			20	20	40
Prioridade 4: Observatório de relações entre a UE e América Latina e Caribe		1,5			1,5
Âmbito adicional: Gestão sustentável da energia				20	20
TOTAL	78	31,5	50	93	252,5 ²⁷⁹

278 Organização Inter-governamental integrada por 26 países de América Latina e Caribe. Foi criada em 2 de novembro de 1973 com a subscrição do Convênio de Lima.

279 Soma a contribuição do Grupo Consultivo em Pesquisa Internacional Agrícola (ao redor 6 de milhões euros por ano,) . O Grupo Consultivo em Pesquisa Internacional Agrícola foi fundado em 1971 com o apoio do BIRD, FAO e UNDP. Atualmente é composto por 58 membros (composição heterogênea de Governos, Bancos, Fundações e outras

A valorização deste documento estratégico tem desapontando amplamente em relação às ações empreendidas até o momento: as iniciativas apresentadas pela Comissão Europeia na Cúpula de Madrid foram limitadas ao lançamento das Bolsas de estudos ‘Alban’ de alto nível para estudos de terceiro grau, com um orçamento de 80 milhões de €. É óbvio dizer que as prioridades deveriam ser centradas na educação básica e secundária; não tanto no nível universitário. Neste sentido, se a escolha fosse entre a cooperação ao desenvolvimento universitário e a cooperação universitária para o desenvolvimento, seria necessário fundamental a focalização nesta última.

Por outro lado, o Programa ‘@ lis’ (Aliança para a Sociedade da Informação), dotado com 63’5 milhões de €, segundo seu próprio posicionamento (uma convocação aberta para a qual nem todo o mundo está preparado) é improvável que reduza a brecha digital que os mais pobres devem superar para acessar à informação e ainda menos para poder reivindicar alguns dos benefícios gerados. A informação é um bem que é necessário distribuir a favor dos interesses coletivos mais amplos.

Por fim, a ‘Iniciativa Social’, guiada para enfrentar a desigualdade extrema na distribuição da renda, é insuficiente pela sua escassa dotação econômica, 30 milhões de €, e pela sua orientação: a elaboração de estudos e censos para conhecer o problema da pobreza na América Latina.

Em minha opinião, a Comissão Europeia levou a cabo um documento que agiu como precedente fundamental para uma seguinte programação plurianual (2007-2013)²⁸⁰, que seria fundamental para o futuro da Associação sempre que fosse considerado como um *strategic paper*, no contexto de uma definitiva Estratégia Comum para a América Latina. O documento traça um perfil visível de cooperação da UE (diferenciado daqueles dos Estados sócios considerados individualmente), que se concentra em algumas áreas onde a cooperação tradicional bilateral não pôde alcançar muito e, em troca, a UE tem suas próprias vantagens comparativas. O documento, em minha opinião e de acordo com o designo das prioridades especificadas, deveria ser redeclarado no âmbito orçamentário para poder implementar algumas ações coerentes e extensas com resultados sensíveis - talvez por isso o orçamento foi duplicado

Organizações Internacionais), contando com 16 centros espalhados em todo o mundo. Sua missão é contribuir à segurança nutritiva e a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. Fonte: Documento Estratégico da COMISSÃO EUROPEIA

280 Ver anexo 5.

conseqüentemente, para a Programação seguinte -. Quer dizer, o documento tinha que ter passado das prioridades pela ação para um real plano de ação em cooperação, um déficit urgente que deveria já estar resolvido, uma vez que ele tinha pressuposto um impulso político para as agendas compartilhadas das Cúpulas sucessivas.

3.6 III Cúpula UE-América Latina e Caribe (México 2004).

Para entender o contexto do ano 2004, fazemos menção que por parte da Europa, esta foi uma data fundamental que influenciou todas as propostas de renovação dentro do âmbito da União Européia. Uma data que segundo o calendário esboçado pela *Declaração de Laeken*, foi sublinhada como prazo desejável para a criação de uma Constituição da UE e para reforma de políticas como a PAC (obstáculo principal no processo negociador UE-MERCOSUL).

A este fato unimos outros fatos até mesmo mais importantes neste ano, quando se efetuaram as primeiras incorporações na EU de países candidatos (excluindo a Bulgária, Romênia e Turquia).

Para o continente americano, o ano de 2004, representou o ano imediatamente prévio para a suposta entrada em operação da ALCA, com as últimas negociações moldadas sob a presidência americana e brasileira. A Cúpula de Guadalajara aconteceu em um clima econômico mais favorável que o da Cúpula de Madrid em 2002, ano no qual a América Latina acabou registrando um crescimento negativo (-0,4%)²⁸¹.

A UE não devia perder de vista que o grande desafio da América Latina e Caribe estava centrado em achar alternativas a um modelo excluyente e hegemônico de integração com os Estados Unidos. Estávamos falando de uma data que deveria ser referência para o estabelecimento do instrumento jurídico necessário para a aproximação entre MERCOSUL e a CEE (personalidade jurídica da UE com validade completa em relações externas), como ano-meta em função das negociações da III Cúpula da UE-América Latina e Caribe que aconteceram em chão mexicano.

281 Administrando os dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no seu relatório anual como órgão da ONU: no ano 2003, a América Latina experimentou um crescimento de 1,5% e um incremento das exportações de 8%, a inflação tinha passado de 12,2% registrado em 2002 para 8,5% e, pela primeira vez em 50 anos, a balança de conta corrente do grupo de América Latina teve um superávit (0,4% do PIB).

Foi com este propósito que a Comissão Europeia²⁸² lançou uma comunicação dirigida ao Parlamento Europeu e ao Conselho, no contexto das relações entre uma União Europeia ampliada e uma América Latina no meio dos processos de negociação da ALCA, marcando os principais objetivos europeus com vistas na Terceira Cúpula:

A Comissão propôs que os Chefes de Estado e de Governo adotassem decisões concretas dirigidas a dois aspectos de importância mútua para as duas regiões:

Coesão social:

- Encorajar aos países de América Latina para adotarem políticas sólidas e eficientes, nas áreas de governança democrática, assuntos sociais, finanças públicas e política fiscal, com o objetivo de aumentar a coesão social por meio de uma redução da pobreza, das desigualdades e da marginalização.

- Incitar à comunidade internacional, incluídas as instituições internacionais financeiras, para apoiarem essas medidas de coesão social.

- Intensificar a cooperação entre a União Europeia e América Latina no âmbito da coesão social.

- Adotar as propostas do grupo de trabalho sobre coesão social, criado pela Comissão e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento depois do Seminário sobre coesão social que aconteceu em junho de 2003 em Bruxelas, com uma visão para elaborar um calendário da coesão social baseado em diretrizes claras.

Integração regional:

- Ratificar os sinais positivos transmitidos, em princípio, pela Declaração de Madri com relação ao processo de integração de América Central e da Comunidade Andina, e contribuir para criar as condições necessárias para a abertura de negociações de Acordos de Associação; áreas incluídas de livre-comércio que estavam baseadas nos resultados do Programa de Doha para o Desenvolvimento.

- Impulsionar os avanços no programa de trabalho para negociação de um Acordo de associação entre a UE e MERCOSUL, acordado durante a última reunião ministerial UE-MERCOSUL dedicada às negociações comerciais em 12 de novembro de 2003. Nas circunstâncias apropriadas, isto teria permitido finalizar as negociações antes de outubro do ano 2004.

282 COMISSÃO EUROPEIA. Bruxelas, 7.4.2004. COM(2004) 220 final. Ver conteúdo em http://ec.europa.eu/world/lac-guadal/docs/com2004_220_es.pdf

Declaração de Guadalajara:

Analisando o contexto que cercou a reunião dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia, acontecida em Guadalajara, México, durante os dias de 28 e 29 de maio de 2004, em primeiro lugar podemos realçar, a presença dos dez novos Estados sócios da União Européia.

Dez países novos que no futuro, poderão suportar uma contribuição importante ao fortalecimento de uma associação futurível que incluiria mais que uma quarta parte das nações do mundo.

A vontade que guiou as conversações entre ambas as partes foi o compromisso com a consolidação da associação estratégica birregional conforme acordo no Ríó de Janeiro em 1999.

Entrando em uma análise da própria Declaração, em assuntos de interesse birregional, as questões sociais são consideradas dentro das prioridades da cooperação birregional. Naquele contexto, se lança a adoção do programa EUROsociAL²⁸³; iniciativa cujo objetivo é promover as trocas de experiências, conhecimentos especializados e boas práticas no campo social entre as duas regiões (em particular nos setores educacionais e de saúde, considerados fundamentais para aumentar a coesão social).

Uma menção otimista é feita com respeito à assinatura dos Acordos de Diálogo Político e Cooperação entre a União Européia e as regiões de América Central e a Comunidade Andina que teve lugar no 15 de dezembro de 2003, em Roma.

Ambas as regiões têm noção do contexto desfavorável das negociações de Doha, em relação ao esforço para garantir benefícios a ambas as partes, tal como o impedimento principal para alcançar realizações efetivas.

"53.<...> Não limitaremos esforços para assegurar que a Rodada de Doha avance o máximo possível em 2004 para a sua conclusão rápida".

Um obstáculo que estende sua influência ao Acordo de Associação Inter-regional entre MERCOSUL e União Européia. Durante a reunião, os representantes de ambas as regiões aceleram o curso das negociações para concluir nas datas inicialmente previstas:

283 Para conhecer os detalhes do programa, visitar a página da COMISSÃO EUROPEIA http://ec.europa.eu/europeaid/projects/amlat/eurosocial_es.htm

"54. <...> que nossos negociadores intensifiquem os seus trabalhos de forma que o resultado seja alcançado na data proposta de outubro de 2004".

Como objetivo comum, eles reconhecem a importância das negociações do Acordo de Associação Econômica (AAE) entre os países do Caribe e a União Européia e o lançamento dessas negociações no quadro do Acordo de Cotonou. Para isto, uma entidade regional é considerada como fundamental, a Associação de Estados de Caribe (AEC); uma organização através da qual pode ser aprofundada e consolidada a cooperação entre a União Européia e a Área do Grande Caribe.

Apenas reconhecem um significado financeiro nos grandes projetos de infraestrutura física de América Latina: o Plano Puebla-Panamá e a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana.

O avanço alcançado é sublinhado na definição de uma estratégia birregional de cooperação. É por isso que se faz menção à criação do mecanismo para a apresentação e difusão de projetos birregionais, que foi apresentado na Costa Rica em março de 2004; e expressa o compromisso com sua total instrumentação antes da Cúpula seguinte em Viena (IV Cúpula de América Latina e o Caribe-UE nos dias 12 e 13 de maio de 2006).

Em relação aos instrumentos efetivos de cooperação birregional, o espaço educacional sai reforçado da Cúpula, continuando o apoio aos programas principais e projetos de cooperação nesta área nos pontos seguintes:

- 1) o reforço dos programas AL-Invest, @Lis; URB-AL, ALFA, AlBan,
- 2) a extensão do Plano de Ação 2002-2004 até o ano de 2008, com o objetivo de construir um Espaço comum de Educação Superior entre a América Latina e Caribe-União Européia.
- 3) a participação de instituições de educação superior e investigação das duas regiões no Programa Erasmus Mundus²⁸⁴.

Uma avaliação inicial da Declaração de Guadalajara tem que estar baseada na prática de uma leitura significativa da mesma. Seguindo a mesma, observamos uma enumeração de declarações em prol dos valores universais, da coesão social e da defesa do multilateralismo. Esta verificação, somada a sua brevidade, nos leva avalia-la em sua finalidade como uma Declaração com falta de conteúdo prático.

²⁸⁴ Erasmus Mundus é um programa de cooperação e mobilidade no âmbito do ensino universitário proposto pela União Européia, por meio do apoio para o intercâmbio de alunos de pósgraduação e bolsas de estudos nacionais de terceiros países. Ver detalhes do programa na página da COMISSÃO EUROPEIA: http://ec.europa.eu/education/programmes/mundus/index_es.html

UE-COMUNIDADE ANDINA

Posteriormente em Guadalajara, se reuniu a "tróica" da União Européia com os chefes estatais e de governo da Comunidade Andina. Destas negociações, foi emitido uma breve declaração Oficial de grupo, que lançou a seguinte conclusão principal:

Ambos os grupos, acolheram favoravelmente à assinatura dos Acordos de Diálogo Político e Cooperação entre a União Européia e a Comunidade Andina levado a cabo no 15 de dezembro 2003 em Roma. Um acordo que estabeleceu a criação de uma Comissão Mista com o propósito de dar continuidade aos diálogos entre ambas as entidades regionais.

Tendo em vista as realizações alcançadas até aquele momento e baseando-se neste Acordo, os mandatários resgataram uma das iniciativas que foi concluída na Declaração de Madri com relação às negociações de um Acordo de Associação que inclui um Tratado de Livre Comércio (TLC). Esta iniciativa, além de favorecer um novo impulso ao fortalecimento do processo andino de integração regional econômica, se constituiria a partir de então, em um objetivo estratégico localizado no quadro do Acordo para ambos os grupos. Literalmente:

2.<...> Este Acordo de Associação é nosso objetivo comum estratégico.

UE-CARIFORUM

Aquele mesmo dia em Guadalajara, significou também uma reunião da "tróica" de União Européia com os chefes estatais e de governo do Foro de Caribe (CARIFORUM). Relativo a estas negociações, eles emitiram igualmente outra sumária declaração Oficial do Grupo do encontro que apenas lançou uma conclusão principal:

Ambos os grupos de representantes realçaram a importância de poder atingir um Acordo de Associação Econômica entre União Européia e CARIFORUM, cuja negociação começou em Kingston (Jamaica) no 16 de abril de 2004. Um Acordo que deveria se constituir como um instrumento efetivo personalizado às características dos países de CARIFORUM.

3.7 Relações União Européia e América Latina-Caribe durante 2005.

Em um contexto global, o cenário que nos ofereceu o ano 2005 apresentou uma agenda internacional concentrada nos conflitos do Oriente Médio e derivados da

democratização do Iraque e Afeganistão. Em paralelo, no ambiente regional, o ambiente latino-americano destacou-se pela infeliz situação do Haiti, que conduziu os governos da região para uma encruzilhada relativa à intervenção, como também pelo aparecimento de novas demandas sociais expressadas pela emergência indigenista na região andina. Do foco europeu, as prioridades da União Européia foram definidas passando por uma necessária reestruturação normativa interna, derivada da integração efetiva dos 10 novos sócios.

Através de uma onda crescente de governos com programas mais ou menos marcados por interesses de esquerda, a América Latina fez um esforço respondendo a essas grandes demandas sociais trazidas de décadas prévias, com o desafio somado de se libertar da espiral da crise econômica e política que continuamente afeta à região, com exceção de casos concretos tais como Chile. Não obstante, as sociedades civis latino-americanas parecem ter cada vez mais voz nas decisões, embora os sistemas de partidos permaneçam até mesmo mais fracos. Simultaneamente, os diferentes processos de integração estão em um estágio intermediário e marcados pelas seguintes condições: 1) um período incerto de *impasse* derivado do fracasso do processo de estabelecimento da ALCA; 2) a tentação individual para uma aposta de alinhamento com a estratégia bilateral de acordos preferenciais apresentada pelos EUA.; 3) as incertezas de uma nova Comunidade Sul-americana de Nações, como também, 4) as divisões na América do Sul frente aos diferentes modos propostos de alinhamento e ante a tendência crescente de instrumentalização de 2 tipos de discursos, progressista *versus* populista.

Do outro lado do Atlântico, a UE enfrenta um contexto de cultivo do unilateralismo, com uma divisão interna originada pela intenção falida de ratificação de uma ambiciosa Constituição européia. Uma Comunidade de governos sensivelmente ampliada que tenta dar resposta aos desafios de: 1) Criar uma imagem consistente ante os seus cidadãos; 2) Reforçar a sua estrutura interna diante das assimetrias esboçadas dos novos sócios declarados; 3) Consolidar o seu papel como um ator importante na sociedade internacional, ajudando a reativar um contexto multilateral.

Por outro lado, quando falamos de dois atores em uma perspectiva de blocos, sempre é útil ter presente a percepção recíproca de cada uma das partes, com respeito à valorização que fazem do estado das suas relações combinadas.

Adotando como fonte²⁸⁵ um Relatório financiado pela Comissão Europeia do final de 2005, a análise de respostas obtidas mostra - em uma série de 250 entrevistas para pessoas envolvidas nas relações euro-latino-americanas nas duas regiões como também nos Estados Unidos -; que a percepção dominante dos interlocutores de ambas as regiões é caracterizada pela existência de uma certa apatia no modelo atual, começando com as Cúpulas, e fundamentalmente em relação às diversas reuniões ministeriais (UE-grupo do Rio, UE-MERCOSUL, UE-Chile, Diálogo de San José), as conferências interparlamentares e o diálogo com organizações da sociedade civil e outros atores não governamentais. Em resumo, são percebidas algumas posições críticas no sentido que existe mais retórica que conteúdo; que os acordos alcançados não têm um acompanhamento apropriado; e que em alguns casos são sobrepostos (quando eles não são mesmo duplicados) nos quadros de diálogo, e em outros quadros que nem mesmo existam.

Para este esgotamento dos interlocutores, é necessário somar uma terceira variável representada pela entrada dos países de Europa Central e Oriental (República Tcheca, Eslováquia, Estônia, Chipre, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Eslovênia); em uma amplificação histórica de um total de 10 países na União Europeia. O fato de incorporar este número de países, já em si mesmo, impede as negociações. Mais ainda, se nos lembramos da: 1) a inexperience destes 10 sócios novos, com respeito às dinâmicas de relação inter-regional já em marcha uma década atrás; 2) a ignorância que existe por parte dos países incorporados da realidade latino-americana e; 3) de um modo recíproco, o desafio que representa para as diplomacias latino-americanas o conhecimento destes países; poderemos ter a ideia de um impedimento que supõe a recuperação do processo baseado em uma compreensão mútua²⁸⁶.

Neste sentido não é uma coincidência que pela primeira vez tivesse sido escolhida como sede da IV Cúpula da UE-América latina e Caribe (ALeC) no 2006, um país externo ao contexto ibero-americano, sendo a cidade de Viena escolhida, tanto pela sua situação geográfica, como pela sua tradição diplomática no diálogo leste-oeste.

285 Ver na página da COMISSÃO EUROPEIA o estudo coordenado por Christian Freres y José Antonio Sanahuja (2005) *Perspectivas de las Relaciones Unión Europea-América Latina. Hacia una Nueva Estrategia*. Universidad Complutense de Madrid. http://ec.europa.eu/comm/external_relations/la/doc/project_i2_es_2004.pdf

286 Por exemplo, um estudo do *Eurobarómetro* em torno das atitudes dos cidadãos europeus sobre cooperação para o desenvolvimento descobriu que aqueles que menos apoiaram a ideia que a UE deveria contribuir ao desenvolvimento latino-americano são cidadãos dos Estados Sócios novos (ver: *Attitudes towards Development Aid* (Fevereiro 2005): http://www.europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/ebs/ebs_222_en.pdf).

Após este esboço conjuntural como introdução, resulta mais fácil a compreensão dos difíceis desafios colocados pelo contexto do ano, tanto nos cenários internos, como no global. Um quadro que é necessário ter presente ao analisar o ponto de situação nas dinâmicas de negociações euro-latino-americanas nesta fase.

Passemos para analisar as relações entre ambas as regiões, tentando oferecer um equilíbrio das cronologias mais importantes durante o 2005, assim como uma análise dos resultados adquiridos. Nesta linha, podemos organizar a análise de acordo com os critérios que se estabeleceram na estratégia de associação birregional aprovada nas conclusões do Conselho de Corfu e de Essen durante o ano 1994 e, em particular, com o Documento Básico nas relações da UE com ALc, de 31 de outubro de 1994, que guiou o estabelecimento do complexo cenário da rede de relações birregionais.

Panorama das relações económicas

Na área da atuação económica é importante apresentar uma visão panorâmica por meio de dados e cifras estatísticas. Em condições gerais, a UE é o primeiro investidor na ALc, o primeiro provedor de fundos na região, como também o primeiro sócio comercial de muitos países, e de um modo mais particular, do MERCOSUL.

Além de ser um importante sócio comercial, a UE é o principal doador²⁸⁷ para a América Latina - especificando que a região está atrás apenas da África e Meio Oriente nas prioridades das Políticas de Ajuda da Comissão -, uma região que recebeu em 2004 um montante de 3.021 milhões de dólares no conceito de ajuda para o desenvolvimento, tendo em conta tanto a parte da Comissão Europeia como o montante dos 25 sócios do bloco.

Nicarágua (778 milhões de dólares), Bolívia (370 milhões), Honduras (220 milhões), Peru (171 milhões) e Brasil (154 milhões) encabeçam a lista de países latino-americanos que receberam mais dinheiro europeu naquele conceito durante o 2004.

Porém, a percepção latino-americana para a União Europeia como região influente nesta área de desempenho, falta de uma atenção devida em comparação à importância que é dada à variável norte-americana. Isto é refletido na orientação de

287 Dados até 2004 segundo aparecem no *Atlas 2006 de Doadores da UE*. Ver no site da COMISSÃO EUROPEIA: http://ec.europa.eu/comm/development/index_en.htm

certos reportes anuais de opinião como o representado pelo *Latinobarómetro*²⁸⁸. De acordo com este estudo, tem aumentado a percepção latino-americana de que a UE é quem mais dá ajuda ao desenvolvimento, passando de 10% em 1995 para 16% nos 2005, embora muito abaixo da percepção com respeito aos Estados Unidos naquele mesmo período.

No setor das relações comerciais e segundo cifras europeias²⁸⁹, a balança comercial entre ambas as regiões foi claramente favorável para a América Latina durante esse ano. No 2005, ALeC exportou para a UE um valor de 63 mil 969 milhões de euros (do qual a grande maioria é Petróleo, produtos agrícolas, ferro e aço) e importou dela um valor de 54 mil 375 milhões (principalmente veículos, geradores elétricos, ferro, aço e produtos farmacêuticos). Para termos uma idéia, a conversão aproximada seria ao redor aproximadamente 81 e 68 trilhões dólares, respectivamente.

O comércio entre a UE e ALeC alcançou em 2005 o montante de 118 mil 300 milhões de euros (aproximadamente 149 trilhões dólares), o que representa um aumento de 13% com respeito a 2004.

As últimas figuras europeias mostram um aumento importante do comércio bilateral em 2005, impulsionado pelo crescimento das trocas com o Brasil (10.6%), México (19.1%), Chile (13.2%), os três primeiros exportadores entre os países latino-americanos - Chile que tomou o lugar na classificação tradicional de Argentina -, e de maneira percentual, Venezuela (46.9%) que aumentou as suas exportações (Petróleo) para a UE em 73.3%.

O Diálogo especializado. Aspirações andinas e Centro- Americanas

Os países andinos e Centro- americanos, com apoio de alguns Estados Sócios, rejeitaram o padrão de "duas velocidades" sugerido nas estratégias europeias de 1994, uma forma de cooperação que só lhes permitia lançar acordos "de terceira geração".

Por isso eles exerceram um intenso trabalho diplomático para acender a "verdadeiros" acordos de associação, considerando que os acordos registrados em 2003 entre a UE e ambos os grupos não responderam a suas expectativas. Estas aspirações

288 *Latinobarómetro* é uma pesquisa anual de opinião pública levada a cabo em 18 países de América Latina pela Corporação Latinobarómetro. Ver <http://www.latinobarometro.org/>

289 Dados do escritório estatístico europeu *Eurostat* (<http://ec.europa.eu/comm/eurostat/>) e do Banco Central Europeu (<http://www.ecb.int/stats/html/index.en.html>). Ver anexo 4 com dados de *Eurostat*.

não são compartilhadas completamente por parte da UE, já que a postura das outras 2 partes, não terminou na sua interpretação como uma opção aconselhável (e sim outras fórmulas como o SPG-plus).

CENTRO-AMÉRICA e UE:

No dia 19 de Janeiro de 2005, foi realizada em Bruxelas a décima terceira reunião do Comitê Misto da América central e UE –acontecido na quadro do Acordo de Cooperação entre ambas as partes, assinado em 1993 -. Tal como no caso da Comunidade Andina de Nações, foi lançado um processo de avaliação da integração regional na América Central; estabelecendo neste respeito um Grupo Misto de Trabalho “Ad hoc” que trabalhou em um par de reuniões durante o 2005 e, entre outros temas, foi analisado o impacto do SGP+ ²⁹⁰, como também foi apresentada a operação do novo Sistema Geral de Preferências (SGP) que entraria em validade a partir de 1 de janeiro de 2006. No quadro da XXI reunião ministerial do diálogo de San José acontecida em 26 de maio de 2005 em Luxemburgo, os ministros centro-americano reiteraram a sua aspiração em adotar uma decisão para começar as negociações de um Acordo de associação entre a América Central e a União Européia, na próxima cúpula de Chefes de Estado e Governo da América Latina e UE de Viena, em maio de 2006.

COMUNIDADE ANDINA-UE:

No dia 21 de Janeiro de 2005, foi levada a cabo em Bruxelas, a oitava reunião do Comitê Misto UE-CAN –acontecida na quadro do Acordo de Cooperação entre ambas as partes -. Nela foi lembrado do lançamento oficial de um processo conjunto - ou misto – com o objetivo de avaliar o grau de integração econômica da região andina, com uma visão para abrir negociações de livre-comércio mais tarde. É uma das duas condições previstas na Declaração de Guadalajara. A outra recorre à conclusão da Rodada de Doha. Durante a avaliação o Grupo Misto de Trabalho *Ad-Hoc* se reuniu três vezes ao longo do ano com vistas para estabelecer as recomendações para a negociação de um acordo de Associação entre a CAN e a UE.

No tema comercial durante o 2005, a relação comercial entre as duas regiões foi caracterizada por um superávit para a região andina, a CAN exportou à UE bens pelo

290 Para ver mais informação deste Sistema, consultar <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r11015.htm>

valor de 10.200 milhões dólares e importou do mesmo lugar um total de 9.000 milhões, de acordo com estatísticas do próprio bloco andino.

MERCOSUL-UE:

Diante da situação de *impasse* herdada do ano prévio, a comissária europeia de Relações Externas, a austríaca Benita Ferrero-Waldner, expressou no começo do ano sua disposição de trabalhar para alcançar avanços nas "difíceis negociações" de associação e liberalização de comércio que a UE e MERCOSUL mantêm. "Nós tentaremos desbloquear as difíceis negociações com MERCOSUL", ela afirmou²⁹¹, em um aparecimento ante a Comissão Externa do Parlamento Europeu em 25 de janeiro de 2005.

A reunião plenária do Foro empresarial MERCOSUL-União Européia (MEBF)²⁹² que aconteceu em Luxemburgo, nos dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2005, constituiu em uma oportunidade para que os empresários de ambas as regiões expressasse as suas opiniões favoráveis sobre a necessidade de se relançar as negociações com uma visão para criar a maior área de livre-comércio do mundo. No dia 21 de março de 2005 aconteceu outro sinal de esperança, com a recuperação das conversações em Bruxelas.

Uma reunião aconteceu dois meses depois em Luxemburgo, no 26 de maio. O resultado da mesma é expressada em uma declaração oficial²⁹³ conjunta na qual é lançada uma conclusão das negociações na Ronda de Doha. Este documento representa um sinal claro do desencontro que separam a ambas as partes - neste caso através das suas representações ministeriais -, e que vêm sofrendo desde outubro de 2004 em Lisboa.

Imediatamente depois do fiasco, o ministro de Economia e Finanças de Uruguai Danilo Astori²⁹⁴ assegurou em Asunción que o governo dele, na presidência do MERCOSUL durante o segundo semestre, teria como uma das prioridades do calendário a formalização dos acordos com a União Européia.

291 Ver artigo em <http://www.prochile.cl/noticias/noticia.php?sec=4836>

292 Para conhecer mais detalhes deste Foro ler *Recomendaciones para un Acuerdo de Libre Comercio*, MEBF-Fundación Konrad Adenauer, Brasil, Río de Janeiro 2004.

293 Documento da COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 9426/05 (Presse 127).

294 Ver artigo em <http://www.prochile.cl/noticias/noticia.php?sec=5178>

A declaração Oficial Conjunta da Reunião Ministerial MERCOSUL-União Européia de Bruxelas em 2 de setembro de 2005, não colocou qualquer mudança de atitude para algumas das duas partes. Para o futuro destas negociações, no dia-a-dia, é bastante difícil prever como eles evoluirão nem quando concluirão a dinâmica política de bons desejos e desentendimentos técnicos que levam a cristalizar este sonhado acordo de associação inter-regional. Uma incerteza que se vê reforçada pelo último cancelamento no quadro da Cúpula de Viena em maio de 2006 na Cúpula simultânea UE / MERCOSUL ambos os processos de integração tinham previsto acontecer. A renovação das negociações entre a UE e MERCOSUL, aconteceria a custa fundamentalmente de três fatores concomitantes: A) do sucesso da Rodada de Doha no quadro multilateral da Organização Mundial de Comércio; B) que a despesa agrícola diminua nas perspectivas financeiras 2007-2013 dentro da UE, enquanto aumenta a margem de negociação da UE tanto no quadro multilateral como subregional; C) que no Mercosul deixem de incidir os efeitos negativos das disputas comerciais entre a Argentina e Brasil, como também que tenha lugar uma reativação das prioridades por parte deste último país²⁹⁵.

Um dia anterior ao encontro entre o Grupo de Rio e a UE, no dia 26 de maio de 2005, aconteceu em Luxemburgo o II Conselho de Associação entre o Chile e a UE e a IV Reunião do Conselho Combinado entre o México e a UE.

CHILE-UE:

No primeiro caso se fez uma avaliação altamente positiva do Acordo de Associação efetiva bilateral de fevereiro do ano 2002 e que em janeiro do 2005 foi estendido aos novos sócios da UE, por meio de um protocolo adicional. Também serviu para que os Ministros lá juntados reconhecessem a validade do mesmo como instrumento de grande impulso para as relações políticas, de cooperação e de comércio entre ambas as Partes. Um exemplo disto é a participação de Chile – o único país latino-americano junto a Argentina -, na Operação ALTHEA que a UE leva a cabo na Bósnia-Herzegovina, dando boa amostra da importância da cooperação bilateral.

MÉXICO-UE:

295 Ver a este respeito: AYLLÓN, Bruno. ““Querer y no poder”: las relaciones de Brasil con la Unión Europea durante el gobierno Lula”. *Carta Internacional* Vol. 1, No. 1, Março de 2006. <http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=57>

No segundo caso, com o objetivo de aprofundar de um modo geral as relações bilaterais entre UE-México, a Comissão Europeia apresentou um foco renovado para o México, na base de um equilíbrio desses progressos já alcançados no contexto do Acordo global que rege entre as Partes (incluindo as adaptações para o Tratado de Livre-Comércio derivadas da amplificação da União Europeia). Um foco novo que tem por objetivos definir e adotar modalidades de cooperação reforçadas em assuntos de agricultura, investimentos e serviços; com uma ênfase especial na necessidade de uma institucionalização do diálogo com a sociedade civil.

O diálogo Birregional. Grandes palavras e poucas realizações.

O Grupo de Rio representa aos olhos da UE um dos mecanismos subregionais da América Latina mais estruturados e, por isso, é considerado diplomaticamente como um interlocutor válido e de grande tradição nas relações birregionais .

A XII Reunião do Grupo de Rio-UE, aconteceu no 27 de maio de 2005 em Luxemburgo, sob a co-presidência argentina por parte do Grupo de Rio e Luxemburgo por parte do Conselho da União Europeia.

Na declaração resultante²⁹⁶ – com grandes propósitos mesmo ao estilo da tradição diplomática deste Foro birregional-, pode-se destacar aqueles debates que foram centrados no futuro das relações entre o Grupo de Rio e a União Europeia, a integração e a cooperação regional (mencionando a Comunidade Sul-Americana de Nações como um instrumento destinado para fomentar a coordenação política e a integração econômica, social e cultural que legitimará o reconhecimento dos interesses regionais nos foros internacionais), e em particular com a cooperação internacional com o Haiti. Com respeito a este último, manifestaram a sua satisfação pelos esforços que estão sendo levados a cabo na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), na qual estão participando vários países de ambas as regiões, interpretando-se como uma amostra efetiva do multilateralismo.

Em relação aos mencionados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é necessário felicitar a decisão da UE no Conselho de 24 de maio de 2005, quando a UE concordou como novo objetivo coletivo dedicar 0,56% do PIB em assistência oficial para o desenvolvimento em 2010. Isto suporá um aumento da assistência oficial para o

296 CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 9486/05 (Presse 130)

desenvolvimento de 20.000 milhões de euros por ano. Um aumento importante embora distante do 0,7%, comprometido no Consenso de Monterrey de 2002.

A XV Cúpula Ibero-americana de nações. O papel da SEGIB

A XV Cúpula em Salamanca, Espanha, durante os dias 14 e 15 de outubro de 2005, foi caracterizada pela participação, pela primeira vez na sua história, do secretário geral da ONU - Kofi Annan -, neste tipo de Cúpulas. Embora diplomaticamente tenha sido um sucesso, não pôde congrega todos os presidentes dos 19 estados americanos. No último momento, Fidel Castro não compareceu, engrossando a lista de ausências Equador e outros três países centro-americanos.

A realização principal da *Declaração de Salamanca*²⁹⁷, foi a colocação em marcha da Secretaria Geral Ibero-americano (SEGIB), como órgão permanente de apoio para a institucionalização da Conferência Ibero-americana. Uma Secretaria que sob a administração de D. Enrique V. Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e político de grande figura em ambas as regiões, foi marcada desde o seu começo com a difícil tarefa de projetar a Comunidade Ibero-americana de Nações internacionalmente. Neste sentido foi proposta a sua colaboração na preparação da Cúpula União Européia-América Latina e Caribe do 2006. É em Viena onde foi determinada a sucessão que frutificou na assinatura de um acordo de cooperação com a União Européia. Este interessante ativo político nas relações entre ambos sub-continentes foi alcançado pela realização prévia que concedeu o Estatuto de Observador na ONU para a Conferência Ibero-americana. Resultados importantes, depois de um intenso trabalho de visitas do Secretário recentemente eleito²⁹⁸.

Outra linha de trabalho proeminente da SEGIB é a colocação em marcha e a criação de um Espaço Ibero-americano do Conhecimento, guiada à Educação Superior junto à Organização de Estados ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB).

Mencionamos por ultimo que entre as comunicações que foram expressas nesta cúpula, duas expressaram anseios importantes entre os diferentes atores latino-americanos: A petição para que o Governo dos Estados Unidos de América cumpra com

297 Declaración de Salamanca (2005): <http://www.oei.es/xvcumbredec.htm>

298 Da mesma maneira que o político uruguayo lembrou, SEGIB não tem capacidade para desenvolver as relações comerciais entre ambos lados de Atlântico, mas sim de impelir outras questões que são importantes para a fundação das relações euro-latino-americanas. Declarações do 10/5/2005. Agencia EFE

o disposto nas 13 resoluções sucessivas prévias que foram aprovadas na Assembléia Geral das Nações Unidas de forma que acabe com o bloqueio econômico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba; como também a necessidade dos Governos da Argentina e Reino Unido renovarem as negociações para achar uma solução à disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas.

Propostas da Comissão Européia

A Comissão Européia propôs²⁹⁹ ao término de 2005 uma Estratégia renovada para reforçar a associação estratégica entre a União Européia e América Latina e Caribe, dando continuidade deste modo à Estratégia da mesma Comissão para 2002-2006³⁰⁰ (Informe estratégico de abril de 2002 que concedeu a ALec durante o ano 2005/6, uma partida econômica de 93 milhões de euros em função de 4 prioridades (Redes, Iniciativa social, Prevenção de catástrofes e o Observatório das relações entre a UE e América Latina), e um âmbito adicional de Administração sustentável de energia.

A Comissão busca dar um novo impulso à associação entre a UE e América Latina durante os anos que vem por meio do aprofundamento do que já é existente e da criação de outras medidas. A partir desta proposta inicial, a Cooperação Regional com ALec será elaborada para 2007-2013³⁰¹.

Os pontos mais originais entre as medidas que foram propostas são: 1) a idéia de organizar a cada 2 anos um Foro de coesão social e uma reunião dos ministros de meio ambiente; 2) a idéia de incluir no Banco Europeu de Investimentos um "Mecanismo para América Latina" de apoio por meio de empréstimos a interconectividade das redes de infra-estruturas e; 3) a construção de um espaço comum de ensino superior. Neste último ponto a realidade em 2005 demonstra as primeiras incorporações de universidades latino-americanas dentro programa *Erasmus Mundo*.

Por via de conclusão, podemos caracterizar as dinâmicas do debate acontecido entre as duas regiões durante o ano de 2005, como um processo de diálogo essencialmente técnico, marcado pelos desafios internos das partes e entorpecido em grandes avanços, em função do grande objetivo presente em ambas as partes que é: a consecução de um Acordo de Associação entre o MERCOSUL e UE.

299 Para ver o texto inteiro da Comunicação da Comissão:

http://europa.eu.int/comm/external_relations/la/doc/com05_636_es.pdf

300 Ver o Informe Estratégico em: http://ec.europa.eu/comm/external_relations/la/rsp/02_06_es.pdf

301 Para ficar à corrente do processo, ver: http://ec.europa.eu/comm/external_relations/la/rsp/

Os avanços mais significantes surgiram da relação entre o Chile e a UE, no desenvolvimento e aprofundamento do quadro provido pelo Acordo de Associação alcançado por ambas as partes em 2002. Com respeito ao México, há certa estagnação e uma perspectiva mais centrada nas relações sociais. Neste sentido é demonstrado que - da mesma maneira que sabiamente apontou SBERRO³⁰²-, embora a relação com a EU seja um ponto importante na agenda de Vicente Fox, não acaba sendo chave como no sexenio prévio do presidente Ernesto Zedillo.

O panorama oferecido pelo resto de relações birregionais pode se definir claramente como uma natureza neo-funcionalista do processo de integração, natureza esboçada em reuniões *ad hoc* de Comitês de trabalho - as mais excelente foram os respectivos de América Central e da Comunidade Andina, ante o *impasse* com MERCOSUL -, uma agenda marcada de encontros no ritmo dos negociadores europeus e sempre condicionada com um fundo de preparação da IV Cúpula União Européia-América latina e Caribe de maio de 2006 em Viena.

3.8 Relações União Européia e América Latina -Caribe durante 2006. IV Cúpula UE-América Latina e Caribe (Áustria 2006).

Começamos a esboçar o contexto geral que o ano 2006 supôs como fundo para cada uma de ambas as regiões consideradas individualmente, e que determinaram em troca, um período com vários sinais importantes nas dinâmicas de lenta aproximação -o ritmo tradicional estabelecido da Cúpula de Rio³⁰³-, das relações euro-latino-americanas.

A União Européia, depois de sua uma última amplificação, pela qual aderiu a 10 países com algumas rendas *per capita* abaixo da média comunitária, e com pouco

302 SBERRO, Stéphan (2004). "La Tercera Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. Un reto inaplazable para México" em AIETI- RECAL; *Hacia la III Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. Balance y perspectivas*. Documento de trabajo. Madrid.

303 Neste sentido, concordamos com a qualificação concedida por Freres ao analisar as relações euro-latino-americanas retroativamente, ao definir o período histórico entendido de metade dos anos 80 até a Cúpula de Rio como a "década de ouro". Ver FRERES, C. *La Asociación Euro-Latinoamericana. Entre el proceso actual y otra Asociación posible*. Documento para o III Foro Euro-Latino-Americano-Caribeño da Sociedade Civil, Viena, Austria, 30 março - 01 de abril 2006. Disponível em: http://www.alop.or.cr/trabajo/nuestro_proyectos/union_europa/foros/foro2005/documentos.html

interesse ou trajetória de relações com a América Latina e o Caribe (ALeC); entrou a bordo de um processo de dinâmicas centrípetas com a intenção de definir uma estrutura institucional mais apropriada que satisfaça as demandas de seus emergentes atores sociais e a inclusão de uma gama nova de demandas declaradas pelos novos sócios.

Por outro lado, ALeC experimentaram uma série de mudanças governamentais com uma certa relevância ideológica da esquerda na América do Sul. Este fenômeno facilitou a repercussão de uma Venezuela como ator regional que deve ser levado em consideração e a liderança de seu presidente Chávez (com a permissão ideológica de Fidel) na chamada Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Uma iniciativa que nasceu como contraproposta à ALCA e, uma vez perdida a última, com escasso potencial de expansão futura nos países vizinhos. O ano 2006 também propiciou a entrada do país no MERCOSUL, um fato com profundas repercussões para a Comunidade Andina e de difícil estimativa de seus efeitos de meio prazo para a região.

A América Latina e Caribe: Eleições internas e mudanças no processo de integração regional.

Se adotarmos um foco politológico, o ano 2006 representou um ano suculento no estudo de eleições na América Latina; doze meses especialmente suscetíveis ao nível de análise interna política, mas que a nível inter-governamental e além da superfície doméstica, marcaram o *tempo* dos esquemas de integração regional de cada um dos países objetos de estudo.

Levando em consideração este fato, ao chegar uma avaliação do que supôs o ano a nível de integração para a América Latina e Caribe, teremos mesmo em conta o fator interno eleitoral e as suas repercussões na inserção do país estudado no seu âmbito de vizinhança. Começamos a avaliação com o sinal mais visível de aprofundamento e avanço no processo de integração para um esquema regional concreto.

Durante o período, os avanços mais significantes na ALeC foram determinados na região caribenha, o CARICOM tornou-se, definitivamente, um mercado único para serviços, capitais, liberdade de circulação para os trabalhadores qualificados e para o estabelecimento de companhias. Isto representa um passo à frente na teoria de qualquer processo de integração e uma vantagem competitiva em relação a outro esquema menos profundo.

Sem sair muito da região, a ALBA começa a ser materializada como esquema alternativo de integração com a entrada da Bolívia em abril de 2006, fato que foi

expresso politicamente pela assinatura do "Tratado de Comércio entre os povos" com Cuba e Venezuela. Desta maneira, falamos de um esquema nascente que continua sem ter o grau necessário de adesão para sua expansão formal ou pelo menos de uma forma que tenha grandes possibilidades de uma expansão maior entre o resto dos seus vizinhos, seja de maneira estatal ou regional.

A incorporação deste último país ao MERCOSUL na metade do ano, supôs, internamente, pôr nas mesas regionais, a clara aposta venezuelana para uma diversificação das opções tradicionais de inserção do país.

Para o MERCOSUL, numa lógica mais externa e combinada, a entrada da Venezuela supôs uma aposta numa maior autonomia regional em sua inserção internacional; definindo, com sua ampliação, não só umas fronteiras novas, mas as convergências e diferenças com os EUA e a UE – principalmente -, ao que se refere a uma clara projeção geoestratégica Atlântica.

O sinal mais consistente em autonomia regional foi expresso pela assinatura, em julho de 2006, de um acordo comercial entre os Chefes de Estado do MERCOSUL e os representantes de uma Cuba com 40 anos de bloqueio internacional. Um acordo que claramente oferece uma alternativa real ao bloqueio americano imposto à comprometida economia cubana.

No caso da Comunidade Andina, a saída da Venezuela criou um profundo debate em relação à natureza e às ambições do esquema de integração andino. A volta de Chile como sócio associado, em setembro de 2006, tem uma leitura econômica mais próxima à idéia de uma área de livre-comércio do à de uma união aduaneira. Por outro lado, se adotarmos uma interpretação geoestratégica, a saída do primeiro e a entrada do segundo, configura um esboço regional com uma orientação para o Pacífico. Para a UE, a volta do Chile não acaba compensando o sentido das diversificações *pro* norte-americanas que a agenda de inserção internacional andina mostrou nos últimos tempos ou, dito em outras palavras, as negociações bilaterais de TLC com os EUA., por parte dos seus sócios, Colômbia, Peru e Equador

Na região Sul-americana, testemunhamos um ano que marca a continuidade das políticas presidenciais, a reeleição do Lula - em outubro -, para um segundo mandato, junto com a do presidente colombiano Alvaro Uribe, em maio de 2006, são os dois exemplos mais importantes aos olhos dos observadores europeus, que pode favorecer a geração de confiança macroeconômica e segurança regional.

Da percepção do investidor europeu, isto pode oferecer um panorama de segurança e estabilidade à região (completado com a vitória de Bachelet no Chile, Alan García no Peru...) em face às elevadas incertezas colocadas por outras novas fórmulas políticas, como as expressas principalmente pelo Governo indígena de Evo Morales (de quem a medida principal durante o ano foi a nacionalização dos recursos minerais e energéticos; medida que entre outros efeitos estruturais, acabou aproximando os laços do país com as demandas de seus vizinhos argentinos e brasileiros³⁰⁴), ou as incertezas inicialmente levantadas pelo novo presidente equatoriano Rafael Correa (simpatizante das idéias chavistas).

Em relação à UNASUL, houve o auge momento com a realização da III Cúpula de Cochabamba (Bolívia) de dezembro de 2006. Uma Cúpula com um sabor diplomático amargo, devido à ausência de cinco Chefes de Estado e, também, pela curta permanência efetiva dos sete assistentes. Isto supôs um retrocesso forte para o anfitrião, e para aqueles outros com mais firme vontade de estabilidade estrutural do esquema³⁰⁵. Entre os escassos avanços introduzidos, é projetado um "Plano Estratégico para a Profundização da Integração Sul-americana"³⁰⁶ com o objetivo principal de reforçar a institucionalidade de um processo inter-governamental. Na *Declaração de Cochabamba* é também incluída a necessidade de que deveriam ser “*intensificadas as iniciativas de diálogo externo e cooperação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) com outras regiões e grupos regionais.*” Uma declaração de convite para a abertura inter-regional.

Não nos esquecemos de mencionar - como feito novo que foi - a ativação de um mecanismo de participação da sociedade civil. Um espaço que se agiu de modo paralelo e prévio à reunião dos Chefes de Estado, a denominada *Cúpula Social*. Esta Cúpula Social estabeleceu um mecanismo de diálogo com os atores estatais, expresso por meio de mesas de diálogo e trocas com os representantes dos governos, e realçar, principalmente, o fato que contasse com a intervenção de 12 representantes sociais - os representantes de diferentes movimentos sociais próximos à Aliança Continental Social

304 VALLADAO, A. (p.136) “La nueva línea de tordesillas. La actual gran línea divisoria entre el Este y Oeste en Latinoamérica”, em CRIES “*Anuario de la Integración Regional de América Latina y el gran Caribe 2007*”, Buenos Aires.

305 Não esqueçamos que o Brasil possui a metade do espaço geográfico da União Sul-americana de Nações.

306 Cúpula da Comunidade Sul-americana de Nações 2006, *Declaración de Cochabamba: Colocando la piedra fundamental para una unión sudamericana*. Disponível em (último acceso 25-09-2007): <http://www.integracionsur.com/sudamerica/CumbreSudamericanaBolivia06.pdf>

e ORIT - junto aos vice-chanceleres e representantes oficiais dos países membros da Comunidade Sul-americana³⁰⁷.

Do ponto de análise da participação da sociedade civil num processo de integração latino-americano, podemos classificar esta iniciativa como uma experiência bastante promissora. Opinião baseada no alto perfil político dos congregados - um fato esperançoso, embora não o bastante -, se esta iniciativa não se estabelece como mecanismo permanente institucional.

De qualquer forma, em Cochabamba descobriu-se um novo cenário que salienta a necessidade da participação social nos processos de integração da Comunidade Sul-americana de Nações e que, por fim, pode servir de exemplo fidedigno aos restantes esquemas latino-americanos de integração e atores sociais regionais.

Ultimamente, o ano é fechado com uma eleição importante para a América Latina. As interessantes e midiáticas eleições mexicanas. Uma guerra que deu como resultando a vitória de candidato oficial do PAN, decisão não compartilhada por alguns dos seus oponentes. Com foco num aspecto específico da intensa eleição para a presidência; e, mais concretamente, durante o período pré-eleitoral, salientamos o documento editado no gabinete de campanha do candidato que finalmente seria o ganhador, o intitulado *100 acciones prioritarias de gobierno*³⁰⁸.

Uma análise da sua última seção ou, o que é a mesma coisa, se problematizássemos seu epígrafe focado nas preferências das relações externas. Este nos mostra como - pela enumeração diversa que é concedida -; podemos interpretar a predisposição do presidente atual mexicano, para relançar a aproximação com específicas áreas geográficas latino-americanas. Áreas que coincidem com esquemas regionais em curso e que são governamentalmente mais estratégicas para o México durante o começo do seu governo (ou, o que é a mesma coisa, a prioridade pela América central e MERCOSUL). Esta iniciativa de aproximação mexicana, representa uma virada mais resolvida às prioridades que já tinham sido ativadas durante o sexênio Foxista prévio e, em boa parte, seria motivada por certo desgaste nas relações do

307 Ver notícia em CSI-ORIT (2007) “Cumbre Social inaugura nuevo momento en el dialogo entre gobiernos y la sociedad civil”, disponível em <http://www.cioslorit.net/espanol/noticia1.asp?id=479> (último acceso 21 de setembro de 2007)

308 Um fato que pode valer a pena ser estudado é a incidência que a publicação deste documento, -20 de junho de 2006-, ou o que é a mesma coisa, dias antes das eleições -, num resultado apertado final de Calderón sobre López Obrador, de só meio ponto.

México com o exterior – e de um modo especial com os Estados Unidos³⁰⁹ – durante os últimos tempos da presidência prévia.

Uma União Européia pós-tratado constitucional e centrada em si mesma.

O ano 2006 para a UE foi bastante menos transtornado que o fim do período prévio. Uma vez superado o 2005 e imersa num clima de incertezas depois dos resultados negativos do referendos organizados na França e nos Países Baixos para a ratificação do Tratado pela qual se estabelecia uma Constituição para a Europa³¹⁰; consequentemente, a UE abordou como mal menor a revisão da estratégia de Lisboa³¹¹, projeto esboçado pela primavera de 2005, com o sentido de alcançar uma verdadeira associação européia para o crescimento e o emprego.

Neste sentido, o apoio para uma Política Externa Comum da UE, expressada na PESC, por parte do cidadão europeu³¹², ainda não atingiu completamente as camadas da população. A rejeição absoluta disto, para continuar usando a política externa tradicional de cada sócio estatal é até mesmo indefinida por parte dos cidadãos nacionais. Estes resultados de opinião só explicam, em parte, – a resistência das classes dirigentes de cada Estado explica o resto - o lento avanço neste assunto de competência comum e a tendência contraditória do processo de unificação européia para um supranacionalismo com margens grandes de autonomia individual tanto dos Estados como das regiões européias.

Outras dinâmicas também marcaram um ano com uma característica incompleta do processo de integração européia do ponto de vista conceitual: a recuperação de uma reflexão sobre o papel e o valor adicionado que a "Europa do século XXI" pode representar a nível regional e mundial. Uma reflexão que sempre teve em conta as

309 Neste sentido temos que lembrar o espinhoso calendário bilateral no tema migratório.

310 Com respeito ao controverso processo de ratificação do Tratado constitucional durante o 2006; Bélgica aprovou o texto pela via parlamentar no 8 de fevereiro, igual à Estônia no 9 de maio e Finlândia no 5 de dezembro.

311 Estratégia adotada pelo Conselho europeu de Lisboa de março de 2000, onde se marcou o ambicioso objetivo de converter a economia da União <<na economía do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, antes do 2010>>.

312 De acordo com o último relatório de Eurobarómetro, uma diferença de 9 pontos existe entre o nível de apoio dos 15 países sócios prévios com respeito aos 10 Estados sócios novos (66% e 75% respectivamente). Também, há variações importantes de acordo com o caso individual. Nos estados sócios, o apoio é mais alto na Eslovênia (80%; +4 pontos) e Grécia (80%; +3 pontos), e em compensação inferior no Reino Unido (48%; -2 pontos) e Suécia (50%; +1 ponto). Dados da COMISSÃO EUROPEIA (pp.22-24), *Eurobarómetro* 2006, Dezembro de 2006. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_highlights_en.pdf

últimas preparações para a adesão efetiva de Bulgária e Romênia no primeiro de janeiro 2007; com o que a União passaria para ter o registro histórico de 27 Estados sócios. Neste sentido, durante o 2006 continuamos assistindo a umas dinâmicas de concentração da UE dentro de si mesma, ao longo do seu processo de expansão para o continente europeu.

A nível internacional, e para apoiar o desejo em consolidar o papel da União como um excelente "sócio mundial", em oito de junho, a Comissão³¹³ adotou uma comunicação que apresenta uma série de propostas concretas com o objetivo de reforçar a coerência, efetividade e visibilidade da Europa no mundo e alcançar um planejamento melhor estratégico nos procedimentos de decisão comunitários com o Conselho (especialmente através de sua Secretaria e um aprofundamento das relações em assuntos externos com os Estados sócios, por um programa de troca de pessoal com os seus serviços diplomáticos).

Nas relações com as diferentes regiões do mundo através da PESC, focos novos estratégicos foram aplicados com respeito ao grupo de países de África, Caribe e Pacífico (ACP). Isto supôs que depois da revisão em 2005 do acordo de associação de Cotonú, seriam adotadas decisões combinadas com os países ACP para a aplicação do décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento dirigido àquele grupo de países. Uma medida efetiva, mas, de alcance muito curto e exclusivo em relação a outras regiões do mundo como ALeC.

Sinais de aproximação entre a União Européia e a América Latina e Caribe.

Começamos a análise com a última expressão do ano prévio, a Comissão Européia lança no formato jurídico de comunicação³¹⁴, em dezembro de 2005, uma declaração de objetivos no processo euro-latino-americano, querendo "*dar um impulso novo à Associação que na atualidade faz frente a muitos desafios.*" No documento, a Comissão chega a "*reafirmar que a Associação com ALeC não é só uma evidência, mas*

313 COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO para o Conselho europeu de junho de 2006 *Europa en el mundo — Propuestas concretas para reforzar la coherencia, la eficacia y la visibilidad*, COM (2006) 278; Disponível no site da COMISSÃO EUROPÉIA: http://ec.europa.eu/prelex/detail_dossier_real.cfm?CL=es&DosId=194300 (Acesso o 24-09-2006)

314 COMISSÃO EUROPÉIA, 2005. Comunicação da Comissão para o Conselho e o Parlamento Europeu «Una Asociación reforzada entre la Unión Europea y América Latina» Estrategia para una Asociación reforzada entre la Unión Europea y América Latina: presentación detallada {COM (2005) 636 final}. Disponível em: http://europa.eu.int/comm/external_relations/la/doc/com05_636_es.pdf

também um imperativo de interesses para ambas as regiões, no momento atual e para o futuro."

Os seis objetivos que desenha a Comunicação valem a pena ser mencionados pelo fato de ser esses pontos mais sensíveis e mais urgentes de aprofundar na relação atual entre as duas regiões³¹⁵:

1 - Criar uma associação estratégica reforçada por uma rede de Acordos de Associação (incluído os Acordos de Livre-Comércio).

2 - Manter um autêntico diálogo político que reforça a influência de ambas as regiões na cena internacional.

3 - Desenvolver diálogos efetivos setoriais para reduzir de um modo durável as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

4- Promover uma quadro estável para atrair investimentos europeus que contribuem ao desenvolvimento de ALec.

5 - Adaptar bem a ajuda e a cooperação às necessidades dos países.

6 - Aumentar a compreensão mútua pela educação e pela cultura.

Objetivos excelentes, mas isso, lamentavelmente, depois de assistir ao processo de contato entre ambas as partes durante o 2006, podemos responder como que nem os objetivos, nem a aceitação do próprio documento, souberam se impor para dar aquele *impulso de reforço na Associação*, procurado pela Comissão Europeia e recolhido no princípio do documento.

Uma Comunicação que embora contenha algumas propostas de melhoria com um certo grau de concreção, como a introdução de diálogos setoriais (de acordo com o objetivo 3), mas que não mostra ser a fórmula mais corretamente prática em aspectos institucionais como a definição dos recursos para usar nem os mecanismos birregionais de acompanhamento das relações durante o processo entre cúpula e cúpula. Em definitivo, não esboça mais que a mesma coisa com algumas novidades em função das necessidades atuais das relações.

A IV Cúpula birregional União Europeia e América Latina e Caribe.

Dias antes da celebração em Viena da IV Cúpula birregional, especulou-se ao redor da rede de acordos pendentes entre a UE e os diferentes esquemas de integração latino-americanos. Durante os dias 11 e 12 de maio, era previsto que se anunciasse o

315 COMISSÃO EUROPEIA, 2005: p. 5.

começo das negociações com os países centro-americanos, enquanto era duvidoso o caso da Comunidade Andina, devido à saída oficial da Venezuela e as decisões de nacionalização da Bolívia. Em relação ao que mais que era esperado, a saída do impasse da UE com MERCOSUL, não parecia que apresentaria algum avanço para Viena sem uma solução no cenário multilateral de Doha³¹⁶.

Os resultados foram positivos no primeiro caso, sendo formalizado o começo de negociações entre a UE e a América Central com o objetivo de criar um acordo de associação e uma área de Livre-Comércio; e com um avanço lento no segundo acordo sem resolver (remetendo-se a uma base futura de reuniões para ativar as bases da negociação).

Apesar destas realizações satisfatórias, em função das cautelosas expectativas esboçadas, estão pendentes importantes detalhes de fundo para negociar, tanto em relação à estrutura, como ao formato do processo de Cúpulas e, com maior urgência, o formato entre Cúpulas.

Do ponto de vista diplomático, na maior reunião de chefes de Estado e Governo da história das relações euro-latino-americanas, a capital austríaca deu boas-vindas aos 58 dignitários de ambas as regiões. Se nos basearmos nesta importante participação³¹⁷, podemos concluir que a diplomacia birregional alcançou tal dimensão e quantidade de representantes que se faz difícil imaginar a realização de avanços consideráveis, em função da heterogeneidade dos interesses estatais que têm representação nas Cúpulas.

Por conseguinte, não nos deveria pegar de surpresa que a Declaração de Viena apenas entende 23 páginas, enquanto reeditando em sua maior parte, os acordos

316 Com efeito, não teve sinal nenhum ao redor do avanço deste processo, na Declaração final de Viena, uma menção quase é feita de transcurso no ponto 31 para as negociações pendentes entre a UE e MERCOSUL por um Acordo Global; na mesma, as partes apenas “dão comando aos negociadores de forma que eles intensifiquem os esforços com o propósito de avançar no processo de negociação”. Disponível na documentação da web oficial da Cúpula, criado pela Áustria na sua qualidade de *país* anfitrião (último acesso 25-09-2006): http://www.eu2006.at/en/The_Council_Presidency/EU_LAC_Summit_Vienna/UE-ALCespagnol/index.html

317 Uma participação que entre os países membros e organismos regionais convidados, representou a quase 1/3 dos países da ONU. Neste sentido, ver a análise do Sub-director do Instituto Alemão de Política Internacional e Segurança, Günther MAIHOLD no seu artigo *La Cumbre de Viena entre América Latina/Caribe y la UE: el éxito relativo de un encuentro de bajas expectativas* (ARI), ARI N° 59/2006 – Análisis. Disponível na web do Real Instituto Elcano (último acceso 25-09-2006): <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/978.asp>

alcançados em Cúpulas prévias e deixando de assumir as tarefas de fundo que a Comissão Europeia tinha sugerido na Comunicação antecedente³¹⁸.

Não obstante, deveríamos realçar uma novidade histórica com a inclusão de espaços de diálogo para a sociedade civil durante as reuniões de Viena. Neste sentido, o estabelecimento de um processo pré-cúpula (com umas dez conferências pré-cúpula organizadas pela Comissão Europeia, o Parlamento europeu, os países sócios e as organizações diferentes da sociedade civil), um I Foro de Negócios euro-latino-americanos³¹⁹ e os eventos paralelos; reforçaram a qualidade das deliberações nos encontros oficiais. Um processo que pecou por falta de transparência, mas que na esperança de poder se articular mais claramente na próxima Cúpula de 2008 no Peru, é altamente bem recebido pelo atores não estatais.

Em definitivo, podemos resumir o que aconteceu na Áustria, enquanto realçando que depois de mais de 250 reuniões bilaterais durante os três dias da Cúpula, os resultados atingidos em Viena, ofereceram atraentes perspectivas futuras, mas também exigem urgentemente um aprofundamento maior e uma substância mais definida na relação birregional euro-latino-americana.

Recaptulando outras expressões e colocando o fenómeno das múltiplas eleições internas latino-americanas novamente; vimos durante o resto do ano, como as eleições na região foram muito seguidas pelos cidadãos da Europa (com especial transcendência nos mídia das duas de maior importância, a brasileira e mexicana). A importância das mesmas foi expressa e traduzida a nível oficial no financiamento por parte da UE de cinco missões para a observação de eleições em países considerados fundamentais na região, em função das possíveis mudanças políticas internas, e dentro do programa

318 COMISSÃO EUROPEIA, 2005, op.cit

319 O I Foro Empresarial euro-latino-americano, realizado também no 12 de maio em Viena, foi organizado pelo Ministério de Economia austríaco e a Câmara Económica Federal Austríaca. Os 300 representantes das empresas que participaram do evento exigiram que os governos impilassem a finalização da Rodada Doha da OMC. Entre os panelistas figuravam executivos de Nestlé, BBVA, Siemens, Sidus, Unión Fenosa, Embraer, O Globo e outras corporações grandes de ambos os lados de Atlântico. Para aumentar detalhes para ver o artigo “Una critica al Primer Foro Empresarial Euro-latinoamericano en Viena de Abel Esteban (pp 22-28), no informe do Trasnacional Institute de Amsterdam ¿Del consentido de Washington al consentido de Viena? La agenda de libre comercio de la UE para América Latina y el Caribe, TNI / Corporate Europe Observatory, documento de debate, diciembre de 2006. Disponible on line en (último acceso 25-09-2007): <http://www.tni-archives.org/docs/200612071617076826.pdf> Para ver a programação do Foro consultar o site criado *ex profeso* (último acceso 25-09-2006): www.eulac2006.com

IEDDH³²⁰. As missões escolhidas latino-americanas foram pela ordem cronológica: Haiti (Fevereiro-abril), Bolívia (julho), México (julho), Nicarágua (novembro) e Venezuela (dezembro).

Em outros assuntos, e mais concretamente na seção do comércio inter-regional, embora os negociadores europeus sofreram com o fantasma do impasse acompanhante da Rodada Doha do ano prévio, lamentavelmente para os esquemas inter-regionais em formação, tal como o processo em curso UE-MERCOSUL, não foi alcançado nenhum progresso significativo ao longo do ano. O momento cume das duas posturas aconteceu na reunião ministerial de Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de setembro de 2006. Uma reunião pela iniciativa dos países de G-20 (com o Brasil na cabeça do claro interesse de Mercosul) que contou com a participação do Comissário Mandelson, com o propósito de avaliar as razões do fracasso das negociações multilaterais. Os seus resultados, foram remetidos ao Conselho geral de novembro onde Sr. Lamy, em qualidade de Presidente do Comitê de Negociações Comerciais³²¹, anuncia uma renovação "flexível" das negociações³²².

3.9 Instrumentos e instituições para o novo espaço euro-latino-americano.

Em função da riqueza institucional de relações entre a UE e ALyC³²³, e pela luz das diferentes propostas esboçadas³²⁴; acreditamos necessário priorizar e focalizar temas, concentrando os propósitos de esforço em um número limitado de instituições

320 A Iniciativa europeia para a democracia e os direitos humanos (IEDDH) tem como objetivo principal fomentar os direitos humanos, a democracia e a resolução de conflitos em terceiros países -países fora da UE - provendo ajuda financeira a atividades desenvolvidas a tal um efeito. A IEDDH está baseada nos regulamentos do Conselho (CE) n° 975/1999 y (CE) n° 976/1999 de 29 de abril de 1999 (DOL 120 de 8.5.1999, p.8).

321 Lembrando a quem foi sob a presidência Prodi, 1999-2004, Comissário de Comércio na COMISSÃO EUROPÉIA e acompanhante privilegiado do processo UE_MERCOSUL

322 Ver resumo do Conselho Geral nas notícias da OMC na sua própria web (último acesso 25-09-2007: http://www.wto.org/spanish/news_s/news06_s/gc_10oct06_s.htm

323 Ante as carências expostas durante o capítulo presente para dar continuidade ao processo de aproximação entre as duas regiões, e com a intenção de problematizar o desígnio e as linhas de ação institucional do espaço futuro euro-latino-americano, optei por incluir uma linha propositiva nesta epígrafe..

324 Coleções de propostas baseadas nesses expressas pelo: a) Eurodiputado espanhol José I. SALAFRANCA na *Resolución del Parlamento Europeo sobre una Asociación global y una Estrategia Común para las relaciones entre la UE y A. Latina* del 15/11/2000, junto com b) o documento de trabalho elaborado pela RECAL (Rede de cooperação Euro – Latino _americana) “De Río a Madrid: Reflexiones y propuestas para la asociación Unión Europea-América Latina y el Caribe”. Mayo 2002.

para evitar que as ações futuras no quadro das Cúpulas seguintes possam ser diluídas. Dito isto e considerando que:

I. É necessário que dentro da UE seja projetada uma Estratégia Comum³²⁵ no âmbito de PESC (levando como base o que se decidiu no Rio em 1999 e mais importante ainda, na Resolução do 15 de novembro do 2000 para a América Latina).

II. Dado o seu peso importante na região e a oportunidade histórica que ela tem, a Europa deveria jogar ativamente durante as próximas Cúpulas com o MERCOSUL, para definir a realização do Acordo pendente de Associação. Sempre avaliando, nas circunstâncias atuais, que as aproximações políticas de ambas as partes deveriam estar sobre o econômico para dar este passo importante.

III. Pretendemos ter em conta alguns dos objetivos e instrumentos no âmbito político, econômico e sociocultural que estão presentes nesta documentação - esses que mais podem interessar – para elaborar o desenho e as ações concretas da política externa comum Euro-latino-americana durante os seus primeiros anos de operação.

Como vimos na cronologia das quatro Cúpulas durante a última década, a UE e América Latina comprometeram-se a consolidar seus laços por meio de uma associação estratégica. Com o desejo de fomentar a reflexão e o começo de um debate sobre quais são os meios institucionais para aprofundar a aliança entre a UE e a América Latina, exponho alguns deles com o propósito que eles possam ser considerados:

Um fundo de Solidariedade Birregional. Instrumento importante e moderno que impeliria as políticas de cooperação ao desenvolvimento da UE para ALLeC. Seria guiado à administração e financiamento de programas setoriais relacionados com a saúde, educação e luta contra a pobreza, sendo implementado, numa primeira fase, para as regiões e países com menor renda *per capita* e maiores desigualdades sociais. Em paralelo, embora este diálogo devesse ser centrado mais em questões políticas, suas discussões também deveriam ser ligadas a temas econômicos de primeira ordem nas relações UE-ALC, como ao perdão da dívida e/ou fórmulas novas de negociação e liberalização comercial, principalmente na agricultura.

O apoio orçamentário partiria da Comissão Europeia em colaboração com outros organismos como o Banco Europeu de Investimentos, o Banco Interamericano de

325 As Estratégias comuns são uma novidade introduzida pelo Tratado de Amsterdã (em vigor de maio de 1999), têm como objetivo incluir de um modo sistematizado o resto dos instrumentos da PESC (Declarações, Posições e Ações comuns) num quadro coerente e desenhado a médio e longo prazo. São adotadas pelo Conselho Europeu para os âmbitos, países ou regiões em que a UE tem interesse especial.

Desenvolvimento, Banco Mundial, etc.; e com esses outros países que quiseram contribuir.

Se nos fundássemos na lógica e nas exigências necessárias do processo de integração europeia para a adesão de novos países (valor democrático, Estado de Direito,..) de acordo com a civilização ocidental. Podemos argumentar, sempre se comparado com os países candidatos da Europa oriental, que uma grande parte dos Estados da América Latina os completa tanto quanto ou relativamente melhor que eles.

No caso de acontecer a efetiva Associação global entre a UE e A.Latina, nos baseando na execução desses critérios para a definição e projeção destas ajudas. Proporíamos que Espanha e Portugal tirassem proveito deste mecanismo para se aparecer como agentes válidos dos seus programas e fundos, enquanto justificando as suas candidaturas (principalmente no primeiro caso) na predisposição tradicional e dedicação natural destes países para esta grande região e, durante as últimas décadas, pelo exemplo das suas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, Microcréditos,.. etc.

Por outro lado e sempre a um nível interno europeu, há uma tomada geral de consciência que tanto a quantidade como a até agora recepção pontual dos Fundos de Coesão, que vai para os países tradicionalmente receptores de 1986, sofrerá uma mudança drástica com a recente entrada dos novos países através da última amplificação. A Espanha e Portugal pararão de perceber de um modo sensível estas rendas durante os próximos anos, com as quais se se aplicassem uma "*realpolitik*", esta iniciativa desviaria o que estes países parassem de receber, projetando isto para a sua área de influência natural, ALeC.

Focalizando mais para a sub-região mercosuliana, estes programas e fundos, seriam resumidos em um leque de projetos que ocupariam uma posição prioritária e, entre esses, o infra-estrutural. Uma área de interesse estratégico e necessária para a posição brasileira (através da criação do BNDES³²⁶), conforme concordou-se na cúpula de Brasília de 2000: impelir projetos de infra-estrutura na América do Sul que favoreçam a integração efetiva do MERCOSUL, com uma visão para a criação de uma Área de Livre-câmbio de América do Sul (velha ALCSA) no quadro da iniciativa

326 Para saber mais, ver sua página web (último acceso 28-09-2007): <http://www.bndes.gov.br/espanol/default.asp>

IIRSA para o continente Sul-americano³²⁷. Por outro lado, a Argentina atual, uma vez superada a crise, faz pensar que este país receberia com olhos muito bons uma iniciativa deste tipo em suas áreas de aplicação (obviamente não só infra-estruturas) mais diversas.

Em latitude variável, mas com a mesma aceitação, o México seria convencido também da conveniência desta iniciativa, implementada em seu recente macroprojecto: o Plano Puebla Panamá. Como vimos, um plano ambicioso de desenvolvimento econômico e integração infra-estrutural da cidade de Puebla para o Panamá, quer dizer, afetando e fazendo extenso a iniciativa ao istmo centro-americano inteiro. Uma iniciativa que já era de interesse prioritário na agenda da tróica da Cúpula da UE – México que aconteceu em Madrid 2002.

A Carta Euro-latino-americana para a paz. Esta iniciativa seria revolucionária para estabelecer um espaço autêntico de paz e que cobrisse os tópicos preferíveis da Agenda Política Birregional. Uma iniciativa que conferiria à Associação um papel ativo no novo cenário internacional depois do 11 de setembro. Os temas principais que poderia se aproximar, entre outros,

- ✓ A prevenção de conflitos
- ✓ A ameaça do terrorismo
- ✓ A promoção da democracia, dos direitos humanos, respeito das minorias, do estado de direito e da luta contra a impunidade.
- ✓ A governança.
- ✓ A defesa da infância.
- ✓ A luta contra a pobreza.
- ✓ As questões ambientais e de desenvolvimento e o seu financiamento.
- ✓ A globalização econômica e tecnológica.
- ✓ Os temas de migração e justiça.
- ✓ O papel da sociedade civil....

327 A iniciativa para a integração da infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é um foro de diálogo entre as autoridades responsável para a infra-estrutura de transporte, energia e comunicações dos doze países sul-americanos membros – incluindo a todos os países membros da CAN e MERCOSUL- da UNASUL, com a visão estratégica de impelir a integração do sub-continente por meio de uma carteira de 335 projetos de infra-estrutura guiados sob um padrão de desenvolvimento igual e sustentável territorial. Para aumentar dados, consultar sua página oficial: <http://www.iirsa.org/>

✓ Em soma: o estabelecimento de uma Área Euro-latino-americana de Paz e Estabilidade baseada em princípios fundamentais como o respeito dos direitos humanos, do estado de direito e dos valores democráticos.

Claro que ela deveria ter uma validade e altura jurídica de fonte primária (seguindo a teoria normativa de Kelsen) e não se estagnar na mera declaração de intenções acabando em se transformar em "papel molhado." Conseqüentemente, se pretende que, para a sua redação se tivesse em conta a criação de uma Comissão Constituinte euro-latino-americana.

A composição poderia ser escolhida no quadro da Cúpula UE-América Latina e Caribe e seria conformada por “pró-homens” ou “pais constituintes” de reconhecido prestígio pelas suas trajetórias individuais de estadista, político, jurista, economista, sociólogo, científico, ou escritor e promotor em direitos humanos. Neste ponto, é sempre necessário evitar o perigo elitista inerente, presente em qualquer mecanismo de eleição semelhante ao mencionado; favorecendo e criando canais para uma participação não exclusivista.

A participação cívica, sensivelmente se tem manifestado como um elemento fundamental para a consolidação democrática e uma base fundamental para o desenvolvimento contínuo. A sociedade civil euro-latino-americana deveria ser ouvida com uma representação dos principais personagens de seus diferentes âmbitos: empresarial, acadêmico, sindical e de organizações não governamentais para o desenvolvimento...

A extensão dos programas Socrates e Leonardo para os países latino-americanos. O nascimento destes programas de troca no seio de União européia ajudou imensamente ao processo de integração supranacional na mentalidade dos cidadãos europeus.

A extensão do alcance e dos seus objetivos fundamentais para o espaço novo que é proposto, seriam um passo importante neste mesmo objectivo, mas em um novo quadro de troca. Se para estas iniciativas soma-se os esforços já empreendidos pelo programa *Erasmus Mundus*³²⁸, reforçaria consideravelmente o programa de cooperação académica existente até o momento.

328 Para dados maiores sobre o programa, visitar a página da Comissão (último acesso 28-09-2007): http://ec.europa.eu/education/programmes/mundus/index_es.html

Na Resolução de Salafranca, não aparece como um dos objetivos da nova Estratégia Comum, mas sim no seu desenvolvimento (tendo como base o acordo registrado em três de novembro de 2000 em Paris, entre os ministros de educação da UE e de ALeC).

Em minha opinião, a revisão do atual programa ALFA –de cooperação interuniversitária - também seria um objetivo desejável e sempre numa direção recíproca transatlântica, que favoreceria a dinamização do processo de Associação, assim como também a efetiva aproximação entre os cidadãos de ambos os lados. Uma proposta neste sentido seria desenvolver a participação das comunidades de imigrantes latino-americanos na UE e dos europeus em ALeC. Uma aproximação cultural, educacional, profissional e acadêmica que ao longo prazo aumentaria o fluxo turístico e arraigaria os nós de entendimento e mobilidade, tanto da sociedade civil como dos cidadãos. A Espanha poderia jogar suas cartas, enquanto tirando proveito da rede de cooperação tecida durante as últimas duas décadas e exemplificada em instituições como o *Instituto Cervantes*, organismos como *AECI* e acordos como o estabelecido pelo *MEC* e as universidades espanholas ou a *Fundação Carolina* com seus equivalentes ibero-americanos.

A criação de um Centro de Estudos Euro-latino-americanos (CEEL). Um centro que inicialmente fosse criado dentro do orçamento da Comunidade e dos países latino-americanos, mas com uma vocação ao longo prazo de autogestão.

Um centro que tivesse os melhores especialistas em assuntos da União Européia, Integração latino-americana e Ibero-americana com o incentivo criativo, de algumas novas cátedras universitárias em integração euro-latino-americana. Cátedras que servissem como apoio para que a juventude latino-americana saiba das realizações e experiências da UE e dos mesmos processos de integração de América Latina e Caribe, e vice-versa. Um organismo que tenha em seu plantel um pessoal especializado em uma heterogeneidade de disciplinas, com origens diferentes; que ao médio prazo ofertasse cursos especializados e atingisse uma autonomia e independência de recursos (por meio da difusão das suas próprias publicações e através do exercício de ensino), como que respeitasse também a liberdade de aproximação do cientista nos seus veredictos analíticos.

Em resumo, um centro que seria considerado uma espécie de " think tank" de consultoria e opinião no espaço euro-latino-americano, como também uma ponta de lança que guiasse o desenvolvimento de uma indústria emergente cultural entre ambos

continentes, por meio da promoção e difusão de projetos de investigação e grupos de educação.

3.10 Um balanço definidor das relações entre a UE e ALC.

Tal como nós expuséssemos ao longo do trabalho presente, assistimos a um processo gradual de convergência entre duas regiões que priorizam tanto a integração como o livre-comércio e cujas respectivas aspirações residem em oferecer uma resposta compartilhada à globalização e ao cenário mundial pós 11/S.

Esta resposta vem indicada por meio de uma associação gradual inter-regional e é expressa, deliberadamente e conseqüentemente, pela criação de um espaço Euro-latino-americano futuro durante o século XXI.

É por isso que, se nós queremos fazer um balanço das relações entre a UE e ALeC– com a intenção de ser retroativamente aplicado da I Cúpula de Rio - faríamos a proposta de terminar definitivamente a partir da opinião recomendada por Enrique Iglesias.

*“Europa e América Latina vão aproximando suas análises e vão acreditando em políticas de responsabilidade compartilhada. Ambas as regiões têm interesses mútuos, claros. E isso ficou muito claro na última Cúpula de Viena onde nós tivemos perto de cem líderes políticos ao mais alto nível. A Europa e América Latina aspiram para um mundo mais social e mais justo e apóiam o multilateralismo como forma de focalizar as relações internacionais. Por se isto fosse pouco, para a maioria dos países latino-americanos a União Européia é o segundo destino comercial e, a propósito, o primeiro cooperante do mundo em nossa região.”*³²⁹

Ou dito em outras palavras e por via de conclusão, no caso de que nos perguntassem *como avaliaria as relações euro-latino-americanas de maneira retroativa*; sem chegar ao otimismo exacerbado de anos passados, nós poderíamos responder definindo ao processo atual de convergência euro-latino-americano como: aquele processo caracterizado por umas dinâmicas de aproximação - sempre em curso -,

329 Entrevista concedida à revista da Universidade de Bolonha, *Puente @ Europa* - Año IV, Número 4 – Dezembro 2006, Buenos Aires. Disponível em (último acesso 24-09-2007): <http://www.obreal.unibo.it/Review.aspx?Action=Data&IdReview=16>

entre as duas grandes regiões; A Europa (ou na realidade, a UE) e América Latina (considerado à região como um todo com características próprias³³⁰).

Um processo no qual ambas as partes não duvidam em reconhecer a existência de uma riqueza comum de contatos e instrumentos políticos de cooperação, embora sempre de uma perspectiva muito mais madura e com as divergências e convergências que são fruto de um diálogo de cooperação inter-regional que existe em formação contínua do final do século XX.

330 Características que podem ser justificadas por uma série de disciplinas (pessoalmente apostaria na História ou pelos estudos especializados em identidade,...), e sobre as quais, uma análise internacionalista não resultaria convincente. Não obstante, sim ousamos apontar como um fato, presença de uma delegação inteira de países latino-americanos - da mesma maneira que vimos durante as quatro diferente Cúpulas euro-latino-americanas-, que se permitem fotografar e atender às demandas diplomáticas, integrando de forma conjunta o mesmo rótulo de “América Latina e Caribe”.

Conclusões Gerais

Com base nas discussões feitas ao longo do presente trabalho e retomando os tópicos expostos, podemos concluir os seguintes pontos principais:

1. Presenciamos uma proeminência efetiva (não estatocêntrica) do ator estatal no desenho da sua Política Externa, mas sem se esquecer de procurar especial interatividade e diálogo constante com outros atores públicos e privados para levar a cabo tal processo. Um modelo dinâmico que tenta representar os processos de mudança de uma realidade internacional, e em contrapartida contribui para o desenvolvimento da mesma.
2. Paralelamente à existência de elos entre a história de América Latina e Europa é possível observar pontos de contato, ligações, influências e determinantes mútuos na evolução de ambos os processos de integração regional, de seus princípios e mecanismos.
3. As Cúpulas da UE-América Latina e Caribe são de grande importância nas relações entre ambas as regiões para impelir a estruturação dos dois grandes blocos de assuntos de interesse comum (prioritários de primeiro e segundo nível).
4. No plano dos processos de integração regional, nós nos deparamos com um MERCOSUL com a categorização integracional de uma união aduaneira imperfeita, dominada por um país, Brasil, tanto no sentido econômico como no político. O Brasil abandonou nos últimos anos sua história tradicional de isolamento protecionista com a região, e a partir disso, caracteriza-se como peça fundamental de qualquer negociação pela integração na região latino-americana.
5. As Cúpulas ibero-americanas foram possíveis graças à concepção e à ação dos atores internacionais que lhes criaram e deram lhes continuidade. As Cúpulas começaram como um impulso diplomático e de uma vontade de ação combinada, articulado num primeiro momento por México e Espanha, junto com a rápida resposta/aposta brasileira.
6. O México procurou relançar sua presença na Ibero-américa (com o *handicap* de sua presença no NAFTA), enfatizando sua relação política e econômica com Brasil e Espanha. Os três países têm projetos de integração regional e de

inserção internacional muito diferentes, embora tenham adotado uma postura mais pragmática em suas relações para favorecer a viabilidade de um novo espaço ibero-americano nas relações internacionais.

7. A Ibero-américa se torna, deste modo, desde os momentos iniciais até a última ampliação da União Européia, da consolidação da União Econômica e Monetária, e com o área do Euro constituída no quadro supranacional da UE, no projeto mais importante da Espanha no desígnio atual de suas relações econômicas internacionais.
8. Os significativos dados econômicos nos permitem afirmar que, tanto Brasil quanto Espanha e México, possuem peso econômico semelhante e suficiente para exercer uma real influência nos processos decisórios no âmbito econômico internacionalmente. A soma de porcentagens de nossos três casos de estudo no PIB total mundial, é da ordem de 6,43% no ano de 2006.
9. México, Espanha e Brasil são três países que atualmente estão em um passo intermediário entre uma situação de dependência e outra de autonomia ao trabalhar suas iniciativas internacionais. Em nossa opinião, a condição final deles dependerá da estrutura constituída a partir da vontade que tenham manifestado em dois âmbitos. No âmbito doméstico, seria necessário superar a dependência comum do sistema financeiro internacional global e/ou regional. No âmbito internacional, isso ocorrerá na medida em que lhes for possível preservarem-se de iniciativas estadunidenses limitadoras de espaços alternativos de integração e ação nos quais possam exercer um efetivo poder intermediário. A criação de um espaço euro-latino-americano a partir da articulação com o já existente espaço ibero-americano, criaria oportunidades interessantes de atuação potencial, com o valor agregado de uma garantia de durabilidade neste rol.
10. Nas dinâmicas de associação euro-latino-americana, os países potências médias regionais, como o Brasil, o México e a Espanha terão possibilidades maiores de aprofundar os seus laços e alianças, embora existam temas na agenda dos países das duas regiões, entre eles a migração e o setor agrícola, que agirão como condicionantes decisivas nos tempos de negociação.
11. Nem a América Latina nem o Caribe são cenários homogêneos; apresentando uma realidade mais diversa e dinâmica de como são apresentados nos acordos da UE.

12. A UE pode contribuir adicionando um diferencial a outro grande macroprojeto que se tentou estabelecer na área latino-americana (a ALCA): a exportação e a promoção do Estado de bem-estar e da sua preocupação com a previdência social dos seus cidadãos.
13. Nas Américas existe um único esquema de integração centro-periferia (TLCAN), onde o posicionamento estratégico assimétrico reflete-se nas instituições e no qual as regras do jogo comercial estão sendo explicitadas. Da mesma maneira, outros contextos integracionais como a falida ALCA e a iniciativa de um futuro espaço inter-regional com a UE, também pertenceriam conjuntamente a uma coordenada assimétrica Norte-sul.
14. O interesse econômico do empresariado dos dois blocos, UE e MERCOSUL, e das instituições comunitárias européias para constituir de forma definitiva a primeira área de livre-Comércio inter-regional do século XXI é patente pela luz dos dados econômicos estimativos de um não-acordo e dos últimos debates entre estes setores não governamentais.
15. Na articulação dos esquemas inter-regionais, as diferenças existentes na noção de convergência entre a Europa e América Latina, mais que a uma diferença conceitual importante, corresponde ainda a uma diferença nos estágios diferentes em que se encontram os processos de integração em ambas as regiões: a união econômica e monetária na UE, e o estabelecimento de áreas de livre-comércio de bens e serviços ou uniões aduaneiras na América Latina.
16. No plano teórico, a Cúpula de Chefes de Estado entre Europa, América Latina e Caribe corresponde ao segundo modelo de acordo inter-regional proposto por HÄNGGI. Falamos do protótipo de acordo birregional com uma natureza de institucionalidade difusa, estruturado em reuniões periódicas de alto escalão e em projetos e programas combinados de cooperação.
17. Uma associação estratégica entre a UE e a América Latina contribuiria na busca de maior equilíbrio no sistema internacional e no amortecimento da tendência para o unipolarismo dos EUA. Falamos de uma possível associação futura que possibilitaria uma importante massa crítica internacional (incluiria mais de um quarto das nações do mundo).
18. A Europa precisa de "sócios" para poder redefinir seu papel nas políticas mundiais globais; a América Latina e o Caribe seriam aliados "fáceis" e satisfatórios por motivos de semelhança cultural, econômica, política, etc.

19. A Comunidade Ibero-americana de Nações poderia exercitar um papel de espaço representacional de um futuro espaço euro-latino-americano. Sobre estes princípios que foi construído: de interdependência, credibilidade, continuidade, indiscriminação e de comunidade; eles poderiam ser interpretados como os "vetores guia" ou direcionadores de um futuro espaço euro-latino-americano.
20. Os dois relatórios estratégicos para a região criados pela Comissão Européia (2002-2006 e 2007-2013), constituem uma aplicação dos planos de ação propostos nas Cúpulas UE-ALeC. Ambos os documentos foram pensados para contribuir à nova associação estratégica entre União Européia, América Latina e Caribe.
21. É necessário que se lembre de alguns dos objetivos e instrumentos nos âmbitos político, econômico e socio-cultural, já sugeridos em propostas concretas como a Resolução do Parlamento Europeu em uma Associação global e uma Estratégia Comum para as relações entre a UE e América Latina do 15/11/2000, com o propósito de elaborar o desígnio e as ações concretas da Política Externa Comum Euro-latino-americana durante os seus primeiros anos de operação. Os instrumentos propostos seriam os seguintes: O Fundo de Solidariedade Birregional, a Carta Euro – Latino-americana para a Paz, a Extensão dos programas Sócrates, Leonardo e Raphael para os países latino-americanos e a Criação de um Centro de Estudos Euro-latino-americanos.
22. As relações interinstitucionais entre a América Latina e a União Européia têm uma trajetória histórica oficial longa, baseada em mais de três décadas de cooperação na construção de uma rede de acordos multi-nível (birregionais, sub-regionais e bilaterais), que facilitaram o aparecimento de instrumentos e espaços de diálogo para os atores não-governamentais de ambos os lados.

BIBLIOGRAFÍA

Livros e manuais

- AGGARWAL, Vinod K. and FOGARTY, Edward A. (eds.). *EU Trade Strategies. Between Regionalism and Globalization*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.
- AGNEW, John. and CORBRIDGE, Stuart. *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. Londres: Routledge, 1995.
- AGUADO, S. y GARCÍA BARROSO, R. (eds.). *El Triángulo Económico: España – USA – América Latina*. Instituto Universitario de Estudios Norteamericanos, Alcalá de Henares, Madri, 2002.
- AUDLEY, John J.; PAPADEMETRIOU, Demetrios G.; POLASKI, Sandra, y VAUGHAN, Scout. *La Promesa y la Realidad del TLCAN. Lecciones de México para el Hemisferio*. Carnegie Endowment for International Peace, Washington D.C., 2003.
- AYERBE, L. F. (Coord.). *Integração Latino-americana e Caribenha*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de Sao Paulo, 2007.
- BALDWIN, David. *Neorealism and neoliberalism. The contemporary debate*, Columbia University Press, 1993.
- BAYLIS, J. y SMITH, S. (eds). *The Globalization of World politics – An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- BODEMER, K. et al. (eds). *El Triángulo Atlántico: América Latina, Europa y los Estados Unidos en el Sistema Internacional Cambiante*. Sankt Augustin: Konrad Adenauer Stiftung, 2002
- BOERSNER, D. *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. *Économie, Civilisation Matérielle et Capitalisme, XV – XVIII siècles*. Tomo 3. *Le temps du Monde*. Paris: Armand Colin, 1979.
- BRESLIN, S. HUGHES, C.W. PHILLIPS, N. ROSAMOND, B. (eds). *New Regionalism in the Global Political Economy: Theories and Cases*. Routledge. London, 2002.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova York: Basic Books, 1997.
- BRIGAGAO, C. (Org). *Estratégias de negociações internacionais. Uma Visao Brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- BROWN, B.E.and MACRIDIS, R.C. *Comparative Politics – Notes and Readings*. Belmont: Wadsworth Inc., 7º edition, 1990.
- BURWELL, Frances G. and DAALDER, Ivo H. (eds.). *The United States and Europe in the Global Arena*. Houndmills and London:Macmillan Press, 1999.
- CALDUCH CERVERA, R. *Dinámica de la sociedad internacional*. Madri: Ed. Centro de Estudios Ramón Areces, 1993.
- CALLEYA, Stephen C. (ed.). *Regionalism in the Post-Cold War World*. Aldershot :Ashgate, 2000.
- CAMILLERI, J. A. JARVIS A. P. y PAOLIN A. J, (eds). *The State in Transition: Reimagining Political Space*. Boulder: Lynne Reiner, 1995.
- CERNY, Philip G. *The Changing Architecture of Politics: Structure, Agency and the Future of the State*. Londres: Sage, 1990.

- COSTA VAZ, Alcides (ed.). *Intermediate Status, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- ESTAY, J.E. *El desarrollo en América Latina y los procesos de integración subregional*. México: UNAM, 1999.
- FAWCETT, L. y HURRELL, A. (eds.). *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FAZIO, Hugo. *La política internacional de la integración europea*. Bogotá: Editorial Siglo del Hombre, 1998.
- FERNÁNDEZ DE CASTRO, Rafael (coord.). *México en el mundo. En la Frontera del Imperio*. México: Ariel, 2003.
- FOX, G.H. y ROTH, B.R. (eds.). *Democratic Governance and International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FRERES, Christian y PACHECO, Karina (eds.). *Desafíos para una nueva asociación. Encuentros y desencuentros entre Europa y América Latina*. Madrid: Catarata, 2004.
- GAMBLE, Andrew y Anthony PAYNE. *Regionalism and world order*. Basingstoke: Macmillan, 1996.
- GUERRA-BORGES, Alfredo. *La Integración de América Latina y el Caribe*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991.
- _____. *La integración centroamericana ante el reto de la globalización (antología)*. Managua: CRIES, 1996.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Fundação Alexandre Gusmão, 1999.
- GRUGEL, Jean and HOUT, Wil (eds.). *Regionalism Across the North-South Divide. State strategies and globalization*. Londres and Nova York: Routledge, 1999.
- HÄNGGI, Heiner; ROLOFF, Ralf; RÜLAND, Jürgen. *Interregionalism and International Relations*. Abingdon/New York: Routledge, 2005.
- HETTNE, Björn, Andrés INOTAI y Osvaldo SUNKEL (eds.). *Globalism and The New Regionalism*. London: Macmillan, 1999.
- HOLBRAAD, C. *Middle Powers in international Politics*. New York: St. Martins Press, 1984.
- KEGLEY Jr, C.W. & WITTKOPF, E.R.(eds). *The Global Agenda – Issues and Perspectives*. Boston: McGraw-Hill, 2001.
- KENNEDY, Paul; MESSNER, Dirk; NUSCHELER, Fran (eds.). *Global Trends & Global Governance*. London and Sterling: Pluto Press/Development and Peace Foundation, 2002.
- KEOHANE, Robert O. *After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- _____. *International institutions and state power : essays in international relations theory*. Boulder: Westview Press, 1989.
- _____. *Instituciones internacionales y poder estatal*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- KEOHANE, R.O; HOFFMANN, S. *The New European Community: Decisionmaking and institutional change*. Boulder, Colorado: Westview Press 1991

- KOFMAN, E. Y YOUNG, G. (eds.). *Globalization: Theory and Practice*. London: Printer, 1995.
- LARRAÍN IBÁÑEZ, J. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.
- LAUTIER, B. y PEREIRA, J. M. *Brasil, Mexique. Deux trajectoires dans la mondialisation*. Paris: Éditions Khartala, 2004.
- MARTÍNEZ CHACÓN, E. (dir.). *Economía Española*, Barcelona: Ariel, 2002.
- MLINAR, Z. (ed.). *Globalization and Territorial Identities*. Aldershot: Avebury, 1992.
- MOLINA DEL POZO, Carlos F. (Coord.). *Integración Eurolatinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996.
- NEUFELD, M. *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PETERSON, John and POLLACK, Mark A. (eds.). *Europe, America, Bush. Transatlantic relations in the twenty-first century*. London and New York: Routledge, 2003.
- PIEDRAFITA, S.; STEINBERG, F.; TORREBLANCA, J. I. *20 Años de España en la Unión Europea (1986-2006)*. Madrid: Real Instituto Elcano y Parlamento Europeo - Oficina en España, 2006.
- PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa María (Coord.). *México y la Unión Europea frente a los retos del siglo XXI*. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales-UNAM/Delegación de la Comisión Europea en México, 1999.
- PREBISCH, R. *The Latin American Periphery in the Global System of Capitalism*. UNCLA Review, 1981.
- ROCHA V, Alberto (Coord.). *La integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 2003.
- ROBSON, P. *The Economics of International Integration*. Londres: Routledge, 4ª ed. rev. 1998 (1ª ed. 1980).
- REBELO, A. ; FERNANDES, L. y CARDIM, C. H.(org.). *Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- REUTER, Paul. *Organizaciones Europeas*. Barcelona: Bosch, Casa Editorial Barcelona, 1968.
- ROJAS ARAVENA, Francisco (ed.). *Multilateralismo. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: FLACSO Chile/Editorial Nueva Sociedad, 2000.
- ROSAS, María Cristina. *La economía internacional en el siglo XXI. OMC, Estados Unidos y América Latina*. México: UNAM, 2001.
- ROSENWIG, G. *España y las Relaciones entre las Comunidades Europeas y América Latina*. Madrid: IRELA DT nº8/87, 1987.
- ROY, J.; LLADÓS, J. M y PEÑA, F. *La unión europea y la integración regional: perspectivas comparadas y lecciones para las Américas*. Buenos Aires: Universidad Nacional, 2005.
- ROY, Joaquín; DOMÍNGUEZ RIVERA, Roberto, y VELÁZQUEZ FLORES, Rafael (coords.). *Retos e interrelaciones de la integración regional: Europa y América*. México: Universidad de Quintana Roo y Plaza y Valdés, 2003.
- ROSAS, M. C. *México y la política comercial externa de las grandes potencias*. México: UNAM, 1999.
- RUBINSTEIN, Juan Carlos (comp.). *El Estado periférico latinoamericano*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1989.

- SIERRA BRAVO, R. *Tesis doctorales y trabajos de investigación científica*. Madrid: Editorial Paraninfo, 1996.
- SÖDERBAUM, Fredrik and SHAW, Timothy M. (eds.). *Theories of New Regionalism. A Palgrave Reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.
- STUBBS, Richard y Geoffrey R.D. UNDERHILL (eds). *Political Economy and the Changing Global Order*. Oxford: Oxford university Press, 2000.
- TAIANA, Jorge. *El nacimiento del MERCOSUR*. Guatemala: FLACSO, 1995.
- TAYLOR, P.J. *Geografía política: Economía mundo, Estado-nación y localidad*. Madrid: Editorial Trama, 1994.
- TELO, Mario (ed.). *The European Union and the New Regionalism*. London: Ashgate, 2001
- TULCHIN, Joseph S. y ESPACH, Ralph H. (eds.). *América Latina en el Nuevo Sistema Internacional*. Barcelona: Traducción de Miguel Salazar, Edicions Bellaterra, 2004.
- WANDERLEY, L. E y VIGEVANI, T. *Governos subnacionais e sociedade civil: integraçao regional e Mercosul*. Sao Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP, Fapesp, 2005.
- WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Artigos especializados

- ADLER, E. "The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control". *International Organization*, 46, 1992.
- ALDECOA LUZÁRRAGA, F. "Las constantes de la política exterior española". *Política y Sociedad*, Nº2, 1989.
- ALDECOA LUZÁRRAGA, F, y CORNAGO PRI, N. "El nuevo regionalismo y reestructuración del sistema mundial". *Revista Española de Derecho Internacional* (Vol. L - 1/1998),.
- ALIMONDA, Héctor. "NAFTA blues. La crítica canadiense a los acuerdos de libre comercio en América del Norte". *Nueva Sociedad*, No.133, septiembre-octubre 1994.
- ARCEO, E. "La crisis del modelo neoliberal en la Argentina (y los efectos de la internacionalización de los procesos productivos en la semiperiferia y la periferia)". *Realidad Económica*, nº 206 y 207, Buenos Aires, 2004.
- AYLLÓN, Bruno. "“Querido y no poder”: las relaciones de Brasil con la Unión Europea durante el gobierno Lula". *Carta Internacional* Vol. 1, No. 1, Marzo de 2006.
- _____. "La política exterior del gobierno Lula y las relaciones de Brasil con la Unión Europea". Madrid: *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos*; ARI nº 22, 24/2/2006.
- _____. "España y Brasil en América Latina (1946-2000): de la Política de Hispanidad franquista a las Cumbres Iberoamericanas". *América Latina Hoy*, 37, 2004.
- AYUSO, Anna. "La relación euro-latinoamericana a través del proceso de integración regional europea". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, nº 32, 1996.

- BARBÉ, Esther. “De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea”. Revista *CIDOB*.Nº 34/35, 1996.
- _____. “Cooperación y conflicto en las Relaciones Internacionales: La Teoría del Regionalismo Internacional”. *CIDOB d’Afers Internacionals*, nº 17, 1989.
- BÖZEL, T.A. “What’s So Special About Policy Networks?-An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance”. *European Integration Online Papers*, Vol 1, nº 16, 1997.
- BRICEÑO RUIZ, J. “Strategic Regionalism and the Remaking of the Triangular Relation Between the USA, the European Union and Latin America”. *Journal of European Integration* 23, No. 2 (2001): pp.105-137
- CARDOSO Fernando H. “Una oportunidad en la relación euro-latinoamericana” en FRAERMAN, Alicia (ed). *Globa-regulación, el desafío del siglo XXI*. Madrid: Editorial Comunica, 1998.
- CHASE, R.S; HILL, E.B. y KENNEDY, P. “Pivotal States and US Strategy”. *Foreign Affairs*, Vol.75 nº 1, 1996 (january-february)
- DURANTES PRADOS, F-A. “Análisis, estrategia y prospectiva de la Comunidad Iberoamericana”. Capítulo V de *Cuadernos de Estrategia*, nº 118, Madrid, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Junio de 2002.
- ESTEBAN, Abel. “Una critica al Primer Foro Empresarial Euro-latinoamericano en Viena”. Informe del Trasnacional Institute de Amsterdam *¿Del consenso de Washington al consenso de Viena? La agenda de libre comercio de la UE para América Latina y el Caribe*. Amsterdã: TNI / Corporate Europe Observatory, documento de debate, diciembre de 2006.
- GRANELL, Francesc. “El ALCA, EEUU y Europa”. *Política Exterior*, Número 82, Jul/Ago 2001.
- GRATIUS, S. “El Proyecto del ALCA visto desde Europa”. *Estudios sobre el ALCA*, Friedrich Ebert Stiftung Chile, Santiago de Chile, 2002.
- GRUGEL, J y ALEGRE, J. “La España del PSOE y América Latina: ¿Hacia una nueva relación?”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Volumen 2 - Nº 2 Julio - Diciembre 1991, Instituto Universitario Ortega y Gasset, Madrid.
- GUERRA-BORGES, Alfredo. “Globalización de la regionalización en América Latina: Un punto de vista alternativo”. *Comercio Exterior*, México, junio de 1996.
- GOLOB, Stephanie R. “Beyond the Policy Frontier. Canada, Mexico, and the Ideological Origins of NAFTA”. *World Politics*, Vol. 55, No. 3, April 2003.
- HAAS, P. “Epistemic Communities and International Policy Coordination”. *International Organization*, 46, 1992.
- HAKIM, Peter. “Brasil e México: duas maneiras de ser global”. *Revista Política Externa*, Vol 10, Nº 4, Editorial Paz e Terra, Sao Paulo, Brasil, 2002.
- HIGGOTT, R.A. “Economics, Politics and (International) Political Economy: The Need for a Balanced Diet in an Era of Globalisation”. *New Political Economy*, 4(1): pps23-36. Abingdon : Carfax. 1999.
- HIGGOTT, R; CART, C.; SACHWALD, F. “Mondialisation et gouvernance: l’émergence du niveau regional”. *Politique étrangère*, 1997, Volume 62, Número 2, p.277-292.

- HURRELL, A. "Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics". *Review of International Studies* 21 (4): pp 331-358. 1995.
- HVEEM, H. "Explaining the Regional Phenomenon in an Era of Globalization", en Richard Stubbs y Geoffrey R.D. Underhill (eds). *Political Economy and the Changing Global Order*. Oxford: Oxford university Press. 2000
- IBÁÑEZ, J. "El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa". *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, N°1. 2000.
- ISBELL, Paul. "América Latina, Europa y Estados Unidos: el cambiante triángulo transatlántico". *Economía Exterior*, Num 17, verano 2001.
- JAYASURIYA, K. "Singapore: The Politics of Regional Definition". *The Pacific Review* n°7 (4), pp. 411-420. 1994.
- LAMY, P. "Stepping Stones or Stumbling Blocks? The EU Approach towards the Problem of Multilateralism vs Regionalism in Trade Policy". *World Economy*, vol 25 no 10, p 1399-1413. 2002.
- LOPEZ CANO, D. "España - Unión Europea: los esfuerzos de una década de integración". *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, Núm. 42, 2000.
- LUTTWAK, E. "From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict. Grammar of Commerce". *The National Interest*; Summer 1990.
- MESA, Roberto. "La posición internacional de España. Entre el centro y la periferia". *Leviatán*, n° 33, II época, 1988.
- MOREIRA GARCIA, C. "A segunda reunião de cúpula ue-alc e suas circunstâncias". *Carta Internacional*, número 111, São Paulo, 2002.
- NOGUÉS, Julio J. "MERCOSUR's Labyrinth and World Regionalism". *Cuadernos de Economía* Año 40, N° 121 (diciembre), 2003.
- PALOU, Jordi. "El concepto de potencia media. Los casos de España y México". *CIDOB*, N° 26, 1993.
- ROBERTO DE ALMEIDA; Paulo. "Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: IBRI, ano 47, n° 1, 2004.
- ROCHA, A. "La geopolítica de México en Centro América: ¿una hegemonía regional?". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006.
- ROSENTHAL, Gert. "Treinta años de integración en América Latina: un examen crítico". *Revista de "Estudios Internacionales"*, N° 101, Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile, 1993.
- ROVETTA, Pablo. "El ALCA: retos e implicaciones para España". *Economía Exterior*, Num 17, verano 2001.
- RUGGIE, J. "International Responses to Technology: Concepts and Trends". *International Organization*, 29, 1975.
- _____. "Multilateralism: The Anatomy of an Institution". *International Organization*. 45(3). Verano, 1992.
- _____. "What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge". *International Organization*, 52, 1998.
- SÁ PORTO, P. C. de. "Mercosul and regional development in Brazil: a gravity model approach". *Revista de Estudos Econômicos*, v. 32, n. 1, jan./mar. 2002.
- SALOMÓN, M. "La PESCA y las teorías de la integración europea: las aportaciones de los 'nuevos intergubernamentalismos'". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*: 45-46 (1999).

- SCHEDLER, A. "The nested game of democratization by elections". *International Political Science Review*, 23, 1, 2002,
- TAYLOR, P. "The European Community and the State: assumptions, theories and propositions". *Review of International Studies*, 17, 1991, pp. 109-125.
- TEIXEIRA DA COSTA, R. "Alca 2005: destino ou opção?". *Política Externa*, vol. 10, No 2, Setembro-Novembro 2001, pp. 102-111.

Documentos Institucionais

- III CUMBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – UNIÓN EUROPEA. *Palabras del Presidente Vicente Fox Quesada durante la ceremonia de Inauguración de la III Cumbre América Latina y El Caribe-Unión Europea*. Instituto Cultural Cabañas, Guadalajara, Jalisco, 28 de mayo de 2004.
- ALADI. *Definición de una estrategia para la preservación de las preferencias ALADI en el acuerdo que establecería el ALCA*. Montevideo, 2001.
- BANCO DE ESPAÑA. *Balanza de Pagos y Posición de Inversión Internacional 2005*. 2006.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *Integración y comercio en América*. Número especial sobre las relaciones económicas de América Latina y el Caribe con la Unión Europea, Nota periódica, Mayo 2002.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO / BANCO MUNDIAL. *La Pobreza en México: Una Evaluación de las Condiciones, Tendencias y Estrategia del Gobierno*. 2004
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators database*. April & July 2007.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook 2007*.
- CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina: La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1994.
- CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. 2006.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación Unión Europea – América Latina: Actualidad y perspectivas del fortalecimiento de la asociación - 1996-2000*. COM(95)495, 1995.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación Una nueva asociación Unión Europea/América Latina en los albores del siglo XXI*. COM (99)105, 1999.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación Seguimiento de la primera cumbre celebrada entre América Latina, el Caribe y la Unión Europea*. (COM(2000)670), 2000.
- COMISIÓN EUROPEA. *Informe estratégico regional para América Latina (2002 – 2006)*. Abril del 2002.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación al Consejo y al Parlamento Europeo Una asociación reforzada entre la Unión Europea y América Latina*. COM (2005)636 final, 2006.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación al Consejo Europeo de junio de 2006 Europa en el mundo — Propuestas concretas para reforzar la coherencia, la eficacia y la visibilidad*. COM (2006) 278.
- COMISIÓN EUROPEA. *Comunicación al Parlamento y Consejo, Enlargement Strategy and Main Challenges 2006 – 2007. Including annexed special report*

- on the EU's capacity to integrate new members*. Bruxelas, 8.11.2006, COM(2006)
- COMISIÓN EUROPEA. Comunicación al Consejo y al Parlamento Europeo, *Hacia una Asociación Estratégica UE-Brasil*. COM(2007) 281, Bruxelas, 30 de mayo de 2007
 - *COMPROMISO DE MADRID* (II Cumbre UE-ALC). 17 de Mayo 2002.
 - *COMUNICADO DE BRASILIA*. Reunión de Presidentes de América del Sur, Brasilia, 1 de septiembre de 2000.
 - *DECLARACIÓN DE RÍO DE JANEIRO* (I Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y del Caribe y de la Unión Europea). 28 y 29 de junio de 1999.
 - *DECLARACIÓN DE GUADALAJARA* (III Cumbre UE-ALC). 28 de Mayo de 2004.
 - *DECLARACIÓN DE VIENA* (IV Cumbre UE-ALC). 12 de Mayo de 2006.
 - JEFATURA DEL ESTADO. *INSTRUMENTO de Adhesión de 1 de enero de 1986 al Tratado Constitutivo de la Comunidad Europea del Carbón y del Acero, firmado en París el 18 de abril de 1951*. (BOE n. 1 de 1/1/1986).
 - *LAEKEN DECLARATION*. Bruxelas, 15 de diciembre de 2001.
 - MINISTERIO DE LA PRESIDENCIA DE ESPAÑA. *Real Decreto 989/2006, de 8 de septiembre, por el que se modifica el Real Decreto 553/2004, de 17 de abril, por el que se reestructuran los departamentos ministeriales*.
 - OCDE. *Regional Integration and the Multilateral Trading System*. París: OCDE, 1995.
 - PARLAMENTO EUROPEO, *Resolución sobre una Asociación global y una Estrategia Común para las relaciones entre la UE y A. Latina*. 15/11/2000.
 - PARLAMENTO EUROPEO. *Informe sobre las relaciones económicas y comerciales entre la UE y MERCOSUR de cara a la conclusión de un Acuerdo de Asociación Interregional*. (2006/2035(INI)), 21/09/2006.
 - PLAN PUEBLA-PANAMÁ. *Iniciativas Mesoamericanas y Proyectos*. Grupo Técnico Interinstitucional para el Plan Puebla-Panamá, BCIE-BID-CEPAL con el apoyo del INCAE. San Salvador, El Salvador. 15 de Junio de 2001.
 - VI CUMBRE DEL MECANISMO DE DIALÓGO Y CONCERTACIÓN DE TUXTLA. *Acta que Institucionaliza el Mecanismo del Plan Puebla – Panamá*. Managua, República de Nicaragua, 25 de Marzo de 2004.
 - SELA. *Tendencias y opciones en la integración de América Latina y el Caribe*. SP/CL/XXIII.O/Di No. 8, Caracas, 1997.
 - UNCTAD. *World Investment Report 1992. Transnational Corporations as Engines of Growth*. Ginebra: Naciones Unidas, 1992.

Palestras, discursos e outras fontes documentais

- *BARÓMETRO DEL REAL INSTITUTO ELCANO*. Resultados de Marzo y Junio de 2006. *Real Instituto Elcano*, Madrid.
- CAIRO CAROU, Heriberto. “Iberoamerica: Spatial practices and representatios of space”. Ponencia en Congreso *El Espacio Eurolatinoamericano*, Casa de América, Madrid, Julio de 2002.
- CIDE y COMEXI. *México y el Mundo. Visiones Globales 2004: Opinión Pública y Política Exterior de México*. México, 2004.

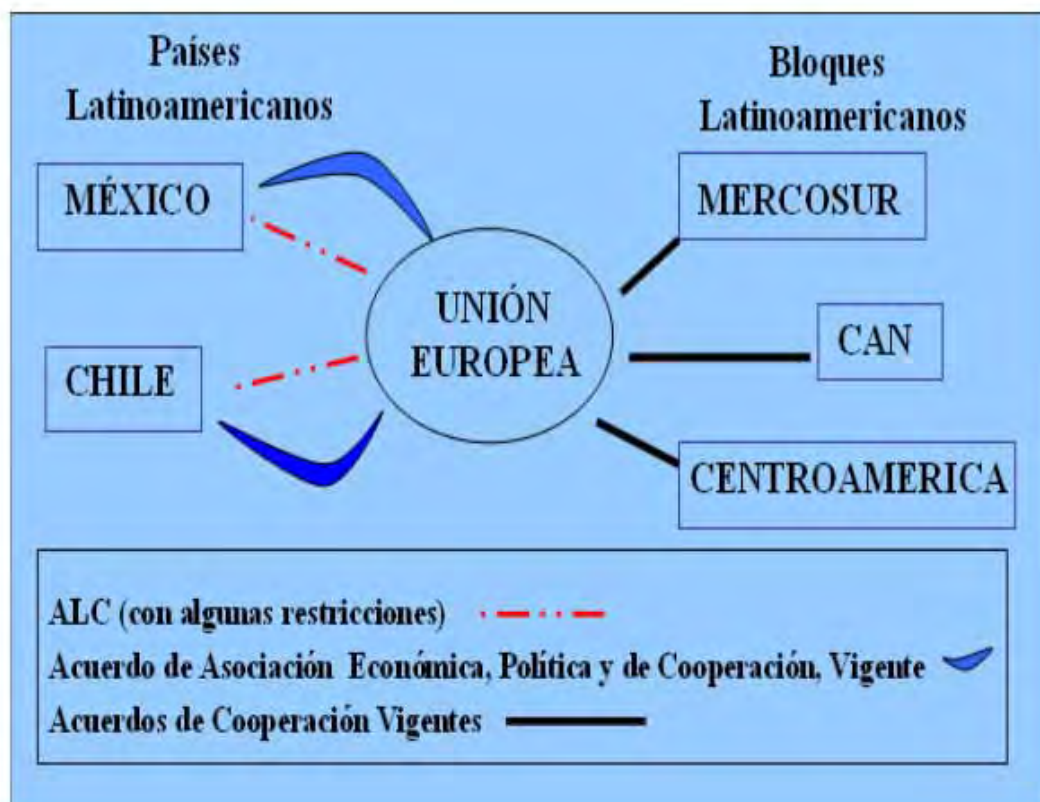
- CONESA, Eduardo. *Conceptos fundamentales de la integración económica*. Buenos Aires: Publicación # 6 del BID - INTAL, 1983.
- CHANONA, Alejandro. *Is There a Comparative Perspective between the European Union and NAFTA?*. Occasional Paper, United Nations University-Comparative Regional Integration Studies, Belgium, 2003.
- DURÁN, José E. y MASI, Fernando. *Diagnóstico de las asimetrías en los procesos de integración de América del Sur*. Documentos de proyectos, N° 132 (LC/W.132), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), mayo 2007.
- ENDRES, M. *El Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA): Impacto, oportunidades y riesgos para las empresas europeas*. Serie Documentos de Trabajo Nebrija 2005/008, Jean Monnet European Studies Centre, 2005.
- FRERES, C. y SANAHOJA, J. A. *Perspectivas de las Relaciones Unión Europea-América Latina. Hacia una Nueva Estrategia*. Universidad Complutense de Madrid, 2005.
- FOXLEY, Alejandro, (diputado). “Los procesos de integración comercial en Europa y en América Latina: perspectivas europeas y ALCA”. Ponencia de la XVI Conferencia interparlamentaria UE/A.Latina, Bruselas, 29 de abril de 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. “Fundamentos da Política Internacional do Governo Lula”. Conferência Petista Sobre Relações Internacionais, organizado por la Secretaria de Relações Internacionais do PT, en la Associação dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar do Estado de SP, Sao Paulo, 1 de Abril de 2006.
- HÄNGGI, Heiner. *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives*. Paper prepared for the workshop “Dollars, Democracy and Trade: External Influence on Economic Integration in the Americas”, The Pacific Council on International Policy, Los Angeles/The Center for Applied Policy Research, Munich, Los Angeles, CA, May 18, 2000.
- HELD, David. *Democracy and Globalization*. MPIfG Working Paper 97/5, p.2, 1997. Disponible on line en <http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/workpap/wp97-5/wp97-5.html> (acceso 02-02-2006)
- HINOJOSA-OJEDA, Raúl A.; LEWIS, Jeffrey D.; ROBINSON, Sherman. “Simón Bolívar vuelve a cabalgar? Hacia una integración entre el TLCAN, el MERCOSUR y la Región Andina”. Buenos Aires; Instituto para la Integración de América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo, Enero-Abril 1997.
- HIRST, Monica. “La dimensión política del MERCOSUR: actores, politización y ideología”. *Estud. av.* [online]. 1996, vol. 10, no. 27 [acceso 13-08-2007], pp. 217-250. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141996000200013&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-4014.
- IAEALC. *América Latina en Tiempos de Globalización*. Serie Integración Solidaria, Caracas, Venezuela, Universidad Simón Bolívar, 1996.
- INSTITUTO CERVANTES. *Enciclopedia del español en el mundo: anuario del Instituto Cervantes 2006-2007*. Madrid: Círculo de Lectores: Instituto Cervantes: Plaza & Janés, 2006.

- JIMÉNEZ, Trinidad. “Intervención de la Secretaria de Estado para Iberoamérica en la presentación del Anuario Iberoamericano”. *Real Instituto Elcano*, Madrid, 28/05/2007.
- LIMA, SOARES, M. R., *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. Nashville, Vanderbilt University, 1986 (Tesis de doctorado).
- MORÁN, Fernando. *Discursos y declaraciones del Ministro de Asuntos Exteriores D. Fernando Morán*. Madrid. Ministerio de AAEE – Oficina de Información Diplomática, 1984.
- NOYA, Javier. *La imagen de España en América Latina*. Resultados del Latinobarómetro de 2004 (DT), *Real Instituto Elcano*, Madrid, octubre de 2004.
- RECAL. “De Río a Madrid: Reflexiones y propuestas para la asociación Unión Europea-América Latina y el Caribe”. Mayo 2002.
- RICUPERO, Rubens (en su cargo como secretario general de la UNCTAD). Entrevista concedida a *TV Cultura* y difundida el 19 de agosto de 2002.
- RÜLAND, Jürgen. *Interregionalism in International Relations*. Conference Summary, Arnold-Bergstraesser-Institute, Freiburg, Germany, 31 January-1 February 2002.
- _____. *Inter- and Transregionalism: Remarks on the State of the Art of a New Research Agenda*. Paper prepared for the Workshop on Asia-Pacific Studies in Australia and Europe: a Research Agenda for the Future, Australian National University, 5-6 July, 2002.
- SALINAS DE GORTARI, Carlos. “Primer Informe de Gobierno”. *Comercio Exterior*, Vol. 39, No. 11, Noviembre de 1989.
- SANAHUJA, J. A. Informe de Intermon Oxfam 2002 preparatorio a la II Cumbre de Madrid. Madrid, 2002.
- XXIV ENCUENTRO ANUAL DE LA ANPOCS. UIRACI SENNES, Ricardo. “Desafios da inserção internacional dos países intermediários latino-americanos (Brasil e México) e o contraponto com o caso da Índia”. Disertación en la Universidad de Sao Paulo, 30 de Agosto de 2000.
- SÁNCHEZ ALMANZA, Adolfo (coord.). *Financiamiento para el desarrollo urbano regional en México. Necesidades y perspectivas*. XI Seminario de Economía Urbana y Regional, 2001, Instituto de Investigaciones Económicas, Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias de la UNAM, y El Colegio Mexiquense, A.C., México, 2001.
- SBERRO, Stéphan. “La Tercera Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. Un reto inaplazable para México” en AIETI- RECAL. *Hacia la III Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. Balance y perspectivas*. Documento de trabajo. Madrid, 2004.
- SCHULTE, J.A., “Globalization and Governance: From Statism to Polycentrism”. *CSGR Working Paper*, N° 130/04, 2004.
- SPINDLER, Manuela. “New Regionalism and the Construction of Global Order”. *CSGR Working Paper*. N°93/02. University of Warwick, 2002.

- VERA-FLUIXÁ, Ramiro X. “Principios de integración regional en América Latina y su comparación con la Unión Europea”. Centro de Investigación de la Unión Europea (ZEI), Discussion Paper C73, Bonn, 2000.
- WAGNER, A. “El Espacio Sudamericano y la Integración Regional. Una aproximación desde la Comunidad Andina”.Exposición ante el Comité de Representantes de ALADI. Montevideo, 8 de octubre de 2004.

1. Quadro institucional das relações entre a UE e ALeC em 2006

331



As relações institucionais entre UE, América Latina e Caribe são estruturadas em três níveis:

1. **Diálogo político birregional:** UE-Grupo do Rio e as Cúpulas UE-América Latina e Caribe. Embora tenham dois níveis de reuniões, as Cúpulas de chefes de Estado e governo e as reuniões ministeriais, as últimas estruturam o diálogo birregional político.

2. **Diálogo sub-regional:** Com três esquemas regionais; UE-MERCOSUL, UE-Comunidade Andina e UE-América Central.

3. **Relações bilaterais com México e Chile:** Os novos Acordos de Associação com o México e Chile datam de 1997, embora tenham entrado efetivamente em vigor respectivamente em 2000 e 2002. Principalmente com o México, além de um impulso importante do diálogo político, os acordos estabelecem uma liberalização progressiva para a constituição de áreas de livre-comércio com a UE.

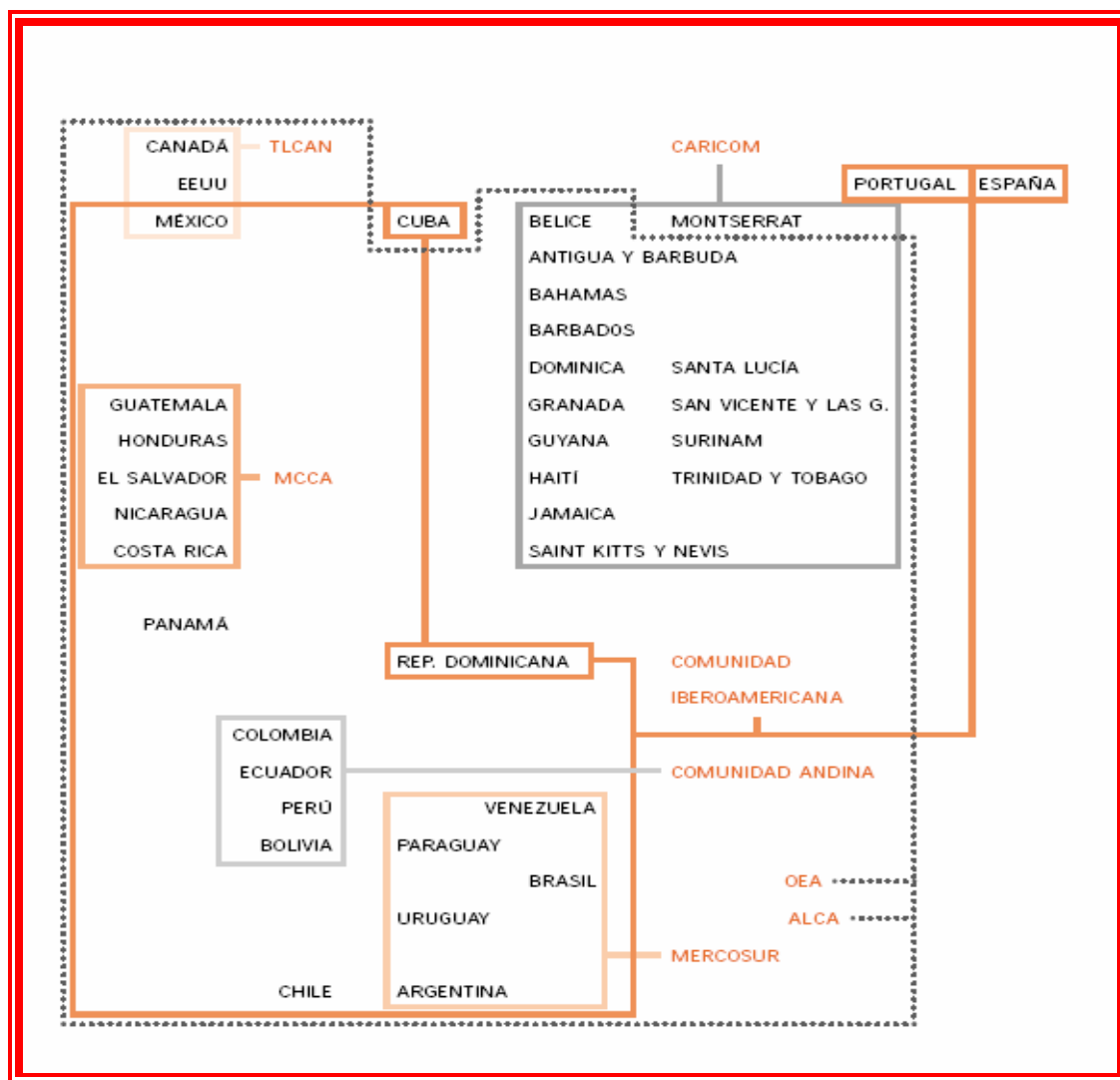
331 Fonte: Figura extraída da apresentação do venezuelano Juan Calvo na qualidade de presidente da AILA (Associação Industrial Latino-americana), em agosto 2006. Apresentação disponível on line em (último acesso em 26-09-2007): eurochambres.eu/congress2006/PresentationsPP/Globalisation_Calvo.ppt

2. Análise de desafios e ameaças do contexto contemporâneo externo para os esquemas de integração latino-americanos

CENÁRIO	CAN	CARICOM	MCCA	MERCOSUL
Negociações de comércio bilaterais próprias	<u>TLC com os EU:</u> Oportunidade: - Acesso preferencial ao mercado dos EUA. - Possível atração de investimentos. Ameaça: - Separação do bloco. Saída da Venezuela. - Possíveis efeitos destabilizadores na distribuição de recursos. - Riscos para a produção local frente à competição americana.		<u>CAFTA:</u> Oportunidade: - Consolidação do acesso ao mercado dos EUA - Possível atração de investimentos. - Aumento potencial do comércio intrabloco na área comercial. Ameaça: Riscos para a produção local em frente à competição americana.	<u>Adesão da Venezuela:</u> Oportunidade: Recursos energéticos estratégicos, possibilidades de exportação maiores. Ameaça: Ampliação do bloco impede criação de consensos. <u>Outras negociações:</u> As negociações com a UE e os EUA freadas através de diferenças em tópicos chave. Oportunidade: Consolidar e aumentar acesso a mercados importantes. Ameaça: A intranquilidade dos sócios menores por falta de acordos e compensação para assimetrias.
Proliferação do regionalismo	Ameaça <u>Custos para esses que não alcançam assinar ou ratificar os tratados.</u>	Ameaça: Erosão de preferências (concessões unilaterais acordadas pelos PD)	- - -	<u>Ameaça:</u> - Custos de “se ficar fora” por não aderir a acordos com os EU e a UE, entre outros. - Perda de mercados na América Latina
Negociações multilaterais	Oportunidade: <u>A Colômbia e Peru negociaram acordos OMC plus.</u>	Ameaça: Erosão de preferências (concessões unilaterais acordadas pelos PD)	Oportunidade: - <u>Eles já têm acordos OMC plus.</u> - Possibilidade de obter condições de acesso melhores para os principais produtos de exportação.	Oportunidade: Os setores mais competitivos do MERCOSUL são os mais protegidos em nível mundial. Ameaça: Risco para os setores industriais pela competição de produtores maiores.
Concorrência comercial e outros fatores	-	Conveniência de um acordo bilateral com o EUA para consolidar acesso preferencial (o esquema atual é transitório)	<u>China:</u> Ameaça: - <u>Concorrência para as exportações de manufaturas leves.</u> Itens macroeconômicos: Ameaça: - <u>Déficit estrutural da balança comercial e a conta corrente.</u> - <u>Deterioração das condições da troca.</u> - <u>Tendência para a real avaliação das moedas corrent (¿Remesas?).</u> - <u>Inflação importada.</u>	<u>China: Oportunidade:</u> - <u>Grande importadora de produtos MERCOSUL</u> - <u>Ascensão dos preços de exportação.</u>
Comum para os 4: Vulnerabilidade frente a choques externos (comerciais e financeiros)				

Fonte: Própria elaboração a partir da apresentação de Ricardo Carciofi nas conclusões do seminário CEPAL - OBREAL - BID-INTAL “Los procesos de integración de América Latina y el Caribe en la encrucijada: Perspectivas de Futuro”, Barcelona, janeiro de 2007. Conclusões disponíveis em <http://www.obreal.unibo.it/Home.aspx>

3. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE 2006



332

332Fonte: Figura extraída do Anuário Internacional CIDOB 2006 (edição 2007).

ALADI: México, Cuba, Chile, países da Comunidade Andina e países do MERCOSUL.

GRUPO DO RIO: Belize, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá,

República Dominicana, países da Comunidade Andina, países do MERCOSUL e um representante do CARICOM.

SICA: Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e República Dominicana.

4. COMERCIO EXTERNO DA UNIÃO EUROPÉIA PARA ÁREAS REGIONAIS (2005/06)

333

I. POR ÁREAS								
	IMPORTACIONES				EXPORTACIONES			
	2005		2006		2005		2006	
	Mill. euros	%	Mill. euros	%	Mill. euros	%	Mill. euros	%
EFTA	136.041	11,5	153.046	11,3	119.794	11,2	128.655	10,9
OTROS EUROPA	184.929	15,6	225.099	16,7	169.987	15,9	207.333	17,6
OTROS PAISES INDUSTRIALIZADOS	265.582	22,4	285.758	21,1	342.937	32,0	363.122	30,8
AMÉRICA LATINA	63.705	5,4	76.858	5,7	52.469	4,9	60.083	5,1
PAISES ACP	54.484	4,6	58.884	4,4	49.914	4,7	55.412	4,7
ÁFRICA DEL NORTE	61.712	5,2	72.086	5,3	41.943	3,9	41.118	3,5
ORIENTE PRÓXIMO Y MEDIO	69.546	5,9	75.477	5,6	89.699	8,4	92.511	7,8
ASEAN	71.136	6,0	78.059	5,8	45.013	4,2	48.395	4,1
RESTO DE ASIA	265.824	22,5	315.993	23,4	137.769	12,9	158.347	13,4
OTROS AMÉRICA	4.013	0,3	2.687	0,2	4.558	0,4	5.029	0,4
RESTO DE OCEANÍA	512	0,0	496	0,0	1.644	0,2	1.472	0,1
VARIOS SIN CLASIFICAR	6.297	0,5	7.302	0,5	16.145	1,5	18.209	1,5
TOTAL COMERCIO EXTRACOMUNITARIO	1.183.781	100,0	1.351.745	100,0	1.071.872	100,0	1.179.686	100,0
Fuente: Eurostat [en línea]. Eurostat. "External trade". Elaboración: Fundació CIDOB								
< http://fd.comext.eurostat.cec.eu.int/xtweb/ >. [Consulta: 20 abril 2007]								

COMUNIDADE SUL-AMERICANA NAÇÕES: Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Guiana e Suriname.

333 Fonte: Figura Extraída do Anuário Internacional CIDOB 2006 (edição 2007). Baseado nas estatísticas de Eurostat (on line). Eurostat "External trade". Disponível em <http://fd.comext.eurostat.cec.eu.int/xtweb/>

5. COMISSÃO EUROPÉIA. América Latina Documento de Programação regional 2007-2013

PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL INDICATIVA³³⁴						
AÇÃO	2007	2008	2009	2010	TOTAL 2007-2010	TOTAL 2007-2013
Coesão social e territorial					131	194
EUROsociAL, URB-AL	50		30	40		
Controle do tráfico de drogas			6			
Ação transversal : Meio ambiente				5		
Integração regional					72	139
AL-INVEST	50					
ALIS		22				
Compressão mútua / Ensino superior					128,4	223
ALFA	45		40			
ERASMUS MUNDUS Capit. Coop. Ext.		41,6				
Compreensão mútua	1,8					
TOTAL	146,8	63,6	76	45	331,4	556

Fortalecidas as relações euro-latino-americanas nos últimos 5 anos de experiência de orçamento estratégico para a região; pode-se observar um aumento significativo de mais que 100% no montante total com respeito à Programação prévia de 252,5 milhões de euros desfrutados no período 2002/2006.

Uma diversificação de novas ações também é observada.

³³⁴ Fonte: COMISSÃO EUROPÉIA. *América Latina Documento de Programación regional 2007-2013*, 12.07.2007 (E/2007/1417)